



DOSSIÊ RECÔNCAVO

A edição inaugural desta revista traz sete artigos, um ensaio e uma resenha enfocando questões relacionadas à economia, formação social e a aspectos religiosos, ecológicos e empresariais do Recôncavo Baiano. A sessão "Dossiê" trará, a cada edição, estudos sobre questões relevantes da atualidade, assinados por estudiosos de reconhecido saber.



Recôncavos é uma publicação semestral do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Sediado na cidade histórica de Cachoeira, o CAHL abriga os cursos de Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, História, Jornalismo, Museologia e Serviço Social. Neste número, a revista aborda temas nas áreas de comunicação e cultura contemporâneas, jornalismo de moda, cinema e literatura.

Revista do Centro de Artes,
Humanidades e Letras - CAHL
UFRB - Cachoeira-BA

Dossiê



Artigos



Ensaio



Resenha



CORPO EDITORIAL

Reitor: Paulo Gabriel Nacif
Vice-reitor: Silvio Soglia
Diretor do CAHL: Xavier Vatin

Editores:

Prof. Me. Carlos Ribeiro
Prof. Dr. Fábio Joly
Prof. Me. Luiz Fernando Saraiva

Comissão Editorial:

Prof^a Me. Ana Cristina Audebert (UFRB)
Prof. Me. Carlos Ribeiro (UFRB)
Prof. Dr. Fábio Joly (UFRB)
Prof. Me. Luydy Abraham (UFRB)
Prof. Me. Luiz Fernando Saraiva (UFRB)
Prof. Dr. Paulo Miguez (UFRB)

Conselho Científico:

Prof. Dr. Amílcar Baiardi (UFRB)
Prof. Dr. Fábio Faversani (UFOP)
Prof. Dr. João Reis (UFBA)
Prof. Dr. Luiz Alberto Ribeiro Freire (UFBA)
Prof. Dr. Mário Chagas (UNI-RIO e IPHAN)
Prof. Dr. Othon Jambeiro (UFBA)
Prof. Dr. Pedro da Silva Castro (UFF)
Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese (USP)
Prof^a Dr^a Ruthy Nadia Laniado (UFBA)
Prof^a Dr^a Tereza Scheiner (UNI-RIO)

Equipe técnica:

Carlos Ribeiro
Coordenação editorial

Fábio Duarte Joly e Elsa Filgueiras (Estagiária)
Revisão e normas bibliográficas

Luiz Fernando Saraiva
Diagramação

Ney Sá / Arnaldo Maciel
Diagramação / layout

Adenor Gondim
Fotos
<http://www.apenasbahia.blogger.com.br>

EDITORIAL

O Recôncavo da Bahia é um dos berços da nação brasileira. Terra rica em história, cultura e tradições. Herdeiro também de um sistema escravocrata estratificado, desigual e implacável, o Recôncavo está encarando, ao entrar no século XXI, um novo desafio: forjar um olhar objetivo e crítico sobre o seu passado – tarefa que compartilha com boa parte da nação brasileira, porém talvez de forma mais necessária e urgente – e inventar um futuro capaz de compensar e combater a inércia, passada e presente. A criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é o símbolo da luta de todo um povo em busca de um futuro melhor, tendo para isso superado inúmeras dificuldades. Cabe agora às comunidades acadêmica e científica, aos representantes da sociedade civil e ao povo do Recôncavo construir e fazer desta instituição uma ferramenta de mudança social, integração, desenvolvimento regional e cultura.

O Centro de Artes, Humanidades e Letras nasceu desse espírito de construção, que marca o surgimento e o processo de consolidação acadêmica e institucional da Universidade. É nesse contexto que se insere a iniciativa da criação da revista *Recôncavos*, como experiência de estabelecimento de um canal de divulgação da produção científica da comunidade do Centro, mas também e principalmente como fomentadora do debate entre esta jovem universidade e a totalidade da comunidade acadêmica. Pois no próprio nome da revista que ora apresentamos consta o selo de uma Universidade que procura se voltar para seu entorno sem tornar-se regionalista, traduzindo a pluralidade do Recôncavo e do conhecimento que agora se produz no âmbito acadêmico.

Multiplicidade de temas e enfoques que se pode observar na diversidade de tópicos que figuram suas páginas: cinema, economia, história, estudos culturais, moda e ciências sociais compõem um rico mosaico que se singulariza em um aspecto: no rigor das pesquisas que lhe deram origem. A esse respeito, uma palavra especial deve dirigir-se a Maria de Azevedo Brandão e a Fernando Pedrão, autores externos à UFRB que honraram a revista com suas valiosas contribuições.

Acreditamos que este número inicial da revista *Recôncavos* cumpre a função de pensar de maneira interdisciplinar as experiências variadas de um corpo docente plural, mas irmanado pela idéia de formação coletiva. Se a vocação das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas é a de questionar as suposições dos saberes e os saberes supostos, vemos que o Recôncavo da Bahia é de fato um *território de experiências*, na feliz expressão do Professor Paulo Gabriel, Magnífico Reitor da UFRB e incentivador desta revista. Este primeiro número, como não poderia deixar de ser, traz, então, à guisa de dossiê, várias reflexões sobre a História do Recôncavo da Bahia.

Na seção *Ensaio*, o texto instigante da professora Maria de Azevedo Brandão “Os Vários Recôncavos e seus Riscos” historiciza a região, chamando atenção para a sua importância como definidora de uma cultura baiana que, para muitos materializada na Cidade do Salvador, possui suas raízes profundas no interior do Recôncavo. Também chama a atenção da perda desta mesma importância a partir do desenvolvimento de outras regiões e as possíveis soluções dos “gargalos” desta sociedade a partir do renascimento do turismo e da reorganização de seu território.

O artigo do Professor Fernando Pedrão “Novos e Velhos Elementos da Formação Social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos” amplia e aprofunda este debate, demonstrando como as heranças da escravidão, o declínio das lavouras tradicionais e a falência do modelo de industrialização proposto na década de 70 acabam por redefinir espaços e funções para as cidades do Recôncavo, impondo novos desafios dentro de uma visão renovada da economia. Demonstrando ainda esta multiplicidade social em sua formação, o texto do professor Fabrício Lyrio “A Presença Jesuíta no Recôncavo da Bahia” nos mostra a inserção desta ordem no território, em suas conexões materiais e mentais com a Europa, e o paradoxo de que justamente no momento de sua expulsão a sua presença ficava mais visível.

Sobre as sucessivas presenças que deixaram marcas no espaço do Recôncavo temos, no artigo “Aspectos da ‘Vila de Cachoeira’ no final do século XVIII: Apontamentos e Reflexões”, de Luydy Abraham Fernandes e Ana Cristina Audebert, uma deriva por uma das cidades-ícone da região. Os autores demonstram a permanência, na Cidade da Cachoeira, de uma arquitetura que

encanta a especialistas e o público em geral e nos remete à importância de pensarmos, e não somente preservarmos, o patrimônio de múltiplas matrizes que nos foi legado. Entre essas matrizes está a forte africanidade, em consonância explícita com a identidade que se reconstrói no Recôncavo. A esse respeito, o Professor Anderson Oliva mostra o quanto a imagem da África está distorcida, no texto “O Espelho Africano em Pedços: Diálogos entre as Representações da África no Imaginário Escolar e os Livros Didáticos de História, um estudo de Caso no Recôncavo Baiano”. Seu trabalho combina a arguta observação contemporânea do Ensino da História da África nos bancos escolares com a incômoda percepção histórica daquilo que ainda ignoramos de nossas origens.

Fechando este dossiê está, por fim, o balanço historiográfico erigido por Amílcar Baiardi, Luiz Fernando Saraiva e Rita Almico sobre o processo de modernização e crescimento de indústrias vividas pela Bahia, e particularmente pelo Recôncavo, no século XIX. O artigo “Gênese e Transformação das Empresas Regionais: o Recôncavo Baiano” nos lembra que esta foi uma das maiores regiões industriais da nação recém-fundada no Oitocentos e o quanto de lacunas existem ainda para se estudar, indícios promissores de novas sendas a serem trilhadas.

Se tal espectro de investigações por si só seria motivo suficiente para avaliar a obra, continua a Revista *Recôncavos* no esforço multidisciplinar da reflexão significativa e significante. Brinda-nos a presente publicação com importantes contribuições sobre as identidades construídas em nossa sociedade. A percepção do vestir se reveste de significados despercebidos no artigo da Professora Renata Pitombo, “Jornalismo de Moda: Crítica, Feminilidade e Arte”, que chama atenção para todo o processo simbólico presente em nosso consumo social da *Moda* e da *Feminilidade*. O esforço em tratar do vestir se complementa com aquilo que se veste, ou o *corpo*. A Professora Malu Fontes mostra os usos (e abusos) do que chama de “corpo canônico” da mulher, criado ao longo do século XX e que leva a dois processos distintos, alienantes e excludentes: a *idealização* e a *dissonância*. “Uma Leitura do Culto Contemporâneo ao Corpo” nos mostra como, mais que a própria realidade, é a imagem dessa realidade que nos define e limita. Igual preocupação com a imagem e a recepção desta encontra-se no texto “Mundo do Filme e Mundo do Espectador”, de André França, onde, ao intentar um esforço quase etnográfico sobre o espectador de cinema, encontra parâmetros que definem a experiência e a sociedade que gera e necessita dessa experiência. O texto do Professor Luiz Nova, “Da Cultura como Mercadoria, ao Consumo como Prática Cultural” traz importante contribuição sobre as discussões anteriores, demonstrando como grande parte dessas identidades podem ser reificadas e ressignificadas na estrutura do mercado. Ao final, a revista propõe uma resenha do Professor Fábio Joly sobre o valioso livro do Professor Walter Fraga *Encruzilhadas da Liberdade*.

Mais que um cartão de visitas do Centro de Artes, Humanidades e Letras, a *Recôncavos* procura se tornar palco para contribuições advindas da comunidade acadêmica nacional e internacional, para firmar-se como um periódico de referência no campo da cultura. Pela qualidade das contribuições e pela coragem e empenho de seus editores, não temos por que duvidar do êxito dessa empreitada.

A Direção do CAHL

SUMÁRIO

ARTIGOS DO DOSSIÊ RECÔNCAVO

Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos
Fernando Pedrão

Gênese do empresariado do Recôncavo da Bahia
Amílcar Baiardi, Luiz, Fernando Saraiva e Rita de Cássia da Silva Almico

Aspectos da "Vila de Cachoeira" no final do século XVIII: apontamentos e reflexões
Henry Luydy Fernandes e Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira

A presença jesuíta no Recôncavo da Bahia
Fabício Lyrio Santos

O espelho africano em pedaços: diálogos entre as representações da África no imaginário escolar e os livros didáticos de história, um estudo de caso no Recôncavo Baiano
Anderson Oliva

ARTIGOS

Jornalismo de moda: crítica, feminilidade e arte
Renata Pitombo Cidreira

Uma leitura do culto contemporâneo ao corpo
Maria Lucineide Andrades Fontes

Da cultura como mercadoria ao consumo como prática cultural
Luiz Henrique Sá da Nova

Mundo do filme e mundo do espectador
André Ramos França

ENSAIO

Os vários recôncavos e seus riscos
Maria de Azevedo Brandão

RESENHA

FILHO, Walter Fraga. Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0741-2, 368 p.
Fábio Duarte Joly

NOVOS E VELHOS ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS

Fernando Pedrão*

Resumo: O artigo pretende expor o significado histórico da atualidade da região do Recôncavo, construindo um olhar fundado nas transformações da estruturação social, onde a atual composição de classes está impregnada dos elementos pretéritos da sociedade escravista. O que é socialmente novo tem elementos de continuidade da sociedade antiga, que se reproduz pela fragilidade da modernização. Os novos modos de controle social e de recursos da região mostram novas condições de internacionalidade que representam um desafio para a análise social.

Palavras-chave: História social; modernização desigual; exclusão social.

Abstract: This article delineates the present historical significance of the Recôncavo, analyzing the transformations of the social structure whose class composition is still impregnated with old elements of the slave society. What is socially new has invariably elements of continuity with the past society, which is reproduced because of the fragility of its modernization. The new forms of social control and of the local resources show new conditions of internationalization which represent a challenge to social analysis.

Keywords: Social History; uneven modernization; social exclusion.

* Livre-docente da UFBA, diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, professor da Universidade Salvador.

Um realinhamento do debate

Finalmente, já começado o século XXI, se reconhece que o Recôncavo¹ é uma região onde se concentram relações econômicas e políticas conflitivas, que surgem das novas formas de concentração de poder econômico: a predominância indiscutida da influência da produção de petróleo e derivados e a renovação da produção canaveira. Outra vez, torna-se necessário reconhecer que há uma internacionalidade seletiva, que tem seus modos próprios de gerar pobreza e exclusão social. Para estabelecer uma visão atual do Recôncavo como região e enquanto lugar de um processo social, ou seja, para ver essa região na perspectiva histórica de sua formação social, é preciso acompanhar a relação entre suas ligações com o exterior e a estruturação social local. Os limites administrativos da região encobrem uma complexa realidade histórica, que sugere distinguir uma parte norte, que compreende municípios que se confundem com a região do Agreste e que estão ao norte da falha geológica da bacia do Rio Jacuípe; e uma parte sul, que compõe a meia lua em torno da Baía de Todos os Santos e cuja ponta sul é o estuário do Rio Jaguaribe. Além disso, é uma região em quatro patamares de altura: os manguezais, a planície de Santo Amaro e Cachoeira e a “mata fina”, que são os “tabuleiros” que vão da parte alta dos municípios que estão entre as bacias dos rios Paraguaçu, Subaé e Jacuípe.

Essa região foi criada pelos interesses de capital mercantil já internacionalizado em busca de meios materiais para expandir-se, que se instalou em Salvador. A prosperidade do açúcar criou uma classe subalterna rica – os senhores de engenho – que se tornou um poder ambivalente, extraindo sua identidade do Recôncavo, mas fazendo-se representar no contexto político de Salvador. Já no final do século XIX, com o fim do escravismo, a aliança tradicional entre os sistemas econômico e político na Bahia levou a uma postura de tentativa de controle autoritário do mercado de trabalho, que se revelou claramente na declaração das classes produtoras de 1884 – a favor da continuidade do escravismo – e na repressão ao movimento de Canudos, hoje comprovadamente apontado como movimento a ser eliminado, porque atingia a disponibilidade de mão-de-obra para a agricultura.²

A visão crítica da constituição do bloco regional de poder, especialmente da constituição das elites da sociedade tradicional, é parte necessária desta revisão. O bloco regional de poder foi formado de uma aliança entre os interesses mercantis de Salvador com os da oligarquia açucareira, com menor participação da oligarquia pastoril, cuja ligação com o controle das terras de cana-de-açúcar é um fato inquestionável. Desde o início da Colônia, o controle da água se estabeleceu como fator decisivo da valorização da terra e deu lugar a notáveis diferenciações entre os programas de produção das diversas áreas da região. A consistência e a intensidade da participação desses grupos na constituição de uma sociedade regional são questionáveis, dada sua incompatibilidade com os demais participantes do meio regional, que os tornou membros à distância do sistema muito mais fluido de solidariedade entre os grupos dominantes o Império Português. Não se deve ignorar que o império valeu-se de um estrato de administradores que transitaram entre os diversos pontos de concentração de interesses do sistema, dando lugar a vínculos com a metrópole, que também funcionaram como atrativos para esses pequenos grupos de oligarcas com pretensões de ascensão nobiliárquica.³

As contradições entre os dois primeiros grupos, alimentadas pelos efeitos do controle do comércio sobre engenhos que perdiam posição tecnologicamente, deram substância às lutas da primeira metade do século XIX. Mas esses choques tiveram o efeito indireto de revelar os conflitos fundamentais entre os segmentos livres e os não livres da sociedade, bem como entre os segmentos com acesso a emprego e os que não tinham acesso a ele. A migração de ex-escravos para Salvador significou, na

¹ O Recôncavo da Baía de Todos os Santos é uma região 9.800 km² em forma de crescente em torno dessa baía, que foi a principal sede da produção açucareira na Bahia – conquanto certamente não a única – e sede exclusiva de uma produção fumageira especializada – do fumo Brasil-Bahia – além de sede, também, da primeira produção petroleira do país. Reconhecidamente uma região muito urbanizada no período colonial, o Recôncavo tem marcada presença nos planos cultural e político do país.

² A recente exposição pública de acervo de cartas de propriedade do Barão de Geremoabo veio documentar esse movimento.

³ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.

prática, que as cidades do Recôncavo, especialmente Cachoeira e Santo Amaro, começavam a perder posição na urbanização no Estado, numa tendência que persiste até hoje. A inibição do crescimento da população do Recôncavo acentuou-se desde 1967, quando coincidiram a desativação do porto de São Roque do Paraguaçu, a inauguração da BR-116 e a implantação do Centro Industrial de Aratu.

A questão fundamental da história econômica da Bahia definiu-se no período entre 1890 e 1914, quando a transição da produção escrava para a assalariada ficou colocada entre os efeitos da abolição da escravatura na produção açucareira e os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a produção fumageira. Essa transição teve conseqüências internas dos sistemas de produção existentes; e conseqüências externas, da ancoragem da organização regional da economia no contexto internacional. Primeiro, a região foi beneficiada pela imigração, especialmente de alemães, que mercantilizaram e elevaram a qualidade do fumo; e, em segundo lugar, esse aparelhamento mercantil tornou-se parte integrante da organização dos novos segmentos de exportação de cacau e do setor renovado de fumo.

De uma vez, definiam-se os limites da produção tradicional e das relações internacionais de comércio. Nessas condições, o mercado local de trabalho encontrava limites que somente seriam alterados em Salvador, com a primeira industrialização – de fato, entre 1890 e 1914 – e com a formação da infra-estrutura econômica concentrada nessa capital.⁴

A literatura sobre Salvador, do período posterior à guerra com o Paraguai⁵ até a crise econômica de 1925,⁶ aponta o problema fundamental de ocupação remunerada nos meios urbanos, tanto para os iletrados como para os que tiveram acesso a estudos. A sociedade baiana tornou-se uma sociedade nitidamente de emigração, em todos os níveis de qualificação. Salvador concentrou fortemente as funções urbanas do estado. Mas sua incapacidade de absorver a necessidade de emprego de sua própria população determinou novas rotas interiores das migrações, surgindo fluxos migratórios do interior semi-árido diretamente para o Sudeste do país, enquanto se formavam padrões migratórios internos na direção de Salvador. Desde o Estado Novo, esses fluxos se tornaram notórios, avolumando-se no período aproximado de 1950 a 1980.⁷

Todos esses movimentos têm sua raiz na formação da sociedade escravista e em suas conseqüências ideológicas. A região sofreu sempre as conseqüências da exclusão da maior parte de sua população – escravos e demais destituídos – e da falta de solidariedade local de sua classe dominante. A relação com o exterior foi o elemento unificador da região. Enfraquecida ou eliminada, os grupos dominantes migraram, para Salvador e para o Rio de Janeiro, num fluxo que continuou até a década de 1950, quando diminuiu, para recrudescer com o encolhimento do emprego para executivos na indústria polarizada, desde 1990.

Por isso, a análise histórica regional deve se apoiar no contraponto da relação com o exterior, observando os momentos de relacionamento mais intenso e mais direto; e os momentos de relacionamento mais tênue e indireto. Os estudos sobre o Recôncavo têm padecido de dois grandes defeitos comuns à maioria dos estudos que se assumem como regionais: valorizam demais os aspectos locais da questão e exploram pouco a relação entre a inserção da região escolhida num contexto regional mais amplo e a estruturação local da economia. Entretanto, essa região sempre foi determinada por relacionamentos com o exterior, quase sempre processados através de Salvador.

⁴ Cabe ver o trabalho de José Luis Pomponet Sampaio sobre a primeira etapa da industrialização e de Waldir Oliveira sobre a “imperial cidade de Valença”, que documentam e interpretam a metamorfose do mercado de trabalho urbano no espaço econômico e social do Recôncavo.

⁵ Há em aberto uma questão complexa da história da Bahia, relativa à guerra com o Paraguai, dada pela elevada participação do estado naquele conflito, pelas perdas que ele representou, certamente muito superiores às do Brasil na Itália, e pelas conseqüências posteriores, em termos de emigração induzida e de alteração das relações sociais no meio urbano.

⁶ No relativo à crise de 1925, representada pela crise de abastecimento de Salvador, podem ver-se Miguel Calmon Sobrinho e Manoel Pinto de Aguiar.

⁷ No relativo a essas tendências, podem ver-se os estudos de Guaracy Sousa, Heloisa Pagliaro e Janet Almeida, sobre diferentes aspectos dos movimentos demográficos na Bahia nas décadas de 1960 e 1970.

Além de tudo, considerada a importância decisiva dessa região na formação da região baiana, é reveladora a escassez de trabalhos sobre o Recôncavo, bem como a predominância de uma visão ainda ligada aos interesses e à visão de mundo da anterior classe dominante. A historiografia da Bahia, especialmente da Bahia negra, tem mudado sensivelmente nas duas últimas décadas, mas persiste um notável desligamento entre os trabalhos de historiadores, demógrafos, economistas, sociólogos e antropólogos.

Tentativas de pesquisa e de planejamento de que tenho participado desde 1985 sustentam o ponto de vista de que nessa região, talvez com mais clareza do que em outras experiências semelhantes, há uma necessidade imperativa de trabalhar com a hipótese de um corte profundo nos processos de estruturação econômica e social, com efeitos decisivos no quadro cultural e ambiental. O corte aqui, aparentemente, é o da modernização local e coloca-se na década de 1950, com a entrada da Petrobras e a produção petroleira. Na realidade, é um corte social muito mais profundo que corresponde a uma ruptura com a sociedade escravista e com o tipo de memória produzido pelo escravismo e pelo ambiente pós-escravista. A sobrevivência de modos de dominação criados no sistema escravista é um aspecto essencial da sociedade baiana da primeira metade do século XX, que condiciona as condições locais de trabalho, assim como se converte em fator expulsivo determinante no quadro das migrações.⁸ A predominância de fatores expulsivos sobre atrativos é um traço dominante na dinâmica demográfica na Bahia que se confirmou nas diversas análises feitas do tema, desde a década de 1950.

Crescendo sob a história tradicional, surge outra demanda, de uma história da verdadeira sociedade regional, com sua complexidade e interação de seus participantes reconhecidos e dos negados ou estereotipados pela visão escravista. Será difícil, se não impossível, progredir sem denunciar a continuidade dessa visão escravista na historiografia oficial e sem estabelecer a necessidade de uma visão interna própria do problema. É um problema de sociologia histórica que leva a substituir termos genéricos, tais como o negro, o índio, os pobres, os senhores de engenho, por terminologia mais específica, que revela a pluralidade. Passa-se a falar dos diferentes grupos de negros no ambiente rural e no urbano e com diferentes tradições; de diversos remanescentes indígenas e da presença indígena na esfera da servidão; de multiplicidade de condições de pobreza e de diversos capitalistas, desde aqueles que converteram capital escravista em bancos e em empreendimentos industriais, até os novos capitalistas individuais, que transferem capitais acumulados em atividades urbanas para terras adquiridas como fator de *status* e como modo de acumular fora de suas atividades profissionais especializadas.

Falta uma nova história do Recôncavo, ou uma história do outro Recôncavo, com suas condições de articulação com a expansão do capital na economia baiana e com sua nova estruturação social. Essa carência está latente desde estudos já clássicos da historiografia baiana, como os de Thales de Azevedo, que sugerem a necessidade de identificar categorias adequadas para explicar movimentos de longo alcance da formação da sociedade baiana.⁹ Os movimentos do povoamento – ou da formação de assentamentos estáveis – desenvolveram-se junto com os da formação social, podendo ver-se movimentos associados à formação de capital e à estruturação de conjuntos de meios de produção.

A integração dos aspectos socioeconômicos com os socioantropológicos ficou diante de um dilema, entre tratar da história de uma dada sociedade, produzida pelo segmento dominante do ambiente escravista, ou tratar dos processos formativos de sociedade, necessariamente plurais na origem e no desenvolvimento, justamente pela ausência de mobilidade entre o componente escravista e o escravizado. O aparecimento de novos elementos de socialização, dados pelas novas formas de influência de Salvador na região, desde a década de 1950, tornou necessária uma análise capaz de registrar substituições nas formas de organização local da sociedade em seu conjunto, compreendendo os desdobramentos das formas tradicionais de organização e a entrada de novas formas de organização, até então desconhecidas na região.

⁸ Ver os trabalhos de Heloisa Pagliaro (IMIC e CRH) e Janeth Souza (CME/UFBA).

⁹ Ver Thales de Azevedo, *O povoamento da Cidade de Salvador*.

Os estudos sobre os negros, especialmente, substituindo uma visão genérica de raça própria do escravismo, por uma percepção da complexidade histórica e cultural, projetam nova luz nessa discussão, primeiro, porque transferem o debate sobre o negro da esfera etnocultural para a sociologia histórica, situando-o como integrante essencial da formação social e segundo, porque ajudam a mostrar a complexidade econômica que permitiu o funcionamento da produção escravista, com sua exploração servil de índios e de diversos outros não escravos.

Supera-se, portanto, uma situação anterior em que parecia que o problema social e econômico da escravidão houvesse terminado com a Abolição. Como se não houvesse um problema social representado pela exclusão dos ex-escravos e dos que continuaram em condições de servidão. Ainda é como se a sociedade urbana pós-escravista pudesse manter-se sem utilizar meios de exploração herdados da situação anterior e praticados de modo informal, mas legitimado. Entretanto, este problema se reproduz de diversos modos, desde a desigualdade das condições de mobilidade entre grupos de renda e grupos étnicos até o controle ideológico representado pela própria leitura da história.

Esse desafio ficou claramente configurado quando de uma tentativa de estudos e planejamento cultural, empreendida em 1995 pela Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, em que pretendemos trabalhar com essa revalorização atual dos equipamentos da região – antigos e recentes – em relação com a trajetória de seus usos efetivos pela sociedade baiana e com suas novas possibilidades de uso. Tornou-se clara a falsidade do argumento de encontrar usos justificados pelo turismo, por separado da genuína funcionalidade social. Também tornou-se evidente a impossibilidade de determinar usos atuais sem um esclarecimento radical de quem seja a sociedade da região ou de como ela se produz.

Com esses elementos, evidenciou-se a necessidade de rearticular a explicação do processo social em função dos elementos comuns à produção mercantil-escravista e à produção capitalista pós-escravista, que são, justamente, os preços da terra e do trabalho. O preço do trabalho na produção escravista é o preço de compra e de manutenção dos escravos, que é um dado que sempre fez com que os escravistas tentassem reduzir ao mínimo a sustentação dos escravos. A desorganização da produção para o mercado exportador teve o efeito indireto de inviabilizar grande parte da produção tradicional para mercado local, reduzindo a produção de alimentos a escalas ínfimas, em que o excedente físico vendável tornou-se quase insignificante. Pequena produção rural, ou produção minifundista, tornaram-se sinônimos de pobreza aguda crônica.

A reconstrução do objeto-sujeito histórico

A análise do Recôncavo territorializa a questão de sociologia histórica na Bahia, onde até hoje falta, claramente, uma correspondente visão de conjunto regional sobre o interior em sua denominação social de Sertão ou em sua denominação física de Semi-árido. Essa dificuldade de alcançar um sentido de totalidade no tratamento do interior do Estado da Bahia é reveladora da opacidade dessa parte da sociedade regional, ou da própria compreensão de Sertão.¹⁰ O Recôncavo contrasta com as demais regiões por ser a única com começo, meio e fim, com limites. A identidade cultural da região é única no Estado da Bahia: o único caso em que as pessoas são conscientes de serem parte de uma região e não de uma localidade ou de um município.

Além disso, no Recôncavo encontram-se, lado a lado, os diversos problemas constitutivos dessa polaridade entre o pretérito presente e o futuro quase perfeito. Segundo a perspectiva a partir da qual é visto, o Recôncavo é uma região subsidiária de Salvador, uma região dotada de poderosa presença no contexto da grande região baiana ou é um espaço regional constituído de uma pluralidade de situações que se prolongaram desigualmente e têm tido condições claramente diferenciadas de comunicação. A perspectiva econômica do problema regional, que se organizou em torno da modernização, descartou uma parte essencial do problema, aquela relativa à presença de elementos

¹⁰ “Lugar sertão carece de limites...”. Guimarães Rosa, *Grande Sertão, Veredas*. Desde aí, Sertão é lugar com um significado físico, antes de lugar de história.

de coesão, historicamente formados, que podem refratar os problemas gerais da Bahia, em todo caso, diferenciados dos padrões gerais da própria modernização.

A leitura tradicional da questão regional organizou-se em torno da produção para exportação, principalmente da produção açucareira e mais recentemente da petroleira e resulta numa visão unitarista da região, que não contempla a especificidade da atividade exportadora na formação do conjunto da região. Afinal, a produção para exportação mobilizou apenas uma pequena parte da economia baiana, e mesmo uma pequena parte da economia do Recôncavo.

A pesquisa sobre o papel da produção fumageira ainda é insuficiente nesse aspecto e praticamente não há nada sobre o extrativismo para exportação, de madeiras, outras espécies vegetais e materiais de construção. De todos os modos, a perspectiva da produção para exportação reflete uma sucessão de situações de maior ou menor coesão, mas sempre como um conjunto regido por um único jogo de regras, normas e linguagem. Nessa perspectiva, a região se vê apenas como uma emanção do poder de agregação do capital mercantil agrícola exportador.

Obviamente, é um tratamento parcial, enviesado ao setor exportador e, além disso, com sérias lacunas do tratamento do vetor exportador na região, além de não considerar as inter-relações entre os segmentos exportadores e a reprodução social de base local. Mesmo no auge da produção açucareira o extrativismo foi importante e continuou a ser praticado depois da decadência do açúcar. Do Recôncavo extraíram-se madeiras nobres para exportação até muito recentemente, assim como extraíram-se muitas outras espécies vegetais, tal como foi possível comprovar com dados de produção bruta até a década de 1950.¹¹ Sobre a exportação de fumo há dados de pesquisas, mas o fumo desempenhou um papel especial, ao ser um setor controlado por capitais localmente formados e por ter dado lugar a uma estruturação de ocupação local.

Na história oficial, essa tem sido a única compreensão da região, que simplesmente se qualifica com referências da presença do governo estadual como principal representação do Estado. Tal visão, no entanto, projeta apenas o perfil do conjunto dominante, formado da união do setor exportador com o poder político organizado. Não considera o papel desse conjunto dominante no relativo à inclusão, não inclusão e exclusão de população, assim como não registra a pluralidade de aglomerações e de contextos culturais que coexistem no Recôncavo. Mais que noutras partes do Estado, o Recôncavo é o lugar de uma pluralidade de situações que compreendem um leque daquelas determinadas pela escravidão e pela servidão, aquelas constitutivas do universo do extrativismo e o elenco de situações pertencentes ao que se aceita como moderno. Como desdobramentos dessa pluralidade, estão as diversas condições de comunicação entre elas, que em seu aspecto negativo indicam as brechas de comunicação entre os diversos grupos participantes do contexto social da região.

Hoje é possível trabalhar com uma proposta de interpretação da constituição do ambiente social do Recôncavo, sobre a base dos elementos identificados como reconhecidos, constitutivos da esfera doméstica e da esfera de mercado, responsáveis dos circuitos de produção de mercadorias e dos circuitos de extrativismo. O extrativismo não é residual, nem se restringe aos segmentos mais pobres da população. Pelo contrário, sempre foi um componente não declarado fundamental para viabilizar a produção de mercadorias exportáveis e inclusive trouxe uma grande parte das mercadorias.

Trata-se de olhar esse passado da região a partir de um quadro desigual de informações sobre a esfera da produção para exportação e da produção para uso local e de um quadro de diversidade de nucleações e de formas de organização que, por sua vez, corresponde a variadas condições de articulação econômica e capacidade de garantir sobrevivência e acumular capital.

As pesquisas realizadas sobre o Recôncavo nos últimos decênios, conquanto dispersas e tímidas, levaram a superar definitivamente a perspectiva escravista, dedicada a relatar os feitos das famílias tradicionais e a perspectiva culturalista, dedicada a descrever a participação dos grupos étnicos e religiosos nos fatos da vida econômica, política e cultural. Há, realmente, um problema

¹¹ Segundo o censo de 1950, o Recôncavo participava da produção de todas as 31 espécies de produção extrativa vegetal registrada para o Estado da Bahia, inclusive de algumas supostamente típicas do semi-árido, tais como licurí e ouricurí.

fundamental, de expor os movimentos de articulação de população e de recursos físicos para a produção mercantil escravista internacionalizada, para a produção industrial escravista e pós-escravista; e de mostrar os modos de absorção de população nos núcleos de sobrevivência na anomia da exclusão; e de pobreza crônica; e os movimentos de população entre essas duas esferas. São esses movimentos que historicamente determinaram a mancha de população diretamente incorporada à sociedade econômica de mercado e à periferia demográfica indireta e frouxamente articulada à esfera de mercado e onde se encontram elementos quase completamente separados de qualquer movimento de mercado.

Nestas notas procura-se chegar a algumas observações significativas a partir de documentos, pesquisas e observações diretas sobre a absorção de trabalhadores nos segmentos integrantes da esfera exportadora, seguindo registros históricos, antigos e atuais, e sobre a absorção da periferia extrativista e da primitiva, principalmente através de indicações atuais. As observações referem-se à esfera do mercado e àquela doméstica, guiando-se no primeiro caso por dados organizados e no segundo caso por observações diversas. Trata-se de uma reavaliação da memória da produção açucareira da produção fumageira, da indústria petroleira e das atividades extrativas articuladas pelo mercado urbano.

A questão é que a sociedade como tal mudou, porém mediante modificações dos papéis desses segmentos que não foram mobilizados – pelo menos diretamente – para exportar. Não há como realizar essa tarefa sem enfrentar o problema de estabelecer o papel dos escravos e quase escravos nos processos da formação social pós-escravista e tratar daquele especificamente relativo aos negros e mulatos pobres constitutivos da maioria dessa sociedade mitificada e negada. Isso tem sido feito por uma nova historiografia baiana, que envolve muitos estudiosos que se dedicam a revelar a complexidade, os conflitos e as fusões que se deram no ambiente escravista.

A produção de uma sociedade regional subalterna

A formação da nova sociedade do Recôncavo não é, de modo algum, homogênea nem constituída de movimentos contínuos. Aparece no plano econômico e político, com a entrada de fatores econômicos e internos – nacionais – como estruturantes da região, substituindo ou complementando os fatores externos – de relações com o exterior – na função de estruturadores de sociedade. A dissolução da produção exportadora escravista foi acompanhada da formação de um capital bancário que se revelou capaz de operar em escala nacional e de funcionar como mediador de uma reorganização dos interesses da produção canavieira, e mesmo da industrial, em novas composições de interesses em capital imobiliário¹² e em outras aplicações, especialmente em pecuária e nos novos segmentos exportadores. Esses movimentos puderam ser acompanhados através da composição do capital dos bancos – Banco Econômico e Banco da Bahia – em notícias de composição das empresas que participaram do mercado imobiliário e das que passaram a beneficiar-se do financiamento preferencial dos bancos de desenvolvimento.¹³

Ao desvanecerem-se os velhos núcleos de exportação e reduzir-se o tempo-distância entre o Recôncavo e Salvador, torna-se visível uma diferença entre os processos de estruturação regional, determinados pelas monoculturas de exportação, e pelos processos de estruturação regional, determinados pelas monoculturas exportadoras, e os processos da sociedade empobrecida e tecnologicamente regredida. O ambiente em que a maioria sobrevive em condições de pobreza aguda é o de uma sociedade do mesmo, quer dizer, em que as condições de reprodução têm permitido a

¹² A ata do cartório de Luciano Marback de 1932, que relata a constituição do capital da União Fabril, descreve as participações dos novos sócios, onde constam aportes de capital na forma de terrenos foreiros da Prefeitura de Salvador como se fossem propriedade privada.

¹³ Um levantamento da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia de 1963 aponta que o Estado da Bahia tinha obtido 60% do crédito preferencial outorgado pelo Banco Nordeste entre 1952 e 1963, quando a quase totalidade desses recursos foi para empresas tradicionais. Informações sobre os usos de recursos do FINOR já da década de 1990 mostram que essa composição do crédito se manteve quase inalterada, ou seja, que as empresas definidas como tradicionais continuaram recebendo recursos preferenciais dos Estados.

continuidade da formação social sem vulnerar suas regras. Pelo contrário, a sociedade que se reorganiza atingida pelas novas regras de articulação regional é uma sociedade da diversidade que se diversifica.

A nova produção de sociedade no Recôncavo resulta da reinserção de componentes da velha sociedade tradicional em formas de organização criadas pela economia urbana de Salvador e por atividades realizadas no próprio Recôncavo. Nas primeiras coincidem a expansão do mercado imobiliário e os efeitos derivados da concentração de despesa pública¹⁴ e de localização de empresas¹⁵. A rigor, as cidades da região tornaram-se parte da dinâmica da urbanização de Salvador e Camaçari.

A análise dessa experiência suscita uma questão da análise histórica, qual seja, de que o desenvolvimento do sistema produtivo põe em evidência ou fortalece certas formas de subordinação, que antes não foram importantes, ou que simplesmente foram incipientes.¹⁶ A subordinação não é linear em função de níveis de renda, senão constitui um processo que está exposto a influências que se desenvolvem em cada patamar de renda. Por exemplo, a subordinação das empresas que operam no comércio de varejo não é mesma que a do mercado local de trabalho, voltado às faixas de emprego para trabalhadores não qualificados.

O percurso do novo movimento de valorização começa no período do Estado Novo com o aparecimento de políticas de infra-estrutura e de modernização, modificando os papéis de cidades tradicionais. Cachoeira, que sempre fora a porta de entrada para o Sertão através do vale do Rio Paraguaçu, cedeu lugar a Santo Antonio de Jesus, onde se iniciou o plano de transporte rodoviário. A desativação do porto de São Roque do Paraguaçu em 1967 representou a desarticulação do transporte marítimo e sua substituição pelo rodoviário, com o começo da influência de Feira de Santana.

O principal argumento que surge da relação desses processos de dissolução da produção açucareira é a desvalorização da terra, na esteira da perda de rentabilidade, de desmobilização do trabalho escravo e da falta de usos alternativos para essas terras. Observe-se que a desvalorização das terras de fumo foi paralela à fase final da desvalorização das terras de cana-de-açúcar, mas que não se confunde com essas, dentre outras razões, por serem terras com outras características químicas, de altitude e de pluviosidade. Os movimentos de desvalorização generalizada de terras e de revalorização seletiva foram comandados pelo declínio generalizado do açúcar e por alguns movimentos positivos, se bem que fugazes, de preços. Mas, a sobreposição da política financeira especulativa da Primeira República e a restrição de mercado causada pela Primeira Guerra Mundial deram um caráter decisivo ao declínio e à desvalorização.

Nesse quadro, a presença da Petrobras a partir dos anos de 1950 pôs em marcha um processo de valorização de terras, determinado pelas compras forçadas de terras para perfuração e lavra de petróleo. Tais compras deram liquidez a muitos proprietários que já estavam completamente fora do circuito produtivo, e que passavam a reciclar seu patrimônio como base de formação de capital. Como efeito secundário, a presença da Petrobras resultou em estradas locais, que têm alterado os preços das terras na região e modificado as condições de mobilidade das populações locais.

Os subseqüentes movimentos de preços das terras podem ser acompanhados, perfazendo um novo mapa da exploração agrícola, em que o capital passa a estar representado por empresas, inclusive formadas sobre a reciclagem do antigo capital escravista e com financiamento público preferencial; pela entrada de novos pequenos investidores, detentores de capital formado no meio urbano,

¹⁴ Um aspecto a ser enfatizado é o perfil de concentração da despesa. A despesa foi canalizada quase por completo para pessoal e manutenção, numa composição que tendeu a manter os desajustes entre a preservação do perfil do Estado na região e a necessidade de uma atuação regionalmente mais significativa.

¹⁵ A localização de empresas passou por duas mudanças de rumo fundamentais, primeiro entre a localização baseada em vantagens locais de transporte e a determinada por vantagens regionais; e segundo, pela substituição das vantagens regionais por desdobramentos locais de decisões nacionais. A primeira caracterizou a substituição de localização entre pontos ribeirinhos do Recôncavo e pontos do sistema de transportes terrestres. A segunda significou a presença de localização de estabelecimentos produtivos por conta da Petrobras e das multinacionais do pólo petroquímico.

¹⁶ Encontra-se uma reflexão oportuna dessa questão em Remo Bodei, em uma análise do desdobramento histórico da hegemonia em ambientes submetidos a controle externo.

principalmente em busca de empreendimentos de baixa densidade de capital, tais como a pecuária e lavouras tradicionais, e portadores de *status*.

No novo processo de formação de preços das terras há, portanto, uma segmentação de mercado entre as áreas afetadas pela nova demanda de terras e pelas áreas onde não foi encontrado petróleo, já que os efeitos dessa demanda não se difundem no mercado de terras da região. Daí, há uma segmentação do mercado que corresponde ao modo de absorção de trabalhadores, entre a esfera da nova produção capitalista empresarial e a esfera da produção capitalista minifundista. A predominância de minifúndios em pobreza crônica é um dado fundamental do problema que indica a questão social relativa ao uso de força de trabalho familiar.

No município de Cachoeira, uma pesquisa local em 1994, em cooperação com o município de Cachoeira, indicou que uns 80% dos estabelecimentos tem um hectare ou menos e que o coeficiente de densidade de ocupação das moradias rurais era de 5 pessoas por cômodo. Para Santo Amaro, encontrou-se que uns 90% dos estabelecimentos agropecuários era de até um hectare. Condições de vida igualmente precárias encontram-se em Maragogipe e em Governador Mangabeira e mesmo em Candeias, que recebeu uma presença mais intensa da produção de petróleo e concentra maior despesa local do sistema da Petrobras. Finalmente, observa-se que em toda a região hoje há um único hotel nível médio, em Saubara, não havendo hotel algum em nenhuma das sedes municipais, nem restaurante algum classificável por padrões de qualidade média.

Hoje as atividades econômicas da região podem ser agrupadas tal como na tabela n.1 a seguir.

Diagrama n.1. Perfil de atividades da região

atividades	tamanho			
	grande	médio	pequeno	micro
extração vegetal variada			x	x
extração pesqueira			x	x
extração materiais construção		x	x	x
pequena produção de alimentos fruticultura			x	x
produtos do mar		x	x	x
açúcar	x			
fumo			x	
artesanato				
avicultura			x	x
bebidas alcoólicas			x	x
petróleo e gás natural	x			

Esse quadro encobre o fato de que se destaca uma diferença entre as atividades da esfera industrial moderna e as da esfera tradicional, em que nas primeiras o emprego caiu mais ou menos de 10 a 1 entre 1986 e 1999 e nas segundas, mesmo naquelas em que há alguma renovação tecnológica, o emprego mais ou menos se mantém. Nessas condições, a região tornou-se a principal supridora de trabalho não qualificado quase servil para Salvador – empregadas domésticas, biscateiros etc. – e em suas cidades passou a depender, cada vez mais, da renda monetária de aposentados.

Novas manifestações da formação social e de classes

Hoje o Recôncavo representa um processo regional em que os elementos do declínio e da desestruturação da produção tradicional, inclusive da modernizada, se conjugam com os elementos de novas modalidades de inserção no mercado. Mudaram as formas de participação dos capitais

organizados em Salvador, portanto, os mecanismos que atrelam os movimentos de concentração de capital em Salvador e na Região Metropolitana à formação de capital no Recôncavo. A decomposição da produção escravista deu lugar a um quadro especial de regressão dos padrões de tecnologia – em termos relativos a atividades equivalentes e em termos absolutos – conseqüente da característica falta de formação de trabalho qualificado no ambiente do escravismo, Daí acentuaram-se as diferenças entre as atividades que passaram a fazer parte dos processos de renovação tecnológica, as que se mantiveram como adjacentes dos ramos de atividade que são localmente viáveis na escala restrita do mercado urbano da Bahia e as atividades que se reafirmam como características da pequena produção rural e aquática e do extrativismo, representando os níveis mais profundos de pobreza crônica.

No conjunto, há um esvaziamento de atividades localmente centradas e sua substituição por atividades organizadas em Salvador, com uma perda quase completa de relações diretas com o exterior. O Recôncavo tornou-se o *arrière pays* da Região Metropolitana, entretanto, com uma densidade cultural e com novas manifestações econômicas que o levam a diferenciar-se de novos modos, do conjunto mais densamente povoado e mais industrializado. Principalmente, há diferenças na “composição” das atividades, bem como nas perspectivas de desenvolvimento de novas linhas de atividade, que distanciam o Recôncavo da Região Metropolitana,

Na história recente do Recôncavo destacam-se quatro movimentos que alteraram o curso da produção da sociedade da região. São os seguintes:

1. A desestruturação da produção tradicional, inclusive da produção reorganizada de açúcar e da produção modernizada de fumo. Isso aconteceu em impulsos sucessivos de declínio, com correspondentes reduções de escala e fechamento de unidades produtivas. Contribuíram fatores externos, como o fechamento do mercado do fumo, causado pelas guerras mundiais, e fatores internos, com destaque para a falta de adaptação tecnológica da produção, decorrente da atitude do capital mercantilista perante os custos da produção.
2. A desorganização do sistema multimodal de transportes de base aquática e a subseqüente organização de um sistema multimodal de transportes de base rodoviária. A decadência também envolveu o transporte ferroviário, que foi o eixo central do sistema formado no começo do século XX.
3. A ascensão e o rápido fracasso do eixo Salvador - Feira de Santana como base da industrialização do Estado e a concentração das conseqüências negativas das transformações da indústria polarizada. Com o fracasso do complexo de Pedra do Cavalo e a subseqüente perda da produção da pecuária e com a perda de competitividade, houve uma emigração de centenas de empresas durante a década de 1990.
4. A progressiva definição de um novo conjunto de produção subordinada e de organização local com a emergência de pontos de comércio. Desponta Santo Antônio de Jesus e Santo Amaro torna-se uma cidade com o dobro do tamanho de Cachoeira.

A sociedade atual do Recôncavo revela-se em manifestações de suas coletividades e de seus modos de vida, na esfera do trabalho em mercado e na familiar, em campos identificados com a modernização e em campos em que as formas tradicionais simplesmente se recompõem e atualizam. O perfil social do Recôncavo começou a mudar de modo significativo com a formação de sindicatos ligados à produção petroleira, desde a década de 1950. Mas não ficaram restritas a essa sindicalização específica, senão que a região em seu conjunto passou a contar com outras formas de organização do patrimônio e da produção, em que se realizam a formação de capital e o emprego.

Na constituição da sociedade da região distinguem-se três situações principais: a formação social própria do dinamismo do processo colonial, que se dissolveu com a crise econômica do fim do escravismo; a sociedade do marasmo econômico e da anomia social, que corresponde ao período em que Salvador se reorganizou como capital política do Sertão, financiada pela região cacaueteira; a

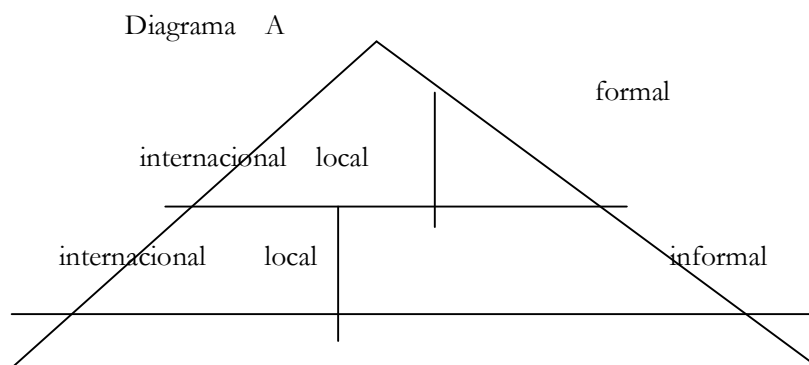
situação em que o Recôncavo ressurgiu como uma região que recebe influências de segundo grau da concentração econômica de Salvador-Camaçari-Simões Filho.

Nas três situações encontra-se a exclusão que corresponde às formas econômicas de servidão e de produção primitiva, principalmente do extrativismo. Adiante, soma-se a exclusão resultante do desaparecimento de empregos já da etapa de produção industrial. Por exemplo, ao longo da década de 1990, fecharam diversas fábricas, dentre as quais, usinas açucareiras, fábrica de papel. Surgiram aviários e algumas pequenas empresas produtoras de bens de consumo.

No conjunto, a estruturação ficou regulada pela relação econômica com o exterior, como formadora de renda e pela economia primitiva, como sustentáculo da sobrevivência da maior parte da pobreza crônica. Os grupos de pobreza aguda que permaneceram na esfera do extrativismo são uma constante da região, variando apenas a regularidade – a intermitência – de sua participação.

A sociedade da região compreende uma esfera incluída na sociedade econômica articulada com o exterior e uma parte localmente organizada, que se reproduz sobre a base material controlada pela pequena produção e pelo extrativismo. A exclusão – incidental ou permanente – de grande parte da população leva a revisar a conceituação de sociedade, antes que a contrastar à sociedade burguesa com seus antecedentes, sejam eles caracterizados como feudais ou não.

A questão se apresenta agora em termos de variações da mobilidade dos grupos organizados e da mobilidade no ingresso nesses grupos. Comparam-se situações anteriores, em que as áreas de participação estiveram claramente demarcadas e onde houve mais mobilidade para os grupos vinculados a relações internacionais, com situações mais recentes, em que surgiram grupos com maior mobilidade, nos diferentes patamares de renda, inclusive entre a esfera dos relacionamentos internacionais e a da produção para o mercado regional e local. As duas situações podem ser representadas tal como nos diagramas A e B a seguir.

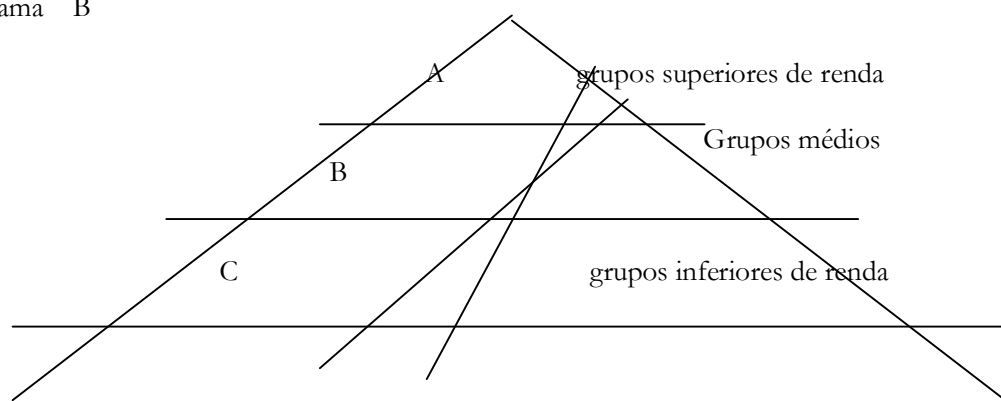


Essa rigidez de posições nos planos formal e informal, junto com a demarcação entre a esfera de atividades ligadas ao exterior e a esfera das atividades locais, descreve o ambiente social tradicional, herdado do escravismo. Mas a emigração das elites tradicionais deixou o espaço social exposto às novas influências da urbanização de Salvador, assim como deixou emergirem as manifestações da socialização local. Configura-se nova situação, em que há condições próprias de mobilidade dos grupos superiores e dos grupos inferiores de renda. As variações de mobilidade dependem do acesso a faixas específicas de mercado, tanto de atividades legítimas como de atividades toleradas, tanto de atividades regulares como informais. Os grupos com níveis mais altos de escolaridade participam do mercado regular de trabalho de Salvador e RMS, enquanto os grupos de pouca escolaridade encontram mecanismos familiares e semelhantes, para chegar a faixas de mercado tais como de pequeno comércio e de pessoal de serviço em edifícios, empresas de segurança e outros. Outras opções de acesso a mercado de trabalho são dadas pelo esporte profissional e pelas indústrias culturais, que ganham maior notoriedade. Por fim, as atividades não reconhecidas, ou ilegítimas, como a prostituição e a contravenção, terão que ser consideradas nessa sociologia histórica.

Na prática, a nova configuração do trabalho está claramente determinada pelas transformações das condições de sobrevivência, O movimento geral de emigração de empresas, que se configurou na Bahia desde aproximadamente 1991, tem suas últimas conseqüências no Recôncavo, onde além de desaparecerem os postos de trabalho ligados às atividades industriais em geral, encontram-se os efeitos do retorno de trabalhadores originários dessa região e desempregados na RMS. A busca de ocupação em Salvador tornou-se um imperativo da região, agora facilitado pela melhoria dos transportes, incluindo um número crescente de pessoas que moram no Recôncavo e trabalham em Salvador. Essas tendências facilitam práticas já tradicionais, de emprego de trabalhadores não qualificados em atividades de baixa remuneração em Salvador, especialmente de empregadas domésticas e de pessoal de apoio em edifícios e demais formas de emprego ligadas a serviços às famílias.

A prostituição é um aspecto pouco exposto dessa formação social marcada pela pobreza, apesar de ter sido sempre uma marca da duplicidade ética e da ambigüidade de valores da sociedade tradicional. É uma atividade profundamente enraizada no modo de vida da sociedade segmentada, que entretanto só passa a ser tema legitimado de análise quando atinge grupos sociais supostamente imunes a essa situação. Claramente, a generalização do desemprego leva a uma mudança de atitude perante a prostituição, que se vê com um fatalismo próximo daquele com que os escravos tiveram que sobreviver. Aí, os efeitos do consumismo são uma referência secundária, que se soma ao imperativo da sobrevivência.

Diagrama B



As modificações da composição do capital social básico e das relações com a urbanização e com o mercado de trabalho da região metropolitana, significam que maior número de pessoas ingressa na condição de trabalhadores no mercado de trabalho dessa região maior, alterando as condições locais de sobrevivência e o controle do mercado de trabalho. Este se torna diferenciado para os grupos que encontram meios de se deslocarem, seja mediante deslocamentos diários para trabalhar em Salvador, ou migrando, movendo-se mediante mecanismos de associação familiares e de vizinhança.

A mobilidade é a nova variável a ser considerada, inclusive por seu papel na reestruturação das relações de classe e por seus efeitos cumulativos. Há diferentes condições de mobilidade para os diversos grupos, tanto por suas condições de renda, como por sua inserção em coletivos organizados, tais como igrejas e partidos políticos. O fator político tornou-se progressivamente decisivo, na medida em que a emigração dos anteriores grupos dominantes cedeu lugar para a formação de um “capital” político, cobiçado no contexto do estado em seu conjunto. Adiante, a região passou a receber contingentes de trabalhadores ativos e de aposentados da indústria polarizada, constituindo um novo grupo de renda significativo.

Cultura como destruição da negação

O Recôncavo tem sido apontado como o lugar de uma significativa vida cultural, basicamente identificada com seus elementos de tradição, de certos componentes da cultura tradicional, especificamente daqueles elaborados pelos segmentos dominados da região. Mas a aceitação e a incorporação dessa tradição na constituição do cotidiano ainda é irregular, incerta e parcial. O próprio modo como o conceito de cultura é socializado deixa lugar para controvérsias. Cultura se entende como o conjunto de expressões esteticamente consistentes com a formação social, que de algum modo exprimem uma experiência socialmente incorporada, mas que não necessariamente indicam uma reflexão sobre essa experiência. Trata-se, antes, de uma totalidade de fato, que se faz ver, em seus sucessivos momentos, pelo modo como representa o contexto local de identidade.

Claramente, há manifestações culturais que refletem a visão de mundo do projeto de dominação, outras que representam a própria dominação e outras ainda que refletem a diversidade das relações desiguais. A legitimidade das manifestações culturais depende da aceitação de uma cultura por outra, ou seja, de como cada situação de diversidade compreende, ou simplesmente registra, outras manifestações. Logo, não há como ignorar que a capacidade de perceber a diversidade e as peculiaridades culturais depende da posição em que se encontram os analistas.

Assim, a modernização terminou por atingir indiretamente a esfera cultural, com nova valorização de costumes, práticas e linguagens. A ruptura dos sistemas de controle do escravismo abriu espaço para uma nova mercantilização dos produtos culturais das tradições regionais, especialmente dos grupos sociais dominados, principalmente da estrutura etnocultural de base negra. Os elementos culturais de religião e da velha urbanização da região, junto com elementos do meio rural e aquático, transferidos àquelas cidades, configuraram um quadro cultural, já não completamente espontâneo, mas em todo caso, que se torna progressivamente visível que se torna um meio de expressão economicamente válido, por isso, ganhando nova legitimidade. A cultura do Recôncavo deixa de ser apenas um tema para artistas e literatos de fora da região, para ser um canal de expressão reconhecido no contexto do Estado e perante a exposição do Estado a outros, dada pelo turismo.

A recente expansão do capitalismo na esfera cultural na Bahia tem se apoiado principalmente na simbologia da cultura negra, cuja principal referência territorial é o conjunto Salvador-Recôncavo. As referências territoriais tornam-se uma mediação da formação cultural, que são afetadas pelas influências propiciadas pela localização. Os fundamentos tradicionais da cultura, responsáveis por sua autenticidade, tornam-se uma questão a ser reestruturada e, segundo os meios de divulgação, permitem maior conhecimento do universo de produção cultural. Neste novo mapa da cultura, Salvador e o Recôncavo ocupam uma posição especial como referências das demais regiões, em parte pelo sucesso alcançado por suas representações, porém num sentido mais rigoroso, por concentrarem a maior densidade de expressões de continuidade.

Num quadro cultural geralmente dominado pelo contraste entre o barroco representativo do poder colonial e a arte popular, há um problema ainda por resolver que é a determinação dos espaços efetivamente ocupados por essa cultura, que ascende desde sua anterior condição de pária à de expressão universalmente reconhecida como legítima e representativa do contexto cultural da região em seu conjunto. Mas não há dúvida de que essa legitimação da arte popular constitui um meio de esvaziar e minimizar a negação de segmentos da sociedade, característica do mecanismo do escravismo.

Cultura aqui envolve economia e influência sobre os modos utilitários de comunicação, portanto, significa que as manifestações culturais devem ser vistas por sua carga de valorações, junto com sua qualidade estética. A ampliação da esfera de transações econômicas com objetos culturais cria novos espaços de interesse, que ignoram as anteriores separações de casta. A mercantilização de objetos culturais e a criação de estruturas empresariais, inclusive com efeitos significativos na esfera industrial, têm criado novos grupos de renda, que reproduzem a economia desigual, talvez em suas formas mais acentuadas, mas que em todo caso abrem oportunidades de trabalho para grupos da sociedade do Recôncavo.

Por fim, as ligações que surgem entre a indústria cultural e novos projetos de infra-estrutura ligados ao turismo e atentos aos movimentos da indústria cultural, indicam ampliações desses novos espaços de trabalho. O marasmo deixa de ser a simples prostração social crônica para ser o ambiente em que se manifestam as pulsões locais de busca de novas condições de identidade. Surgem diversos sinais de dinamização da sociedade regional pauperizada, justamente através dos mecanismos de identidade da pobreza, tais como são as associações rurais de minifundistas¹⁷, as associações religiosas¹⁸ e a música popular. Num impulso de otimismo que pode ser desmentido pela repetição do círculo vicioso da dominação, pode-se esperar que surjam movimentos locais capazes de identificarem focos de interesses suficientes para renovar a esfera da política. A realidade social se revela com mais objetividade, justamente, quando há alguns sinais de ruptura com o ranço do escravismo.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Manoel Pinto de. *A abertura dos portos do Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.
- ARAGÃO, Francisca. *O doce do açúcar que virou amargura*. Salvador: Dissertação de Mestrado, FCE/UFBA, 1998.
- ARAÚJO, Nelson. *Pequenos mundos, um panorama da cultura popular da Bahia, tomo 1, o Recôncavo*. Salvador: UFBA/Fundação Casa de Jorge Amado, 1986.
- AZEVEDO, Thales. *Povoamento da Cidade de Salvador*. Salvador: Itapoan, 1967.
- BARICKMAN, B. J. *A Bahian counterpoint*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRANDÃO, Maria Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia, sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1999.
- BAIROS, Luiza, *Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980*. In: REIS, João José (org.). *Escravidão & invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CALMON SOBRINHO, Miguel. *Décadas da economia baiana*. Datilografado.
- CONDER. *Estudo agro-pecuário do Recôncavo*. Salvador, 1972.
- COSTA PINTO, L.A. *Recôncavo, laboratório de uma experiência*. Rio de Janeiro, 1958.
- GERMEN. *Baía de Todos os Santos, diagnóstico sócio ambiental e subsídios para a gestão*. Salvador: Edições Germen, 1997.

¹⁷ Este autor teve a oportunidade de participar de um seminário de troca de experiências reunindo 35 associações rurais em Cachoeira em 1995, quando se teve a oportunidade de ver objetivizada uma linguagem rural alternativa à linguagem estereotipada das "lideranças" locais.

¹⁸ A centenária Irmandade da Boa Morte, uma organização leiga de solidariedade social, integrada por mulheres negras de Cachoeira certamente é o exemplo mais notável dessa manifestação.

- GURVITCH, Georges. *La vocation actuelle de la sociologie*. Paris: PUF, 1950.
- IRDEB. *O Estado Novo na Bahia*. documentário filmado, Salvador, 1999.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO AMBIENTE. *A valorização social e ambiental do Baixo Paraguaçu – um projeto para a região*. Salvador, 1990.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. Lisboa: Estampa, 1989.
- NUNES, Mayesse El Sayegh. *Problemas regionais de emprego e renda: o exemplo de Santo Amaro da Purificação no Recôncavo Baiano*. Salvador: Dissertação de Mestrado, FCE/UFBA, 1996.
- OLIVEIRA, Waldir. *História de um banco*. Salvador: Banco Econômico, 1996.
- PALLOIX, Christian. *A economia mundial capitalista*. Lisboa: Presença, 1972, 2 vols.
- PEDRÃO, Fernando. *Recôncavo, uma análise social regional*, Cadernos, FCE/UFBA, Salvador, 1986.
- _____. *O extrativismo e a periferia da produção*. Ensaio apresentado ao III Congresso de História.
- _____. *Tecnologia, energia e ambiente: aspectos de método e da experiência do Baixo Recôncavo*. Relatório apresentado ao CNPq, 1998.
- _____. *A dialética do colonialismo e as transformações econômicas da colônia*.
- RAMOS, José Alberto Bandeira. *A crise da economia fumageira do Recôncavo da Bahia nos últimos quarenta anos*. Salvador: Dissertação de Mestrado, FCE/UFBA, 1990.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito, a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Silvio Bandeira de Mello e. *O sistema urbano-regional do Recôncavo*. Ensaio apresentado em Seminário sobre o Recôncavo, Salvador, 1998.
- SOUZA. Guaracy A. e outros. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SOUZA, Paulo César. *A Sabinada, a revolta separatista da Bahia (1837)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GÊNESE E TRANSFORMAÇÃO DAS EMPRESAS REGIONAIS: O RECÔNCAVO BAIANO

Amílcar Baiardi*
Luiz Fernando Saraiva**
Rita Almico***

Resumo: O processo de Industrialização no Brasil foi marcado por uma série de condições adversas e contraditoriamente complementares. Na gênese deste processo estava a modernização que ocorria em nível mundial no século XIX. A economia brasileira, periférica em relação às fontes de financiamento, investimento e produção passou a receber demandas por alguns produtos, gerando um fluxo de recursos que alterou o perfil das economias agro-exportadoras estimulando o desenvolvimento de setores até então pouco ou nada desenvolvidos. O Estado brasileiro que se formou no início do XIX atravessou essas transformações que afetavam a própria base de sua existência, notadamente a Escravidão. Tentando resistir e re-organizar uma economia e sociedade em grandes transformações, o Estado Imperial, liderou, em meados do século XIX, um conjunto de reformas (Alves Branco, Código Comercial, Fim do Tráfico, dentre outras) que promoveram, em conjunto com a expansão mundial, uma série de efeitos de encadeamento nas diversas economias do país. O presente trabalho tenta “mapear” o desenvolvimento econômico pelo qual atravessou o Recôncavo Sul da Bahia durante este período tendo em vista as clivagens ocorridas na região em destaque que assiste ao surgimento das primeiras instituições e empresariado de caráter “capitalista”.

Palavras-chaves: Indústrias; empresariado; Bahia.

Abstract: The industrialization process in Brazil was characterized by many adverse conditions, but even so presenting a contradictory complementarity between each other. The worldwide modernization, in the XIX century, was the center of the genesis of this process. The Brazilian economy peripherically situated in relation to the sources of investment, finance, and production, had to supply the demand for some products, which altered de character of the agroexport economy and thus stimulated the development of yet non-developed sectors. The Brazilian State, in the beginning of the XIX century, went through such transformations which affected its existence, especially slavery. To adapt itself to such context, the Imperial State promoted a series of reforms (Alves Branco, Commercial Code, End of Slave Trade etc.) that promoted interconnected effects in the many Brazilian economies. This article seeks to map the economic development in the Bahian South Recôncavo during this period. It will be analyzed the ruptures produced by the rising of the first institutions and of an entrepreneurial “capitalist” class.

Keywords: factories, entrepreneurial class, Bahia.

* Doutor em Economia pela Unicamp, Professor Titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: amílcar.baiardi@terra.com.br.

** Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense, professor assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: saraivalf@uol.com.br.

*** Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense, professora assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: ritaalmico@uol.com.br.

A estruturação econômica e a gênese das empresas regionais

Desde o período colonial, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII, o Recôncavo Sul constituía-se mais precisamente no trecho navegável do baixo Rio Paraguaçu e o povoado (vila) de Cachoeira. Essa região jogou um papel especial nas rotas de comércio em direção ao *binterland*, Sertão do São Francisco e Minas Gerais, e em direção à Europa, constituindo-se em um entreposto do que se produzia para exportar e do que se importava da metrópole. Como a região era pródiga em termos de recursos naturais, inclusive pastagens, foram desenvolvidas neste local, várias atividades produtivo-primárias e também produtivo-secundárias, fabricação de açúcar e de charutos.¹ O crescimento da região a partir do comércio, bem como da agro-exportação e da agricultura mercantil de subsistência irá permitir um grande crescimento do número de indústrias que alcançaram a região no século XIX. Entender estes condicionantes será o principal objetivo deste artigo.

O território brasileiro foi incorporado ao circuito internacional de comércio devido a atividades extrativistas da madeira de uma árvore chamada Pau Brasil (*Cesalpinia echinata*). Estas atividades desenvolveram-se principalmente na Mata Atlântica ao sul de Salvador, mas na região atualmente denominada de Recôncavo esta mercadoria, entretanto, não foi a única, pois além dela há registros de extração de outros produtos vegetais, além de minerais e animais. O extrativismo é parte da participação das regiões periféricas no movimento mundial de acumulação de capital, mediante formas predatórias de captação de recursos naturais, estabelecidas por agentes econômicos financiados e ligados ao comércio internacional e sem compromisso com a economia futura.² Ao extrativismo, segundo Luís Henrique Dias Tavares, segue-se a partir do século XVI a produção de açúcar, atividade que combinava a agricultura com o processamento industrial da cana, constituindo o denominado complexo açucareiro.³ As demais atividades econômicas nesta fase colonial da história nacional eram subsidiárias à produção açucareira, entre elas a criação extensiva de bovino, que se estendia pela zona de transição para o semi-árido, a mata fina ou agreste, e entrava no semi-árido. Raízes e tubérculos como a mandioca, frutas, poucos cereais e posteriormente fumo e algodão, estes últimos também se constituindo mercadorias do comércio internacional, integravam o elenco de atividades conduzidas no período pelo mesmo tipo de agente que teve origem no extrativismo e por pequenos produtores independentes a ele anteriormente articulado. Estas outras atividades não chegaram, contudo, a ter o peso da cana de açúcar, que pela sua hegemonia, moldou no Nordeste relações de produção e uma sociedade que viria a ser a marca do Brasil, influenciando a construção do conjunto de instituições, de mentalidades e de valores. Com exceção de uma atividade agrícola atomizada de poucos homens livres, a produção extrativa e não extrativa no Brasil se organizava utilizando como força de trabalho a mão de obra escrava dos índios e, posteriormente, das populações africanas. Esta fase colonial da história nacional é conceituada por alguns historiadores como pré-capitalista, estando associada à grande propriedade da terra, outorgada pelo poder colonial a senhores da nobreza, e, por outros, como plenamente capitalista, por estar vinculada ao capital mercantil e aos circuitos internacionais de acumulação.

Não obstante, ser pré ou plenamente capitalista, a principal atividade desta economia, a açucareira, entra em uma profunda crise cujo início é datado por alguns como 1830, quando açúcar perde a liderança de exportações da recém nação brasileira.⁴ As origens desta crise, em geral associada com a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, estariam, segundo Silvio Humberto Passos Cunha, na incapacidade da classe de senhores de engenho de se adaptar às leis de 1950 (Lei de

¹ JANCSÓ, I. *Na Bahia contra o império: história do ensaio da sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec/EDUFBA, 1996.

² PEDRÃO, F.C. Novos rumos e novos personagens. In: BRANDÃO, M. A. *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

³ TAVARES, L.H. *História da Bahia*. Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

⁴ OLIVEIRA, W. F. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999.

Terras) e 1871 (Lei do Ventre Livre) e também na mentalidade estritamente escravista, que não concebia alterações nas relações de produção e nem nas forças produtivas, mantendo a rotina nas técnicas agrícolas e agroindustriais e não introduzindo inovações tecnológicas.⁵

Definir a economia colonial agro-exportadora baiana e do Recôncavo como pré ou plenamente capitalista é uma questão complexa que supõe uma incursão conceitual sobre a estrutura social então vigente e envolve o entendimento do que seja casta, estamento ou classe social. Partindo-se dessas estruturas, verificando-se como se davam as relações de produção no âmbito do complexo açucareiro e debruçando-se sobre a índole da escravidão é que se pode avançar na gênese do empresariado do Recôncavo baiano.

Quando se interpreta a escravidão como vontade política baseada no “tratado de guerra justa”, escrito por legistas e por prelados e que sancionava o direito a escravizar prisioneiros de guerra, o agente econômico regional, a depender do entendimento, integraria uma casta ou um estamento e então não seria portador de valores minimamente capitalistas como a aceitação do risco e a independência dos favores do Estado, no caso a Coroa de Portugal.

Ao contrário, quando se imagina que a principal determinação da escravidão foi econômica – que ela foi implantada no interesse da expansão mercantil por não ter sido possível povoar com nacionais as colônias lusitanas e que o escravo era um ativo comparado a um bem de capital como sugere Celso Furtado – se poderia falar de classes, com todos os problemas de utilizar uma categoria que surge na Inglaterra no século XIX, para pensar realidades dos séculos XVI, XVII e XVIII.⁶ Neste caso o agente econômico regional faria parte de uma classe social, a classe responsável pela implantação e exploração do complexo açucareiro, constituindo-se um agente associado da burguesia mercantil, tendo, por isso, valores dos empresários do período da expansão do mercantilismo.⁷

Esta diferença, de nada irrelevante, tem implicações no que tange à mentalidade. Pertencer à classe social do empresário do complexo açucareiro brasileiro como segmento do grande negócio açucareiro na Europa significa pensar economicamente o processo produtivo, exercitar relações de classe no circuito da produção. Significa ter uma mentalidade burguesa e encarnar o ideal de acumulação por meio da paixão pelo lucro, sendo este um instrumento de poder pessoal. Pertencer a um estamento ou casta significa desconhecer ou recusar o risco no processo produtivo e ver a propriedade dos meios de produção como um direito natural, estando o poder pessoal assentado em uma existência milenar, emanado da Igreja católica quando do início da ordenação feudal.

Independentemente de como possa se classificar este empresariado do Recôncavo baiano, como constituído a partir de uma classe ou de uma casta ou estamento, os relatos dos historiadores, sugerem que os mesmos não detinham valores, padrões culturais, que correspondessem aos dos empresários da Inglaterra, Alemanha e Países Baixos, quando da expansão mercantil na Europa e início da constituição do capitalismo, conforme descrito por vários autores.⁸ Mesmo que na Europa de então ainda não vigesse um padrão comportamental tipicamente burguês da época do nascimento do capitalismo industrial – o qual se baseava na ética, num conjunto de valores que regiam a vida cotidiana e que levavam a um ascetismo mundano, uma vida na qual o tempo e a energia do sujeito eram exclusivamente dedicados a atividades meritórias, à diligência, à parcimônia e à austeridade – já havia condutas que aceitavam o risco e que cultivavam a parcimônia, o que não poderia levar

⁵ CUNHA, S.H.P. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902*. Campinas: Tese de Doutorado defendida no Instituto de Economia da UNICAMP, 2004.

⁶ FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

⁷ Cf. HIRANO, S. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1988 e também MARQUESE, R.F. *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.

⁸ BERG, M. *The age of manufactures 1700 – 1820: industry, innovation and work in Britain*. 2ª ed. London and New York, 1999. MOORE, B. *Aspectos morais do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

senão à formação de capitais seminais. Estas condições do agente social, segundo os historiadores citados, não se faziam presentes no Recôncavo Baiano.⁹

O que acontecia no Brasil, na Bahia, e sobretudo no Recôncavo, era algo completamente diferente, a começar pelo entendimento do que deveria ser a relação capital-trabalho após a abolição da escravidão, o que exigiu do nascente operariado rural e urbano uma longa batalha para obter direitos que já haviam se generalizado na Europa. Tentativas de re-escravização, de servilismo e de controle racial com baixos salários foram as condutas mais comuns tomadas pela classe de senhores de engenho e pelos empresários de outros setores, não lhes ocorrendo buscar a viabilidade econômica na modernização produtiva, gerencial e em relações de produção estritamente capitalistas, é o que sugere os estudos de Silvio Humberto Passos Cunha e também Walter Fraga Filho.¹⁰

A saída para a crise do setor agro-açucareiro no entendimento de alguns empresários foi a produção têxtil que, curiosamente, tinha como fonte de financiamento uma cadeia de negócios na qual entravam o tráfico de escravos e o contrabando. Como a atividade comercial e o tráfico de escravos eram atividades muito afins,¹¹ este agrupamento social que era o empresariado baiano já presente nos séculos XVII, XVIII e XIX, somente adquire uma mentalidade mais próxima à burguesa quando a Bahia começa a diversificar sua estrutura econômica a partir da segunda metade do século XIX. Os casos da Valença Industrial, Empório Industrial etc., são emblemáticos deste período, no qual, com vistas à dinamização da economia, foram instituídos novos marcos legais, um conjunto de reformas (Alves Branco, Padrão Ouro, Lei de Terras, Código Comercial, Fim do Tráfico) que levaram ao crescimento dos serviços, aparecimento de novas indústrias e diversificação da agricultura.¹²

O caso do setor têxtil na Bahia - apontamentos

Para entendermos a gênese desse empresariado faz-se necessário termos claro as principais características da economia baiana no século XIX, suas articulações internas, as condições gerais do desenvolvimento das suas indústrias e o contexto nacional. No que diz respeito ao contexto nacional, as reformas realizadas no país no meado do XIX abriram novas possibilidades para investimentos e diversificação econômica. Em várias regiões do Brasil percebemos os efeitos positivos alcançados por tais medidas. A Bahia não foi uma exceção nesse contexto, embora goze de certas especificidades que procuraremos destacar.

Quanto às articulações internas, um primeiro aspecto a ser considerado é que centraremos nossas análises nas fábricas têxteis posto terem sido as que apresentaram um maior desenvolvimento para o período; o que não significa dizer que foi único tipo de indústria que surgiu nesse momento. Outro aspecto a ser destacado é que, para comentarmos as mudanças que levaram a diversificação econômica da Bahia ao longo do século XIX (surgimento de manufaturas e fábricas), não podemos deixar de considerar o caráter regional que esta diversificação teve. No próprio processo de Revolução Industrial inglês essa ‘especialização’ surge diferenciando o desenvolvimento de várias regiões inglesas, onde a Revolução não ocorreu de forma homogênea como demonstrado por Máxime Berg.¹³ De maneira similar, os ritmos de implantação e desenvolvimento de setores manufatureiros, financeiros e de serviços no Brasil variaram de uma região para outra conforme demonstrado por Wilson Suzigan.¹⁴ Aqui nos interessa levantarmos as especificidades do Recôncavo da Bahia.

⁹ PEDRÃO, F. C. O Recôncavo Baiano na origem da indústria de transformação no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T. *et alii* (orgs.). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.¹⁰ CUNHA, S.H.P., *op. cit.* e FRAGA, W. F. *Encruzilhadas da Liberdade*. Campinas: UNICAMP, 2006.

¹¹ GUIMARÃES, C. G. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O Caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

¹² PEDRÃO, *op. cit.*

¹³ BERG, *op. cit.*

Quanto às condições gerais para o desenvolvimento das indústrias no Brasil do XIX, Geraldo Beauclair de Oliveira em estudo sobre as origens da indústria no Rio de Janeiro chama a atenção para a 1ª metade do século onde, juntamente com as mudanças políticas, surgiu um núcleo de *pré-indústrias* diferenciado das experiências coloniais de manufaturas, por serem diretamente ligadas às transformações européias da 1ª fase da Revolução Industrial. Segundo este autor assiste-se, na capital do Brasil, a partir de 1808 um grande crescimento de manufaturas de seda, pólvora, papel, óleo natural, cal e sal, que mantiveram uma ligação estreita com os setores ditos 'tradicionais' da economia. Tal estudo nos permite redimensionar a importância que as primeiras manufaturas surgidas no XIX irão ter para o entendimento dos diversos processos de industrialização ocorridos no Brasil.¹⁵

A situação brasileira e a forma como o país entrou no mercado global o colocava na dependência de fornecimento de produtos industrializados vindo de outros países. Seu papel de fornecedor de matéria-prima completava essas trocas no tabuleiro do jogo capitalista mundial. O espetacular crescimento das exportações brasileiras para o período em questão irá favorecer a expansão dos vários setores da economia brasileira para o período conforme poderemos observar da tabela I.

**Tabela I: Brasil: Pauta das Exportações
(Valor - milhões de libras)**

Datas	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e Peles	Fumo	Cacau	Outros	Total
1821-1830	7,4	10,7	8,1	0,0	5,3	1,0	0,2	5,8	38,5
1831-1840	23,9	13,3	5,8	0,2	4,3	1,0	0,3	5,8	54,6
1841-1850	24,3	15,0	4,2	0,3	4,9	1,1	0,5	6,7	57,0
1851-1860	55,4	20,9	6,2	2,5	7,7	2,8	1,1	10,5	107,1
1861-1870	67,1	19,3	28,9	5,4	9,0	4,6	1,4	16,0	151,7
1871-1880	116,6	24,3	17,3	11,3	10,8	7,0	2,7	15,4	205,4
1881-1890	124,0	19,5	8,8	15,6	6,4	5,4	3,3	16,5	199,5

* Outros consistia em produtos como erva-mate, diamantes, ouro, castanhas do Pará, madeiras, farinha de mandioca, aguardente e outros produtos, sobre os quais não se dispões de informações estatísticas confiáveis. Fonte: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)*. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1997.

Se por um lado vemos o grande crescimento da economia cafeeira do centro-sul como um dos fatores que irá condicionar inclusive a estabilidade política do período,¹⁶ também é certo que a produção de açúcar, fumo ou algodão não será declinante, tendo inclusive aumentado em todo o período, à exceção do algodão para o período posterior á guerra da Secessão dos Estados Unidos da América. Da mesma forma e, mais particularmente em nosso caso, as Alfândegas da província da Bahia irão manter uma importante participação na economia nacional durante meados do XIX, como de percebe nos dados abaixo.

¹⁴ SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2001.

¹⁵ OLIVEIRA, G. B. M. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense 1808 – 1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 21. Cf do mesmo autor Centralização versus Federalismo: História e Argumento. In: *Pontos e Bordados, escritos de História Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

Tabela II: Quadro da renda de exportação e despacho marítimo arrecadada nas Mesas de Consulado do Império nos anos de 1847 a 1857

Alfândegas	1847	1857	1867
Rio de Janeiro	2:451:122\$	3:203:857\$	81:251:943\$
Bahia	669:272\$	841:978\$	18:267:107\$
R. Grande do Sul	648:248\$	244:042\$	7:746:772\$
Pernambuco	561:876\$	1:040:710\$	17:936:595\$
Maranhão	159:215\$	202:969\$	2:081:358\$
São Paulo	156:666\$	232:555\$	1:378:004\$
Pará	92:408\$	259:127\$	4:838:708\$
Alagoas	79:245\$	149:426\$	151:609\$
Paraíba	55:309\$	227:536\$	99:416\$
Sergipe	20:123\$	51:146\$	61:168\$
Santa Catarina	17:564\$	10:948\$	499:810\$
Ceará	15:306\$	81:397\$	2:743:853\$
Espírito Santo	865\$	66\$	1:723\$
R. G. do Norte	82\$	27:051\$	170:252\$

Fonte: Adaptado Suplemento, *Almanak Laemmert*, 1851, p. 59; 1861, p. 69 e 1871, p. 11.

Apesar de todo esse crescimento do setor agro-exportador, sem dispor ainda de um mercado interno significativo, o Brasil era extremamente vulnerável às oscilações e diretrizes vindas dos centros econômicos, financeiros, comerciais e tecnológicos europeus. Algumas mudanças ocorridas a partir de meados do XIX foram importantes para alteração desse quadro, como a Tarifa instituída pelo então Ministro Alves Branco.

Como as rendas imperiais eram orçadas a partir da arrecadação principalmente sobre as importações o recém empossado governo do Segundo Reinado viu-se na difícil missão de aumentar sua receita. Dentro de uma economia essencialmente agro-exportadora, qualquer tipo de aumento que onerasse as exportações seria impensável. A solução encontrada foi a de aumentar a taxa sobre as importações, rompendo com os tratados livre-cambistas que desde a independência o Brasil mantinha com a Inglaterra.

O aumento proposto reviu as tarifas aduaneiras, onde as mercadorias estrangeiras seriam taxadas, em média, em 30% de seu valor. Para aquelas mercadorias que encontrassem similar nacional as taxas variavam entre 40 a 60%. Alguns artigos essenciais como máquinas a vapor, folhas de flandres, etc. ficaram isentos de impostos ou pagariam percentagens mínimas. Sendo o objetivo inicial aumentar a arrecadação, a medida teve como desdobramento um sentido protecionista que não escapou a análise dos contemporâneos.

A oposição veio principalmente da Grã-Bretanha, cujos tratados livre-cambistas não foram renovados. Depois das medidas “protecionistas” tomadas por Alves Branco, essa nação assumiu uma postura de revide com elevação das taxas de importação sobre o açúcar brasileiro e aprovação do Bill Aberdeen, o que acirrou o combate ao tráfico negreiro.

A partir dessa medida, indiretamente a “indústria nacional” ganha fôlego e seus produtos passam a ter maior competitividade. Dessa forma foi possível que um maior número de empresas fosse abertas no Brasil, tendo seus produtos maior capacidade de competir em condições favoráveis no mercado brasileiro que estava ainda em formação.¹⁷ O impacto nas receitas será visível como se vê na tabela abaixo (II) onde o aumento da arrecadação dos direitos de importação cresce 48,19% em cinco anos, o mesmo não ocorrendo com os impostos de exportação que cresceram 29,19% para o mesmo período.

¹⁷ LEVY, M. B. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

Tabela III: Valores das Importações e Exportações para os anos de 1842 – 47

Anos	Importações	Impostos	Exportações	Impostos
1842 – 43	50:639:007\$000	11:142:574\$000	41:039:629\$000	3:424:637\$000
1843 – 44	55:289:343\$000	12:502:206\$000	43:800:283\$000	3:824:110\$000
1844 – 45	57:228:019\$000	14:812:156\$000	47:054:398\$000	4:036:370\$000
1845 – 46	50:654:827\$000	15:862:836\$000	53:674:391\$000	4:607:758\$000
1846 – 47	52:640:970\$000	16:512:401\$000	52:400:755\$000	4:424:380\$000

Fonte: Relatório do Ministro da Fazenda Antônio Paulino Limpo de Abreu, 1847.

Na Bahia esse incentivo vem acompanhado pelo auxílio do governo provincial que instituiu, em 1849, um imposto adicional de 2% sobre exportados ensacados ou em fardos feitos no exterior. Assim, a nascente indústria têxtil baiana encontraria estímulo para expansão.¹⁸ Parte dos autores tende a diminuir o impacto que tais medidas tiveram para o processo de desenvolvimento das manufaturas, apontando que estas cumpriam somente interesses de arrecadação do Estado como Celso Furtado e Pamponet Sampaio.¹⁹ Queremos destacar aqui que no contexto de expansão mundial em meados do século XIX, o aumento da renda provincial será significativo – em 1842 o imposto de importação recolherá nos cofres públicos baianos a quantia de 8:000\$000 de réis, já em 1846 assistimos a arrecadação de 12:000\$000 – tanto que na fala do presidente da Província de 1848:

A renda geral, que vai em augmento, prova o incremento do commercio, e posto que seja elle devido em grande parte á nova tarifa das Alfandegas, que elevou os direitos de importação, com tudo esta não diminuiu apezar dos effeitos naturaes que ordinariamente se observão na elevação dos impostos.²⁰

Este aumento da arrecadação irá ocorrer concomitantemente ao incentivo deste governo em financiar e estimular investimentos em atividades manufatureiras. Diversos ramos da indústria receberam apoio dos governos provinciais com se verá mais à frente. Desta forma, entendemos que o impacto da tarifa Alves Branco se dará de duas formas: por um lado criando condições mínimas para competitividade dos produtos nacionais, por outro lado, aumentando o interesse dos agentes do Estado em estimular este crescimento.

Se as diversas leis tarifárias que irão se seguir mostram as pressões de grupos de fazendeiros / comerciantes / industriais por seus interesses *dentro* do Estado (1857 – Tarifa Souza Franco, 1860 – Tarifa Silva Ferraz, 1869 – Tarifa Itaboraí, etc.) estas medidas também irão provocar mudanças, ora estimulando, ora criando entraves ao crescimento industrial do país. Um estudo mais detalhado de cada uma dessas medidas e de seus impactos nas várias configurações regionais ainda está por ser feito, não somente para o caso baiano mas para todo o Brasil.

Também o fim do tráfico de escravos em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz teve importante papel no desenvolvimento de indústrias e outros setores da economia brasileira. A conjugação do crescimento do mercado e a acumulação urbana de novos capitais encontraria caminhos mais fáceis a partir da cessação da entrada de escravos africanos no país, que não só contribuiu para alterar significativamente as relações de produção, mas também deslocou grande volume de capitais, até então centrados em investimentos nessa valiosa mercadoria e no custeio das expedições negreiras, para as praças brasileiras. O comércio interprovincial de escravos intensificou de alguma forma a circulação interna, o que se refletia nas atividades produtivas urbanas e mercantis.

Segundo ainda o Nordeste açucareiro exerceu pressões para eliminar a entrada de novos fluxos de mão-de-obra africana com o objetivo de realizar, em melhores condições de mercado, o

¹⁸ SUZIGAN, *op. cit.*

¹⁹ Cf. FURTADO, *op. cit.* e SAMPAIO, J. L. P. *Evolução de Uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte – 1891/1973*. Dissertação (Mestrado de Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, 1975.

²⁰ Relatório do Presidente de Província João José de Moura Magalhães em 1848, p. 45

capital disponível estocado sob a forma de escravos. A mão-de-obra livre e despossuída na região seguiria em novas relações de produção que poderiam ser transitórias, como a meia e a parceria. Reaver os investimentos em escravos, como forma de superar a crise econômica que, desde o início do século, se vinha aprofundando no Nordeste e encontrar outras possibilidades de investimentos em setores em expansão na economia naquele momento fariam com que houvesse uma maior diversidade econômica. A indústria nascente seria uma boa opção. A partir de algumas discussões que mais à frente iremos levantar, podemos questionar parte destas afirmações, tomando como exemplo o caso baiano.²¹

A parcela do capital empregado no comércio negreiro que aqui permaneceu permitiu ao sistema financeiro reunir recursos e aumentar a liquidez da economia. A possibilidade dos mercadores de escravos investirem parte de seus ganhos acumulados em atividades distintas daquelas através da qual fizeram fortuna será vista em algumas províncias, como a Bahia. Também no que concerne o considerável estímulo que tiveram os mais diversos setores de atividade econômica, a intermediação financeira deve ter desempenhado um atrativo para esses homens e seus capitais. O fato é que esse capital disponível passou a ser investido no Brasil, em diversos setores da economia, ampliando as possibilidades de crescimento e diversificação.

Outro ponto de influência a ser levado em consideração é o sancionamento da lei nº 556, de 25 de junho de 1850, que promulgava o tão esperado Código Comercial Brasileiro. Até 1850, o Brasil apenas se ajustara ao capitalismo internacional; a partir daí, uma nova legislação será a base jurídica que interfere diretamente sobre a propriedade e, conseqüentemente, sobre o caráter capitalista da acumulação, legislando o comércio, a indústria e o setor financeiro dessa economia. Foi primordial para essa mudança, pois,

Ao dar ao país uma legislação mercantil própria – como a lhe conferir maioridade para a prática comercial – o novo corpo jurídico também aparelhava o Brasil para constituir sociedades anônimas.²²

Nele, as sociedades anônimas eram designadas como aquelas com finalidades definidas, sem firma social e administradas por mandatários revogáveis, sócios ou não-sócios. Privilégios, escrituras, estatutos e atos de autorização deveriam obrigatoriamente ser registrados nos Tribunais de Comércio, então criados. Seu capital seria distribuído em ações, podendo essas serem subdivididas em frações. As ações podiam ser emitidas sob forma de títulos ao portador ou por inscrição em registro-origem das ações nominativas. No primeiro caso, as transferências se faziam via endosso, no segundo, só por ato de lançamento nos registros com assinaturas do portador ou de seu procurador.

Já antes mesmo da promulgação dessa lei os anseios pelas necessidades de associação de capital já eram ditos, como na fala do Presidente da Província da Bahia em 1849, Francisco Gonçalves Martins:

Não possuímos, he verdade, grandes capitaes accumulados em poucas mãos, cujos donos se possão encarregar de grandes empresas; porém também não nos faltão pequenas mas numerosas accumulções, que se associando possas produzir importantes resultados; vós tendes prova da existencia d'estas pequenas accumulções nos estabelecimentos bancaes que ha pouco tempo se tem organisado nesta Cidade.²³

A organização das sociedades anônimas é de fundamental importância para a criação de novas empresas com perfil diferente das anteriores. Ao permitir a reunião de capitais disponíveis, promove a expansão da produção, facilitando a abertura de empresas cujos sócios tem diferentes

²¹ LEVY, *op. cit.*

²² *Idem*, p. 52.

²³ Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins em 1849, p. 36.

montantes em sua participação, o que muitas vezes permite que controlem um volume de capitais muito superior ao que possuíam individualmente.

A distribuição de ações antes da afetiva constituição da sociedade era, entretanto, amparada por lei e utilizada tanto por empresas privadas sólidas e de prestígio – como as de Mauá – quanto pelo Banco do Brasil, amparado pelo governo, cujo lançamento gerou um clima especulativo. A partir de então, o número de empresas organizadas em sociedade anônimas não parou de crescer e com elas também as negociações da Bolsa. No Brasil é a partir dos anos de 1850 que se assiste a abertura de firmas com essa nova configuração que a lei passou a permitir de forma sistematizada e amparada legalmente.

A Bahia assistiu a um crescimento na ampliação dos investimento da sua economia e, assim, o setor têxtil aparece como exemplo desse crescimento e diversificação. Como já dito, não encontraremos somente *fábricas de panos* na Bahia do XIX. Além destas temos as de açúcar refinado e cristalizado, rapé e cigarros, arcaia fina, azeite de mamona, sabão, chapéus, charutos, gasosas, cerveja, vinagre, cal, fundições, serrarias à vapor, fósforos, obras da ferro, bronze fundido, gelo e carroças entre outras como em vários relatórios de Presidente de Província são relatadas, como no de 1851 de Francisco Gonçalves Martins. A Bahia também possuía uma grande fábrica de chapéus em 1891: a *Cia. Chapeleira Norte Industrial*, com produção de 2.500 chapéus por dia e 500 operários. O final do XIX também irá assistir ao crescimento e consolidação de indústrias fumageiras que já foram alvo de estudos em outros trabalhos.²⁴ Como já foi dito, iremos concentrar nossas reflexões sobre as indústrias têxteis pelos *efeitos de encadeamento* que este setor irá promover na economia como um todo.

Das treze indústrias têxteis existentes no Nordeste até 1880, dez estavam na Bahia. Essa província apresentava-se como o primeiro e mais importante centro da indústria até os anos de 1860, tendo nos anos 1830 duas pequenas fábricas a de *Santo Antônio do Queimado*, aberta em 1834 e a *Nossa Senhora da Conceição*, de 1835. Em 1840, a maior fábrica de tecelagem de algodão do país estava em Valença, com 176 teares, 4.160 fusos e duzentos operários. No final da década de 1850 abriam mais duas pequenas fábricas e uma em 1860. Das dez tecelagens de algodão existentes no Brasil, seis estavam na Bahia. Isso significava dizer que 59% do total dos teares em funcionamento no Brasil estava nessa província, bem como 72,7% dos operários. Mais quatro fábricas até os anos 1870 seriam abertas e, a partir daí, a Bahia perderia o predomínio industrial para o Rio de Janeiro, graças a produção cafeeira que lá se estabeleceu, tornando a província carioca a mais rica e mais importante no que diz respeito a indústria no Brasil.²⁵

Alguns fatores seriam importantes nessa precocidade da abertura de fábricas de tecido de algodão baianas. A presença de matéria-prima; de mão-de-obra barata; mercado consumidor; fontes adequadas de força motriz e disponibilidade de capital são os mais relevantes. Passaremos então a análise de como esses fatores se relacionaram na província ao longo do século XIX.

Os estudos sobre História Econômica na Bahia tradicionalmente afirmam que esta província, apesar de não ser grande produtora de algodão, era grande exportadora desse, centralizando o envio de outras províncias e que também supriam a demanda de suas fábricas.²⁶ Encontramos, no entanto, várias referências à produção de algodão sendo enviada para as fábricas baianas como da Comarca do Rio de Contas, do Recôncavo e de áreas do sertão nos relatórios de Presidente de Província (1844, 1845, 1847, 1849, 1851 como exemplos para meados do século XIX). Também nesse sentido, vemos que o Presidente da Província, em 1844, Francisco Jose de Souza Soares D'Andrea (mais tarde Barão de Caçapava) relacionava a produção de algodão ao desenvolvimento de manufaturas ao afirmar que:

²⁴ PEDRÃO, As Origens..., *op. cit.*

²⁵ SUZIGAN, *op. cit.*

²⁶ PEDRÃO, As Origens..., *op. cit.*

Sempre entendi que ao menos para as povoações do interior lhes havia ficado mais commodo enviarem os seus gêneros, por exemplo, o seo algodão em panno do que em rama; e a sua coirama em sola ou atanados do que em bruto, e o mesmo digo de todos os outros gêneros susceptíves de manufactura.²⁷

Podemos inferir também que o estabelecimento das primeiras fábricas, ainda em meados do XIX tenha servido como estímulo para a produção de algodão e demais tipos de fibras, aí incluindo diversos tipos de linho. É o que se nota, por exemplo, com a *Fábrica de Papel* estabelecida no Engenho Cabrito em 1842. A necessidade de matéria-prima para a fabricação de papel levou seus empresários a tentarem diversos tipos de fibras, aí incluindo algodão e linho de bananeira (relatórios do Presidente de Província 1842, 1843 e 1844).

A mão-de-obra destas primeiras fábricas compunha-se de trabalhadores pobres não qualificados, recrutados em orfanatos, moradores nas fábricas onde recebiam alimentação, moradia, treinamento e assistência médica de qualidade questionável, precisamente debitados do salário, que resultava em uma renda monetária agregada baixa. Sobre as condições gerais dos trabalhadores destas indústrias, temos na visita à *Fábrica Todos os Santos* do Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins em 1849 o seguinte relato:

Tive occasião de visitar este magnifico e importante estabelecimento, de que são proprietarios Antonio Pedrozo de Albuquerque, Antonio Francisco de Lacerda, o Americano J. Guillmer, onde existem já empregados pera mais de 150 Brasileiros livres de ambos os sexos, e todos de 25 annos para baixo, sendo a maior parte de idade muito menor [...]

A maior parte das pessoas do sexo feminino que trabalhão actualmente nesta fabrica são tiradas das classes menos abastadas, e algumas mesmo da mais extrema miseria: excede o seo numero á 70. Ahi aprendem a ler, escrever, a dansar, e a musica; o Director tem achado nellas muita aptidão e habilidade á ponto de se poder dispensar a presença das mestras Estrangeiras contractadas para lhes ensinarem misteres da fabrica. Os rapazes são principalmente tirados do Seminario dos Orfãos d'esta Cidade, e tem desenvolvido habilidade bastante na theoria e pratica do trabalho á que se applicão. Ao entrarem diz o seo Director, são pela maior parte preguiçosos e insubordinados, porém com o tempo se tornão bons, e podem ser favoravelmente comparados aos melhores da Europa. Aprendem o que acima disse que se ensina as meninas, para que uns e outros estejam sempre occupados. Trabalhão desde o amanhecer até 7 e 1/2 da noite, tendo 20 minutos para almoço, meia hora para jantar, e igual espaço para a ceia; occupão-se depois até mais de 10 horas com suas lições e entretenimentos. Nos Domingos passeião e divertem-se; e apesar de ambos os sexos se acharem confundidos nestes lugares publicos ainda não se deo um exemplo de ofensa á moral.

Os proprietarios da fabrica tem adoptado o expediente de proteger annualmente, e no anniversario de sua installação, certo numero de casamentos entre os operarios, que passão a viver separadamente em casas próximas.²⁸

Fora esses empregados de baixa renda, estima-se que 16% dos operários das fábricas baianas eram escravos.²⁹ Obviamente tais trabalhadores não compunham parte significativa do mercado consumidor dos produtos dessa mesma indústria, este mercado era formado principalmente por produtores e empregados do setor agroexportador das diversas regiões da província e além. A demanda por têxteis, por serem de baixa qualidade e grosseiros, se dava para sacarias, fardos e vestuário de escravos e trabalhadores pobres até então feitos de maneira artesanal.

Cumprir destacar que as conexões mercantis da província, de Salvador para o Recôncavo e daí com o Sertão – sendo a cidade da Cachoeira seu principal entreposto – facilitavam tanto a compra

²⁷ Relatório do Presidente da Província Francisco Jose de Souza Soares D'Andrea em 1844, *op. cit.*, p, 75

²⁸ Relatório do Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins em 1849, *op. cit.*, p, 37 e 38

²⁹ SUZIGAN, *op. cit.*

da matéria prima de várias regiões da Bahia e além, conforme já visto, quanto para o envio do produto acabado para regiões da *hinterland* nordestina.

Quanto a questão das fontes de força motriz, o litoral do Nordeste apresenta, em geral, um grande potencial hidráulico como, por exemplo, a já citada *Fábrica Todos os Santos* que tinha na segunda cachoeira do Rio Una rodas d'água com mais de quarenta cavalos mecânicos. A necessidade de carvão mineral ou vegetal para “tocar” as máquinas em plantas distantes de quedas d'água também não se apresentavam como obstáculo. Suzigan aponta que “no caso da Bahia, dizia-se ainda que a província tinha boas instalações para importação de carvão: sua capital (Salvador) era conhecida como um porto carvoeiro barato”.³⁰ A necessidade de *carvão de pedra* (como era chamado então o carvão mineral) era tanta que em 1846 o presidente da província relata que:

Havendo motivos para nos animar a esperança de ser descoberta nesta Província alguma mina de carvão de pedra, segundo o indicio alguns productos encontrados em pesquisas e explorações incompletas, a que fiz proceder, mandei concertar uma verruma arteziana que existia, de propriedade do Governo, para continuar alguns exames; mas convencido do quanto convem a estes trabalhos o emprego de pessoas professionaes, aceitei a boa vontade do Sr. Wan Lede, que se encarregou de engajar na Belgica um homem proprio para dirigir praticamente estes trabalhos, conforme as condições constantes do projecto, e do contracto, que offereço ao vosso conhecimento.³¹

Nos relatórios seguintes vemos que tal contrato não se efetivou (por problemas de preços estipulados) e nem as prospecções deram resultados promissores, mas é importante retermos que a necessidade de carvão já existia e que não irá obstaculizar o crescimento das fábricas. Várias alternativas para o funcionamento das máquinas a vapor (não somente para as fábricas, mas também os engenhos) irão ser propostas, como a utilização de bagaço de cana seco com relativo sucesso. Luís Henrique Dias Tavares chama atenção para essa “modernização” dos métodos de fabricação do açúcar e, conseqüentemente da necessidade de força motriz, quando afirma que: “De 603 engenhos de açúcar existentes na Bahia em 1834, somente 46 utilizavam vapor d'água como energia. Quarenta e um anos depois, em 1875, eram 282 no total de 892”.³² Para este autor, a demora na aquisição de maquinário a vapor se dava mais por conservadorismo dos Srs. de Engenho do que por dificuldades de ordens técnicas.

Resta, por fim, investigarmos a origem do capital destes primeiros empreendimentos. Até onde apontam as pesquisas, estes capitais eram primordialmente mercantis, alcançando grande crescimento após a proibição do comércio internacional de escravos, que, como já vimos, liberou importante volume de capitais para investimento em outras áreas que não somente a agricultura de exportação. É importante destacar que, mesmo antes dessa proibição, tais inversões de capitais já estivessem ocorrendo em formas de *linkage* que precisam ser mais bem estudadas.

Dentre as discussões que acabam por redefinir as origens do empresariado baiano, existe outra que “permeia” a questão do tráfico de escravos. Parte da historiografia que estudou o Nordeste afirma que o tráfico de escravos declinou durante a 1ª metade do XIX, devido à crise das diversas lavouras de exportação e, portanto, da pouca necessidade de mão-de-obra.³³ Se analisarmos os dados da tabela IV, podemos começar a pensar em uma realidade diferente.

³⁰ *Idem*, p. 136.

³¹ Relatório do presidente da Província, Francisco José de Souza Soares d'Andrea em 1846, p. 25.

³² TAVARES, *op. cit.*, p. 282.

³³ FURTADO, *op. cit.*

Tabela IV: Desembarque estimado de africanos

Quinquênios	Local de desembarque			
	Total	Sul da Bahia	Bahia	Norte da Bahia
Total	2 113 900	1 314 900	409 000	390 000
1781-1785	63 100	34 800	...	28 300
1786-1790	97 800	44 800	20 300	32 700
1791-1795	125 000	47 600	34 300	43 100
1796-1800	108 700	45 100	36 200	27 400
1801-1805	117 900	50 100	36 300	31 500
1806-1810	123 500	58 300	39 100	26 100
1811-1815	139 400	78 700	36 400	24 300
1816-1820	188 300	95 700	34 300	58 300
1821-1825	181 200	120 100	23 700	37 400
1826-1830	250 200	176 100	47 900	26 200
1831-1835	93 700	57 800	16 700	19 200
1836-1840	240 600	202 800	15 800	22 000
1841-1845	120 900	90 800	21 100	9 000
1846-1850	257 500	208 900	45 000	3 600
1851-1855	6 100	3 300	1 900	900

Fonte: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

A partir dos dados podemos perceber que a Bahia foi um dos maiores portos importadores de Escravos entre 1781 – 1855 com cerca de 20% do total de escravos desembarcados no Brasil. Tais números nos permitem questionar a visão de declínio da cultura canavieira a partir de 1830. Se é fato que a crise da década de 30 provoca uma grande retração na importação de escravos (aliás como em todo o Norte/Nordeste),³⁴ assistimos nos quinze anos seguintes um grande crescimento da importação destes. Pedrão afirma que grande parte dos escravos teria sido deslocada para a região diamantífera da Chapada ou então revendida para outras províncias.³⁵ Entretanto, vemos um grande crescimento do número de engenhos para o período em questão, segundo os dados de Silvio Humberto Passos Cunha:

O período compreendido entre 1780 a 1860 foi de crescimento de longo prazo para as exportações de açúcar e de café. Entre os anos de 1790 e 1795, havia cerca de 221 engenhos matriculados na Bahia. Esse número alcançou, no ano de 1855, um total de 1.274 estabelecimentos, incluindo as engenhocas.³⁶

Apesar de Luís Henrique Dias Tavares afirmar que em 1851 ocorreu a última tentativa documentada de desembarque de africanos na Bahia,³⁷ outros autores afirmam que até 1870 continuaram a ocorrer desembarques na província e que o número estimado de escravos desembarcado no período pós 1850 seria de 64.431.³⁸ O fato é que tais dados questionam a visão de retração da atividade do tráfico. Se uma parte significativa dos agentes envolvidos no comércio de escravos diversificou os seus investimentos como parte de uma expansão maior da economia provincial, nacional e mundial, nem por isso deixou de importar cativos, atividade principal para muitos desses homens, numa continuação de acumulação já conhecida, mesclada com novas oportunidades de ganhos que surgiam então. Tais fatos são consoantes com o que ocorriam em outras regiões do país, notadamente com a Praça Comercial do Rio de Janeiro, onde partes significativas dos setores envolvidos no tráfico de escravos desdobraram suas fortunas e diversos outros investimentos, como criação de Companhias

³⁴ Não podemos esquecer que em 1831 marca também a primeira proibição formal do tráfico de escravos no país, os dados da tabela I permitem ver que no quinquênio de 1831-1835 a importação de escravos no Brasil cai como um todo.

³⁵ PEDRÃO, As Origens..., *op. cit.*

³⁶ CUNHA, *op. cit.*, p. 55.

³⁷ TAVARES, *op. cit.*, p. 285.

³⁸ PEDRÃO, As Origens..., *op. cit.*, p. 313.

de Seguro, Serviços Urbanos, Bancos, Indústrias, etc.³⁹ Desta forma, a visão de traficantes de escravos e comerciantes que somente investem em Fábricas, Bancos ou outros negócios quando são impedidos de atuarem em atividades mais lucrativas cai por terra.

Várias fábricas instaladas na Bahia tinham suas origens ligadas a empresas comerciais. São exemplos disso a Fábrica *Todos os Santos* de Antônio Pedroso de Albuquerque, a *São Brás* de Antônio Francisco Brandão e a de Luís Tarquínio, a *Cia. Empório Industrial do Norte* - maior fábrica de tecidos da Bahia - que teve início em 1891 e cujo fundador era proprietário da casa importadora de tecidos ingleses, Casa Bruderer. A *Fábrica Modelo*, em cujo contrato constava que a Casa Comercial *Antônio Ferreira Pontes e Cia.*, seria a única a suprir de capital de giro a fábrica, bem como comprar algodão bruto e carvão, além de ter exclusividade na distribuição de seus produtos é outro bom exemplo.

A empresa *Cia. Empório Industrial do Norte*, criado no final do XIX era a maior do Norte e Nordeste e uma das maiores do país com 720 teares (470 para tecidos cinza e 250 para os de cor), 450 operários em 1883, chegando a ter em 1896 maquinaria de fiação com 17.144 fusos e 1.206 teares. Essa maquinaria era para acabamento completo de produtos de cor, como branqueamento, tinturaria e estamparia, além de possuir duas máquinas à vapor de 720 HP.⁴⁰

Tabela V: Relação de Fábricas Têxteis com Comerciantes

Nome da Fábrica	Data de Fundação	Nome do Proprietário	Ramo de Atuação
Santo Antônio do Queimado	1834	Monteiro, Espinheira e Cia.	Comerciantes
Todos os Santos	1844	Antônio Pedroso de Albuquerque; Antônio Francisco de Lacerda; John Guillmer	Mercador de Escravos e Comerciantes
Fábrica Modelo	1858	Antônio Ferreira Pontes e Cia.	Comerciantes
Nossa Senhora do Pilar	1873	Catilina e D'Ultra	Comerciantes
Nossa Senhora da Penha	1873	Costa, David e Cia.	Comerciantes
Cia. Empório Industrial do Norte	1891	Luís Tarquínio	Comerciante de tecidos

Fonte: Relatórios de Presidente de Província, vários anos; Sampaio, 1975; Suzigan, 2001 e Stheling, 2007.

A visão que transparece da historiografia, ou parte dela, é que os proprietários de terra não participaram ativamente ou diretamente do processo de industrialização baiano, pelo menos para o século XIX. Como vimos acima, seriam os comerciantes os protagonistas principais dessas ações, ficando para os senhores de engenho, ou *barões do açúcar*, o papel de conservadores “empedernidos”. Silvio Humberto sobre isso diz:

Se por um lado, eles [os senhores de engenho] mantiveram o controle político, por outro, economicamente, sua riqueza era cada vez menos aparente, uma vez que eles estavam sendo tragados, à medida que a crise se agravava para as mãos dos comerciantes, os verdadeiros senhores do capital.⁴¹

³⁹ GORENSTEIN, R. e MARTINHO, L. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, s/d.⁴⁰ SUZIGAN, *op. cit.*, Anexo.

⁴¹ CUNHA, *op. cit.*, p. 58 e 59.

Kátia Queiroz Mattoso em capítulo de sua obra fundamental para o oitocentos na Bahia, demonstra que os senhores de engenho centralizavam seus investimentos em ativos bastante “conservadores”. As *ações e apólices*, ativos de maior risco e que demonstrariam o desdobramento do capital para outras atividades, aparecem com a pequena participação de 1,9% no total de suas fortunas. Dos 1.115 inventários *post mortem* analisados pela autora para o período de 1801 a 1889, somente dezessete inventários referem-se a senhores de engenho.⁴² O pequeno número de inventários trabalhados nesse estudo abre a necessidade de mais pesquisas que ampliem o universo dos fazendeiros do Recôncavo baiano.

Estudos para outras regiões brasileiras demonstram uma maior participação de fazendeiros no processo de diversificação das atividades econômicas durante o XIX. Vemos a presença desses agentes não somente em indústrias, mas também em bancos, cias. de seguros e serviços de uma forma geral. Essa participação se dava tanto como investidores (investindo capital na compra de ações), quanto como empreendedores (liderando o processo de criação de empresas). Esse comportamento pode ser visto em casos como os do Vale do Paraíba Fluminense, da Zona da Mata mineira e em várias regiões de São Paulo como demonstram os estudos de Stanley Stein, Anderson Pires e Warren Dean.⁴³

A idéia de senhores de engenho baianos “conservadores” pode ser rediscutida através de novos trabalhos, com uso de fontes distintas e que possam promover um maior aprofundamento dessa questão. Nos limites aqui propostos levantamos o que consideramos ser as lacunas para compreensão da gênese dos empresários baianos. Resta agora que os trabalhos de história econômica da Bahia possam solucionar essas e outras dúvidas acerca do crescimento industrial da região.

Referências bibliográficas

BERG, M. *The age of manufactures 1700 – 1820: industry, innovation and work in Britain*. 2ª ed. London and New York, 1999.

CARVALHO, J.M. *A Construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. *Pontos e Bordados, escritos de História Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CUNHA, S.H. P. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902*. Campinas: Tese de Doutorado defendida no Instituto de Economia da UNICAMP, 2004.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: Difel. 1976.

FRAGA, W. F. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: ed. Unicamp, 2006.

FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

⁴² MATTOSO, K. M. Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, Tabelas 112, 115 e 116, p. 617, 628 e 629.

⁴³ Cf. respectivamente DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: Difel. 1976. STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus. 1979. PIRES, A. J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora. 1870/1930*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF. 1993.

GUIMARÃES, C. G. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O Caso da Sociedade Bancária Maná, Macgregor & Companhia (1854-1866)*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GORENSTEIN, R. e MARTINHO, L. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, s/d.

HIRANO, S. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

JANCSÓ, I. *Na Bahia contra o império: história do ensaio da sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec / EDUFBA, 1996

LANDES, D.S. *O prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEVY, M. B. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

MARQUESE, R.F. *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.

MATTOSO, K. M. Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOORE, B. *Aspectos morais do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

OLIVEIRA, G. B. M. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense 1808 – 1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.

OLIVEIRA, W. F. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999.

PEDRÃO, F.C. Novos rumos e novos personagens. In: BRANDÃO, M. A. *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

_____. O Recôncavo Baiano na origem da indústria de transformação no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T. et alii (orgs.). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. O extrativismo e a periferia da produção: referências à experiência da Bahia desde o fim da escravidão. In: SZMRECSÁNYI, T. et alii (orgs.). *História Econômica e História das Empresas*, v. 1, 1998.

PIRES, A. J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora. 1870/1930*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF. 1993.

SAMPAIO, J. L. P. *Evolução de Uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte – 1891/1973*. Dissertação (Mestrado de Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, 1975.

STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STELLING, W. In: www.desenbahia.ba.gov.br. Acessado em 02 de março de 2007.

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2001.

TAVARES, L.H. *História da Bahia*. Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Henry Luydy Abraham Fernandes*
Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira**

Resumo: Este artigo apresenta e descreve importante iconografia da cidade de Cachoeira desenhada em meados do século XVIII e traça comparações com outra planta da cidade elaborada no final do século XX. Aborda conceitos relevantes para a compreensão da dinâmica do campo patrimonial brasileiro, com destaque para as questões atuais relativas às cidades monumentos. Por fim, comenta sobre possibilidades de interpretação e obtenção de informações a partir de dados contidos na ilustração setecentista.

Palavras-chave: Cachoeira; iconografia; patrimônio urbano; bem cultural; preservação.

Abstract: This article presents and describes an important iconography of the Cachoeira city drawn in the middle of XVIII century and makes comparisons with another plant of the same city made in the late XX century. It approaches relevant concepts for the comprehension of the dynamic of Brazilian's patrimonial knowledge area, giving prominence to the current questions about monument cities. Finally, it comments on possibilities of interpretation and attainment of information from the data contained in the illustration dating from the XVIII century.

Keywords: Cachoeira; iconography; urban heritage; cultural good; preservation.

* Professor do Curso de Museologia, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia.

** Professora do Curso de Museologia. Bacharel em Museologia pela UNIRIO e Mestre em História Social da Cultura, PUC/RJ.

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Introdução

Este ensaio é um exercício de olhar. Sua proposta é desvendar e comparar o que nossos olhos vêem hoje ao passear por Cachoeira com o olhar de alguém que também via e registrava a Cidade no final do século XVIII.

Nada se sabe do autor/artista da gravura aquarelada intitulada "Mappa da Villa de Cachoeira" e que tomamos como documento base nestas reflexões; entretanto, ainda hoje podemos nos surpreender com a capacidade de representação, objetividade e detalhamento da gravura em questão, que acompanha e ilustra os manuscritos de um livro. Trata-se da obra "Memória sobre as Espécies de Tabaco que se Cultivam no Brasil, com as Observações sobre a sua Cultura, Commercio, Artes, com a Descrição Botânica das Novas Espécies, Estampas Iluminadas e Mappa da Villa da Cachoeira". O volume, que contém 64 páginas e 3 ilustrações foi publicado em 1792, sendo de autoria de Joaquim de Amorim de Castro.¹

Amparados no objetivo expresso de difundir a existência dessa tão relevante ilustração, em especial para os nossos pares e discentes, apresentamos ao leitor um roteiro de passeio pela "Vila de Cachoeira", passando por seus principais edifícios, logradouros e locais públicos.²

Nossa idéia é despertar um olhar comparativo e de preservação para a cidade de Cachoeira, feito também através de cuidadoso exame e descrição tanto das edificações quanto da percepção sobre o desenvolvimento da malha urbana da cidade.

Expomos ainda alguns apontamentos acerca do documento que tomamos por base neste ensaio e levantamos algumas reflexões acerca do patrimônio urbano de forma aplicada ao conjunto urbano da Cidade de Cachoeira.

Patrimônio urbano e cidade monumento: caminhos e descaminhos num vôo

Antes de iniciarmos nossas andanças pela "Vila de Cachoeira", gostaríamos de propor um rápido vôo pelas idéias de monumento nacional e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano. Estas noções e suas sucessivas apropriações e modificações ajudam a esclarecer o modo como as sociedades assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade. Sobrevoando as cidades de Ouro Preto, Cachoeira e Brasília vamos esticar a linha do tempo e voar no espaço. A noção de patrimônio urbano difundida a partir de 1970 deu-se, no contexto europeu, de forma relacionada ao desenvolvimento da disciplina urbanismo, mas também como resultado da própria metamorfose da noção de monumento histórico e cidade monumento.

No Brasil, a discussão e a legislação em torno das cidades monumentos obedecem a outros encadeamentos que se relacionam à própria dinâmica do campo patrimonial brasileiro. Embora possamos considerar a grande influência dos paradigmas modernistas, sobretudo aqueles relacionados à arquitetura brasileira e sua atuação no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nas paragens tupiniquins a discussão sobre as cidades monumentos vinculava-se também a outras correntes intelectuais e desenvolveu-se antes mesmo da criação do SPHAN.

Neste sentido, a elevação da cidade mineira de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional em 1933, antes da criação do SPHAN em 1937, representa um marco institucionalizado vinculado à idéia de preservação da cidade enquanto monumento nacional bem como à valorização de elementos decorativos, artísticos e históricos presentes na cidade e expressos em seus monumentos, geralmente encarnados em marcos arquitetônicos. Da mesma forma, a atuação da Inspeção de Monumentos Nacionais entre os anos de 1934 a 1937 ainda em Ouro Preto ao restaurar seus principais monumentos,

¹ Joaquim de Amorim de Castro, ca. 1750-1817. Doutor em Direito pela Universidade De Coimbra, desembargador da relação do Rio de Janeiro e membro correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Dados disponíveis em: <http://opac.porbase.org/ipac20/ipac.jsp>. Site da Biblioteca Nacional de Portugal. Acesso em: 13 de julho de 2007 às 12h35min.

² Tomamos a citada gravura reproduzida no livro: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 55 (Coleção Uspiana – Brasil 500 Anos).

reafirma seu valor memorial sublinhando sua unidade a partir da soma de suas várias edificações, civis e religiosas.³

É paradoxal que o maior "inimigo" e o maior "aliado" na conservação das cidades tenha sido sempre o afã modernizador. De Roma à Veneza, passando por Paris e pelo Rio de Janeiro, fazendo um desvio entre Ouro Preto e Belo Horizonte. Assim, associada à tarefa de modernizar as cidades em nome da higiene, do trânsito e até da estética, destruiu-se muito, mas também se despertou a necessidade de discussão sobre o que deveria ser preservado e mantido como exemplo (alinhamento moral), como modelo (alinhamento estético) ou como monumento (alinhamento memorial).

Da noção de monumento nacional à noção de patrimônio urbano, longo caminho foi percorrido e ainda que essas noções sejam muitas vezes empregadas como sinônimos convém assinalar um aspecto essencial que demarca a diferença entre elas: a percepção acerca da estrutura das cidades monumentos ou "antigas". Por estrutura entendemos a sua malha, vista como essência da cidade, caracterizando-a e fazendo dela objeto de preservação enquanto patrimônio urbano. Assim, ganha muito valor a arquitetura doméstica que ao lado dos grandes edifícios religiosos e civis fazem os conjuntos urbanos adquirirem status patrimonial. Da mesma forma, os espaços públicos, tais como paços, praças e traçado de ruas ganham importante dimensão nessa perspectiva.

Assim, no caso de Cachoeira é também sua arquitetura doméstica, a contigüidade e a continuidade de suas habitações, à beira do rio ou das principais ruas, bem como os espaços habitados, grandes quarteirões de construções que somados aos seus monumentos e edifícios ditos notórios constituem objeto de preservação. Mais do que isso, a própria dinâmica da vida na cidade sugerida pela forma de sua ocupação é que deve ser relevante para entendermos sua elevação à Categoria de Monumento Nacional pelo Decreto 68.045 de 18/01/1971. Assim, numa abordagem museológica interessa valorizar e entender a forma como seus habitantes se enraizaram no tempo e no espaço.

A preservação das cidades denominadas monumentos e, por extensão, da sua malha urbana não pode ser confundida apenas com a conservação dos monumentos e edificações existentes na cidade. Numa linha mais radical, a própria degradação e o estado de ruína de certas edificações podem ser incorporados às cidades como aspectos importantes de serem evidenciados na medida em que espelham e documentam a própria organicidade. A preservação e conservação das ruínas em centros urbanos não é tão incomum, como é o caso da cidade eterna Roma e do Parque das Ruínas no Bairro de Santa Teresa na cidade do Rio de Janeiro. Ainda que a especulação imobiliária presente nos centros de alta densidade populacional e muito especialmente nos chamados históricos seja devastadora, ainda assim é possível argumentar a favor da estética presente nessas edificações decadentes e planejar sua sustentabilidade. Uma vez garantidos estruturalmente, esses edifícios podem ser adaptados para finalidades não estritamente funcionais, mas também contemplativas e de lazer. Sobre Cachoeira ressalta-se a importância de um alinhamento memorial na medida em que seu "título" como Monumento Nacional vincula-se especialmente ao papel da qual é revestida, sendo importante perceber o valor de reverência dado pelo homem ao acúmulo e sedimentação do tempo que, enlaçado no movimento muito próprio da memória, vincula a cidade fortemente ao presente, fazendo-a assumir o papel de "reviver o passado", ou "ressuscitar o passado".

Diferente, por exemplo, de nossa Capital, a cidade de Brasília, reconhecida como Patrimônio da Humanidade. Neste caso, o título que lhe é computado é expresso sobretudo devido ao seu projeto arquitetônico que lhe confere status de obra de arte. Não é, nesse caso, destacado o caráter memorial e sim o estético, tomando-a como modelo e revelando as aproximações entre a arte, o urbanismo de Lúcio Costa e a arquitetura na linha do reconhecido Oscar Niemeyer.

Destaca-se ainda no caso de Cachoeira a relevância do que chamamos alinhamento moral,

³ A Inspeção de Monumentos Nacionais foi criada em 1934 por Gustavo Barroso. Tendo funcionado de 1934 a 1937, está vinculada à atuação deste intelectual à frente do Museu Histórico Nacional. Associa-se também ao Curso de Museus criado em 1932 e que funcionava nas dependências do Museu. Ver: OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *Ouro Preto: A cidade sagrada*. Anais do Museu Histórico Nacional. Ministério da Cultura/IPHAN: Rio de Janeiro, vol. 35, 2003, p. 249-267.



Fig 01: Gravura aquarelada. Título: "Mapa da Vila de Cachoeira". s/data. Autor não identificado. Reproduzida no livro: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 55.

expresso através do valor de exemplo. Admitindo as diversas temporalidades possíveis e a conseqüente variação dos sentidos dados pela experiência histórica, Cachoeira veste-se com o manto de cidade heróica,⁴ associa-se fortemente ao discurso da História Magistra Vitae, chamada mestra da vida. Cachoeira sustenta o título heróica, reafirma a história (Historie) como somatório e receptáculo de experiências da atividade humana, valorizando o exemplo dado que deve ser aprendido e repassado dentro de uma visão tida como pedagógica.⁵

Sobre os edifícios notórios - em especial os religiosos

Abordaremos, num roteiro seguindo sempre da direita para a esquerda, os seguintes edifícios de notável mérito arquitetônico que resistiram ao tempo e com os quais ainda convivemos: o Convento e Igreja do Carmo, integrado pelas Ordem Primeira e Ordem Terceira; a Casa de Câmara e Cadeia; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário; a Igreja da Nossa Senhora da Ajuda; a capela da Santa Casa de Misericórdia; e, por fim, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte. Assim, teremos percorrido quase de um extremo a outro, na margem esquerda do Paraguaçu, o principal aglomerado urbano da Vila da Cachoeira, detendo-nos perante os seus principais símbolos erguidos em "pedra e cal".

⁴ Elevada à Cidade Heróica pela Lei Provincial nº. 43, de 13/03/1837.

⁵ Sobre a discussão historiográfica ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado: por uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

Conjunto do Carmo

Identificado pelo número 6 na gravura está o complexo do Convento e Igreja do Carmo. Além do Convento, o complexo do Carmo é composto por dois templos, sendo um deles pertencente à Ordem Primeira e outro pertencente à Ordem Terceira. A Igreja da Ordem Primeira é de meados do século XVIII, sendo que a data de 1773 marcada em seu frontispício é relativa à reforma pela qual passou e da qual deriva a nobre galilé avançada. Apresenta, na aquarela em análise, um frontão ostensivamente rococó, vazado por um único óculo circular ladeado à direita pela torre. Destaca-se na portaria lateral da torre o singelo alpendre que confere uma aprazível sombra e proteção à porta.

À esquerda vemos a Igreja da Ordem Terceira cujo estilo remete ao Missionário, pela referência ao aspecto sóbrio e austero das nossas primeiras capelas coloniais. Ostenta marcação de data na portada relativa a 1724, possivelmente a data do final das obras de sua construção.

Algumas observações são interessantes de serem notadas ao cotejarmos a gravura analisada com o desenvolvimento do complexo arquitetônico em questão:

A primeira delas aponta o marco cronológico situado entre os anos de 1810 a 1866, período provável no qual foi levantado um alto muro que isolou o conjunto. Posteriormente, por impedir a visão, tal muro foi rebaixado. Hoje permanece remanescendo na forma de portão ladeado por mureta, sobreposta por gradil de ferro em sua extensão, por toda a frente da Ordem Terceira.

Na gravura, podemos observar a presença de uma linha assim similar, inclusive com o mesmo traçado, ou seja, nascendo na lateral da capela (onde estão os compartimentos do cemitério/ossuário), flexionando-se em cerca de 90 graus e apoiando-se na junção lateral entre a galilé e a nave da Ordem Primeira. Caso esse seja o tal muro alto de 1810/66, o período estimado da gravura em análise deveria ser revisto. Contudo, como não figura o monumental portão dotado de cornija e frontão em



Fig 02: Carta da Cidade de Cachoeira e São Félix. "Cachoeira e S Félix Situação dos Centros Históricos." Escala 1:8000. Reproduzida no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1997, p. 33.

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII

alvenaria, sobre o qual foi gravada a data de 1810, pode-se supor ser o muro notado tão-somente um precursor daquele outro, mais alto.

Casa de Câmara e Cadeia

Tomando a atual Rua Inocêncio Boaventura, perante o Conjunto do Carmo, e caminhando nela em direção à esquerda iremos nos deparar com o próximo edifício, sobre o qual gostaríamos de assinalar alguns aspectos. Identificado pelo número 3, na atual Praça da Aclamação, vemos o edifício correspondente à Casa de Câmara e Cadeia, cujas obras foram concluídas em 1712. Uma característica marcante da Casa de Câmara e Cadeia de Cachoeira é sua inconfundível escadaria de pedras evidentes, dispostas numa linha quebrada em dois ângulos. A escadaria é o acesso que conduz ao pequeno espaço emoldurado por uma arcada de quatro arcos, a fechar a fachada do primeiro pavimento, assentado numa cinta de cantaria que contém o aterro.

Nesse pormenor do desenho é permitido ao observador conferir uma suposição aventada por Smith,⁶ segundo a qual haveria uma "torre" na lateral esquerda do edifício, justamente aquele lado voltado para o Conjunto do Carmo. Ao observarmos detalhadamente a aquarela nota-se a representação de um piso a mais, confirmado por um balcão na fachada frontal e a lateral composta por uma linha de janelas, rematado por telhado de uma água, claramente destacado das outras águas da cobertura. Porém, por sua extensão, que aparenta acompanhar a profundidade total da Casa de Câmara, poderia ser melhor definido como uma ala superior, bem mais ampla do que se presumiria pelo termo "torre".

Em todo o caso, os dados ainda não permitem nenhuma conclusão categórica.

Matriz de Nossa Senhora do Rosário

Mais uma vez tornando a rua que aqui nos trouxe e mantendo a demanda para a esquerda iremos até a próxima parada.

Identificada com o número 4, grafado de forma peculiar e sinuosa, reconhecemos a magnífica Igreja de Nossa Senhora do Rosário, atual matriz da cidade da Cachoeira, já pronta na primeira metade do século XVIII. Mostra-se agora recém restaurada e devolvida à população em seu mais digno esplendor.

Interessante notar que ao observar a Igreja Matriz salienta-se o ponto de vista daquele que fez o desenho, o autor da gravura. Como essa imagem foi composta a partir de um ponto elevado, situado nas encostas da hoje cidade de São Félix, o que se apresenta bem distinguível daquela Matriz são as duas torres arrematadas por suas coberturas em forma piramidal, sucedidas pelos dois patamares de telhados em duas águas, respectivamente pertencentes à nave e ao altar-mor.

Deste último ainda vemos o óculo e, abaixo, o telhado dos cômodos posteriores, destinados aos serviços internos e ao uso do vigário.

Perante essa Igreja, àquela época, iniciava-se da sua fachada com portadas ornadas em cantaria sobre lioz portuguesa, infelizmente não desvendada pelo ângulo da representação, um adro que se prolongava para fora da urbe, na forma de um caminho trilhando, certamente, para os terrenos dos engenhos, do Iguape e daí para Santo Amaro da Purificação.

Igreja de Nossa Senhora da Ajuda

Prosseguindo por esse nosso passeio imaginário, dobraremos à esquerda imediatamente após a Matriz, caminhando até a próxima esquina e, desta vez, virando à direita para, um pouco mais a diante, entrar de novo à direita, onde, ao final da pequena e inclinada ladeira, podemos constatar o primeiro templo dessa então Vila.

⁶ Suposição levantada por Robert C. Smith, no seu artigo "*Some Views of Colonial Bahia*". Ver: *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, Volume III, Monumentos e Sítios do Recôncavo, II Parte, Secretaria da Cultura e Turismo, Governo do Estado da Bahia, 2ª ed. 1997, p. 44.

Identificado pelo número 8, facilmente visto ao seu lado, ergue-se a primitiva Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Ajuda, levantada em fins do século XVII, mais precisamente em 1687, datação indicada na própria obra, embora se saiba ser essa já uma reconstrução de outra anterior ermida, datada do período de 1595 a 1606, cujo orago era Nossa Senhora do Rosário.

A Igreja de Nossa Senhora da Ajuda que podemos apreciar atualmente consiste de uma pequena construção, se comparada à Igreja Matriz do Rosário que acabamos de visitar, todavia, possui considerável significado sendo uma das ermidas a manter, embora alterado, o característico copiar, guarnecido de gradil de madeira, à entrada.

Consta do Inventário do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC, uma pequena gravura que nos dá o aspecto do templo em 1866.⁷ Destaca-se dessa iconografia a ausência de elementos arquitetônicos que lhe foram acrescidos ao longo dos séculos. São eles: a torre sineira acessível pela escadaria externa e o salão contíguo, ambos ao lado direito (esquerdo do observador); o nártex fechado dotado de um único envasamento central e cobertura de três águas sem frontão, e por fim um salão anexo, usado para reuniões dos mantenedores e das congregações.

Ainda no Inventário do IPAC, logo abaixo da pequena gravura citada acima, com escala e ângulo quase equânimes, imprimiu-se uma fotografia do começo do século XX, na qual podemos perceber a presença do dito salão e torre, além da abertura de duas outras envasaduras para portas, ladeando a primeira, bem como um par de "respiros" quadrilobados na parede lateral. Consta ainda a colocação de um frontão, guarnecido por platibandas nas suas laterais, obliterando totalmente a visão do telhado.

Comparando rapidamente as duas imagens citadas, salta aos olhos o maior grau de semelhanças de elementos entre a aquarela, base do presente artigo, e a gravura de 1866. Entretanto, chama a atenção o fato da representação da capela-mor, coberta por cúpula, que assumiu uma forma deveras particular no pincel do artista setecentista. De tal sorte que onde está a referida capela-mor, um olhar menos minucioso veria a presença de uma torre posterior, quase disjunta, situada na posição de uma suposta abside. Coisa que concretamente não existe naquele templo.

Talvez essa distorção derive de uma ilusão de ótica pelo ângulo de representação donde partia a vista do autor. Hoje, com o acréscimo de construções ao redor desse edifício religioso, mesmo que possamos nos situar no provável ponto de tomada para a aquarela em questão - seguramente nas proximidades de uma grande torre metálica que ser projetada contra o horizonte, no cimo das montanhas do lado da cidade de São Félix - jamais recuperaremos aquele aspecto da igreja, posto que está encoberto.

Ainda sobre a sua implantação, o que há de singular na ambientação da ermida da Ajuda consiste na delimitação do seu sítio. Observando a disposição das casas ao seu redor torna-se evidente que ela foi, na prática, cercada por um "cinturão" contínuo de construções de tal sorte que o modesto outeiro sobre o qual se assenta proporcionava-lhe um destaque que hoje está sensivelmente atenuado. Isso se dá em parte tanto pelo referido crescimento urbano, com o acréscimo de mais edifícios, cujos pavimentos também passaram de um para ao menos dois, quer ainda pelo preenchimento adensado dos espaços antes abertos. Atualmente com o correr dos olhos pela cidade, mal podemos sentir a presença da antiga capela.

Capela da Santa Casa de Misericórdia

Continuando nosso passeio seguimos agora passando por trás da Capela da Ajuda, retornando à mesma rua que serve à fachada da atual Matriz e dobramos para a esquerda. Por esse logradouro seguimos até atingir um largo triangular ao vértice do qual se encontra a quinta igreja a visitar.

Identificada pelo número 10, riscado de uma forma bem idiossincrática, mais conforme a um Io pousado ao lado do beiral, reconhecemos a Capela da Santa Casa de Misericórdia, datada da primeira metade do século XVIII. Naqueles idos compunha-se de uma nave única aberta por uma só

⁷ *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, 1997, p. 50.

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII

envasadura e ventilada/iluminada por um óculo circular central na fachada, um altar-mor e um corredor lateral fechado. Some-se a isso um muro e um conjunto de casas pegadas e se obtém a delimitação do seu talhão respectivo, que parece fronteiro ao córrego Pitanga, dentro do espaço urbano.

Aproveitando a ocasião de estarmos nessas paragens da cidade é interessante notar uma ausência em nossa gravura. Esta ausência é imprescindível para a boa compreensão de Cachoeira, sobretudo no que diz respeito à sua evolução física e urbana e, em conseqüência, para uma melhor compreensão dos costumes e vida na cidade. Aludimos ao grande chafariz público em estilo Neo-Clássico, exibindo hoje as armas do Império aos transeuntes da contemporânea Praça Aristides Milton.⁸

Sua datação, em sua forma primitiva, é do final do século XVIII, tendo sido concluído após 1796. Esse marco cronológico poderia ser usado, presumivelmente, como tempo limite superior para o estabelecimento do período e datação da aquarela que estamos descrevendo, já que nela não se faz nenhuma menção a esse importante equipamento público de abastecimento de água, que estaria em local de tão fácil e segura percepção. Em outras palavras, o que há lá naquele trecho é apenas terreno limpo, conforme o amplo espaço vazio ali disponível entre a Santa Casa e um outro edifício isolado, identificado com o número 11.

Tendo rapidamente apreciado a bucólica igrejinha, sem ver sinais do chafariz, sigamos adiante, dando continuidade ao nosso passeio virtual.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte

Agora faremos uma jornada maior, cortando quase por completo os setores da malha urbana e indo ao extremo de montante do aglomerado. Descemos o mesmo largo triangular da Santa Casa, cruzamos o riacho Pitanga por sobre uma abaulada ponte de três arcos, vamos pela rua sempre em frente, até uma mais larga abertura da fileira de casas para a esquerda, que nos permite conhecer o declive para uma trinca de docas, o que presumimos se tratar do cais de onde, ao final do século XIX, por volta de 1885, seria consolidado o encontro e cabeceira da ponte metálica posta a serviço da linha férrea que se transformou num dos ícones de Cachoeira. Porém, não é a ponte Dom Pedro II que agora nos interessa, mas, sim, o templo que está representado à esquerda desse caminho do cais. Carecendo de identificação visível na prancha, como o feito para as demais, no entanto perfeitamente reconhecível, está a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, que atualmente passa por processo de restauração. Obra com feições modestas, composta por nave única, altar-mor e porta lateral, resguardada em sua fachada por um aparente nártex fechado, este muito à moda e claramente inspirado na solução adotada no feitio da Ajuda.

O desenho deve representar a Igreja recomeçada por se levantar em 1784 e remodelada, a partir de 1796, período supostamente posterior ao traço de nossa aquarela. Exatamente por tal fator cronológico não se percebe a sua torre, nem tão pouco os demais espaços que perfazem a sua volumetria de agora.

Certamente, e o mesmo raciocínio se aplica aos demais exemplares arquitetônicos transformados abordados aqui, os alicerces de tão pictórica construção estão sob o assoalho da atual, o que somente pode ser verificado em algum tipo de intervenção, tal como reformas, instalações de águas, elétricas, telefônicas, ou ainda reformas e reforços estruturais, devidamente autorizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Essas estruturas, enquanto estiverem sob a terra, onde estão, permanecem seguras e conservadas. Havendo a necessidade de algum tipo de intervenção, o acompanhamento de tais obras é fundamental para o correto reconhecimento e proteção, tanto das estruturas construtivas como da cultura material que por ventura acompanhe os alicerces e que serão importantes em sua contextualização. Fonte primeira e primária para a compreensão do período cronológico, do universo social e simbólico onde se inseriam.

⁸O Chafariz foi utilizado como inspiração para criação da Logomarca dos alunos do Curso de Graduação em Museologia do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB.

Sobre os logradouros e largos

Após esse breve recapitular das principais edificações da Vila da Cachoeira, é o momento de olharmos para a tessitura urbana, para o traçado das suas vias públicas, e, após esse segundo exame, considerar os predicados do anônimo autor de tão fidedigna ilustração. Teria sido ele um antigo aluno da aula militar, que produziu expoentes como Caldas, sargento-mor e compositor de tantas gravuras sobre Salvador? O fato é que esse desenho aquarelado configura-se como uma das mais precisas representações do conjunto e dos detalhes, reunido condições suficientes para ser apontado como uma iconografia de excepcional interesse para pesquisas futuras em amplos campos do conhecimento, indo da história à arquitetura, trilhando pela museologia e pela arqueologia.

O estudo morfológico das cidades e, portanto a história formal do seu espaço, constitui um instrumento importante para os estudos na museologia. Compreender o desenvolvimento do espaço urbano é essencial para pensarmos as estratégias de atuação e intervenção preservacionista bem como para compreendermos os contextos de ocupação e organização social que espelham e ao mesmo tempo moldam a organicidade.

No que alude aos espaços de circulação, comecemos pelo mesmo início de quando tratamos dos edifícios e iremos de modo mais célere, posto que a correspondência seja ululante. A rua que passa perante o complexo do Carmo, identificada pela letra n e m, da direita para a esquerda, grafadas diretamente sobre o leito transitável, corresponde, usando como parâmetros as plantas constantes no IPAC, à atual Rua Inocêncio Boaventura. Caminhando para a esquerda, chegamos à Praça da Aclamação, identificada pelo número 3. Deste largo até a Santa Casa de Misericórdia está uma longa via, com duas letras reconhecíveis: j e l, que correspondem à atual Ana Neri, findando na Praça Dr. Milton, onde está a capela da Santa Casa. Partindo desse espaço amplo vemos a contemporânea Rua Treze de Março, atravessando por sobre o córrego Pitanga em uma aprazível ponte abaulada de três arcos, identificada pela letra h, a montante.

Contornando o quarteirão irregular que contem o outeiro da Ajuda, estão as ruas Rui Barbosa, identificada pela letra q; Treze de Maio, pelas letras r e s, passando por trás da atual Matriz e interceptando a larga Rua Vinte e Cinco de Junho, não identificada no desenho, porém, exibindo ao seu término, às margens do Paraguaçu, uma escadaria ou rampa de acesso e de desembarque - identificada pelo número 1 - e, poucos metros a frente, com o número 2, uma coluna sobreposta por guião, elevada do nível do solo por escadaria tronco piramidal de base hexagonal. Seria um pelourinho? Atualmente essa ambiência corresponde à Praça Teixeira.

Daqui, partindo para a direita, temos uma curta rua, a atual Sete de Setembro, que acessa uma restrita e pequena enseada, de um lado dotada de cais de cantaria com escada de acesso - aliás, o dito cais começa na Praça Teixeira e termina aqui - cujo atual nome é bem sugestivo: Rua da Rampa dos Saveiros, indicando as atividades que ali sempre parecem ter se desenrolado. Desse ponto, subindo a aludida rampa, notamos a Rua Marechal Floriano Peixoto que termina perante o complexo do Carmo.

Atravessando o córrego Pitanga, na já comentada ponte de três arcos, percorremos espaços mais abertos. Aqui há que tomar um pouco de cuidado. Logo após a ponte temos um pequeno quarteirão que corresponde ao local do atual Mercado Municipal, ou melhor, do seu largo: a Praça Maciel.

Em seguida, a Rua Prisco Paraíso, muito ampla na imagem, todavia já mostrando o seu formato triangular peculiar e maior culpado pelo principal ponto crítico contemporâneo do trânsito cachoeirano, pois representa o mais afunilado estrangulamento por onde devem passar tanto os pedestres com os automóveis, até mesmo os ônibus que servem à população. Prosseguindo para a esquerda percebemos a bifurcação da Paraíso na Rua Rodrigo Brandão, sem identificação na aquarela e na rua Engenheiro Lauro de Freitas, identificada pela letra g - que foi posta precisamente no início da bifurcação. Adiante, pela mesma via, temos a Rua Maestro Irineu Sacramento, identificada pela letra f.

Abaixo, em direção à margem do Paraguaçu, temos um espaço aberto, no qual estão algumas fileiras de casas bem juntas e também onde sai o caminho que desce da Capela da Nossa Senhora da

Conceição do Monte. Esse local hoje se denomina Praça Manoel Vitorino. Nesse setor da Vila temos um interesse particular, pois aí, na junção das ruas identificadas por f e g, ou nas atuais Maestro Sacramento e Lauro de Freitas, aproximadamente sobre o quarteirão de cinco casas (aparentemente quatro térreas e um sobrado, no extremo direito, pelos detalhes da gravura), voltado para a rua que desce ao cais de madeira, estará em breve instalado o Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Sobre a hidrografia local

Para Cerdá, considerado o fundador do urbanismo enquanto disciplina autônoma, "a vida urbana se compõe de dois elementos essenciais que englobam todas as funções e todos os atos de vida. O homem descansa, se move: Isso é tudo. Não existe senão repouso e movimento".⁹

Essa visão dual, sintética das atividades humanas se materializa na cidade através de dois pólos estruturantes e complementares: a vida na casa e a vida de movimento. Assim, as ruas como as principais vias de acesso e transporte ganham especial destaque, pois são orgânicas em relação à função do movimento.

No caso de Cachoeira, no que toca às suas vias de transporte e recursos hídricos, não podemos deixar de considerar que o Rio Paraguaçu era o principal meio de transporte e escoamento de mercadorias para a capital Salvador e que Cachoeira era um importante entreposto comercial no período aludido pela gravura que descrevemos.

Ademais parece oportuno lembrar a inigualável leitura de Sérgio Buarque de Holanda no que tange aos processos de urbanização relativos à colonização portuguesa e sua distinção em relação à castelhana. Segundo o autor, as comunicações por via marítima e na ausência destas por via fluvial, constituem-se o fundamento do esforço colonizador de Portugal. Neste sentido, "os regimentos e forais concedidos pela Coroa Portuguesa, quando sucedia tratarem de regiões fora da beira-mar, insistiam sempre que se povoassem somente as partes que ficavam à margem das grandes correntes navegáveis, como o Rio São Francisco".¹⁰

Alusivo aos cursos d'água, constam os três principais córregos ou riachos da margem esquerda do Paraguaçu, que se integram na vida da Vila. Sobre os seus nomes atuais, algumas dúvidas estão presentes. Seriam, da esquerda para a direita, o Caquende ou então o córrego da Serra; o Pitanga e para esse não há a menor sombra de dúvida; por fim, teríamos o Três Riachos, ou um outro, ainda sem informes atuais sobre a sua denominação.

O Caquende ou córrego da Serra está visível na lateral direita, ao termo da rua que vem do conjunto do Carmo, identificado pela letra B imediatamente acima de uma passarela presumidamente em madeira. No presente ele faz foz atrás do estádio municipal. Note-se que toda essa superfície da desembocadura não era antes ocupada, apontando se tratar de uma zona de charco que agora foi tomada do Paraguaçu para a implantação do campo de futebol e suas demais estruturas.

O seguinte é o rio Pitanga, claramente o mais longo deles, vindo das terras do tricentenário Seminário de Belém e acionando engenhos reais ao longo do seu curso, dentre os quais ainda se podem ver com facilidade os testemunhos de um lance de aqueduto na mata do parque das Cachoeiras, à entrada da cidade pela estrada BA-026. O Pitanga está centrado na imagem e identificado pela letra C, posta abaixo da ponte em cantaria ou alvenaria de três arcos. Como a sua margem esquerda ostenta a mais densa concentração de construções e pela própria forma de malha que apresenta, sugere que esse riacho teria sido um dos limites para o núcleo da primitiva Vila. O único exemplar

⁹ CERDÁ. *Teoría general de la urbanización*, Madri, 1867, p. 595. Citado por: CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006, p. 196.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982. 15ª ed, p. 71. Remetemos especialmente ao capítulo IV O Semeador e o Ladrilhador com destaque para a análise sobre *A fundação de cidades como instrumento de dominação*.

arquitetônico notável além do Pitanga, ou seja, na sua margem direita, consiste na igreja de Nossa Senhora do Monte, mesmo assim, mostra-se bastante acanhada se comparada com as igrejas da outra margem. O vasto espaço hoje ocupado pelas travessas Camarão, Adrião, Ribeiro, pelas ruas Virgílio Damázio e Virgílio Reis, além das praças Góes Calmon, Ubaldino de Assis e parte do quarteirão onde está a quadra desportiva ao lado do Tiro de Guerra foi conquistada ao brejo ou possível mangue onde desaguava o Pitanga, como podemos claramente perceber olhando a imagem. Ou, com outro enfoque delimitador para esse mesmo espaço nivelado e aterrado temos os seguintes limites: da casa isolada perante o primeiro cais de madeira e que corresponderia, grosso modo, a atual estação rodoviária de Cachoeira até uma outra casa adjacente a um terreno murado, dotado de algo que se assemelha a uma cruz (seria um cemitério?), ao final da rua que desce da igreja da Ajuda.

Por fim, temos o curso no extremo esquerdo da iconografia, o suposto córrego Três Riachos, todavia é mais provável que se trate de uma outra pequena corrente, e que agora realmente está sob a cidade. Enquanto os outros dois córregos mostrados vêm por detrás dos topos divisores do horizonte, também retratado, esse tem a sua nascente aflorando a cavaleiro da atual Rua Maestro Irineu Sacramento, conforme o que divisamos do traço usado pelo desenhista para a sua calha ou leito. Posteriormente, deve ter sido canalizado sob o leito da Rua São Cristovam ou imediações, no talvegue detrás do sopé da igreja do Monte, portanto bastante afastado de onde flui o córrego agora chamado de Três Riachos.

Como apenas um breve exemplo da potencialidade da iconografia que ora apresentamos, particularmente no que tange a um tipo de abordagem arqueológica voltada e debruçada diretamente sobre a interpretação da paisagem, dentre tantas outras possibilidades de "leitura" desse excepcional documento, apontamos para as instalações registradas na barra desse último córrego citado. Ali, perante três ilhotas a montante da ilha grande e sobre a ponta da qual se ampara nos nossos tempos um dos pilares da ponte Dom Pedro II, está presente um conjunto de três casas em um presumido terreiro ou pequeno largo cercado pela mata. Tal sítio, notoriamente isolado da vila por via terrestre, posto que nenhum caminho o liga com Cachoeira, parece ser dotado de um paredão ou muro com portão postado diretamente sobre o Paraguaçu, podendo tratar-se de uma unidade independente de embarque e desembarque (um cais em cantaria?). Tal reunião de fatores apontaria para uma unidade rural produtora (fumo ou açúcar?) que foi se integrando e sendo englobada aos poucos pelo crescimento da Vila. Nesse dito terreiro, mais para a margem do córrego, pode se perceber os vestígios do traço de uma possível letra D, compreensível segundo a seqüência das identificações dos cursos d'água na legenda, a qual, infelizmente, não dispomos quando compusemos esse texto.

A materialidade percebida por meio da gravura associada ao eloqüente posicionamento das construções, erigidas na desembocadura do córrego, corroborada pelo nível de detalhamento que permite inferir a presença das estruturas murarias e, em seguida, a sua função, fornecem subsídios inéditos e dificilmente superáveis por registros de ordem escrita discursiva que são basilares na orientação de futuras intervenções físicas no solo da cidade. Tais intervenções tanto podem ser de caráter público, como a melhoria do mobiliário urbano, a implantação ou ampliação de serviços de água, eletricidade, telefonia, esgotamentos sanitários, substituição de calçamento entre outros, quanto de cunho privado, no interior dos imóveis e por interesse direto dos proprietários. Durante essas operações é possível ter-se acesso aos contextos "arquivados" sob o solo, com o acompanhamento de um profissional conhecedor da práxis arqueológica, ou mesmo e esse seria o ideal na questão, com a prévia prospecção das áreas a serem impactadas por qualquer tipo de obra dentre as supracitadas. Com a observância desse mínimo cuidado com o patrimônio arqueológico, aliás, é oportuno que aqui se lembre, protegido por lei federal cuja inobservância resulta em sanções previstas na mesma legislação, poder-se-á estabelecer um apanhado de diretrizes que nortearão o Plano Diretor Cidade, no que diz respeito a esse seu precioso bem, substância da sua história e sua identidade.

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Glossário de termos utilizados

Abside: extremidade semicircular de uma igreja.

Adro: espaço público mais aberto perante as igrejas.

Alpendre: espécie de pequena cobertura que protege a entrada do sol e da chuva.

Altar-mor: altar único ou principal de um templo.

Cantaria: técnica construtiva que emprega pedras com ou sem argamassa.

Copiar: tipo de cobertura relativamente ampla à entrada da igreja, para abrigar os fiéis.

Duas águas: telhado formado por dois planos para o escoamento das chuvas.

Frontão: coroamento triangular da fachada.

Galilé: um tipo de antecâmara que precede a nave.

Guião: tipo de bandeirola.

Lioz portuguesa: uma rocha calcária de Portugal muito própria para trabalhos escultóricos.

Nártex: espécie de cômodo prévio à nave.

Nave: parte central de uma igreja.

Óculo: abertura que permite a entrada de luz e circulação de ar.

Platibandas: arremates das paredes que se projetam acima do telhado.

Respiros quadrilobados: aberturas na parede para iluminação e ventilação na forma de trevo de quatro folhas.

Torre sineira: torre que suporta o sino.

Três águas: formado por três planos para o escoamento das chuvas.

Ilustrações utilizadas

Gravura aquarelada. Título: “*Mapa da Vila de Cachoeira*”. s/data. Autor não identificado. Reproduzida no livro: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 55.

Carta da Cidade de Cachoeira e São Félix. “*Cachoeira e S Félix Situação dos Centros Históricos*.” Escala 1:8000. Reproduzida no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1997, p. 33.

Referências bibliográficas

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras vol. 1 (1), 2007

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA BAHIA, Volume III, Monumentos e Sítios do Recôncavo, II Parte, Secretaria da Cultura e Turismo, Governo do Estado da Bahia, 2ª Ed. 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado: por uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *Ouro Preto: A cidade sagrada*. Anais do Museu Histórico Nacional. Ministério da Cultura/IPHAN: Rio de Janeiro, vol., 35, p. 249-267, 2003.

PINHO, Wanderley. *Era Assim o Recôncavo*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 391-393, abr./jun. 1986.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000. (Coleção Uspiana – Brasil 500 Anos).

SMITH, Robert Chester. Some Views of Colonial Bahia. *Revista da Academia Nacional de Belas Artes*, Lisboa, 2ª série, nº. 1, 1948.

A PRESENÇA JESUÍTA NO RECÔNCAVO DA BAHIA¹

Fabrizio Lyrio Santos*

Resumo: O presente trabalho enfoca a presença jesuíta no Recôncavo da Bahia no contexto de sua inserção na expansão colonial lusitana. A efetiva presença da Companhia de Jesus se dava não apenas no plano religioso, mas também no cultural, no político e no econômico. A posse de fazendas e engenhos não estava dissociada da visão religiosa que imprimia sentido à obra missionária e educacional, pois era necessário garantir a expansão e o bom funcionamento destas atividades.

Palavras-chave: Jesuítas; Brasil colonial; Recôncavo; religião; economia.

Abstract: This article analyzes the presence of the Jesuits in the Bahian Recôncavo in the context of the Portuguese colonial expansion. The effective presence of the Society of Jesus was not only a religious one, but also cultural, political and economic. The ownership of farms and *engenhos* was not dissociated from the religious view that gave sense to the missionary and educational work, since it was necessary to preserve the expansion and the maintenance of these activities.

Keywords: Jesuits; Colonial Brazil; Recôncavo; religion; economy.

* Professor assistente de História do Brasil Colônia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

¹ Este texto baseia-se, em parte, no primeiro e no terceiro capítulos da dissertação *Te Deum laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1760)*, defendida na Universidade Federal da Bahia em 2002. Reitero aqui o agradecimento aos amigos e instituições mencionados na dissertação.

A Companhia de Jesus e a expansão colonial portuguesa

A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa relativamente jovem, fundada no século XVI no bojo do movimento de Reforma religiosa e das transformações socioculturais que agitavam a Europa.² Inácio de Loyola, fundador da ordem, deve ser visto mais como um místico ou visionário do que propriamente como militar, embora esta seja uma imagem bastante difundida. Nascido provavelmente em 1491 num lugarejo basco chamado Azpeitia, na Espanha, Inácio provinha de uma família de senhores locais relativamente poderosos. Após a morte do pai, em 1507, um amigo da família, Don Juan Velasquez, ministro das finanças da Rainha Isabel, o toma para assistente. Inácio tinha dezesseis anos e leva, então, uma vida que ele próprio irá definir depois como “desregrada”.³

Em 1516 Carlos V assume o trono imperial e, no ano seguinte, Don Juan morre sem o favor do novo soberano. Inácio consegue ainda uma colocação como escudeiro de Don Antonio Manrique de Lore, Vice-rei de Navarra. A região era então disputada entre Espanha e França. Este é um momento importante na sua vida, que dá margem a certas especulações. Como afirma Lacouture, “é preciso denunciar a lenda do homem de armas que se teria transformado naturalmente em *general* dos jesuítas”. Para o pesquisador francês, Inácio “teve que se tornar homem de espada assim como havia sido homem da corte”.⁴ Ademais, o uso de metáforas de cunho militar não era um recurso nem original nem tipicamente jesuítico, sendo prática comum na Idade Média.⁵

Em 1521, em Pamplona, resistindo a um ataque franco-navarrês, Inácio é ferido gravemente na perna direita por um tiro e retorna para a casa materna, onde é obrigado a ficar acamado por algum tempo para se recuperar.⁶ Durante este período, lê e medita, sobretudo, sobre a vida dos santos, deixando-se envolver por uma experiência na qual passa a se referenciar pelo exemplo dos santos, e alimentar a idéia de partir para Jerusalém defender a cidade sagrada contra os infiéis.⁷ Este momento é considerado sua grande conversão religiosa, quando se processa uma total transformação no seu modo de ver o mundo.⁸ Obcecado, abandona o repouso antes de estar totalmente recuperado da perna direita e, em 1522, inicia uma peregrinação até Barcelona, visando chegar à Terra Santa.⁹ Torna-se um místico peregrino constantemente surpreendido por visões e êxtases, em meio às quais reúne anotações que viriam a compor mais tarde sua mais importante obra, os *Exercícios Espirituais*.¹⁰ Sua estada em Jerusalém dura apenas três semanas. Os franciscanos o impedem de evangelizar nos lugares sagrados, como desejava.¹¹ Ao regressar, toma novamente uma decisão fundamental. Para Lacouture, residiria aqui, de fato, sua grande experiência de conversão, no momento em que decide não mais continuar sua vida de místico errante sem antes se dedicar aos estudos e entregar-se à “conquista sistemática do saber”. Este seria, então, um momento de ruptura, que torna Inácio de Loyola não um simples continuador da tradição mística espanhola, ao lado de São Francisco e dos cruzados, mas um “precursor dos tempos modernos”.¹²

Inácio estuda em Alcalá e Salamanca, dois dos mais importantes centros culturais da Espanha de sua época. Depois, decide ir a Paris. Durante sua fase como estudante na França conquista a amizade daqueles que com ele fariam o famoso voto de 1534, na pequena e rústica capela de

² Cf., entre outros, ALDEN, Dauril. *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond, 1540-1750*. Stanford, California: Stanford University Press, 1996; LACOUTURE, J. *Os Jesuítas* : Vol. 1: Os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994; BANGERT, W. *História da Companhia de Jesus* . Porto: Apostolado da Imprensa; São Paulo: Loyola, 1985.

³ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 17.

⁴ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 19.

⁵ ALDEN, *op. cit.*, p. 10.

⁶ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 22.

⁷ *Idem*, p. 22.

⁸ BANGERT, *op. cit.*, p. 14-15.

⁹ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 25.

¹⁰ BANGERT, *op. cit.*, p. 18.

¹¹ *Idem*, p. 21.

¹² LACOUTURE, *op. cit.*, p. 11-12.

Montmartre (Monte do Martírio), próximo a Paris. São feitos os votos de pobreza, de partir para Jerusalém e, caso não fosse possível, de se colocar sob autoridade do Papa.¹³ Nenhum destes votos se torna tão fundamental como este último. A ida a Jerusalém jamais se consumou, mas o voto de fidelidade ao Papa faz nascer, de fato, uma ordem religiosa diferenciada, ancorada na instituição romana como nenhuma outra até então. A aprovação oficial da Ordem viria em 1540.¹⁴

No âmbito das transformações sociais e religiosas que então agitavam a Europa e o reino português, os jesuítas assumem uma importância vital para o catolicismo:

A conjuntura social da transição do período feudal para a modernidade transformara Inácio de Loyola e seus primeiros discípulos em guerreiros da fé, que tinham como meta salvar o povo cristão do abandono espiritual em que viviam. Imagem que se amoldava aos interesses da belicosa coroa lusitana, preocupada com o domínio das vastas terras coloniais e do controle social na metrópole e nas terras de além-mar. Os seguidores de Inácio de Loyola, com uma ação pragmática junto aos fiéis europeus no que tangia à assistência em hospitais e ao controle dos hereges, conseguiram demonstrar seu comportamento virtuoso por meio da pregação e da prática dos exercícios espirituais. Colaboravam fervorosamente para a construção do edifício cristão, facilitando a união de toda a cristandade.¹⁵

Não obstante a Reforma Católica tenha tomado uma feição marcadamente anti-protestante (por isso sendo normalmente chamada de Contra-Reforma), ela não foi apenas uma caçada aos hereges. Demonstrou um ímpeto renovador e progressista, que visava uma renovação religiosa semelhante, em alguns pontos, àquela que propunham os reformadores protestantes: “na busca de fontes autênticas, na crítica dos textos escolásticos, e também na denúncia dos comportamentos do clero católico, humanismo e reforma caminhavam frequentemente lado a lado”.¹⁶ Neste sentido, embora a Companhia de Jesus se constitua como grande defensora da ortodoxia, é também portadora de um projeto de renovação da Igreja que vai desde o *exercício* da devoção individual até a afirmação de um cristianismo abrangente e capaz de conviver, em alguma medida, com as diferenças.¹⁷

Reflexo de sua prática missionária, tanto quanto de sua época, a concepção humanista dos jesuítas (como ficaram apelidados os membros da Companhia de Jesus) os colocaria entre os pioneiros da aventura antropológica do pensamento ocidental.¹⁸ Este pioneirismo, entretanto, não se dava de forma desinteressada. De fato, é sempre pela conversão, com todas as suas implicações, que os jesuítas vão lutar, não obstante Roma se ache no dever de cuidar, volta e meia, do excessivo “hibridismo cultural” do cristianismo jesuíta nos confins da Ásia e do Novo Mundo. Quanto ao aspecto *a-culturador* ou *in-culturador* de sua prática missionária, entretanto, permanecerá uma questão em aberto. O fato é que se destacaram pela preocupação em compreender o outro, ainda que não tenham tido neste aspecto menor sucesso estratégico que humanista.

No mesmo ano em que a ordem foi oficialmente instituída, os jesuítas integraram-se ao Império ultramarino lusitano, que se consolidava sob o impulso da expansão colonial. Através deste processo de expansão conjunta entre a Fé e o Império, a Companhia de Jesus se tornaria uma das mais importantes ordens religiosas do período moderno. Em 1549 ela já se fazia presente nas duas extremidades do ultramar lusitano.¹⁹ Atuando de forma diferenciada em cada região e adaptando-se às circunstâncias, os inicianos tornaram-se grandes parceiros do projeto colonial português. Isto não significa que tenham reproduzido fielmente as políticas régias e os interesses colonizadores. As divergências, por mais que nos pareçam secundárias, eram fundamentais na época. A verdadeira afinidade se dava em torno da

¹³ BANGERT, *op. cit.*, p. 27.

¹⁴ *Idem*, p. 34.

¹⁵ ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 90.

¹⁶ LACOUTURE, *op. cit.*, p. 53.

¹⁷ *Idem*, p. 89.

¹⁸ *Idem*, p. 141.

¹⁹ ALDEN, *op. cit.*, p. 71.

legitimidade da empresa colonial. Isto não se questionava. As diferenças de estratégia ou prioridades calavam diante do imperativo maior de expansão da civilização luso-católica.

A expansão religiosa portuguesa, de que a Companhia de Jesus é parte integrante, se dá sob o signo do *padroado régio*, expressão da união entre o Estado e a Igreja.²⁰ Embora devedor de antigas tradições medievais de concessão de direitos religiosos a senhores leigos, o padroado régio lusitano é um elemento típico dos novos tempos, ancorado na convicção compartilhada entre os monarcas católicos e os papas de que ambos agiam por delegação do mesmo Senhor, visando os mesmos objetivos básicos. O padroado implicava, portanto, antes um compromisso do que uma subordinação das ordens religiosas e do clero ao monarca.

A assistência espiritual é uma preocupação central do reinado de D. João III, tanto no tocante à instrução e confirmação dos que já professavam a fé católica quanto no tocante à conversão dos que a desconheciam. É difícil reduzir o peso da motivação religiosa no empreendimento colonial sem anular as fontes históricas. Os documentos da época são eloqüentes no tocante à aproximação entre a dimensão temporal e a dimensão espiritual. Como diz Costa e Silva:

Sem que implique descaracterizar o empreendimento expansionista do vinco de esbulho e agressão cultural ao autóctone, já que interesses e critérios diversos mesclavam-se, e até mesmo o cristianizá-lo apresentava-se também como caminho breve para incorporá-lo, parece vão, no entanto, reduzir a motivação plural que estava em jogo, a leitura única, como se fora imposta por um determinismo acima de qualquer discussão.²¹

Deste modo, parece inócuo querer identificar o padroado com a defesa da supremacia absoluta do poder régio, que se expressa através das teses regalistas do século XVIII. O reinado de D. José I (1750-1777) torna-se o primado destas idéias, onde seu conhecido ministro de Estado, Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde Marquês de Pombal, estabelece o *regalismo* como princípio de governo.²² A expulsão dos jesuítas se insere neste quadro mais amplo de afirmação dos direitos do Rei sobre os da Igreja, embora também represente a solução de antigos conflitos locais.²³

Sob o Padroado lusitano, a Companhia de Jesus expande rapidamente sua atuação no mundo. A colonização portuguesa na América evolui, desde então, e se expande em todos os sentidos. A colonização e povoamento da ampla região amazônica ensejaram a criação do Estado do Grão Pará e Maranhão, na primeira metade do século XVII, constituindo-se como unidade político-administrativa autônoma.²⁴ O restante do território, constitutivo do chamado Estado do Brasil, desenvolve-se em torno das povoações pontilhadas ao longo do litoral atlântico, ampliando-as progressivamente em direção ao sertão. A economia é dominada pela indústria açucareira desde meados do século XVI. O tabaco e a aguardente ocupam um lugar de destaque nas trocas por cativos africanos, mão de obra fundamental na produção açucareira. Metais preciosos são explorados com intensidade a partir do final do século XVII, determinando uma completa re-configuração econômica e demográfica.²⁵

Os Jesuítas dividiam suas missões entre a Província do Brasil e a sub Província do Maranhão, que caminhava a se tornar autônoma. Às vésperas da expulsão cogitava-se também constituir uma

²⁰ BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 242.

²¹ COSTA E SILVA, Cândido. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCI, EDUFBA, 2000, p. 25.

²² BOXER, *op. cit.*, p. 201; MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 102.

²³ FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p. 424; SANTOS, Fabricio Lyrio. *Te Deum laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

²⁴ BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 292.

²⁵ *Idem, ibidem*.

nova Província no Rio de Janeiro. A coroa prontamente buscou interferir, sendo informada pelo vice-rei do Estado do Brasil, em setembro de 1758, a respeito do assunto:

[...] a Religião da Companhia não reconhece até hoje nesta America mais do que hum só Provincial, que pessoalmente daqui tem ido e tão bem tem mandado os seus vizitadores a fazer as visitas nos Collegios, assim do Rio de Janeiro, como em todas as demais partes donde os tem neste Estado.²⁶

Segundo Leite, a criação de uma nova Província no Rio de Janeiro já havia sido proposta em outras ocasiões e em 1754 o Pe. João Honorato teria vindo para a Bahia com a divisão da Província já aprovada em Roma. O Pe. Antônio Baptista seria o Procurador da nova Província, que contaria 4 colégios, 9 residências e 10 missões, enquanto que a da Bahia ficaria com 3 colégios, 1 noviciado (em prédio próprio), 1 seminário menor, 3 casas, 9 residências e 13 missões. Aparentemente o assunto era de grande importância.²⁷

Embora solidários ao sistema colonial, os jesuítas defenderam no interior deste sistema a sua própria linha de atuação. Alfredo Bosi refere-se à raiz latina do verbo colonizar, *colo*, que origina *colonus*, aquele que coloniza, que lavra a terra; *cultus*, a terra que é colonizada, o universo a partir do qual se coloniza, universo de comunicação com a força dos antepassados e a renovação da vida; e *culturus*, o universo para o qual se coloniza, a dimensão de futuro implícito no ato presente como ideal a ser alcançado.²⁸ Enquanto para os colonos vinha em primeiro lugar a dimensão do cultivo, da ordem econômica, para os missionários a ênfase estava no culto, *cultivo das almas*. Não obstante, também os pios propósitos exigiam as lides profanas, e da terra cultivada se alimentavam as missões e os missionários. A dimensão cultural da colonização igualmente não se viu distante da catequese, pois cabia transformar pagãos em cristãos, não apenas uma mutação religiosa, de consciência ou foro íntimo, mas com as devidas manifestações públicas da aceitação de uma nova fé e cultura. Tanto colonos quanto missionários queriam a completa transformação dos nativos em trabalhadores obedientes ao padre ou ao patrão.

O Colégio da Bahia e a organização provincial

Os diferentes espaços de atuação da Companhia de Jesus são articulados em torno de seus Colégios. Em Salvador os jesuítas chegaram em 1549 junto com Tomé de Souza, primeiro governador-geral, e mantiveram uma sólida e próspera atuação em torno do Real Colégio das Artes, no Terreiro de Jesus. Evoluíram progressivamente com a cidade e o amplo recôncavo que a abrigava. Teceram, aos poucos, uma complexa teia de relações entre vários estabelecimentos religiosos e produtivos, às vezes sem atender a exigências geográficas ou naturais, mas de hierarquia e organização interna. Por meio de uma contribuição diversificada para completa ocupação do território, a Companhia de Jesus marcava sua forte presença no mundo colonial. Seu amplo conjunto de Igrejas, casas, residências, terras, fazendas e engenhos (com seus escravos) revela a amplitude do empreendimento iniciano no Brasil colonial e confirma sua relevância não apenas religiosa, mas também política, cultural e econômica.

Paradoxalmente, a presença jesuíta na Bahia pode ser melhor percebida a partir do momento em que a ordem deixa de fazer parte daquele contexto. Após a sua definitiva expulsão dos reinos e domínios lusitanos, decretada em 3 de setembro de 1759, procede-se ao inventário e seqüestro de todos os seus bens móveis, imóveis e semoventes, tanto de natureza secular quanto religiosa, bem como seus rendimentos. Uma olhada no edital de arrematação dos bens pertencentes ao Colégio da

²⁶ Documento publicado em ACCIOLI, Inácio. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia (comentários e notas de Braz do Amaral)*. Salvador: Imprensa Oficial, 1940, vol. 5, p. 264-265.

²⁷ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 1938-1950, t. VII, p. 261-263.

²⁸ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 11.

Bahia revela a intensidade da ocupação do espaço colonial pelos jesuítas: casas térreas e de sobrado espalhadas nas principais freguesias da cidade, sítios e fazendas na região periférica e no Recôncavo, dois engenhos, duas fazendas em Sergipe, casas e terras em Ilhéus e Porto Seguro.²⁹

De início, constituía a Bahia terra de missão, pertencente à Província de Portugal. Sua elevação à Província, em 1553, atendia ao imperativo da autonomia local.³⁰ A catequese dos nativos permanece a justificativa fundamental da presença dos jesuítas por estas terras. Para Bom Meihy, o início promissor da evangelização explica o otimismo triunfalista de Nóbrega: “esta terra é nossa empresa”.³¹ A atividade do Colégio da Bahia estava inicialmente voltada exclusivamente para a catequese das aldeias indígenas próximas à cidade. A partir do século XVII o trabalho missionário volta-se para o sertão e o Colégio, com sua igreja e aulas abertas a religiosos e leigos, dedica-se de forma mais precípua ao atendimento da população da cidade.³² O mesmo se dá com os Colégios menores fundados nas demais capitânias. Nos séculos XVII e XVIII os Colégios tornam-se instituições de ensino, preparo de padres e noviços, assistência religiosa e humanitária. Isto, se por um lado empobrece a catequese indígena, por outro potencializa uma atuação muito mais abrangente e uma presença muito mais marcante dos jesuítas na sociedade colonial.

O Colégio era a unidade básica da estrutura local.³³ Tinha à frente o reitor, ao qual se subordinavam os superiores das missões ou aldeamentos e demais residências: “Cada Colégio tinha o seu âmbito de ação bem determinado, formando cada qual uma zona geográfica, econômica e missionária”.³⁴ O Colégio da Bahia tinha capela privativa, livraria, casa de recreação e jardim, casa de hóspedes e botica. Além de preparar para as carreiras eclesiástica, militar e civil, representando o que de fato existia enquanto “instrução pública” no período, com suas aulas dos gerais, no pátio dos estudos, era o lugar possível da observância dos sacramentos e da vida regular, sobretudo no primeiro século, onde por toda parte vingava a precariedade da vida religiosa.³⁵

Anexa ao Colégio impunha-se a Igreja, atual Catedral Basílica de Salvador. Sua construção, em substituição a uma menor que a antecedeu, prolongou-se de 1657 a 1672. No tempo de Vilhena já se usava a Igreja para servir de Sé. O cronista registra a grandiosidade do edifício: “Há nesta cidade alguns edifícios nobres; poucos porém são os templos de arquitetura mais notável; os de mais expectativa são, o que foi dos Jesuítas no Terreiro, o de S. Francisco, e a capela dos Terceiros da sua Ordem”.³⁶ Após a expulsão, a livraria do Colégio teve seu acervo avaliado em 5.499.050 réis, segundo nos informa o chanceler Tomaz Roby de Barros Barreto, cuja opinião era que não se vendessem seus livros separadamente, mesmo diante do interesse de algumas ordens religiosas, pois restariam livros para os quais não se achariam compradores.³⁷ Teve designado um depositário e não se venderam os livros. Muitos acabaram desaparecendo. No tempo de D. Maria I, o Arcebispo D. Joaquim Borges de Figuerôa, renovando uma súplica anterior, pedia o estabelecimento de um Seminário no “convento dos extintos jesuítas” e que a biblioteca fosse usada em benefício deste Seminário e da sociedade em geral, “a fim de renovar o amor às letras, quase extinto na cidade por falta de estudo público há quase vinte anos”.³⁸

Entre 1708 e 1729 a Companhia de Jesus construiu o prédio onde funcionaria seu Noviciado, de invocação a Nossa Senhora da Anunciação, na Giquitaia, atual Água de Meninos, em Salvador. A

²⁹ Documento publicado em LEITE, *op. cit.*, t. V, apêndice “C”.

³⁰ LEITE, *op. cit.*, t. II, p. 456; BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *A presença do Brasil na Companhia de Jesus: 1549-1649*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1975, p. 143.

³¹ BOM MEIHY, *op. cit.*, p. 145.

³² HOORNAERT, Eduardo *et al.* *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 51.

³³ ASSUNÇÃO, *op. cit.*, p. 239.

³⁴ BOM MEIHY, *op. cit.*, p. 144.

³⁵ *Idem*, p. 190.

³⁶ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Bahia: Itapuã, 1969, v. 1, p. 67.

³⁷ Documento publicado em ACCIOLI, *op. cit.*, p. 586-588.

³⁸ Documento publicado em ACCIOLI, *op. cit.*, p. 568-569.

Igreja, ainda de pé, foi erguida a partir da doação de 64.000 cruzados feita por Domingos Afonso Sertão, com rendimento anual estimado em 4.000 cruzados (cerca de 1.600.000 réis). Em contrapartida, o doador pedia que se rezassem missas eternas por sua alma e que lhe fosse dado uma sepultura na capela maior. É significativo que Domingos Sertão não tenha mencionado na escritura de doação o trabalho missionário da Companhia junto às aldeias indígenas, antes se diz benfeitor da obra pia que os jesuítas “realizavam em suas igrejas”.³⁹

Segundo Serafim Leite, em 1747 já funcionava em alguma dependência do Colégio um Seminário confiado aos jesuítas pelo Arcebispo D. José Botelho de Matos. A partir de 1756 ele começa a funcionar em edifício próprio e passa a se chamar Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição. Servia como casa de residência para estudantes, mas as aulas eram no Colégio. Os exercícios espirituais de Santo Inácio ganharam também um edifício próprio para serem ministrados em 1757, através de uma doação. O edifício ficou conhecido como Casa de Orações dos Jesuítas, e se encontra ainda de pé, na Rua Carlos Gomes. O Convento da Soledade, considerado também fruto do trabalho da Companhia de Jesus, teria supostamente sido fundado quando da passagem do P. Gabriel Malagrida pela Bahia, na década de 1730. Havia ainda a Casa da Quinta do Tanque, onde hoje fica o Arquivo Público da Bahia, então conhecida como Casa Suburbana de São Cristóvão, e diversas “moradas de cazas” e “moradas de sobrado”, cujos rendimentos podiam chegar a 11.451.000 réis em 1759, e denotavam a “ocupação” e “presença” jesuíta em uma das principais cidades da colônia, sede do governo geral e vice reinado até 1763.⁴⁰

O Colégio da Bahia era proprietário também de terras e engenhos no recôncavo e nos sertões, e suas propriedades estendiam-se inclusive às capitanias adjacentes à da Bahia. Na capitania de Ilhéus os jesuítas possuíam uma ampla extensão de terras doadas pelo Governador Mem de Sá ao Colégio da Bahia, em 1563, e sua ocupação principiou com a fundação da Residência da Assunção do Rio Trindade, onde, em 1604, já havia sido construído um engenho. Em 1614 se resolveu dar as terras em enfiteuse. Seguiram-se muitas controvérsias e surgiu a idéia de vendê-las, mas em 1701 o Colégio da Bahia beneficiava-se da extração de madeira e produção de farinha na região. Havia também, neste ano, um forno de cal e abundantes pescarias. A Residência de Nossa Senhora da Assunção, na vila de São Jorge dos Ilhéus, com sua Igreja e seu pequeno colégio, representava o mais importante conjunto arquitetônico da vila em 1760. O colégio tinha escola de ler, escrever e contar, e dava aulas de humanidades, já no século XVIII.⁴¹

Havia também as Casas e Residências das outras capitanias. Nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, subordinadas à capitania da Bahia, os jesuítas possuíam residências, fazendas e aldeamentos. Em Porto Seguro construíram a Residência do Nosso Senhor Salvador, em 1622, com sua Igreja, escola e oficinas. Segundo documentos transcritos por Serafim Leite, esta residência foi construída atendendo a apelo dos membros da câmara de Porto Seguro, confiantes na presença da Companhia para “apaziguar aos discordes” e promover naquela capitania “grande paz e quietação”. Esta residência possuía em 1757 uma Fazenda de invocação a Nossa Senhora de Sant’Ana, com 50 “servos” (expressão usada por Serafim Leite), produzindo farinha para o sustento e o comércio, e contando com 100 cabeças de gado.⁴²

Em Sergipe d’El Rei os jesuítas estiveram presentes desde 1575, e seriam os pioneiros da colonização daquela capitania, segundo Serafim Leite. Em 1692 encontrava-se organizada a Residência de Sergipe no Tejupeba, possuindo duas fazendas, Aracaju e Tejupeba. Esta última está citada na documentação relativa à expulsão dos jesuítas, junto com outra, Jaboatão, no Rio São Francisco, organizada em torno de 1694.⁴³ No Espírito Santo, a presença dos jesuítas é marcada pela construção

³⁹ Documento publicado em LEITE, *op. cit.*, t. V, apêndice “B”.

⁴⁰ LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 141-165.

⁴¹ LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 217.

⁴² *Idem*, t. V, p. 227-242.

⁴³ *Idem*, t. V, p. 316-327.

de um grande Colégio na vila de Vitória, dependente do Colégio do Rio de Janeiro até por volta de 1725, quando então consegue manter algumas fazendas para assegurar sua independência.⁴⁴

A atividade propriamente missionária da Companhia de Jesus seguiu o ritmo geral da colonização. Conseqüentemente à expansão das fazendas de cana e engenhos, avança a dizimação dos povos indígenas litorâneos (sobretudo *tupinambá* e *caeté*) e, com ela, sucumbem as pretensões missionárias na costa. Das aldeias fundadas pelos jesuítas próximas ao perímetro da cidade, apenas a do Espírito Santo, no Rio Joanes, continuaria existindo até o século XVIII, tendo sido transformada, em 1758, em Vila Nova de Abrantes.⁴⁵ Como afirma Serafim Leite, a atividade dos jesuítas nas proximidades da cidade se desdobraria em missões rurais, “percorrendo de vez em quando os Engenhos, freguesias e vilas em ministérios e pregações”. O trabalho de catequese ou conversão dos povos indígenas se deslocaria “para os confins da civilização”, abrangendo o sertão baiano na região das Jacobinas e no Rio São Francisco.⁴⁶

No caminho do sertão para o São Francisco os Jesuítas tentaram mais de uma vez agrupar os índios em aldeamentos, durante todo o século XVII, com povos macrojê (os chamados tapuais ou aimorés), mas apenas três aldeias de índios *quiriri* chegaram até 1758. A primeira delas, de invocação Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1666, tornou-se vila de Soure, com 780 índios. A segunda, chamada Aldeia de Santa Teresa dos Quiriris, em Canabrava, fundada um ano depois, tornou-se em 1758 Vila Nova do Pombal, com 470 índios. A terceira, de vida mais inconstante devido à migração dos índios durante as secas, Aldeia do Saco dos Morcegos, tornou-se Vila de Mirandela. Já na capitania de Sergipe, embora bem próxima às anteriores, os jesuítas organizaram a Aldeia de Geru, que em 1686 era um aldeamento estável e em 1758 foi transformada em vila de Távora, tendo depois seu nome alterado para Tomar⁴⁷.

Nas capitanias adjacentes os jesuítas também fizeram presente sua atividade missionária. O primeiro aldeamento jesuíta em Ilhéus foi feito com índios “socós”, no final do século XVII, cujos catequizados se incorporaram à Aldeia de Nossa Senhora da Escada, que em 1702 possuía novecentos índios. Esta aldeia tornou-se vila, em 1758, com o nome de Nova Olivença. A Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, com índios “grens”, foi fundada pouco antes de tornar-se vila, e tinha setenta índios batizados quando se tornou Vila de Almada. Em Porto Seguro as aldeias do Espírito Santo da Patativa e de São João Baptista tornaram-se vilas em 1759, respectivamente Vila Verde e Trancoso. No Espírito Santo, sobreviveram até o século XVIII as aldeias de Reritiba, transformada em vila de Benevente, atual município de Anchieta, e dos Reis Magos, transformada em Vila de Nova Almeida, onde ainda hoje se encontra de pé a pequena igreja, erguida no alto de uma colina.⁴⁸

Os jesuítas no Recôncavo

A presença jesuíta no Recôncavo se dá, a princípio, como desdobramento de sua inserção no universo econômico colonial, cujo primeiro passo foi a posse de terras.⁴⁹ Como nos lembra Stuart Schwartz, “os jesuítas eram os maiores senhores de engenho entre as ordens religiosas”.⁵⁰ Dois dos maiores e mais importantes engenhos baianos pertenceram, após longa demanda judicial, ao Colégio de Santo Antônio, de Lisboa: o de Sant’Ana, em Ilhéus, e o Sergipe do Conde, no Recôncavo, doados pela Condessa de Linhares, filha de Mem de Sá, em benefício da construção da Igreja do referido Colégio.

⁴⁴ *Idem*, t. VI, p. 134.

⁴⁵ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 603, caderno 11.

⁴⁶ LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 269.

⁴⁷ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 603, caderno 11.

⁴⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁹ ASSUNÇÃO, *op. cit.*, p. 154.

⁵⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial – 1500-1835*. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988, p. 93.

Com a questo levantada em torno do testamento do terceiro governador-geral, envolvendo o Colégio de Santo Antão, o Colégio da Bahia e a Casa da Misericórdia da Bahia, os administradores do engenho juntaram valiosa documentação para a história econômica e social do período.⁵¹ Ao tempo da expulsão, em 1759, eram cinco os Engenhos da Companhia de Jesus na Bahia: Sergipe do Conde, Petinga e Sant'Ana, pertencentes ao Colégio de Santo Antão de Lisboa; Pitanga e Cotegipe, pertencentes ao Colégio da Bahia. O engenho da Petinga ficava perto do Sergipe do Conde e foi adquirido pelo Colégio de Santo Antão em 1745.⁵² O da Pitanga foi adquirido pelo Colégio da Bahia em 1643 e o de Cotegipe havia sido doado testamentariamente ao Colégio, em 1755, pelo Coronel Antonio Álvares da Silva.⁵³ Após a saída dos jesuítas, seus engenhos e demais propriedades foram levados a leilão.⁵⁴

Schwartz afirma que, embora valiosos, tais engenhos não refletiam o esplendor dos seus melhores anos. O Sergipe do Conde, segundo o historiador, funcionou na década de 1750 com prejuízo anual de 1.000.000 réis.⁵⁵ Foi vendido em 1760 para Antônio Ribeiro de Migueis por 54.000.000 réis, sendo que o comprador não conseguiu pagar suas dívidas nem revendê-lo pelo mesmo preço.⁵⁶ Segundo o historiador, a mesma sorte teria o comprador com o engenho da Petinga, adquirido em Novembro de 1761 por 25.600.000 réis a serem pagos em nove anos.⁵⁷ O engenho de Sant'Ana teve seus lucros avaliados em 500.000 réis, mas tinha problemas de indisciplina dos escravos, esgotamento dos canaviais e isolamento, conforme as queixas dos administradores.⁵⁸ Segundo a avaliação de Schwartz, “para a indústria açucareira como um todo, a expulsão dos jesuítas e o confisco de seus bens foi um aspecto relativamente secundário se comparado às implicações das políticas de Pombal de reformas agrícola e comercial”.⁵⁹

Na relação elaborada em 29 de abril de 1763 pela Junta da Administração da Fazenda e Fisco Real com as antigas propriedades jesuíticas arrematadas em leilão incluíam-se diversas propriedades situadas no Recôncavo. A fazenda de canas chamada do Partido, por exemplo, situada em Santo Amaro, foi arrematada a João Teles de Menezes no dia quatro de novembro de 1761 por mais de cinco contos de réis, com trezentos mil reis de contado e o mais em pagamentos iguais feitos no termo de cinco anos. A fazenda chamada do Rozário, no termo da Vila da Cachoeira, foi arrematada ao Padre Jose da Costa d'Almeida (em 3 de fevereiro de 1763) por quatro contos e quatrocentos mil reis, com dois mil cruzados (oitocentos mil réis) de contado e o restante pago em pagamentos iguais ao longo de três anos. O Engenho da Pitanga foi arrematado a Paulo de Argollo em 6 de Novembro de 1761 por trinta seis contos e quatrocentos mil reis pagos em nove anos em pagamentos iguais. O Engenho da Petinga foi arrematado ao Dr. Antonio Ribeiro de Migueis em 6 de Novembro de 1761 por vinte e cinco contos, seiscentos e vinte mil reis pagos em nove anos em pagamentos iguais.⁶⁰

Temos poucas informações sobre o trabalho propriamente missionários dos jesuítas no Recôncavo, salvo que a organização de aldeamentos para a catequese indígena seguia de perto as guerras de extermínio e a escravização. Para os índios, a escolha entre a escravidão nos engenhos e a proteção das aldeias jesuíticas não era uma escolha fácil.⁶¹ Sabemos também que os jesuítas, no Recôncavo, realizavam missões junto à população dos engenhos e vilas, como já foi referido acima. Em carta “sobre o estado em que e acham as Missões desta Capitania”, com data de 22 de outubro de 1703, o Governador dom Rodrigo da Costa informava ao Rei de Portugal que:

⁵¹ *Idem*, p. 399.

⁵² *Idem*, p. 93.

⁵³ Escritura de venda que fez Felipe de Almeida do engenho da Pitanga ao Reverendo Padre Reitor do Colégio. Documentos Históricos, vol. LXIII, p. 268-281; LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 243-260.

⁵⁴ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 610.

⁵⁵ SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 340.

⁵⁶ *Idem*, p. 341.

⁵⁷ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 610.

⁵⁸ SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 340.

⁵⁹ *Idem*, p. 341.

⁶⁰ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 610.

⁶¹ SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 49.

Nas Missões que se costumam fazer aos moradores e escravos criados em engenhos de fazendas do Recôncavo desta Cidade e nas vilas de Cayrú, Boypeba, Camamú, Ilheus e Porto Seguro, e nas novamente erectas, continuam neste santo exercicio, os padres da Companhia (que sempre são os primeiros para êle) e os das mais religiões desta Cidade, com grande zêlo do bem espiritual de tantas almas; e nela fazem todos os domingos (os ditos religiosos da Companhia) práticas e doutrinas ao povo dela, assim na lingua portuguesa, como nas de Angola, com grande fervor e zêlo do serviço de Deus e de V. Majestade.⁶²

No Recôncavo, os jesuítas estenderam também sua atividade educacional. O Seminário de Belém foi fundado pelo Padre Alexandre de Gusmão no termo da vila da Cachoeira, em 1686, e funcionava como um colégio interno secundário, com o objetivo de dispensar uma formação humanitária, visando formar bons cristãos.⁶³

O seminário não tinha a pretensão de formar clérigos ou religiosos. O que o diferenciava dos outros colégios era o regime de internato. Segundo o seu Regulamento, o principal objetivo era “criar os meninos em santos e honestos costumes, principalmente no temor de Deus, e inclinação às coisas espirituais, a fim de saírem ao diante bons cristãos”.⁶⁴ O aprendizado consistia em “ler, escrever, contar, gramática e Humanidades”, excluindo-se a leitura de Filosofia. Havia duas classes de Latim, uma de Arte e outra de Latinidade e Retórica, “conforme a capacidade dos ouvintes, segundo a ordem das classes da Companhia”, além da classe da Solfa, que deveria ser ministrada por um secular. Para os religiosos que assistissem ao Seminário, Alexandre de Gusmão recomendava “o exato cuidado na boa criação dos meninos”. A assistência espiritual aos de fora era permitida e incentivada, sobretudo a pregação, a exortação e a audiência de confissões, evitando-se, contudo, que a Igreja servisse de freguesia. Aos domingos, durante as doutrinas, os meninos deveriam aprender os mistérios da fé “com inteligência”, não devendo o Padre se estender demasiado nas exortações ao Povo, “porque essas se podem fazer à parte nas festas do ano, e a obrigação de fazer a doutrina é maior”.

Eram admitidos no Seminário meninos que não passassem de doze ou treze anos, e não deveriam permanecer nele por mais do que cinco ou seis anos, “salvo se em algum caso especial, por razão de boa índole e costumes louváveis, ou por outras circunstâncias, parecer ao Padre Provincial, ou ele ausente ao Padre Reitor do Colégio da Baía, com parecer dos consultores e do Padre Reitor do Seminário, que se poderá dispensar, sem prejuízo dos outros seminaristas”. Os candidatos deveriam ser investigados acerca dos costumes e da pureza de sangue, “excluindo totalmente os que têm qualquer mácula de sangue judeu, e até o 3º grau inclusive os que têm alguma mistura de sangue da terra, a saber, de índios ou de negros mulatos ou mestiços”.

O Regulamento não definia o número máximo de seminaristas a serem admitidos, ficando a critério do Padre Provincial, juntamente com o Padre Reitor do Seminário. Um dado interessante é a proibição de se admitir meninos nascidos “na Cidade da Baía”, ou que estudassem “nos Pátios do Colégio da dita Cidade”, pois o Seminário havia sido fundado “para os meninos de fora” e a única exceção seria no caso dos pais morarem fora da cidade. O ordenado para sustento de cada seminarista era de 35.000 rs. anuais, os quais deviam ser pagos em dinheiro de contado, por dois quartéis, embora também se pudesse aceitar o pagamento em açúcar, farinha ou carne. O atraso por seis meses no pagamento poderia levar à expulsão do seminarista.⁶⁵

⁶² Documento publicado em: Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, vol. 29, p. 98-100.

⁶³ LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 167-198.

⁶⁴ “Ordens para o seminário de Belém conforme ao que mandou Nosso Reverendo Padre em uma sua de 28 de Janeiro de 1696, e em outra antecedente de 16 de Janeiro de 1694 ao Padre Provincial”. Publicado em: LEITE, *op. cit.*, t. V, p. 180-189.

⁶⁵ Este valor naturalmente não permaneceu inalterado ao longo do tempo. De acordo com Vilhena, pagavam-se cinquenta mil réis por ano pelo ensino e sustentação de cada seminarista. VILHENA, *op. cit.*, vol. 2, p. 483.

A rotina iniciava-se ao romper do dia, com o toque da camp, “e o que tiver cuidado de espertar baterá pelos cubculos, de sorte que ouçam todos os que dormem, e bastará dar-lhes oito horas para dormirem”. Deveriam todos se dirigir silenciosamente à Igreja e rezar as preces matinais, antes de assistir à missa. Em seguida, deveriam se recolher aos cubculos para estudar e fazer as lições até a hora do “almoço”, servido às oito horas. A classe se iniciava em seguida e se estendia até a hora da refeição, que deveria ser feita silenciosamente, em comunidade, acompanhada de lição. Após a refeição tinham uma hora de descanso, em um lugar designado pelo Reitor. Em seguida, deveriam fazer uma breve oração e recolher-se novamente aos cubculos para estudar. Às três horas deveriam novamente se dirigir à classe e em seguida para a lição de solfa. Nesta rígida rotina estavam definidos, também, os raros momentos do dia em que era permitido quebrar o silêncio: no fim da primeira classe até a hora da refeição e no fim da segunda classe até a hora da lição de solfa. Em todos os outros momentos determinava-se o silêncio, o cumprimento das obrigações e, é claro, a pontualidade. O descumprimento de qualquer uma destas normas era punido com castigos.

Após um momento mais descontraído entre o fim da aula de solfa e a hora da Ave-Maria, deveriam rezar em coro o terço e louvar Nossa Senhora, recitar a ladainha e, por fim, ceiar. Depois da ceia, um breve repouso e a lição espiritual, exame de consciência e reza de preces noturnas, para finalmente se deitar. Nos domingos e dias santos deveriam assistir à doutrina e, à tarde, teriam parte do tempo livre para recreação, embora se recomendasse ainda que buscassem “aproveitar o tempo, recordando o atrasado, fazendo suas composições, provando os tonilhos, e aprendendo a tocar os instrumentos, conforme a ordem que tiver dado o Padre Reitor”. Os meninos teriam férias duas vezes ao ano. A primeira ia da véspera do Natal até quinze de janeiro, e a segunda do dia do Espírito Santo até dia do Corpo do Senhor. Durante as férias os meninos podiam “ir às suas casas, aonde se poderão deter três dias, e não mais”. Os que não voltassem para o Seminário perderiam o direito de viajar nas férias seguintes.

Inicialmente, recomendava-se que o Seminário não possuísse ou administrasse fazendas de cana, roças ou currais de gado. Entretanto, este impedimento foi depois derogado e o Seminário manteve sob sua posse e administração diversas propriedades rurais e urbanas. Antes mesmo que se decretasse a expulsão dos jesuítas, em 1759, já havia uma ordem régia determinando que todos os bens de raiz possuídos pela igreja ou pelas ordens religiosas sem especial licença régia, contrariando o disposto nas Ordenações do Reino, livro 2, título 18, deveriam ser inventariados e seqüestrados pela Fazenda pública. Na Bahia, esta ordem se dirigiu especificamente contra os jesuítas, e fazia parte de um conjunto maior de decretos mandados executar por um Tribunal extraordinário do Conselho Ultramarino.⁶⁶

Em meados do ano de 1759, antes de ser informado da decisão régia de seqüestrar por completo todos os bens pertencentes aos jesuítas, já então acusados de envolvimento na tentativa frustrada de regicídio ocorrida em setembro do ano anterior, o conselheiro Manoel Barberino escrevia ao Secretário de Negócios Ultramarinos informando que os bens do Seminário de Belém situados na Bahia (isto é, Salvador), na Cachoeira e no sertão do Itapicuru, adquiridos sem licença régia, tinham sido avaliados em 2.170.000 réis, e os rendimentos anuais em 136.000 réis.⁶⁷

A esta altura já estavam inventariados para seqüestro uma porção de terras onde havia uma fonte; dois sítios de criar gado e três sítios por povoar no sertão do Itapicuru; um sítio no sertão do Tocano; um sítio no Jagoipe, termo da vila da Cachoeira, à beira do rio Paraguaçu; umas terras no distrito de Belém; vinte e duas braças e cinco palmos e meio de chãos na vila da Cachoeira; uma sorte de terras em um lugar conhecido por Pinguela, termo da vila da Cachoeira; quatro moradas de casas na cidade de Salvador.⁶⁸

⁶⁶ Cf. SANTOS, Fabrcio Lyrio. *op. cit.*

⁶⁷ Documento publicado em ACCIOLI, *op. cit.*, vol. V, p. 567.

⁶⁸ Sentença que ordenou o seqüestro dos bens dos jesuítas. Publicado em: ACCIOLI, *op. cit.*, p. 567; também publicado em Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, vol. XVII, p. 190.

Em 14 de abril de 1760, Barberino enviava para o Secretário de negócios ultramarinos Thomé Joaquim da Costa Corte Real o resultado das avaliações e rendimentos dos bens pertencentes ao Seminário de Belém e outras residências e Igrejas dos jesuítas na Bahia, incluindo as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Acrescentavam-se novas propriedades e rendimentos aos anteriormente inventariados, no contexto da expulsão dos jesuítas e do seqüestro definitivo de suas antigas propriedades. Os bens pertencentes ou administrados pelo Seminário de Belém chegavam ao total de 6.632.600 réis, com rendimentos avaliados em 2.019.120 réis, superando os valores referentes ao Noviciado e às Residências de Ilhéus e Porto Seguro.⁶⁹

Quando chegou à Bahia a ordem de expulsão dos jesuítas, o desembargador Francisco Figueiredo Vaz ficou responsável pela prisão dos jesuítas residentes no Seminário. Segundo o padre José Caeiro, cronista jesuíta contemporâneo aos fatos, o desembargador “deu-se logo pressa de cumprir as ordens”. Dirigiu-se ao Seminário de Belém e pôs guardas em volta da Casa. Atirou para a rua os seminaristas. Contava os jesuítas duas vezes ao dia. Maltratou os padres por 13 dias, mandando-os finalmente para Salvador escoltados por um destacamento militar. Eram sete padres, incluindo o superior, Francisco Lago, além de dois escolásticos e dois coadjutores.⁷⁰ O padre Francisco Marinho, que estava entre aqueles padres, foi um dos que renunciaram aos votos para não serem embarcados para Lisboa.⁷¹

A expulsão ensejou também o confisco dos bens de natureza religiosa, a cargo dos membros do Cabido, uma vez que o arcebispo, D. José Botelho de Matos, havia pedido dispensa do episcopado. Os membros do corpo capitular encaminharam ao rei uma carta datada de 7 de abril de 1760 dando conta das primeiras diligências referentes à posse e destino das igrejas pertencentes aos jesuítas. Na parte inicial da carta aparecerem reproduzidos, à maneira de traslado, os principais argumentos referentes à grande “piedade e religião” com que o monarca buscava impedir que os bens de natureza religiosa “dos pervertidos Regulares da Companhia *denominada* de Jesus” fossem entregues a pessoas seculares, interrompendo-se “o culto de Deos e louvores dos seus gloriosos Santos, cujas Imagens se achaõ nellas collocadas”.⁷²

Tão logo recebeu a notícia de que os jesuítas já haviam sido expulsos do Seminário de Belém, o Cabido deu ordem para o Vigário Geral se deslocar até lá com outros dois ou três sacerdotes e receber todos os bens e imagens por inventário, cuidar de sua conservação e das atividades ordinárias da igreja, “por ser parte erma, de menos povoação e distante da Parochia”. O inventário é um documento com dezenas de páginas, datado de janeiro de 1760, que inclui uma descrição detalhada da bela Igreja erguida no descampado (ainda hoje existente) e de todos os seus ornamentos, imagens e alfaias.⁷³

Considerações Finais

A fundação da Companhia de Jesus em pleno efervescer do século XVI, em meio aos movimentos de reforma e renovação cultural, foi marcada pelas questões da época. A necessidade de um apostolado intenso e enraizado na realidade ensejou uma visão de mundo consciente de que a vida religiosa não podia seguir afastada da civil. A “maior glória de Deus” devia ser buscada em meio à realidade, não fora dela.

A força da presença jesuíta na Bahia colonial e no Recôncavo se deve, em grande parte, à sua dispersão, tanto institucional quanto geográfica. Neste sentido, é preciso superar a visão de que os

⁶⁹ Projeto Resgate de Documentação Histórica. Bahia. Documento n. 4.927.

⁷⁰ CAEIRO, José. Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII). Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936, p. 99. Embora contemporâneo aos fatos, Caeiro não os presenciou, valendo-se de depoimentos tomados dos jesuítas exilados em Roma e de alguns documentos a que teve acesso.

⁷¹ *Idem*, p. 121, n 1.

⁷² Projeto Resgate de Documentação Histórica. Bahia. Documento n. 4.892.

⁷³ Projeto Resgate de Documentação Histórica. Bahia. Documento n. 4.894.

jesuítas se dividiam apenas entre aldeias e colégios. De fato, estas eram espaços privilegiados de sua atuação, mas faziam parte de um sistema muito mais complexo que incluía a posse e administração não apenas de Colégios, Igrejas e Seminários, mas também de terras, fazendas, engenhos, imóveis urbanos e escravos.

Evidentemente, a rápida abordagem que aqui foi dispensada ao tema revela a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas a fim de que possamos ter uma visão mais abrangente da inserção e da dinâmica da presença jesuíta no Recôncavo e na sociedade colonial como um todo. Não obstante, podemos seguramente afirmar que a configuração espacial da presença jesuíta na Bahia e no Recôncavo demonstra uma ocupação dispersa e diversificada, mas profundamente articulada e relevante.

Enquanto região que ocupava um papel fundamental na economia e na sociedade colonial, o Recôncavo não escaparia a esta forte presença da Companhia de Jesus. Os jesuítas se fizeram atuantes também nesta região tanto como administradores de engenhos quanto como administradores da vida religiosa local, através da pregação, da confissão e da atividade educacional.

Referências bibliográficas

ACCIOLI, Inácio. Memórias históricas e políticas da província da Bahia (comentários e notas de Braz do Amaral). Salvador: Imprensa Oficial, 1940, vol. 5.

ALDEN, Dauril. The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond, 1540-1750. Stanford, California: Stanford University Press, 1996.

ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Edusp, 2004.

BANGERT, Willian. História da Companhia de Jesus. Porto: Apostolado da Imprensa; São Paulo: Loyola, 1985.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. A presença do Brasil na Companhia de Jesus (1549-1649). Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo: USP, 1975.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOXER, Charles. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. O império marítimo português: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAEIRO, José. Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII). Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936.

COSTA E SILVA, Cândido. Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia. Salvador: SCI, EDUFBA, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

HOORNAERT, Eduardo *et al.* História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

LACOUTURE, J. Os Jesuítas: Vol. 1: Os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, Serafím. Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760). Braga: Apostolado da Imprensa, 1993.

_____. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 10v. 1938-1950.

MAXWELL, Keneth. Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Fabricio Lyrio. Te Deum laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763). Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial – 1500-1835. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988.

VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Bahia: Itapuã, 1969. 3 vol.

O ESPELHO AFRICANO EM PEDAÇOS:

DIÁLOGOS ENTRE AS REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA NO IMAGINÁRIO ESCOLAR E OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA, UM ESTUDO DE CASO NO RECÔNCAVO BAIANO

Anderson Ribeiro Oliva*

Resumo: A intenção do presente artigo é contribuir para o importante debate estabelecido recentemente no Brasil e presente nos diálogos e estudos africanistas há alguns anos acerca do ensino da história africana. Com um olhar mais microscópico, nossas intenções irão se concentrar em dois aspectos chaves da questão apresentada. O primeiro intento é o de identificar, de forma parcial, algumas das principais imagens veiculadas sobre África por alguns estudantes da 5ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental de escolas no Recôncavo Baiano. O segundo aspecto abordado é de maior amplitude, mas apresenta-se como um objeto importante para as reflexões acerca das imagens de África encontradas no tópico anterior. Nele serão apresentados alguns dos resultados obtidos na investigação sobre o tratamento da história africana em livros didáticos de História brasileiros, principalmente no que se refere aos temas abordados acerca da História da África e às imagens veiculadas. A articulação entre esses dois objetos nos parece extremamente fecunda como ponto de partida para a realização de atividades e iniciativas que visem a minimização dos problemas observados e permitam a criação de instrumentos para uma adequada abordagem da história africana nas escolas brasileiras e da região em enfoque.

Palavras-chaves: Ensino da história africana; Recôncavo Baiano; livros didáticos.

Abstract: The intention of this article is to contribute to the important debate recently established in Brazil and in the dialogues and studies africanists some years ago about the teaching of African history. With a microscopic look more, our intentions will focus on two key aspects of the question presented. The first intent is to identify, in part, some of the main images appear on Africa by some students of the 5 th and 8 th series of primary education from schools in the Bahian Recôncavo. The second point raised is greater extent, but is presented as a subject important for the reflections about the images of Africa found in topic before. It will be presented some of the results obtained in research on the treatment of African history in textbooks of Brazilian history, especially in regard to topics on the history of Africa and the images appear. The linkage between these two objects seem extremely fruitful as a starting point for the implementation of activities and initiatives aimed at minimizing the problems observed and allow the creation of instruments for a proper approach to African history in schools Brazil and the region in focus.

Keywords: Teaching of African history; Bahian Recôncavo; textbooks.

* Doutor em História Social pela Universidade de Brasília e professor de História da África da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

¹ Este trabalho apresenta resultados obtidos pela investigação desenvolvida no doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UnB, que recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Não encontramos outra forma de iniciar o presente texto a não ser o retorno imediato ao título que o identifica, na tentativa de melhor explicá-lo e justificá-lo. Seu sentido é obviamente metafórico, ilustrado ou simbólico, mas seu significado é de extrema relevância para as reflexões a serem aqui desenvolvidas. A idéia de um “espelho despedaçado”, já empregada nos debates acerca da história e das identidades africanas, não se reveste aqui de um caráter inédito.² Seu sentido geral revela a postura denominada de afro-pessimismo ou uma tendência intelectual marcada pelas desilusões que se seguiram às independências políticas ocorridas no continente africano no decorrer da segunda metade do último século. Porém, em nosso diálogo ela deve apontar também para outra direção ou trilha, construída pelos silêncios e lacunas – econômicas, políticas, históricas – que caracterizaram as relações entre o Brasil e a África ao longo do extenso período que se inicia no final do tráfico de escravos para os portos brasileiros, em meados do século XIX, e se finda no último quartel do século XX.

Nem mesmo a Bahia e o Recôncavo Baiano, impregnados e embebidos pelas fecundas presenças multisseculares de africanos escravizados e seus descendentes, e marcados por uma diversificada e dinâmica cultura material e imaterial de matrizes africanas e afro-brasileiras,³ conseguiram preservar a ponte atlântica construída nos trezentos anos de vigência do tráfico de milhões de indivíduos pelas águas do Atlântico Sul. A idéia de África que por essas terras sobreviveu passou a confundir-se justamente com as invenções e reinvenções culturais ocorridas por aqui. Seria a África intestinal ao Brasil, portanto, a grande referência a ser lembrada ou cantada pela memória baiana. A tal tendência, associou-se a partir da década de 1970 algumas vertentes associativas de origem afro-brasileira que se esforçavam em valorizar ou buscar uma nova idéia de África. Como lembra o historiador Valdemir Zamparoni, “ressurgiu – na onda das lutas pelas independências africanas – o movimento da Consciência Negra e o crescente interesse em se conhecer a África”.⁴ Uma série de encontros, cursos e seminários ocorreram na tentativa de nutrir mentes e almas com informações acerca da “revolução africana”. Além da criação do MNU (Movimento Negro Unificado), em 1978, a segunda metade da década de 1970 e boa parte dos anos de 1980 e 1990, presenciaram a formação de um crescente número de associações culturais e movimentos sociais negros organizados que buscavam recriar e divulgar a imagem de uma África mítica, autônoma, bela e relevante.

No entanto, se em determinada direção, os movimentos sociais participaram do resgate e reinvenção de uma certa imagem da África, que a confundia com a idéia do espaço de origem, essa imagem acabou marcada por uma forte carga ideológica e mitificada. De acordo com o pesquisador Jacques d’Adesky:

[Estes grupos estimularam] a tomada de consciência de uma identidade particular, a dos afro-brasileiros, considerada diferente e não necessariamente oposta a uma identidade nacional mais global. Em vista disso, apela à memória coletiva para reabilitar uma imagem positiva da África (por vezes mítica) e da história dos negros no Brasil, invocando um passado glorioso e de rebeliões armadas.⁵

² O termo e a idéia foram aqui emprestados do trabalho de Achille Mbembe e referem-se, resumidamente, às reinvenções identitárias ocorridas em África no período chamado de pós-moderno, marcado no continente pela desilusão com alguns dos pressupostos ideológicos que alimentaram os movimentos de independência em África, ver MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n° 1, 2001, p. 185-191.

³ Acerca das investigações sobre a presença dos africanos no Recôncavo Baiano ver os seguintes trabalhos: OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. “Quem eram os ‘negros da Guiné’? A origem dos africanos na Bahia”. *Revista Afro-Ásia*, n° 19/20, 1997, p. 37-73 e PARÉS, Nicolau. “O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800)”. *Revista Afro-Ásia*, n° 33, 2005, p. 87-132.

⁴ ZAMPARONI, Valdemir. “A situação atual dos estudos africanos no Brasil”. *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 521.

⁵ D’ADESKY, Jacques. *Pluralismo Étnico e multiculturalismo: Racismo e Anti-Racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Dessa forma, esse retorno imaginário a uma terra de origem mítica, tornou-se uma ação orquestrada e restrita a número pequeno de pessoas, ou simplesmente não teve a força de uma onda renovadora em termos das referências mentais carregadas pela maior parte de nossa população. Enfim, as representações ou a memória da África no imaginário brasileiro, e no caso específico aqui abordado – ou seja, dos atuais descendentes dos africanos que se viram forçados a seguir na diáspora de africanos escravizados para o Recôncavo Baiano –, se confundem, não com uma relação de ancestralidade direta, mas sim com o cenário de um continente perdido e distante, em outras palavras, de um espaço estranho e desconhecido. A falta de outras referências imagéticas – seja na formação escolar, no convívio familiar ou nas relações sociais cotidianas – fez com que as imagens do continente, circulantes nos veículos da comunicação social e nos meios de entretenimento, ocupassem os espaços da memória reservados às representações sobre os africanos e a África.

Assim, pelo menos quando tentamos visualizar o que chamamos de imaginário coletivo, aquele continente e suas gentes se confundem ou são associados diretamente, apesar das importantes exceções, às seguintes imagens: as ondas de fome na Etiópia na década de 1980; a longa guerra civil angolana; os golpes de Estado sucessivos em algumas partes do continente; o *apartheid* e sua derrocada no início dos anos 1990; as epidemia de AIDS, malária e demais doenças; o descontrole governamental; a desorganização geral e a corrupção; os massacres de Serra Leoa e os genocídios em Ruanda e no Sudão; a miséria; a natureza exótica, os mares de areia do Saara, as florestas e gorilas da África Central, os leões, girafas, gnus e rinocerontes das savanas; ou ainda os diamantes materializados pela ficção de *Hollywood*. Esse é nosso espelho despedaçado.

A longa digressão acerca do título do artigo é na realidade a síntese de um projeto de investigação e reflexão que nos envolve há algum tempo. Como milhares de descendentes de africanos tiveram sua relação imagética com seus ancestrais diluída? Ao olharem para o Atlântico, pensado como um mundo de conexões e intercâmbios com a África e aqui tratado como um espelho – que com suas imagens invertidas pudesse participar ativamente da construção da identidade brasileira com seus evidentes traços de africanidade –, nossos estudantes e a grande maioria da população do Recôncavo não conseguem enxergar nada além dos estereótipos e representações midiáticas. Nosso espelho africano está em pedaços. Reunir esses pedaços e tentar reconstruir os espectros que ligam a história do Brasil às histórias daquele continente parecem ser as tarefas esperadas de nossas escolas e docentes. Pelo menos é o que sinaliza a legislação educacional em vigor no país,⁶ é o que indicam nossos africanistas e é o que esperam parte de nossos afro-descendentes e da sociedade como um todo. Será que isto está a ocorrer?

O objetivo do presente artigo é contribuir de alguma forma para tão importante debate estabelecido no Brasil nos últimos anos e que, há algum tempo, já se faz presente nos diálogos e estudos africanistas. Com um olhar mais microscópico, nossas intenções irão se concentrar em dois aspectos chaves da questão apresentada. O primeiro intento é o de identificar, obviamente que de forma parcial e incompleta, algumas das principais imagens veiculadas sobre África por alguns estudantes da 5ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental de escolas no Recôncavo Baiano.⁷ Compete esclarecer que esta primeira parte do texto resulta do levantamento preliminar de dados obtidos pelo

⁶ Ver os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Lei 10639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

⁷ As cidades inicialmente trabalhadas foram Cachoeira e Santo Amaro da Purificação.

projeto de pesquisa “A África nos Bancos Escolares”, desenvolvido no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.⁸ Neste caso, devo apontar de forma justa e correta, que a aplicação dos questionários e o tratamento das informações obtidas são de autoria da bolsista Geisa Schitini,⁹ integrante do projeto citado, a quem devo a disponibilidade inicial desses dados.

O segundo aspecto abordado é de maior amplitude, mas apresenta-se como um objeto importante para as reflexões acerca das imagens de África encontradas no tópico anterior. Nele serão apresentados alguns dos resultados obtidos na investigação que me debruço há quatro anos sobre o tratamento da história africana em livros didáticos de História brasileiros,¹⁰ principalmente no que se refere aos temas abordados acerca da História da África e às imagens veiculadas. A articulação entre esses dois objetos nos parece extremamente fecunda como ponto de partida para a realização de atividades e iniciativas que visem a minimização dos problemas observados e permitam a criação de instrumentos para uma adequada abordagem da história africana nas escolas brasileiras e da região em enfoque.

Sendo assim, a questão que serve como amálgama entre os dois pontos é simples: partindo das imagens da África formuladas pelos estudantes podemos encontrar nos livros didáticos de História destinados da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental subsídios imagéticos e de recortes temáticos que permitam a desconstrução dos estereótipos e a sedimentação pelos conteúdos das imagens positivas sobre os africanos? Vejamos se o artigo apresenta uma resposta satisfatória a esta questão. Porém, antes de nos debruçarmos sobre as incursões sugeridas, nos ocupemos com uma tentativa de revelar como o espelho atlântico-africano foi feito em pedaços no Brasil nos últimos dois séculos.

Um espaço de esquecimentos e silêncios

Após trezentos anos de intensas dinâmicas, a segunda metade do século XIX e a primeira do XX formaram um espaço de fluxo limitado para as comunicações pelo Atlântico Sul, a não ser por alguns poucos e concentrados ruídos.¹¹ Tal afastamento não ocorreu apenas no campo da economia, da política externa e das relações pessoais e culturais, mas também na esfera do imaginário.

Esse espaço temporal de adormecimento nos contatos com a África pode ser explicado por dois conjuntos de fatores. O primeiro seria de ordem interna e estaria ligado a um complexo e interligado circuito de elementos históricos e ideológicos: o fim do tráfico de africanos escravizados para o Brasil; a concentração das principais conexões comerciais brasileiras com o eixo do Atlântico Norte (EUA e Europa) e com a própria América; e os discursos assumidos pelos intelectuais acerca da construção da identidade brasileira, baseados muitas vezes nas releituras das teorias raciais européias. Tais fatores acabaram por afastar o continente africano de seus “herdeiros” americanos, tanto geográfica como imaginariamente.

⁸ A pesquisa agora desenvolvida possui como objeto principal a análise das construções imaginárias acerca da história africana e da África por parte de estudantes do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e professores de História em escolas do Recôncavo Baiano – Santo Amaro da Purificação, Cachoeira e São Félix. O projeto faz parte de uma investigação que reúne estudos de caso de maior amplitude abordando as representações sobre a história da África nos manuais escolares e no ensino da História como um todo no espaço histórico conhecido como Mundo Atlântico (Angola, Brasil e Portugal). Seus objetivos acercam-se da tentativa de sistematização de algumas idéias e imagens recorrentes sobre o continente africano, produzidas e preservadas, pelas referências mentais que circulam tanto no chamado imaginário coletivo, como no imaginário escolar. A metodologia principal nesta parte da investigação consiste na aplicação de questionários que tentarão materializar algumas dessas representações formuladas sobre a história africana no espaço eleito para investigação.

⁹ Estudante do 3º semestre do curso de História do CAHL e bolsista MEC/SESU no projeto “A África nos Bancos Escolares”, desde janeiro de 2007.

¹⁰ A investigação envolve também a abordagem de livros escolares de História em Angola e em Portugal.

¹¹ ZAMPARONI, Valdemir, “A situação atual dos estudos africanos no Brasil”, p. 516; e “A África, os africanos e a identidade brasileira”. In PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (orgs.). *Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004, p. 41; SARAIVA, José

A África [...] foi sendo gradualmente afastada da vida brasileira no presente século. O país com maior população de descendentes de africanos estabeleceu outras prioridades em suas agendas interna e externa. Relações com os Estados Unidos, com a Europa e com a América Latina permitiram ampliar o leque de contatos internacionais do Brasil [...]. A memória africana foi gradualmente excluída da vida do brasileiro comum.¹²

O segundo conjunto de ingredientes que compõe a face externa desse “esquecimento” sinaliza para os efeitos dos novos e difíceis tempos vividos em África – seja com a instalação dos domínios coloniais europeus no final do XIX, seja com as dinâmicas internas e externas no período pós-independência. No entendimento de Alberto da Costa e Silva, esse teria sido um dos principais motivos para que o Atlântico perde-se a sua histórica capacidade de comunicação. Em sua percepção metafórica, pela primeira vez, em séculos, as distâncias entre as duas margens daquilo que ele chamou de “rio Atlântico” tornaram-se oceânicas de fato, já que cada “[...] metrópole buscou excluir o mais que pôde os demais países dos portos por ela controlados. Fecharam-se para o Brasil, por exemplo, os desembarcadouros africanos, e o Atlântico deixou de ser uma espécie de rio larguíssimo”.¹³

Assim, da segunda metade do século XIX ao início do processo de independência dos países africanos, em 1950, com algumas poucas exceções, o Brasil esteve de costas para África e a memória coletiva de grande parte de nossa população em relação àquele continente ficou refém de algumas poucas imagens. Uma das representações que conquistou maior amplitude foi a da África criada de forma intestinal no Brasil, resultado dos séculos de vigência da escravidão – com os condicionamentos da memória e das representações que retratavam os africanos e seus descendentes no cativeiro –, ou ainda, das manifestações e reinvenções culturais ocorridas nas últimas doze décadas, já no período do pós-abolição.¹⁴ A imagem dessa África era distante e, de fato, pouco semelhante à África que nos vislumbra do outro lado do Atlântico. Nesse período nos afastamos física e imaginariamente do continente africano, apesar dos esforços de alguns afro-descendentes e pesquisadores de olhar a África com alguma proximidade. Nossos universos mentais, referências culturais, projetos políticos e ingredientes identitários foram aos poucos migrando da esfera de influência europeia para passarmos a integrar o mundo latino-americano ou americano como um todo. Essas projeções imagéticas sobre os africanos em nada ajudavam a reformatação das imagens elaboradas sobre a África presente no imaginário do homem comum brasileiro.

É certo que, as relações África-Brasil vivenciadas anteriormente não se desintegraram por todo. Mesmo separados pelas novas ordenações na economia e na política mundiais, ou ainda, pelas diversas trajetórias vivenciadas por seus conjuntos societários desde o século XIX, podemos afirmar que elementos histórico-culturais em comum fizeram com que brasileiros e africanos – principalmente da África Ocidental e Central – preservassem níveis e formas diversas de diálogo até os dias de hoje. No entanto, e seguindo a perspectiva apresentada pelo historiador Alberto da Costa e Silva, podemos afirmar que para o período citado, a palavra mais apropriada para delinear essa relação tenha sido de fato, “esquecimento”.

Flávio Sombra. “África, Brasil e Portugal: Vinculação Histórica e Construções Discursivas.” In *Colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa: Linopazas, 2005, p. 127-130.

¹² SARAIVA, José Flávio Sombra. “Olhares Transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo”. *Humanidades*, nº 47, novembro de 1999, p. 7-8.

¹³ COSTA e SILVA, Alberto da. “O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX”. *Estudos Avançados*, nº 8 (21), 1994, p. 36-37.

¹⁴ A abolição da escravatura no Brasil se aproxima do seu 120º aniversário, sem que algumas questões-chaves ligadas à condição da população afro-descendente tenham tido uma solução satisfatória.

O que seria de estranhar-se é que assim não fosse, tão intensas foram as relações e as trocas entre as duas margens do Atlântico. O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver e no sentimento estético do brasileiro. Por sua vez, em toda a outra costa atlântica podem-se facilmente reconhecer os brasileirismos. Há comidas brasileiras na África, como há comidas africanas no Brasil. Danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de música, palavras e comportamentos sociais brasileiros insinuaram-se no dia-a-dia africano. [...] o escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja a nossa origem. Afinal, sem a escravidão o Brasil não existiria como hoje é, não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses lhe desenharam. Com ou sem remorsos, a escravidão é o processo mais longo e mais importante de nossa história.¹⁵

Na segunda metade do século XX, uma nova, apesar de frágil e inconsistente ponte, começou a ser construída entre esses dois espaços atlânticos. No entanto, a retomada das relações no avançar desse século não ocorreu de forma homogênea e crescente. Teve bons e maus momentos, avanços e retrocessos. De fato, somente a partir da década de 1960 é que o Brasil voltou seus olhares para a outra margem do Atlântico Sul, olhares sonolentos, em alguns instantes, como bem lembrou o historiador José Sombra Saraiva,¹⁶ mas que em outros demonstraram ser bem dirigidos, em busca de interesses estratégicos.¹⁷

O século XXI trouxe, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, um revirar, pelo menos alardeado com alguma ênfase, das intenções políticas brasileiras em relação à África. Segundo Sombra Saraiva a “nova” política brasileira poderia se justificar, entre outros fatores, por cinco elementos centrais. O primeiro estaria relacionado à “vocação universalista em política exterior” do Brasil. O segundo, à existência de uma “dívida histórica com a África a demandar uma política específica, pública e legitimada pela sociedade brasileira”, argumento esse empregado abertamente pelo presidente Lula da Silva em algumas de suas viagens pela África.¹⁸ O terceiro elemento envolve o desenhar de um novo papel brasileiro no campo da política internacional, aparecendo como figura de destaque no Eixo Sul-Sul de Cooperação, na reformulação do Conselho de Segurança da ONU e na elaboração de um espaço de conexões econômicas alternativo. O quarto ingrediente sinaliza para uma aparente “vontade africana em dialogar com o Brasil”, a partir da “formação da União Africana” e da NEPAD¹⁸ (*New Partnership for Africa’s Development*). E, por fim, seria interessante aproveitar a nova aproximação econômica entre Brasil e Portugal, para se pensar a inserção dos países africanos de língua portuguesa em trocas mais proveitosas para todos.¹⁹

¹⁵ COSTA e SILVA, *op. cit.*, p. 39-40.

¹⁶ Em alguns trabalhos esclarecedores sobre os contatos entre a África e o Brasil, no campo da diplomacia e das relações internacionais, o historiador José Sombra Saraiva se debruçou sobre os silêncios e reencontros dessas relações ao longo dos séculos XIX e XX. Em alguma medida, esses movimentos sinalizam, mesmo que de forma imperfeita, para algumas reais e imaginárias ondas de retorno ou de recusa de nossas relações imaginárias com a África. Portanto, excursionar rapidamente por essa esfera nos permitirá vislumbrar uma das facetas do conjunto de imagens que circula sobre os africanos no Brasil.

¹⁷ SARAIVA, *op. cit.*, p. 19.

¹⁸ Ver, por exemplo, a cobertura da imprensa brasileira às declarações emocionadas do presidente em sua passagem pela ilha senegalesa de Gorée, em abril de 2004, nas quais Lula pedia, literalmente, perdão aos africanos e afirmava que o Brasil possuía uma dívida para com eles (*Correio Braziliense*, 15.04.2004). Ver também ensaio de Luiz Felipe de Alencastro acerca do tema na *Revista Veja*, de 05 de novembro de 2003.¹⁹ A *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* foi um programa criado pela União Africana em 2001, e possui objetivos voltados para o desenvolvimento econômico do continente, para busca da estabilidade política e melhorias sociais, também por toda a África.²⁰ Ver SARAIVA, José Flávio Sombra. “Política exterior do Governo Lula: o desafio africano”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (2), 2002, p. 12-19.

No entanto, se no campo das relações internacionais vem ocorrendo uma reaproximação com o continente africano, de conseqüências, intensidades e duração ainda desconhecidas, no que se refere ao imaginário coletivo, esse expediente de redescobrir a África, continua restrito a uma parcela muito específica da sociedade brasileira, formada pelos indivíduos ligados aos movimentos negros organizados, ou pelos integrantes de algumas religiões de matrizes africanas.

Não podemos esquecer ainda que, pelo menos nos últimos trinta anos, de um grupo reduzido de especialistas, assistimos, aos poucos, a formação de um diversificado e qualificado grupo de pesquisadores dedicados às temáticas africanas. Mesmo assim, parece-nos certo que a idéia e as referências sobre a África foram ficando distantes da memória e dos olhares de grande parte dos brasileiros. Nem as apropriações e reinvenções no campo da religiosidade, musicalidade, estéticas e das ideologias foram suficientes para internalizar no imaginário coletivo a idéia de que o continente africano é um dos eixos centrais para o entendimento da trajetória histórica brasileira. Na balança que permite a visualização dos componentes que participaram da formação do imaginário coletivo brasileiro, a imprensa – escrita e televisiva – contribuiu de forma decisiva para a veiculação e vinculação da África às imagens das tragédias e conflitos. Já no outro peso dessa balança, a escola,²⁰ pouco tem sido feito para se desarticular ou desconstruir esse imaginário.²¹

A partir dessa argumentação inicial, podemos localizar um conjunto revelador de imagens e representações geradas sobre os africanos no imaginário coletivo brasileiro contemporâneo, e que espelham, pelo menos parcialmente, a forma como a população acolheu ou repeliu as experiências históricas e culturais das sociedades africanas em seu cotidiano. Da mesma forma, em uma perspectiva panorâmica, as representações elaboradas no decorrer do intervalo temporal destacado, acabaram por inventar e por apropriar uma série de novos ingredientes que comporiam uma fórmula depreciativa para se pensar e olhar o continente africano. Concluída essa breve explicação de como despedaçamos nosso espelho africano, vejamos como a África é representada no imaginário de alguns estudantes no Recôncavo Baiano.

A África no imaginário escolar: um estudo de caso no Recôncavo Baiano

Pensando no exercício cotidiano da abordagem da História em nos nossos bancos escolares defendemos que uma das primeiras iniciativas que devem ser adotadas para o ensino da história africana refere-se justamente à tentativa de identificação das representações imaginárias que os estudantes carregam sobre o continente e suas populações. Os passos seguintes se tornam mais seguros a partir desses dados. Ou seja, tanto a desconstrução dos estereótipos e preconceitos, como a escolha dos temas e assuntos que deverão ser tratados são tarefas melhor executadas com o primeiro ato finalizado com sucesso. Dessa forma, observemos como a África aparece no imaginário dos estudantes consultados pela investigação.

Com o objetivo de melhor organizar e sistematizar os dados, a investigação em curso optou pela aplicação de questionários com duas perspectivas de observação: a primeira composta por campos de múltipla escolha sobre as características e imagens associadas à África e ao interesse pelo estudo na história africana; e, a segunda, na qual os estudantes poderiam expressar por meio de ilustrações suas idéias sobre o continente e suas populações. Ficaremos aqui com a observação do primeiro tópico, ou seja, as “características atribuídas à África”. No total, responderam ao questionário aplicado 278 estudantes do Ensino Fundamental²² – 80 (29%) da 8ª série e 198 da 5ª série (71%). As características atribuídas estavam divididas em dez categorias que procuravam apresentar faces positivas e negativas da história africana, da África nos dias atuais, ou de algumas de suas características

²¹ Pelo menos com o processo de universalização da oferta do ensino fundamental, que obteve seus índices mais elevados de matrículas nos últimos dez anos.

²² Mais do que um inversor de imagens e conhecimentos – pelo menos por enquanto e apesar das múltiplas e valiosas iniciativas empreitadas –, a lei 10639/03, sinaliza para um silêncio inquietante, até então existente, em relação à abordagem escolar da história africana nos bancos escolares brasileiros.

O ESPELHO AFRICANO EM PEDAÇOS

gerais. Dessas os estudantes deveriam escolher cinco, que segundo suas crenças ou visões estivessem associadas ao continente:

- a. Populações negras;
- b. Fome e Miséria;
- c. Candomblé, Capoeira e Samba;
- d. AIDS e tragédias;
- e. Escravos e tráfico de escravos;
- f. Guerras, Conflitos e Massacres;
- g. Grandes Reinos, Impérios e Civilizações;
- h. Grandes Centros urbanos;
- i. Egito, Meroé e Kush;
- j. Populações Brancas.

Os dados levantados, mesmo com o seu pequeno espectro numérico e quantitativo, são reveladores do lugar ocupado pela África em parte do imaginário escolar da região. Corroborando uma larga tradição ocidental em associar à idéia de África as populações de cor de negra, como se a noção de uma ocupação humana de fundo negro-africano explicasse ou se aplicasse a todas as regiões do continente,²³ a característica mais relacionada à África foi justamente o tópico “populações negras”. Duzentos e quarenta (240) estudantes, ou seja, cerca 86% do total, apontaram essa como uma das faces principais do continente. Em contrapartida, quando a idéia foi a de associar o continente às populações brancas – fossem as árabes-africanas ao norte, ou os descendentes de europeus ou euro-africanos espalhados por diversas regiões, e mais concentrados na África do Sul –, apenas 33 deles, cerca de 12%, assinalaram a opção.

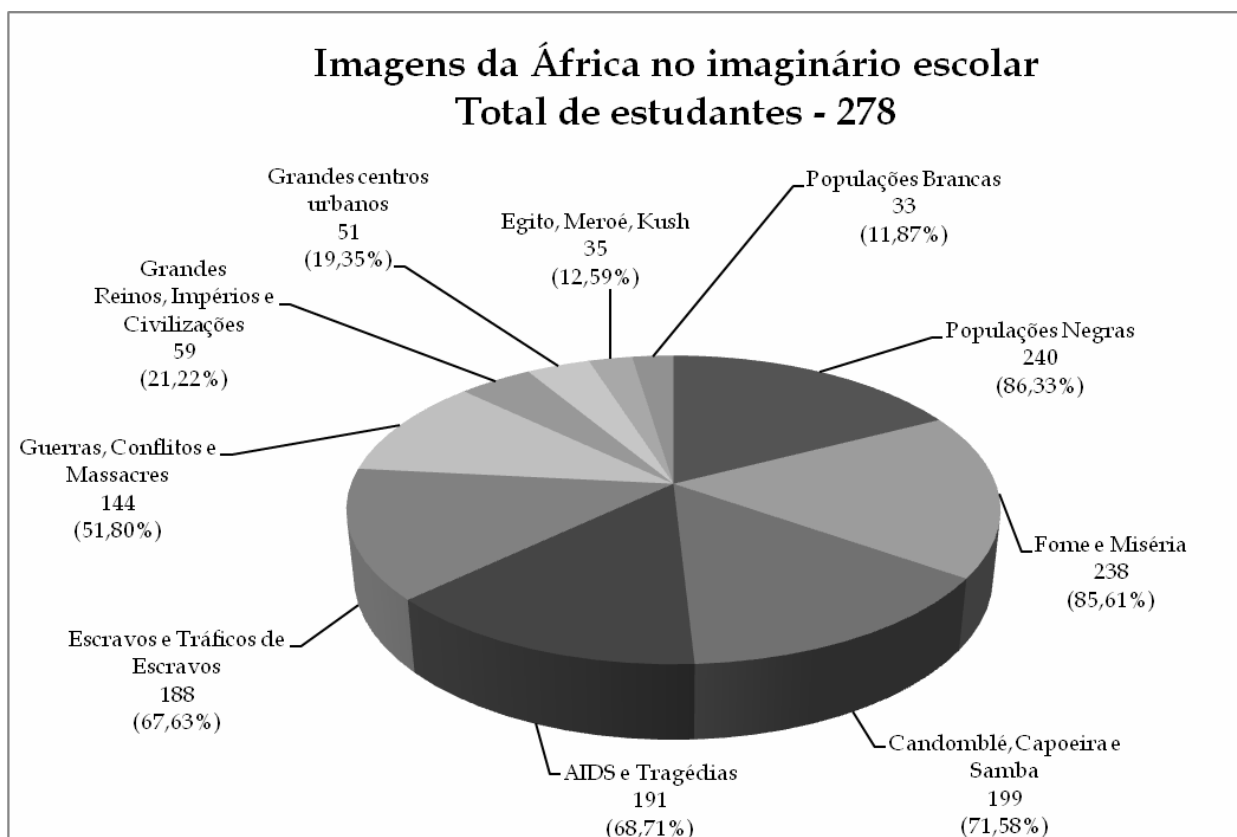


Gráfico 1

Fonte – Projeto a “África nos Bancos Escolares”.

A segunda característica mais associada aos africanos no imaginário dos estudantes é a da “Fome e Miséria”, já que quase 238 (85,61%) alunos também apontaram para essa suposta faceta africana, indicando o poder de construção de referências imagéticas que as últimas três décadas tiveram sobre os olhares ocidentais depositados sobre o continente. As cenas reproduzidas na mídia e no cinema, revelando populações em migrações forçadas, vivendo em condições precárias e desumanas, a fome causada pelas guerras e secas, os conflitos inter-étnicos e políticos, as doenças e a miséria, parecem ocupar uma boa parte dos cenários mentais dos estudantes que responderam ao questionário. É claro que a África não se resume a essas imagens, e mesmo que algumas partes do continente tenham sido tocadas com certa frequência pelas calamidades e tragédias, os africanos possuem outras faces, de maior poder explicativo e de maior relevância a serem destacadas. A esse mesmo quadro podem estar associadas outras das idéias mais vinculadas à África, já que cento e noventa e um estudantes (191; 69%) também relacionaram a idéia de “AIDS e Tragédias” ao continente; e 52% apontaram para as “Guerras, conflitos e massacres”, como os cenários característicos daquele continente.

Também como resultado da formação escolar desfocada ou desequilibrada sobre a história africana em nossos bancos escolares, uma das referências mais associadas aos africanos e suas histórias é a da condição de “Escravos e do Tráfico de escravos”. Dos jovens consultados, 188, ou quase 68% do total, apontaram tal característica como relacionada diretamente aos africanos. Como argumenta a historiadora Selma Pantoja, essa é uma das muitas imprecisões ou percepções distorcidas formuladas sobre aquele continente, e que devem ser tema obrigatório de revisão dos professores em sala de aula.

É preciso estudar a África como um todo para entender, por exemplo, que o estudo da história da África nos períodos recuados não se reduz ao estudo da escravidão. O período da escravidão atlântica é um pequeno espaço, de um pouco mais de três séculos, na história milenar de um continente [...]. Se a história da África é importante para nos situar no mundo, outras faces de sua história nos revelam partes indispensáveis de nossa própria formação histórica.²⁵

Já quando as características apresentadas se apresentavam associadas a uma carga mínima de informação e conhecimento sobre a trajetória histórica de algumas sociedades e civilizações africanas, o desconhecimento ou a estranheza se tornaram regra. Apenas 21% (59) dos entrevistados associaram ao continente o tópico “Grandes, Reinos, Impérios e Civilizações”. Como se tais experiências históricas não tivessem encontrado em África um campo fértil para seu desenvolvimento. Tal desconhecimento é reforçado quando os nomes de algumas dessas civilizações ou formações políticas foram mencionadas, pois apenas cerca 13% deles revelaram conhecer que o “Egito, Meroé e Kush” seriam experiências civilizatórias ou políticas associadas aos africanos. A historiadora Mônica Lima aponta justamente para essas temáticas, como uma das possibilidades de abordagem da história da África nas séries finais do ensino fundamental.

²³ Os questionários foram aplicados em duas escolas da região: o Colégio Estadual da Cachoeira e o Centro Educacional Edvaldo Machado Boaventura.

²⁴ Acerca da questão, ver OLIVA, Anderson R. “Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no Imaginário Ocidental”. *Em tempo de Histórias*, n° 9, ano 9, 2005, Brasília, p. 90-114.

²⁵ PANTOJA, Selma. “A África imaginada e a África real”. In PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (orgs.). *Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004, p. 22.

[...] a indicação seria o estudo do “processo de humanização”, “o esplendor do Antigo Egito” e dos “grandes reinos africanos”. Para o ensino médio, as idéias a serem tratadas girariam em torno do racismo, do processo de ocupação colonial e da África contemporânea.²⁶

Por fim, quando as características apresentadas referem-se à existência de “Grandes centros urbanos”, no passado ou presente africanos, novamente o estranhamento ou desconhecimento marcam as respostas. Apenas 51 inquiridos (51; 19,35%) apontaram para a tal características, ou seja, na mente da maioria dos estudantes a África seria coberta de pequenas aldeias e sociedades “tribais”.

Das imagens reveladas pelos questionários passemos à ação seguinte. Tentaremos observar se os manuais de História destinados ao ensino fundamental possuem fundamentos de conteúdo e teoria adequados que contribuam na reconstrução das imagens encontradas.

As imagens dos africanos nas páginas dos livros didáticos de História

O papel desempenhado pelos livros didáticos de História, como instrumento auxiliar da atividade docente e como uma das fontes de leitura para os alunos – apesar de sua condição passível de críticas e geradora de muitas reflexões – parece-nos, dentro dos padrões de funcionamento do sistema educacional brasileiro, inquestionável. Sendo assim, as abordagens acerca dos estudos africanos, presentes ou ausentes nas coleções de História utilizadas para os últimos quatro anos do ensino fundamental, aparecem como ingredientes-chaves na composição, transformação e manutenção das referências e imagens que o público escolar constrói sobre o continente.

Ao todo foram localizadas, nos últimos dez anos, 39 coleções de livros didáticos de História utilizados no ensino fundamental brasileiro. Dessas coleções – que incluíam livros da 5ª a 8ª série – apenas oito possuíam livros com capítulos tratando exclusivamente a história africana (21% do total).²⁷ Já, em outras duas, foram localizados livros com tópicos específicos reservados à África, ou seja, 5% do total. Todos esses dez livros²⁸ enfatizavam a história africana no recorte que se estende do século VII ao XVIII, com algumas pequenas variações.

²⁶ LIMA, Mônica. “A África na Sala de Aula”. *Nossa História*, ano 1, n° 4, fevereiro de 2004, p. 86.

²⁷ Todos esses livros foram publicados depois de 1999.

²⁸ Os livros são os seguintes: APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). *História: Ensino Fundamental*, 6ª. Projeto Araribá. São Paulo: Moderna, 2003; CAMPOS, Flavio de, et al. *O jogo da História: de corpo na América e de Alma na África*. São Paulo: Moderna, 2002; DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*, 6ª. São Paulo: Atual, 2000; JÚNIOR, Alfredo Boulos. *História: Sociedade e Cidadania*, 6ª. São Paulo: FTD, 2003; MACEDO, José Rivair e OLIVEIRA, Mariley W. *Brasil: uma história em construção*, vol. 3. São Paulo: Editora do Brasil, 1999; MARANHÃO, Ricardo e ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e Civilização: uma história global*. 2. São Paulo: Moderna, 1999; MONTELLATO, Andrea, CABRINI, Conceição e JÚNIOR, Roberto Catelli. *História Temática*. 6ª série. São Paulo: Scipione, 2000; MOZER, Sônia e TELLES, Vera. *Descobrimos a História*, 5ª série. São Paulo: Ática, 2002; RODRIGUE, Joelza Éster. *História em Documento: Imagem e Texto*, 6ª. São Paulo: FTD, 2001; SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 6ª série. São Paulo: Nova Geração, 2002.

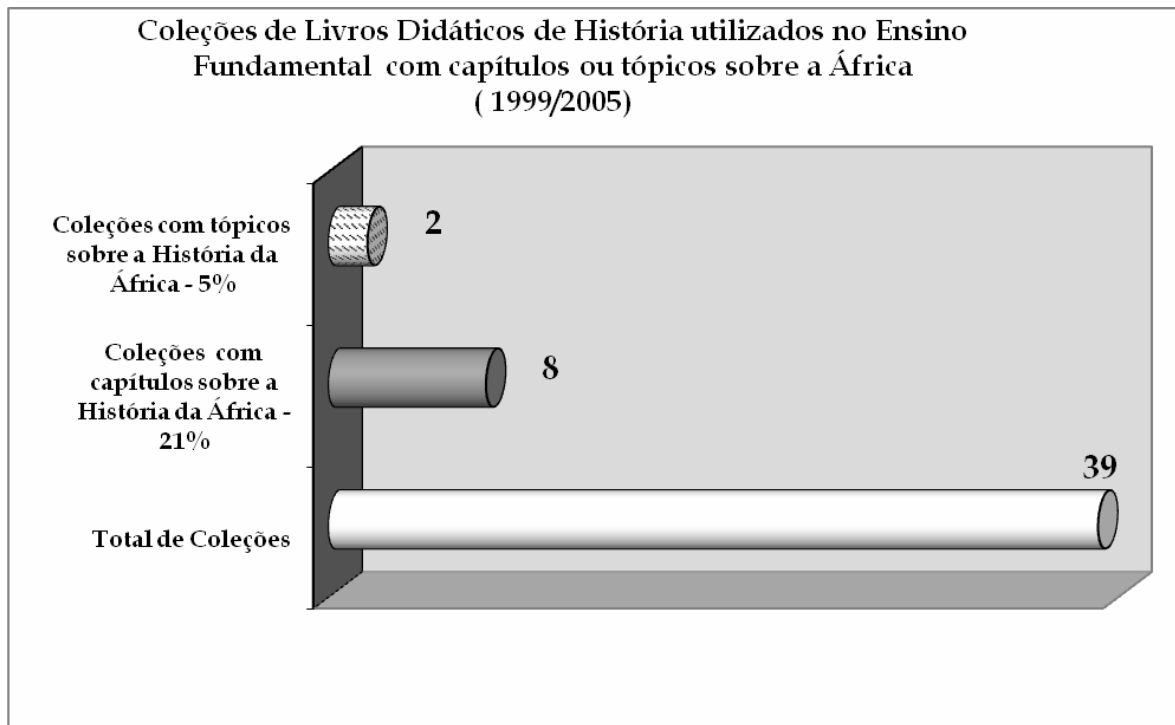


Gráfico 2

Fonte – Levantamento efetuado pelo autor.

Como a pesquisa trabalhou com o segmento do ensino fundamental correspondente a 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries, tivemos que estender a dimensão cronológica dos possíveis temas ou assuntos tratados a um largo recorte, pois nessas séries, a história é abordada em sua “totalidade”, ou seja, do aparecimento da humanidade aos dias de hoje. Da mesma forma, pelo fato das coleções de manuais se estruturarem de forma diferenciada, no que se refere à abordagem de conteúdos, tempos e assuntos a tratar – História do Brasil e História Geral; História Integrada; e, História Temática – não encontramos uma divisão padronizada relacionando tema retratado e série escolar.

Ainda preocupados em contribuir com o diálogo proposto, optamos por conceder uma atenção um pouco diferenciada para os manuais que abordaram a história africana correspondente ao período histórico que estende dos séculos VII ao XVIII. Por acumular uma maior quantidade de assuntos ou possibilidades de trabalho em sala de aula, devido a uma maior disponibilidade de fontes e de investigações publicadas,²⁹ esse enfoque temporal pôde ou pode desempenhar um papel chave na interlocução com os imaginários circulantes sobre a África entre estudantes e professores. Ao mesmo tempo, não excluímos a análise da história africana referente ao período posterior a esse recorte, tão importante quanto o anterior.

O tratamento da história africana entre os séculos VII e XVIII

No caso dos livros que abordaram a história africana entre os séculos VII e XVIII percebemos que, em sua maioria, as incursões panorâmicas concentram-se no estudo das grandes formações políticas que conheceram seus apogeus nesse período - como os “reinos” de Gana, Etiópia, Kongo,

²⁹ Ver FAGE, John D. “A evolução da historiografia africana”. In KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África: metodologia e Pré-História da África. vol. I*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, p. 43-59; CURTIN, Phillip D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”. In KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África, vol. I*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, p. 73-90; OBENGA, T. “Fontes e técnicas específicas da história da África”. In KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África: metodologia e pré-História da África, vol. I*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, p. 91-104; e M' BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*. Lisboa: Vulgata, 2002.

Benin, Daomé, Lunda e Luba, dos “impérios” do Mali, Songhai e Zimbábwe, ou ainda, dos “Estados” Iorubás, Akan, Haússas, entre vários outros. Oito dos dez manuais citados acima reservavam a perspectiva central de seus capítulos a essa temática, mesmo que não concedendo atenção a todas as sociedades mencionadas.³⁰ Em alguns casos, compartilhando um espaço menor com o estudo dos “reinos” e “impérios”, os autores também realizaram comentários sobre as chamadas sociedades “tribais” africanas. Por fim, mesmo os outros dois textos, que elegeram assuntos de maior amplitude – como as relações África-Brasil³¹ – para conduzir suas abordagens, não deixaram de tecer comentários acerca dessas formações políticas.

Não discordamos do estudo desses objetos históricos. Pelo contrário, eles podem e devem ser trabalhados. Seu tratamento em sala de aula possibilita a construção de novos referenciais teóricos e imagéticos acerca do continente e de suas populações por parte dos alunos, além, é claro, de serem retratos concretos de certas realidades históricas ali encontradas. Soma-se a esses dados o fato de que, em termos de orientação legal para a formulação dos manuais escolares e das próprias aulas, o Conselho Nacional de Educação – no parecer 003, aprovado em 2004, para regulamentar a aplicação da Lei 10.639/03 –, orienta, entre outros pontos, a abordagem desses temas.³²

O grande problema é que, a partir desse prisma, as sociedades africanas de expressão política ou de ressonância civilizacional de menor visibilidade acabam por não ser estudadas. É como se, diante da impossibilidade de atentar para as centenas de sociedades que se espalhavam pelo continente deveríamos ter como base alguns dos conceitos ou postulados historiográficos celebrizados pela historiografia europeia ou de referencial eurocêntrico. Como se pode perceber com facilidade, se em relação à história europeia, os livros escolares, quase sempre, dedicam significativa atenção aos grandes reinos e impérios, para o caso da abordagem da história africana tal tendência parece se repetir.

Inicialmente, fica claro que grande parte dos autores dos livros didáticos, de forma consciente ou inconsciente, utiliza uma difundida idéia apresentada pelos historiadores pertencentes à chamada corrente do *afrocentrismo*.³³ Lembramos que uma das teses defendidas por parte de seus historiadores era a de que seria fundamental estudar as grandes civilizações africanas, tanto para redefinir o lugar do continente na trajetória histórica da humanidade, tanto como para combater as teses racistas e depreciativas que circulavam sobre suas sociedades. No entanto, seus esforços foram conduzidos ou fizeram uso, muitas vezes, de uma série de padrões, categorias ou modelos historiográficos eurocêntricos para afirmar ao mundo e aos próprios africanos que a História do “continente negro” possuía elementos sofisticados e formas de organização avançadas e que deveriam ser estudadas.³⁴

Acerca desse aspecto, há algumas décadas, vários estudiosos ligados à historiografia africanista vêm alertando para o fato de que para os estudos sobre a África, região de grande autonomia, de imensa capacidade criativa, de fecunda participação na história da humanidade e de ritmos e características próprias seria preciso a formulação de alguns conceitos e categorias também próprios.

³⁰ Os livros são os seguintes: APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). *História: Ensino Fundamental*, 6ª; DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*, 6ª; JÚNIOR, Alfredo Boulos. *História: Sociedade e Cidadania*, 6ª; MACEDO, José Rivair e OLIVEIRA, Mariley W. *Brasil: uma história em construção*, vol. 3; MONTELLATO, Andrea, CABRINI, Conceição e JÚNIOR, Roberto Catelli. *História Temática*; MOZER, Sônia e TELLES, Vera. *Descobrimos a História*, 5ª série; RODRIGUE, Joelza Éster. *História em Documento: Imagem e Texto*, 6ª; SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 6ª série.

³¹ MARANHÃO, Ricardo e ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e Civilização: uma história global*. 2 e CAMPOS, Flávio de, et al. *O jogo da História: de corpo na América e de Alma na África*.

³² CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO PLENO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Parecer nº 003 de 2004, de 10 de março de 2004.

³³ Acerca do tema, ver o trabalho de FARIAS, Paulo F. de Moraes. “Afrocentrismo: entre uma contranarrativa Histórica universalista e o Relativismo Cultural”. *Revista Afro-Ásia*, nº 29-30, 2003, p. 317-343.

³⁴ O tema foi abordado de forma esclarecedora nos seguintes trabalhos: LOPES, Carlos. “A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos”. In *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 21-29; e M' BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*, p. 45-63.

Pelo menos, não seria preciso eleger sempre referências européias para sua afirmação, e que, para alguns casos, seria preciso realizar adequações ou adaptações em determinadas metodologias e conceitos para serem aplicados sobre os contextos históricos africanos.³⁵ Parece-nos que os autores dos manuais desconhecem essa crítica, pois o critério adotado por eles para selecionar o que será estudado nos capítulos é justamente esse. Por isso, a presença quase certa dos “reinos” e “impérios” africanos.

Como já afirmamos, não existem interdições maiores em relação ao tratamento escolar dessas experiências históricas, e, de fato, elas se tornam, pelo conjunto de fontes e estudos disponíveis, e pelo ritmo concedido ao ensino da história, como um todo, temas que podem despertar o interesse de docentes e estudantes para a história africana e devem ser tratados em sala de aula. O que percebemos como um desequilíbrio é o enfoque exclusivo do tema, e não a sua presença. Mais do que isso, o assunto está associado à total ausência de contextualização ou tentativa de singularizar o emprego de determinadas categorias históricas para aplicação do estudo da história africana. Tal quadro contribui para um tipo de abordagem que tem como tendência maior ignorar a existência de contextos e características históricas específicas ao continente africano, excluindo dessa forma a existência de estruturas políticas, sociais e econômicas diferenciadas das européias, o que causa uma leitura distorcida de suas sociedades.

Neste caso, é necessário que os autores dos manuais escolares e professores dediquem algumas linhas ou palavras de contextualização e reflexão histórica para informar aos seus leitores e alunos de que estão tratando de configurações e estruturas diversas das européias. Não ignoramos a existência de organizações políticas ou sociais com semelhanças às de outras partes do globo, mas é preciso que se demonstre e enfatize as singularidades e especificidades africanas. Se haviam algumas sintonias, as diferenças também eram evidentes.

De acordo com a historiadora Leila Hernandez é preciso que o emprego dessas categorias para o estudo de algumas das formações políticas africanas passe por um processo de ajuste e adequação.³⁶ Para o historiador congolês Elikia M'Bokolo, podemos fazer uso de outras categorias para definir essas estruturas e configurações políticas, como, por exemplo, “hegemonias políticas”. O conceito empregado nessa definição encontra alguma relação com a categoria elaborada pelo antropólogo francês Jean-Loup Amselle, chamado de “sociedades englobantes”.³⁷ Ele envolve a perspectiva de que as relações de poder estabelecidas não se prendiam à questão das fronteiras fixas e da imposição de controle essencialmente centralizado. Os mecanismos das trocas comerciais, o pagamento de tributos, os movimentos de reciprocidade, os graus variados de autonomia e os laços de parentesco compunham variantes chaves dessas formações.³⁸ Dessa maneira, a França de Luís XIV, não era o Mali de Sundiata Keita, assim como o Reino dos Francos não guarda relação de identidade absoluta com o Reino de Oyo. Porém, parece não ser essa a percepção transmitida pelos livros analisados.

Já no uso dos recursos imagéticos – mapas, fotografias, pinturas e desenhos – pode-se encontrar, na maioria dos livros, uma realidade bastante estimulante, apesar da ocorrência de alguns equívocos, como a repetição excessiva de determinadas representações ou de imagens apresentadas fora de contexto. Ao todo foram encontradas 167 iconografias distribuídas entre os manuais de forma mais ou menos homogênea dentro de três segmentos: sete manuais possuíam entre oito e catorze imagens, dois apresentavam entre 21 e 24, e, apenas um, contava com 51 imagens. Percebemos em um bom número desses livros que, devido à veiculação de imagens que objetivavam representar determinadas

³⁵ Ver THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 254-262 e M' BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*, p. 154-162.

³⁶ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 35

³⁷ AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia. *Au coeur de l'ethnie: ethnie, tribalisme et État em Afrique*. Paris: La Découverte, 1999, p. 29.

O ESPELHO AFRICANO EM PEDAÇOS

características ou eventos históricos, poder-se-ia distribuí-las em algumas categorias, o que facilitaria seu tratamento analítico. Portanto, a divisão das imagens seguiu a seguinte classificação:

• *Padrões Artísticos, Estatuária e Objetos* – fotos e pinturas de máscaras, instrumentos de uso cotidiano, estátuas e objetos de arte/religiosos – com um total de 44 imagens (27% do total);

• *Reinos e Impérios* – representações e fotos das cidades de Tombuctu (no Mali), do Grande Zimbábue, do Reino do Kongo, da Etiópia Cristã –, com dezenove imagens (11%);

• *Cenas Cotidianas* – referências aos comportamentos e práticas ligadas à urbanística, trabalho, moradia, transporte e arquitetura – com 27 imagens (16%);

• *O Islamismo em África* – mesquitas no Mali, comerciantes islâmicos e práticas islâmicas – com oito imagens (5%);

• *Cenas da Escravidão e do Tráfico* – ilustrações acerca da escravidão tradicional, atlântica, árabe e do tráfico de escravos – com 16 imagens (10%);

• *Representações europeias* – ilustrações sobre os africanos representados como sociedades tribais ou que remetam ao conjunto de referências negativas e estereótipos comumente associados à África, além de pinturas históricas retratando os africanos com feições ou a partir de modelos europeus – com catorze imagens (8%).

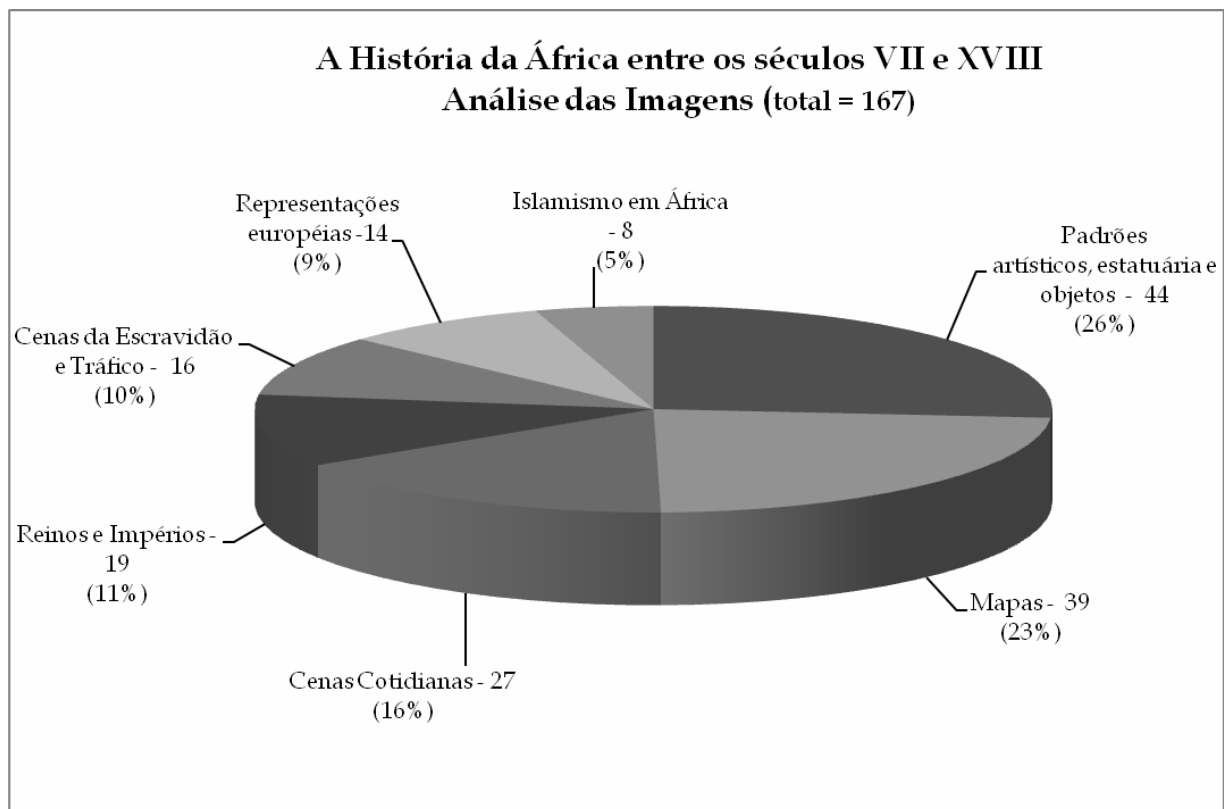


Gráfico 3

Fonte – Levantamento efetuado pelo autor

Como um aspecto positivo a ser destacado, percebemos uma concentração maior de imagens entre as primeiras quatro categorias, somando um total de 98 figuras (62% do total). O destaque, nesse caso, fica por conta da perspectiva de que essas representações imagéticas podem, como uma tendência ou consequência do trabalho em sala de aula, revelar para os leitores dos livros escolares faces pouco conhecidas e positivas das experiências histórias e cotidianas africanas, despertando assim seus interesses sobre as temáticas tratadas. Além de fugir das referências visuais comuns, divulgadas sobre a África e suas sociedades, elas permitem o acesso a importantes informações da trajetória histórica de parte dessas sociedades. Se constatamos a existência de uma carga mental no chamado imaginário coletivo brasileiro, e dos estudantes inquiridos pela investigação, quase sempre ilustrada por elementos depreciativos sobre os africanos, a divulgação contextualizada e bem explorada dessas imagens se revela como um ingrediente interessante na (re)significação mental da África por parte dos estudantes e professores que trabalham com esses manuais.

Já as fontes iconográficas que poderiam ser classificadas como mantenedoras das representações mais recorrentes sobre a história africana (como a associação dos africanos à escravidão e ao tráfico) ou dos estereótipos (sociedades tribais, vítimas do tráfico de escravos) somaram ao todo 30 imagens (18%) (as últimas duas categorias). Dessas, as mais reproduzidas (10% do total) são as que retratam os episódios ligados à escravização dos africanos no continente e ao transporte dos escravos nos navios negreiros. Ao mesmo tempo em que percebemos um sentido de denúncia ou sensibilização dos leitores acerca do tema, acreditamos que algumas das figuras apresentadas são tendenciosas e ilustram a questão de forma maniqueísta. Já outras imagens, encontradas em pequena quantidade, revelam a idéia de uma África tribal e selvagem.

Em relação às representações cartográficas percebemos a tentativa de grande parte dos autores – sete dos dez manuais – de reproduzir em mapas as fluídicas e diversificadas “fronteiras” construídas entre as diversas sociedades e formações políticas africanas entre os séculos VII e XVIII. Quebrando uma velha tradição dos livros escolares brasileiros, na qual a África era apresentada como um continente dividido apenas em dois grandes conjuntos societários – sudaneses e bantos³⁹ – os exemplos encontrados nos textos observados são quase sempre adequados. Mesmo que não tratando da questão do conceito de fronteira para as realidades africanas, os textos, merecem destaque pelas tentativas de reproduzir um outro referencial cartográfico para seus leitores.⁴⁰ Alertamos que todos esses recursos imagéticos não devem ser tratados apenas como ilustrações para os textos, mas sim como fontes históricas a serem exploradas e decifradas por professores e alunos.

A África das últimas décadas: a explosão dos estereótipos

Em relação ao tratamento do período que se estende das independências africanas aos dias atuais vamos encontrar nos livros didáticos um quadro de imagens e idéias nada favorável a uma revisão crítica e equilibrada das referências imagéticas que circulam sobre a África no imaginário brasileiro. No caso da análise desse tópico intentamos identificar quais foram as notícias e imagens mais veiculadas pelos manuais e organizá-las em algumas categorias mais abrangentes, acerca dos eventos mais marcantes ocorridos em África nas últimas décadas.

De uma forma geral, encontramos uma concentração convergente dos assuntos enfocados. Tal aproximação temática nos permitiu a construção de categorias nas quais os conteúdos apresentados pelos textos analisados poderiam ser classificados. Dos dez livros elencados para o estudo, nove trabalhavam a questão do *apartheid*, sete noticiavam as *guerras civis, conflitos étnicos e massacres*

³⁸ M' BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*, p. 154-162.

³⁹ Ver, OLIVA, Anderson R. “A História da África nos Bancos Escolares: representações e imprecisões na literatura didática”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n° 3, set./dez., 2003, p. 424.

⁴⁰ Sobre a questão das fronteiras africanas ver, HENRIQUES, Isabel Castro. “Território e Identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola Colonial (1872-1926). Lisboa: FLUL, 2003, mmeo; e STATTER, Guilherme da Fonseca. “As Fronteiras em África: contributo para uma reflexão crítica”. Lisboa: CESA/Papers, 1996.

(*genocídios*) ocorridos pelo continente, cinco apresentavam a África aos leitores como um continente de *misérias e fome* e outros três destacavam também as *epidemias e doenças* que se alastravam por vários países da região.

Parece-nos acertada a perspectiva de que os problemas enfrentados pelo continente sejam alvos da abordagem dos autores dos livros escolares. O incômodo ou o procedimento inadequado está em reduzir o enfoque concedido à História da África nas últimas décadas a algumas referências, como se elas sintetizassem todas as realidades e características históricas de seus países. Os problemas existem e devem ser noticiados, mas as sociedades africanas não se resumem a eles, existem outras faces da história africana que poderiam ser abordadas, conjuntamente aos grandes dilemas que varrem ao continente.⁴¹ Mais do que isso, ao apresentar aos leitores as grandes querelas e as tragédias que ocorrem de tempo em tempos na África seria preciso um cuidado muito maior ao explicitar suas causas, agentes participantes e especificidades.⁴² Em termos panorâmicos podemos afirmar que os manuais escolares analisados, com algumas exceções, acabam por reforçar algumas das mais recorrentes imagens presentes no imaginário coletivo brasileiro contemporâneo sobre a África, confundindo o continente e suas populações às imagens acima citadas.

Acerca das independências africanas vamos encontrar um equilíbrio das análises. A maioria dos manuais (60%) enfatiza dois elementos centrais como teses explicativas sobre o processo que culminou com a libertação dos países africanos: os movimentos de luta organizados pelos africanos e o contexto histórico formado pela perda de poder político e econômico das ex-potências coloniais e pela nova ordem mundial do pós-Segunda Guerra.⁴³

O elemento temático de maior recorrência nos manuais é sem sombra de dúvidas o *apartheid* sul-africano que é, sem sombra de dúvidas, um dos elementos mais freqüentados pelo imaginário brasileiro contemporâneo quando o assunto é a África. Ele aparece em 90% dos livros observados. De certa forma, consideramos a abordagem do tema quase sempre acertada e adequada aos estudantes do ensino fundamental, concedendo a esses um instrumental mínimo para o entendimento da questão.⁴⁴

O último tópico focado, e um dos mais próximos de algumas idéias que circulam no senso comum sobre o continente, refere-se à descrição da atual situação dos países africanos. Neste caso, a perspectiva transmitida pelos autores é, com poucas exceções, realizada sem nenhum aporte crítico, transformando o conteúdo dos textos em meras notícias de certas realidades ali vivenciadas, muitas vezes estigmatizadas. Novamente, alertamos que o equívoco não se encontra em trabalhar o tema, ele deve ser apresentado aos estudantes, pois sinalizam para algumas de suas faces históricas contemporâneas. O problema está em sintetizar a história africana a ele, como se não existissem outras realidades a retratar, e, como se as sociedades do continente só pudessem ser visualizadas a partir dessas imagens. E, mais do que isso, os assuntos enfocados não podem ser tratados sem suas especificidades e ritmos próprios, como se em toda a África os eventos ocorressem da mesma forma. Em sete dos dez manuais as guerras civis são mencionadas como uma dessas faces atuais mais

⁴¹ Ver FAGE, John D. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 513-551.

⁴² Ver MBEMBE, Achille. "As formas africanas de auto-inscrição". *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 1, 2001, p. 171-209.

⁴³ FAGE, John D. *História da África*, p. 481-512.

⁴⁴ Ver SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica, 7ª série*. São Paulo: Nova Geração, 2002, p. 238 e *Nova História Crítica, 8ª série*. São Paulo: Nova Geração, 2002, p. 188; MACEDO, José Rivair e Oliveira, Mariley W. *Uma história em construção*, vol. 4. São Paulo: Editora do Brasil, 1999, p. 178; RODRIGUE, Joelza Éster. *História em Documento: Imagem e Texto, 8ª*. São Paulo: FTD, 2000, p. 198; e BONIFAZI, Elio e DELLAMONICA, Umberto. *Descobrendo a História: Idade Moderna e Contemporânea, 8ª*. São Paulo: Ática, 2002, p. 370.

marcantes da África; já em cinco, ocorre a referência sobre a situação de miséria vivenciada por milhares de africanos, e, por fim, em outros três, a associação é feita com as doenças e epidemias.⁴⁵

No campo das imagens veiculadas encontramos um quadro em sintonia com as temáticas mais enfocadas. Das 87 figuras, fotografias e mapas localizados, a maioria concentrava-se em retratar a África a partir das seguintes perspectivas: “*Apartheid*” – 20 (23%) –, “Imperialismo e África Colonial” – 17 (19,5%) –, “Pobreza, Miséria e Doenças” – 8 (9,2%) –, “Guerras Civas” – 2 (2,3%) –, e “Africanos retratados como tribais” – 2 (2,3%). Ou seja, excluindo os mapas – com representações sobre o domínio colonial, a partilha africana e a África contemporânea, com vinte exemplares ao todo (23% das imagens), as iconografias com um enfoque com alguma carga negativa somaram cerca de 73% das representações imagéticas veiculadas.

Já as imagens retratando os africanos em situações que podem ser consideradas positivas representam, ao todo, cerca de 23% das imagens, e podem ser assim distribuídas: cotidiano, dois (2,3%); “resistências ao imperialismo”, sete (8%); e “independências africanas”, nove (10,3%).

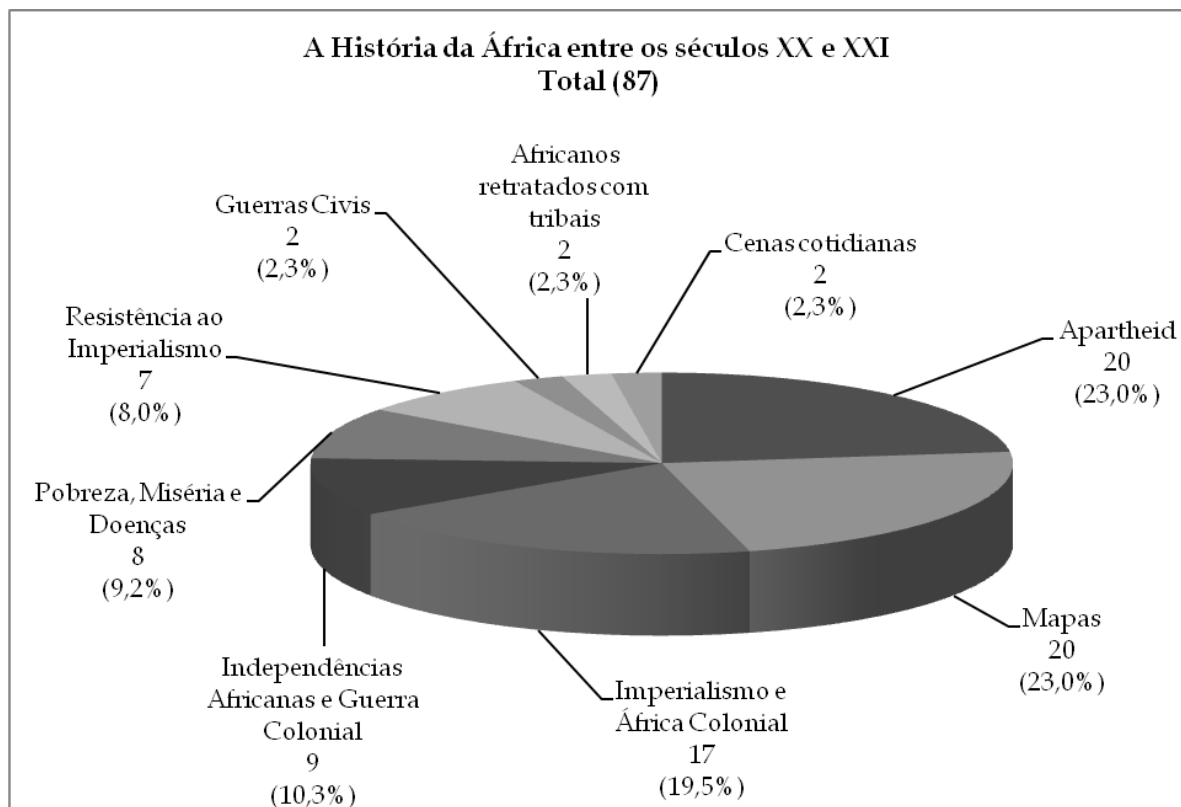


Gráfico 4

Fonte – Levantamento efetuado pelo autor

⁴⁵ Ver MACEDO, José Rivair e Oliveira, Mariley W. *Uma história em construção*, vol. 4, p. 137; CAMPOS, Flavio de, et al (2002). *O jogo da História: de corpo na América e de Alma na África*, p. 181; SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 8ª série, p. 187; e BONIFAZI, Elio e DELLAMONICA, Umberto. *Descobrendo a História: Idade Moderna e Contemporânea*, 8ª, p. 372-373.

Considerações Finais

Para além dos silêncios, lacunas e reaproximações históricas, da rejeição da africanidade na construção da identidade nacional e da invenção de uma africanidade positiva, o continente também se transformou para muitos brasileiros no símbolo do fracasso da humanidade, caracterizado por universos isolados, confusos, miseráveis e selvagens.⁴⁶ Se podemos encontrar sérios problemas enfrentados pelos africanos, essas realidades não revelam e nem sintetizam o que é a África ou sua história, muito menos o que são ou como deveriam ser os espaços de convívio coletivo ou centros urbanos africanos. Os graves problemas existem, e vão continuar existindo nos próximos anos, mas há, no passado e presente africanos, muito mais do que fome, guerra, doença e sujeira.

Por que então reduzir o outro a isso, enquanto olhamos para os mesmos problemas internos e achamos que são realidades passageiras ou de menor importância na construção de uma identidade positiva sobre nós mesmos. Neste caso é muito mais enriquecedor analisarmos essas leituras por uma outra dimensão: a do imaginário coletivo. Muito além de “constatar o óbvio”, o que alguns brasileiros expressam ao se deparar com as dificuldades infra-estruturais e, às vezes, com a organização pelo continente, são os estereótipos e representações que elaboramos sobre a África.

Dessa forma, se continuarmos a reproduzir essas leituras distorcidas, é muito provável que o imaginário de nossas futuras gerações sobre a África, não sofra modificações significativas. Neste caso, o papel das escolas e dos manuais escolares é de fundamental importância. Apesar de encontrarmos leituras e interpretações equilibradas e positivas acerca dos africanos, na legislação escolar, em experiências nas salas de aula e em alguns dos livros didáticos, a tendência majoritária é a reproduzir as imagens dos africanos escravizados, brutalizados ou massacrados pela fome e conflitos, marcadas sempre pela ausência de uma crítica ou reflexão histórica mais pontual. Se não mudarmos os textos explicativos acerca da História da África, tal quadro dificilmente poderá ser redesenhado, e, nosso espelho africano, continuará em pedaços.

⁴⁶ Acerca de algumas características gerais atribuídas à África nas últimas décadas ver os artigos de PENNA, Pio. “Conflito e busca pela estabilidade no continente africano na década de 1990.” In PANTOJA, Selma. (org.). *Entre Áfricas e Brasís*. Brasília: Paralelo 15, 2001, p. 99-118; LOPES, Carlos. “Enough is Enough! For an alternative diagnosis of the African crisis”. *África*, Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, 18-19, 1, 1995-1996, p. 69-101; e MUNANGA, Kabengele. “África: trinta anos de processo de independência”. *Revista da USP*, n° 18, fev-ago, 1993, p. 102-111.

JORNALISMO DE MODA: CRÍTICA, FEMINILIDADE E ARTE

Renata Pitombo Cidreira*

Resumo: O presente texto observa a especificidade do jornalismo de moda que desempenha três funções principais: coloca em evidência uma cultura diferente do corpo; descreve o dispositivo e os meios de um sistema de consumo essencialmente vestimentar que serve ao entretenimento; exhibe um discurso de moral social alocado sobre a égide da moda triunfante. Nesse sentido, através de uma linguagem crítica, que associa envolvimento estético e avaliação, o jornalismo de moda propicia a emergência de uma cultura da feminilidade, provocando uma transformação eficaz das relações sociais. Jogando simultaneamente com os valores da moral e do utilitarismo econômico, a moda promove a necessidade do consumo como uma categoria essencial da existência. Após reconhecer esses traços, procura-se compreender como o fenômeno moda é enquadrado na imprensa, identificando distintos modos de ver.

Palavras-chaves: jornalismo, moda, crítica, feminilidade, arte.

Abstract: This article analyzes fashion journalism and its three main functions: it highlights a different body culture; it describes the instrument and the means of an essentially vestimentary consumption system that is dedicated to entertainment; it shows a social moral discourse that rests upon the dominant fashion style. By means of a critical language that associates esthetical involvement and evaluation, fashion journalism favors the emergence of a culture of femininity, provoking a successful transformation of social relationships. Playing simultaneously with moral values and economic utilitarianism, fashion promotes the necessity of consumption as an essential category of human existence. After describing these aspects, the article seeks to understand how fashion is entangled by the press, thus identifying different modes of perception.

Keywords: journalism; fashion; criticism; femininity; art.

* Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela FACOM/UFBA, professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e autora do livro *Os Sentidos da Moda* (Annablume). E-mail: pitomboc@yahoo.com.br.

Sabe-se que a moda ocupa hoje um espaço significativo na vida contemporânea, chegando mesmo a impor sua própria dinâmica na constituição da cultura atual,¹ atingindo diversas instâncias da sociedade, como a política, por exemplo, as relações afetivas, a educação, entre outras.

Não por acaso, a moda invade também e, talvez, sobretudo, o processo comunicativo, conquistando um lugar privilegiado na mídia. O “boom” que a moda experimenta hoje não se dá de forma repentina como podem pensar alguns observadores, tendo como marco de grande difusão os anos de 1960 e os meios eletrônicos de comunicação de massa, principalmente no Brasil. É certo que a aparição da moda na mídia brasileira se dá de forma mais radical a partir desse período, o que não significa que antes ela já não se faça presente, sobretudo na mídia impressa.

Em termos mais globais, tomando como referência a Europa, as primeiras manifestações impressas datam do início do século XVIII, como registra o francês Daniel Roche² e a partir desse momento começa um processo de valorização da moda. Entre 1710 e 1750, o jornalismo de moda circula estritamente na França. Todavia, em pouco tempo há uma difusão para além das fronteiras do reino, contribuindo para remodelar o hábito, o comportamento e a cultura das elites da Europa, à imagem das sensibilidades mundanas vindas da França.

Os periódicos mais importantes e de vida mais longa nesse período são: *La Quintesse des Nouvelles*, *Le Nouveau Magasin Français*, *Le Journal de Monsieur*, *Le Corrier Lyrique*, *Journal des Dames* e *Le Cabinet des Modes*. Entre eles, o *Journal des Dames* e o *Le Cabinet des Modes* se destacam. O primeiro apresenta uma fórmula original, coerente com o projeto de exprimir conjuntamente uma visão crítica do mundo parisiense e um discurso feminino, o segundo mostra ao universo fashion a importância de um veículo de comunicação para propagar as últimas tendências, trabalhando com o desejo e a vontade de posse dos consumidores potenciais, ao mesmo tempo em que investe numa redação mais crítica e intelectual da moda, atendendo, assim, a um outro público mais sedento de saber.

No Brasil, a introdução da moda no jornalismo também assume essa feição e cumpre o papel de alteração das sensibilidades através da estimulação da leitura e circulação de temas relacionados à arte, ao universo feminino etc. Como observa o diretor editorial da Bloch, o jornalista Roberto Barreira, em entrevista concedida à Gilda Chaitaignier³, “a moda sempre foi um mata-borrão de tendências e um irradiador de informações à frente de seu tempo. Não falamos de vanguardismo, mas sim de atitudes, funcionando como uma espécie de abridor de horizontes”.⁴

O jornalista lembra que a partir da década de 1960 o jornalismo de moda começa a aparecer de forma mais intensa no Brasil. A primeira iniciativa partiu do jornal Diário de Notícias em 61, tendo a jornalista Ondina Dantas à frente da *Revista Feminina*. Colaboradora debutante da revista, Gilda Chaitaignier⁵ comenta que:

A moda aparecia através de fotos de agências internacionais, em croquis de ilustradores ou então em fotografias não produzidas, quase instantâneos, com forte carga da chamada foto-reportagem. Uma entrevista ali, outra aqui. Um desfile da casa Canadá, a inauguração de alguma butique, alguém, que chegava do exterior com novidades de moda etc.⁶

Para a jornalista, a *Revista Feminina* abriu caminhos para outras publicações do gênero, revitalizando, assim, o jornalismo de moda no Brasil. Segundo ela, pouco tempo depois aparece a

¹ LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

² ROCHE, Daniel. *La culture des apparences: une histoire du vêtement XVII – XVIII siècle*. Paris: Fayard, 1988.

³ CHAITAIGNIER, Gilda. *Todos os caminhos da moda: guia prático de estilismo e tecnologia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

⁴ CHAITAIGNIER, *op. cit.*, p.69.

⁵ *Idem, ibidem*.

⁶ *Idem, ibidem*.

revista *Jóia* – publicação da Bloch – com um espírito refinado, tendo diretores de arte de altíssimo nível, como Rubens Gershman, Glauco Rodrigues e Zélio Alves Pinto. Os fotógrafos pioneiros foram Antônio Rudge e Hélio Santos, e as jornalistas, ainda não batizadas de editoras, eram Laís Metran e Marisa Raja Gabaglia.

Paralelamente, no Jornal do Brasil, surgia no Caderno B um novo estilo e um novo conceito de jornalismo feminino, misturando de forma arrojada moda com o universo da mulher. Consta desse período também o *Folha da Moda*, iniciativa da chamada imprensa nanica, apostando num público mais popular,

Crítica

Imerso na rubrica do jornalismo cultural, o jornalismo de moda só ganharia força, no Brasil, no final do século XIX. As críticas de arte saíram de seu circuito de marfim e passaram a circular no meio da arena social, exigindo que os jornalistas e críticos se comprometessem com as questões humanas vivas. Como ressalta Daniel Piza,⁷ o crítico cultural agora tinha de lidar com idéias e realidades, não apenas com formas e fantasias. Na virada para o século XX, o jornalismo cultural descobriu a reportagem e a entrevista, além de uma crítica de arte mais breve e participante.

Esse novo jornalismo propicia a aliança entre divertimento e instrução; seduz o leitor sem esquecer, no entanto, de provocar uma atitude crítica com relação à notícia. Estimula a reflexão, suprimindo a dificuldade e até mesmo o sofrimento que costuma acompanhar este empenho. Provoca, em última instância, uma transformação do próprio modo de recepção da notícia que passa a informar de maneira lúdica, oferecendo-se ao leitor como um jogo em que também ele é elemento participante, efetivo.

O jornalismo cultural e também o jornalismo de moda exigem uma atitude, como o próprio nome sugere, crítica. Mas como atender a essa exigência? O que significa um texto crítico? Quais os elementos que o constituem? Para estas perguntas as respostas não são óbvias. De todo modo, algumas observações podem auxiliar na elaboração de um bom texto crítico.

De acordo com Marcelo Coelho,⁸ existe uma certa atitude conservadora na crítica que parte dos seguintes princípios: a) uma tendência a analisar uma obra nova a partir de critérios inalteráveis, já estabelecidos, anteriores e externos à própria obra; b) a postura de que se vivencia nos dias atuais um período de declínio, de decadência, de doença cultural, logo nada é bom; e c) a postulação de que o crítico é representante do público, do “homem comum”, que está a ser enganado pelo artista.

Ora, esta atitude conduz o crítico, em última instância, a colocar-se num papel de “fiscal, médico e promotor de Justiça... e seus textos adquirem um ar de boletim de ocorrência, de diagnóstico psicossocial e de denúncia pública”.⁹ Tal postura só se justificaria se esperasse do crítico que ele apresentasse critérios gerais de qualidade e diante da obra avaliasse se a mesma atende ou não as exigências estabelecidas previamente. De certo, não é o que se espera de um crítico.

Para Daniel Piza,¹⁰ um bom texto crítico deve, inicialmente, ter as características de um bom texto jornalístico: clareza, coerência, agilidade, além de atender a mais quatro requisitos:

Segundo, deve informar o que é a obra ou o tema em debate, resumindo sua história, suas linhas gerais, quem é o autor etc. Terceiro, deve analisar a obra de modo sintético, mas sutil, esclarecendo o peso relativo de qualidades e defeitos, evitando o tom de “balanço contábil” ou a mera atribuição de adjetivos. Até aqui, tem-se uma boa resenha. Mas há um quarto requisito, mais comum nos grandes críticos, que é a capacidade de ir além do objeto analisado, de usá-lo para uma leitura de algum aspecto da realidade, de ser ele mesmo, o crítico, um intérprete do mundo.¹¹

⁷ PIZA, Daniel. *Jornalismo cultural*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

⁸ COELHO, Marcelo. *Crítica cultural: Teoria e Prática*. São Paulo: Publifolha, 2006.

⁹ *Idem*, p. 12.

¹⁰ PIZA, *op. cit.*

¹¹ *Idem*, p. 70.

O jornalista deve argumentar em defesa de suas escolhas, não se bastando apenas em adjetivos e colocações do tipo “gostei” ou “não gostei”; deve situar o tema numa perspectiva artística e histórica. “Quer goste quer desgoste de um trabalho, sua tentativa é fundamentar essa avaliação”.¹² Desse modo, o que se espera de um texto crítico é um julgamento, uma atitude avaliativa, que pode expressar uma opção pessoal ou não, mas que seja capaz de qualificar a obra, o produto, a coleção (no caso específico de moda) em escala – de péssima a excelente – dando margem ao leitor de concordar ou não. O que se espera daquele que escreve é que tente, inicialmente, compreender a obra, a coerência da proposta anunciada e o produto enquanto tal, os aspectos de inovação, o contexto em que está inserida, os materiais utilizados etc.

Feminilidade

Existe uma preocupação dos periódicos de moda em instaurar uma nova cultura da feminilidade, assegurando, inclusive, a entrada da mulher no mundo da literatura. O estatuto “menor” da imprensa de moda favorece a promoção das mulheres, pois a concorrência dos homens é maior em âmbitos tidos como mais relevantes, a exemplo, de política e economia. O jornal proporciona às mulheres um espaço do mesmo modo que o romance. “As mulheres jornalistas elaboram uma tática análoga para utilizar a escritura romanesca e isto faz com que o jornalismo alcance a sua promoção literária dentro de um mundo totalmente dominado pelos poderes da sociedade viril”.¹³

Esta imprensa feita por mulheres propõe leituras dominadas pelas belas letras, a poesia, o teatro, o romance e a novela, enfim, um divertimento das horas vagas. Encontra-se aqui a tradução de um modo de vida mais artístico e a vontade de promover as expressões onde triunfam as mulheres.

A sedução atrelada a toques de delicadeza passa a ser uma preocupação na produção textual. Ao eleger o verbo, a linguagem como suporte da sedução, não se deve desprezar a elegância do ato de expressão. É todo um imaginário de estetização da vida que passa a se impor.

Entretanto, essa cultura feminina não se escreve sempre no feminino. Ela acha primeiramente sua voz nas obras redigidas, sobretudo, pelos homens, numa atenção ao sucesso atual por elas conquistado. Desse modo, a cultura feminina se livra das visões habituais que o conjunto do jornalismo tem ainda do papel das mulheres na sociedade e dos pré-julgamentos que o condicionam. Todavia, apesar do reconhecimento do novo papel da mulher e de suas conquistas, os homens continuam olhando para as mulheres e para suas produções com certa reserva e diminuição.

Os julgamentos levantados sobre as obras femininas e mesmo pelos jornalistas que escrevem para as mulheres, insinua que estas não devem se aventurar a ir mais longe no domínio da criação sem correr o risco de serem repreendidas. Como observa Roche, é nesta ambigüidade que a imprensa feminina constrói pouco a pouco a identidade nova das mulheres.

Pode-se argumentar que o jornalismo de moda reitera, ainda, a idéia forte de um diálogo engajado de maneira quase existencial em que se problematiza o papel do corpo e a clássica oposição essência versus aparência, introduzida na cultura após o momento pré-socrático.¹⁴ Como já foi mencionado, o jornalismo de moda suscita o debate entre a superioridade do espírito sobre o corpo. O jogo das aparências é, de certo modo, ideológico, pois ele coloca em balanço a tensão fundamental entre o parecer e o ser. Em geral desconfia-se da aparência. Sob o pretexto de que ela não diz a verdade, acusam-na de enganadora. No entanto, ela revela mais do que esconde. O corpo, juntamente com os artifícios que o modelam, são expressões daquilo que somos, acreditamos, valorizamos.

¹² *Idem*, p. 77.

¹³ ROCHE, *op. cit.*, p. 461.

¹⁴ Com Sócrates e Platão o mundo da vida é separado do mundo da verdade e essa verdade encontra-se em outro lugar que não no mundo sensível. A Caverna de Platão sustenta exatamente essa idéia, na medida em que introduz o conceito de alma como representação de uma essência que ultrapassa a dimensão do corpo, do efêmero, da aparência. “É a negação do corpo”, vai dizer Nietzsche. O empenho das teorias estéticas vai em outra direção, procurando restituir o caráter ativo e inteligente do corpo.

O que se procura é uma menor preocupação com a coqueteria e o artifício – entendidos apenas enquanto máscara – e uma reflexão maior sobre a natureza e o império das virtudes, equilibrando desenvolvimento e cuidados com o corpo e a instrução do espírito. Tal empenho se traduz na tentativa mesma de explicitar a indivisibilidade entre o ser e o parecer.

No que diz respeito ao vestuário especificamente, é importante reconhecê-lo como uma segunda pele, como sugere McLuhan, reiterando sua capacidade de incorporação ao corpo ao ponto de promover alterações sensório-motoras. “De fato, a indumentária exerce um certo grau de constrangimento ao corpo, impondo e propiciando este ou aquele movimento, esta ou aquela sensação”.¹⁵

Arte

A imprensa feminina coloca em evidência os perigos morais da moda, visto que ela exalta o caminho feito da potência e da eficácia. Promovendo novidades materiais, publicando facilmente as artes, ela faz a apologia da felicidade, glorifica a identidade feminina e contribui na conquista do individualismo, que gera uma preocupação do homem com sua imagem, um investimento em si, uma auto-observação estética sem nenhum precedente. A flexibilização das convenções morais e o recuo do rigor religioso coincidem com esta liberação.

Ao fim do século XVIII, a imprensa feminina trabalha em escavações profundas, pois associa estética do prazer a uma visão nova da vida livre das artes amenas, instrumentos conjuntos de liberdade dos seres e sua dominação, e testemunhas das permanências e da distinção. “Denunciar os excessos da moda é então passar à frente a sátira habitual dos costumes, é tentar medir os efeitos perversos de um instrumento de liberdade”.¹⁶

O jornalismo feminino serve à moda e preside o nascimento da publicidade das coisas, que lhe dão garantia quanto à qualidade de sua informação e que alargam sua audiência. Atualiza o uso dos procedimentos que fazem o sucesso da publicidade, pois promove uma representação sedutora do objeto colocado em circulação, vendendo não apenas um produto, mas um modo de vida, num cenário de apologia ao consumo generalizado, conforme observações de Baudrillard.¹⁷

Para tudo isto, ele utiliza a potência material e intelectual das imagens, variável escritura e uma nova sensibilidade. Estas ilustrações são sempre acompanhadas de um comentário, legenda simples primeiro, depois discursos mais compostos organizados em conjunto com folhetins regulares, notícias de moda, comentários estéticos, argumentações morais ou filosóficas, referências históricas, informações teatrais, poéticas, musicais e também políticas.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da moda como comunicação e da própria mídia em geral, como um “médium” difusor, comunicador e também transformador de um determinado momento histórico-cultural, reiterando, assim, as observações premonitórias de McLuhan¹⁸ e as análises midiológicas exploradas por Régis Debray¹⁹ e Daniel Bounoux²⁰ que se debruçam sobre a descrição da dinâmica da significação que os meios impõem à própria significação.

Neste cenário, o jornalismo de moda acaba desempenhando três funções principais: coloca em evidência uma cultura diferente do corpo; descreve o dispositivo e os meios de um sistema de consumo essencialmente vestimentar que serve ao entretenimento; exhibe um discurso de moral social alocado sobre a égide da moda triunfante.

¹⁵ CIDREIRA, Renata Pitombo. *Os sentidos da moda*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 14-15.

¹⁶ ROCHE, *op. cit.*, p 470.

¹⁷ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Edições 70, 1981.

¹⁸ McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix Ltda., 1964.

¹⁹ DEBRAY, Régis. *Curso de midialogia geral*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1993.

²⁰ BOUGNOUX, Daniel *Introdução às ciências da informação e da comunicação*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1994.

A imprensa de moda funciona, então, como o maior canal de transmissão da funcionalidade ritual do corpo e da vestimenta dominada pelo ornamento, do decor, da teatralização e do tempo da libertação das aparências. O corpo não é mais manequim da vestimenta, mas a referência secreta dentro de um conjunto de signos de moda à sua realidade nova. O ser deve se submeter às aparências.

Sobretudo na cultura contemporânea o apego às aparências revela toda uma estetização da vida que pode ser apreendida sob pelo menos três aspectos. O impacto das subculturas artísticas que produziram movimentos como o dadaísmo, o surrealismo e a vanguarda histórica na Primeira Guerra Mundial e na década de 1920, cujas obras, escritos e até mesmo, suas vidas procuraram apagar as fronteiras entre arte e vida cotidiana é um deles. Outro fator a considerar é o desejo explícito de transformar a vida numa obra de arte. Lembremos aqui a figura do Dândi, que faz do seu corpo, seu comportamento, seus sentimentos e paixões, da sua própria existência uma obra de arte. Além disso, é preciso considerar o fluxo veloz de signos e imagens que invadem a trama da vida cotidiana, servindo como reativadores de desejos, encontrando sedimentação teórica no fetichismo da mercadoria de Marx, atualizado e expandido de diversas formas por Benjamin, Debord, Baudrillard, entre outros.

A moda é um motor da economia urbana e o instrumento de uma transformação eficaz das relações sociais. É um fato social global onde todos os elementos concorrem ao equilíbrio de conjunto e a imprensa feminina, pela primeira vez na história, colocou este sistema em representação. Jogando simultaneamente os valores da moral e do utilitarismo econômico, ela promove a necessidade do consumo como uma categoria essencial da existência.

Considerações finais – Enquadramentos

Reconhecida a importância e a dinâmica específica que a imprensa de moda acaba impondo, alterando concepções de gênero, do corpo e da aparência e do próprio consumo, cabe perguntar de que forma o fenômeno moda é abordado na produção textual. A partir de pesquisa realizada em jornais baianos²¹ pode-se verificar que profissionais distintos escrevem sobre moda: jornalistas, estilistas, colunistas sociais e outros colaboradores, na grande maioria, professores universitários.

Existe, portanto, uma heterogeneidade de discursos sobre moda, cada um com sua perspectiva e formato específicos que, reunidos, configuram o que se reconhece como jornalismo de moda. Na verdade, matérias, artigos, ensaios e notas de colunas sociais se agregam num conjunto de natureza híbrida que mantém como elo de ligação dois elementos: a coincidência do tema e do suporte de veiculação.

A análise interpretativa desses textos – que ora se apresentam sob o formato mais característico: a matéria, ora aparecem reivindicando o lugar de artigo – abre espaço para a discussão de questões relativas, não só ao jornalismo de moda, mas também à própria Moda enquanto fenômeno cultural autônomo. Os diferentes artigos, matérias e colunas sociais analisados evidenciam que a diversidade de enfoques encontra-se relacionada às especificações profissionais dos autores e ao próprio formato que cada texto adquire. Uma nota sobre moda situada numa coluna social comporta certas abordagens em detrimento de outras. Do mesmo modo, uma matéria escrita para uma seção de assuntos eminentemente femininos, com inclusão de entrevistas. Ou mesmo uma matéria ou artigo encomendado para a capa do segundo caderno. De certa forma, os enquadramentos refletem *modos de ver* o fenômeno Moda. A análise interpretativa que fizemos nos permite reconhecer pelo menos quatro tipos de enquadramentos possíveis: *moda fashion*, *moda moldes*, *moda ostentatória* e *moda cultural*. O primeiro enquadramento a ser comentado encontra-se vinculado a uma idéia muito corrente, e por isso mesmo mais freqüente nos jornais: a de que moda diz respeito a um certo gosto passageiro, que rege a maneira de vestir e que tem uma dinâmica circular de mudança. O exemplo máximo e literalmente mais visível deste investimento e também dessa compreensão de moda poder ser contemplado através dos famosos lançamentos de tendências – indicadores dos tecidos, comprimentos, modelagens e cartela de cores que serão usados naquela estação - sempre marcados por desfiles do Prêt-à-Porter de luxo, em que se encontram reunidos os grandes nomes do universo fashion. Matérias com esse enfoque

são as mais recorrentes entre os jornalistas e os colunistas sociais, e são enquadradas no universo da *moda fashion*.

O segundo enquadramento, batizado de *moda moldes*, encontra-se relacionado ao mundo do eterno glamour: a Alta Costura. Paralelamente ao Prêt-à-Porter de luxo, o reduto da Haute Couture resiste, pois sempre vai existir alguém disposto a pagar preços exorbitantes por um modelo exclusivo, personalizado, feito especialmente por um *couturier* ou estilista. Há espaço, ainda, para estilistas não tão renomados e, conseqüentemente, com preços mais acessíveis que cumprem o mesmo papel, pelo menos simbolicamente, na medida em que o traje é feito sob encomenda, atendendo as demandas específicas do consumidor. A produção textual que destaca esse universo é elaborada por estilistas que além de discutirem moda, apresentam croquis, sugerindo modelos ao leitor. A particularidade desse material está no fato de que há uma preocupação em apresentar o objeto de desejo e, ao mesmo tempo, a possibilidade de obtê-lo. Os estilistas, na grande maioria dos casos, dão todas as indicações de como confeccionar o traje novo, sugerindo tecido, metragem, corte etc. e, inclusive, o local onde encontrar o material necessário para o feito.

O terceiro enquadramento é extraído de um conjunto de textos que trata da moda como algo estritamente relacionado ao uso passageiro de um modo de vestir. Não por acaso, tais comentários frequentemente consideram a moda como “coisa de mulher” ou futilidade e afetação femininas, geralmente associada à vontade de aparecer e de provocar olhares de admiração, desejo etc.. Provavelmente, essa imagem atende à demanda dos leitores de coluna social. As matérias situadas neste espaço revelam, no seu estilo, essa acepção do termo moda, aqui batizada como *moda ostentatória*. O quarto enquadramento, *moda cultural*, aposta na idéia de que a moda testemunha uma certa maneira de ver as coisas, um certo modo de viver. É preciso insistir no fato de que a vestimenta, antes de responder aos imperativos do conforto, da utilidade primária (pragmática, material), ou mesmo de proteção contra os agentes exteriores, informa primeiramente uma realidade quase trivial: o pertencimento ao gênero humano. Um homem totalmente nu é impiedosamente agrupado no reino selvagem. Vestir-se é algo próprio do homem social.

Portar uma vestimenta informa não só o pertencimento ao gênero humano, mas funciona também como signo global de reconhecimento. A indumentária é um forte vetor de sentido, funcionando, em alguns casos, como mecanismo de protesto ou de simples afirmação de um modo de pensar, de um modo de ser. Em tal abordagem escuta-se a ressonância de certos autores como Roland Barthes²², Marshall McLuhan²³, Marshall Sahlins²⁴, Jean Baudrillard²⁵ e Michel Maffesoli²⁶. Este último, inclusive, observa que aquele que usa uma roupa curva-se a um modo de viver especial.

Quando o senso comum declara que “o hábito faz o monge”, ele lembra, ao contrário, que tradicionalmente o hábito e o monge são um só. O fato de ter essa ou aquela pele induz a esse ou aquele modo de viver. O vestuário e os costumes estão ligados. É nesse sentido que a forma faz corpo social. Na mesma ordem de idéias pode-se assinalar [...] que a “roupa tem a conotação original de *habitus*, que supõe um trabalho sobre o corpo. Seja a postura grave de um magistrado ou a reserva de uma virgem, a depilação ou a tatuagem de um índio... tudo isso pertence a roupa/hábito que nomeia o modo de ser [...]”²⁷

Reconhecer a indumentária como elemento capaz de assinalar, manifestar cada uma dessas divisões ou mesmo uma delas é estar de acordo com a reflexão de que a moda mantém uma relação

²¹ Para um maior aprofundamento consultar a minha dissertação de mestrado *A sagração da aparência: moda e imprensa* (FACOM/UFBA, Salvador, 1997).

²² BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. Trad. Maria de Santa Cruz. São Paulo: Edições 70, 1981.

²³ MCLUHAN, *op. cit.*

²⁴ SAHLINS, Marshall *Cultura e razão prática*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

²⁵ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Edições 70, 1981.

²⁶ MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

²⁷ *Idem*, p. 173.

de proximidade com a história daquele que a veste. O que implica a aceitação da moda enquanto manifestação simbólica. Afinal, como interroga Maffesoli, como apreender o estilo de uma época, se não for através do que se deixa ver?

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. Trad. Maria de Santa Cruz. São Paulo: Edições 70, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Edições 70, 1981.

BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da informação e da comunicação*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAITAIGNIER, Gilda. *Todos os caminhos da moda: guia prático de estilismo e tecnologia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

COELHO, Marcelo. *Crítica cultural: Teoria e Prática*. São Paulo: Publifolha, 2006.

CIDREIRA, Renata Pitombo. *Os sentidos da moda*. São Paulo: Annablume, 2005.

DEBRAY, Régis. *Curso de midiologia geral*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1993.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix Ltda., 1964.

PIZA, Daniel. *Jornalismo cultural*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHE, Daniel. *La culture des apparences: une histoire du vêtement XVII – XVIII siècle*. Paris: Fayard, 1988.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

UMA LEITURA DO CULTO CONTEMPORÂNEO AO CORPO¹

Malu Fontes*

Resumo: Este artigo aborda os processos sociais e estéticos de (re)significação do corpo experimentados ao longo do século XX, em cujo crepúsculo emergiu a corporeidade considerada como canônica no âmbito dessa análise. O corpo canônico herdado pelo século XXI e caracterizado pela publicização ostensiva nos meios de comunicação de massa tem como ilustração midiática exemplar o corpo feminino idealizado e submetido a técnicas e práticas embelezadoras e transformadoras da aparência e da anatomia. O artigo aborda os contextos sociais, históricos e culturais em que se deu a emergência do culto ao corpo e a construção do corpo canônico contemporâneo.

Palavras-chave: imagem corporal; corpo canônico; culto ao corpo; corpolatria; comunicação de massa; corpo dissonante; dissonância corporal.

Abstract: This article analyzes the social and esthetic processes of (re)signification of body during the XX century that conceived corporeity as a canonic theme. The canonic body, still present in the XXI century and characterized by the ostensive publicization in the mass media, is exemplified by the idealized feminine body submitted to embellishment techniques that transform appearance and anatomy. The article deals with the social, historical and cultural contexts which permitted the emergence of a body cult and the construction of the contemporaneous canonical body.

Keywords: bodily image; canonical body; body cult; mass communication; bodily dissonance.

* Jornalista, mestre e doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia; professora adjunta do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da UFBA; pesquisadora associada da ONG ANIS — Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero; articulista de cultura televisiva do jornal *A Tarde*; articulista de Comunicação e Sociedade da Rádio *Metrópole FM*, *Revista da Metrópole* e do site cultural www.nacoco.com.br. E-mail: maluzes@gmail.com.

¹Este artigo tem como base a tese de doutorado da autora: FONTES, M. *Corpos canônicos e corpos dissonantes : o corpo feminino deficiente em oposição aos padrões corporais idealizados vigentes nos meios de comunicação de massa*. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. Salvador: UFBA, 2004.

Uma leitura do culto contemporâneo ao corpo

Este artigo aborda os processos sociais, históricos e culturais de (re)significação do corpo experimentados ao longo do século XX e analisa a presença e as características de um padrão físico considerado como ilustrativo da corporeidade canônica contemporânea. Publicizado exaustivamente nos meios de comunicação de massa e tido como desejável e sinônimo de beleza, saúde e bem-estar, o corpo canônico vigente é, em essência, resultado de um conjunto de investimentos em práticas, modos e artifícios que visam alterar as configurações anatômicas e estéticas das formas físicas.

Nos limites deste texto, essa corporeidade é ilustrada pelo corpo feminino idealizado vigente nos discursos midiáticos, sobretudo no discurso publicitário. Os elementos que norteiam o corpo canônico ancoram-se, grosso modo, em elementos relacionados à juventude e ao vigor e buscam a construção de uma corporeidade que reverencia exacerbadamente a potencialização da força e beleza. O corpo canônico que emerge no final do século XX se caracteriza pela adoção de um conjunto de técnicas e estratégias que vão desde os exercícios físicos às cirurgias plásticas estéticas, passando por dietas, consumo de produtos cosméticos e determinados estilos de vestuário.

O fato de o corpo feminino idealizado e exaustivamente publicizado pelos meios de comunicação de massa ser considerado, no âmbito da análise proposta neste artigo, como ilustrativo da imagem do corpo canônico, ao invés do corpo masculino ou do corpo infantil/adolescente, por exemplo, deve-se à adoção de uma perspectiva apriorística de que as mulheres situam-se em um *locus* potencializado de vulnerabilidade diante das mensagens publicitárias. No que se refere às estratégias discursivas sobre o corpo nos meios de comunicação de massa, são justamente as mulheres, sobretudo as jovens e urbanas, os objetos preferenciais.

O corpo canônico ao qual este texto se refere é o corpo tido e apresentado como desejável nos meios de comunicação, muitas vezes transformado em mero simulacro espetacular da imagem do que seria o corpo ideal. Tal reiteração é fundamental, tendo em vista o fato de que, em outros cenários sociais, o corpo canônico pode, inclusive, ser dissonante em relação ao corpo canônico midiático ao qual esta abordagem se refere. Entre os adeptos de determinadas práticas religiosas e alimentares ditas alternativas, por exemplo, jamais seria visto como canônico o corpo, em tese, adulterado pelo uso de substâncias químicas capazes de redefinir e inflar a musculatura, ou mesmo o corpo submetido a procedimentos invasivos, como a cirurgia plástica e a lipoaspiração.

E importante ressaltar ainda que os padrões que hoje definem o corpo canônico da mídia são passíveis de alterações ao longo do tempo. Um exemplo disso é a tendência estética hoje predominante no Brasil. Especialmente a partir da década de 1980, tornou-se sinônimo de beleza e sensualidade femininas ostentar seios grandes à custa de implantes de próteses de silicone. No entanto, até alguns anos atrás, seios fartos eram tidos como uma característica desejável típica do corpo das *pin-ups* da cultura dos Estados Unidos, pouco admirada no cenário brasileiro. Em termos de apelo sexual, o seu equivalente, no corpo da mulher brasileira, eram quadris largos, cintura fina, glúteos generosos e busto pequeno.

Este artigo está inserido no conjunto de uma análise mais global que teve como objeto uma tese de doutorado que se propunha a ser mais articuladora de um problema: a complexidade de viver e afirmar-se individualmente e socialmente em um contexto cultural marcado por uma corporeidade. Como elemento de ilustração dessa dificuldade, utilizei a experiência de mulheres que se transformaram, após tornarem-se adultas, em virtude de um acidente ou doença, em deficientes físicas.

A idéia nuclear da tese era analisar a seguinte perspectiva: se para os indivíduos, de um modo geral, já é complexo identificar-se com a corporeidade canônica, para as pessoas cujos corpos são potencialmente dissonantes dos padrões físicos e estéticos vigentes, a cultura produzida pelos meios de comunicação de massa acabaria por funcionar como um elemento acentuador de angústia. Uma angústia identitária causada, em tese, pelo sentimento de não pertencimento e assemelhamento físico às referências corporais tidas como socialmente desejáveis.

Para a compreensão do sentido da corporeidade canônica da cultura de massa é fundamental esboçar o percurso do estatuto do corpo no Ocidente até a sua elevação a elemento de culto e investimento de afeições simbólicas, o que permite situar o conjunto de transformações sociais e políticas que possibilitaram a retirada do corpo do lugar de objeto praticamente clandestino e o conduziram ao *status* de elemento fundador da subjetividade e da identidade social na esfera pública.

O fenômeno do culto ao corpo parte de um estágio em que o corpo é demonizado, escondido, fonte de vergonha e pecado, e culmina com o corpo das academias e sua explosão de músculos, atingindo seu grau máximo de ilustração com a emergência e a multiplicidade das estratégias de *body-building*,² as cirurgias estéticas, os implantes e a profusão de técnicas médicas, químicas, cosméticas e de vestuário.

O espaço privilegiado para a análise do corpo canônico é a cena midiática, incluindo o discurso da televisão, dos meios de comunicação de um modo geral e especialmente da publicidade, sobretudo aquela voltada para o público feminino, comumente ancorada na valorização da beleza, da juventude, da sensualidade e da boa forma física. A corporeidade canônica é caracterizada como aquela que recorre à adoção voluntária de um conjunto de práticas, técnicas, métodos e hábitos que têm como firme propósito (re)configurar o corpo biológico, transformando-o em um corpo potencializado em seus aspectos estéticos e em suas formas de gênero: grosso modo, homens musculosos e mulheres de seios volumosos e curvas definidas.

O descortinamento corporal foi, em larga medida, respaldado pelo avanço médico e científico, que contribuiu de maneira decisiva para a exposição do corpo e para a sua transformação em objeto de investimento de técnicas de reformulação:

[...] desde a Renascença, o corpo do homem vem sendo progressivamente desvelado. Primeiro foi a pele, em seguida outras camadas, chegando-se aos músculos e tendões. Por fim, o crânio é aberto, pondo a nu o chamado “órgão da alma”, “regulador central dessa máquina de ossos e músculos”. O desenvolvimento das artes mecânicas abre-se para o mito do homem artificial, inspirado no homem-máquina de La Mettrie. Vaucanson constrói “anatomias moventes”, reproduções mecânicas da respiração, da digestão, movimentos do corpo e até mesmo do mecanismo da circulação do sangue. Merleau-Ponty chega a evidenciar uma coincidência de interesses, no século XVII, entre o autômato, nas experiências científicas, e a perspectiva, nas artes: tanto o autômato como a perspectiva davam a ilusão de realidade. Depois de muitas experiências na anatomia, os séculos XIX e XX são dominados pela teoria celular na biologia e pela patologia celular na medicina. Por fim, a ciência decifra o código genético, e o século XXI entra de maneira irreversível nas biotecnologias. [...] Tudo caminha — principalmente o corpo — para o artifício. [...] observamos o início de uma substituição do Ser e de suas experiências de vida -, isto é, da antiga relação, em nós, da natureza e do espírito (espírito entendido como inteligência, potência de transformação) — por mecanismos implantados em nós.³

Ao longo do século XX, o estatuto do corpo nos espaços público, privado, político e social experimentou mudanças radicais. Embora o início dos processos de redefinição dos espaços e papéis do corpo no século remonte ao período entre as duas grandes guerras mundiais, a transformação da relação dos indivíduos com o próprio corpo consolida-se verdadeiramente na segunda metade do século XX, muito em consequência do fluxo de mudanças de paradigmas decorrentes da reconfiguração do mapa geopolítico do mundo após a Segunda Guerra.

² Fenômeno que consiste na (re)construção das formas corporais mediante a prática de atividades físicas intensas, ingestão de suplementos alimentares especiais e exibição da musculatura inflada graças a essas práticas. O fenômeno se difundiu de modo significativo nos anos de 1980, com o sucesso de filmes estrelados por Arnold Schwarzenegger e Sylvester Stallone.

³ NOVAES, A. (org.). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Amplamente interpretada por alguns pensadores e transformada tanto em teses apocalípticas que apontavam, inclusive, para o fim da história,⁴ quanto considerada como elemento definidor, em si mesmo, de um século chamado de breve,⁵ a redefinição do mapa geopolítico mundial no pós-guerra é um elemento central quando se trata da emergência dos valores que definem a cultura contemporânea.

O fato é que o fim da bipolarização do mundo levou a uma alteração profunda dos parâmetros sociais e filosóficos que até então norteavam a sociabilidade do século XX. O mundo que prevalecia era marcado pela existência das chamadas metanarrativas, pelos grandes paradigmas, pressupostos assertivos com pretensões de definitivos, cuja construção tinha como base a epistemologia estruturalista-racional, caracterizada por perspectivas e discursos totalizantes e abrangentes da sociedade e da história, visões que pressupunham a crença absoluta e incondicional nos poderes da razão e da ciência.

Com o esfacelamento das metanarrativas e, conseqüentemente, dos referenciais políticos, filosóficos e ideológicos prevaletentes até então e que lhes asseguravam sustentabilidade, entram em crise, para não mais sair dela, os grandes discursos unificadores, os metadiscursos legitimadores que mediavam a adesão dos indivíduos a causas e projetos coletivos.⁶ Neste contexto, órfão dos grandes ideais e das certezas que norteavam a humanidade, o homem é estimulado a voltar-se para o individualismo, para a própria imagem, para o culto ao próprio corpo, último reduto de apego, fidelidade e adoração.

O culto de si constitui um fenômeno de mutação sociológica global, chamado por Gilles Lipovetsky de individualismo contemporâneo, caracterizado por uma nova forma de sociabilidade, regida pelo estímulo incessante de novas necessidades, amplificadas a partir da Segunda Guerra: “[...] o imaginário rigorista da liberdade [...] desaparece, dando lugar a novos valores que visam permitir o livre desenvolvimento da personalidade íntima, legitimar a fruição, reconhecer os pedidos singulares, modular as instituições de acordo com as aspirações do indivíduo”.⁷

Ainda segundo a ótica de Lipovetsky, o ideal moderno de subordinação ao individual promoveu uma pulverização das regras racionais até então vigentes. O imperativo contemporâneo ancora-se em um valor agora fundamental: o da realização pessoal. Se antes o direito à liberdade circunscrevia-se à ordem da economia, da política e do saber, agora se estende à esfera dos costumes, do cotidiano e dos detalhes ínfimos da vida privada. Embalado nessa mutação histórico-existencial, tendo como pressuposto o fato de que as ideologias do passado estavam mortas, a própria saúde, agora sinônimo de boa forma física, passa a se impor como praticamente o único e exclusivo projeto mundial:

Assistimos ao esgotamento dos mitos e de suas promessas. As esperanças dos amanhãs que cantam caducou e passou. Perdemos essa ilusão e queremos voltar ao essencial, à substância da nossa vida. Nada mais básico do que o impulso de pedir ao tempo que pare, de buscar a eterna juventude, a fonte da cura e da formosura. E aí entra a “saúde perfeita”, impondo-se como o grande, o único projeto mundial, a imagem do eterno retorno e da eterna permanência, da fusão com o grande todo, em protesto contra a fragilidade de nossa condição humana e social; contra o fracasso da história.⁸

Em um panorama social e político instável, os meios tradicionais de construção e afirmação das identidades, como a família, a religião, a escola e a política, tornaram-se frágeis, fazendo com que

⁴ FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

⁵ Eric Hobsbawm considera o século XX como o “século breve”. Seu início não teria se dado em 1901, mas em 1914, com a Primeira Guerra Mundial. Seu fim não teria ocorrido em 2000, mas em 1989, com a queda do Muro de Berlim. Esses dois fatos históricos teriam sido os marcos de começo e fim, respectivamente, do século XX.

⁶ SFEZ, L. *A saúde perfeita*. São Paulo: Loyola, 1996.

⁷ LIPOVETSKY, G. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Tradução Miguel S. Pereira; Ana L. Faria. Lisboa: Relógio d'Água, 1983.

⁸ SFEZ, *op. cit.*, p. 8-9

indivíduos e grupos passem a recorrer à apropriação do próprio corpo, transformando-o em principal meio de expressão na cena social⁹ e voltando a atenção para a própria saúde, o que passa a se constituir em um mecanismo de substituição das ideologias mortas.

Essa nova ideologia, caracterizada pelo hedonismo e pela adoração a si mesmo, ou melhor dito, pela corpolatria¹⁰ — a idolatria à forma física do próprio corpo — já estaria prevista, segundo alguns historiadores, na própria ordem fundante do sistema capitalista: “esta sociedade, formada por um conjunto de indivíduos egocentrados sem outra conexão entre si, em busca apenas da própria satisfação (o lucro, o prazer ou seja lá o que for), estava sempre implícita na teoria capitalista”.¹¹

Antes mesmo de ser redefinido pelas mudanças de ordem geopolítica, o processo de mudança na relação dos indivíduos com o próprio corpo já vinha sendo significativamente estimulado pelo fenômeno da reconfiguração do mundo objetivo e do mundo sensível pelo progresso tecnológico e científico. Os diferentes valores que passam a prevalecer nas relações dos indivíduos com seus próprios corpos florescem em consequência das mudanças incorporadas à atividade humana, decorrentes do uso disseminado, a partir do século XVIII, dos chamamos objetos técnicos¹² no cotidiano, tanto nas esferas públicas como privadas.

[...] o uso de cueiros justos para os recém-nascidos ou de espartilhos para as mulheres, feitos mais para vestir o corpo máquina do que para cuidar. [...] o corpo não mais vai ser a sede de um mecanismo, mas de um processo. A vontade de conhecer transformou o mundo, e o homem tornado sujeito representa-o enquanto consciência exterior. Descartes, no Discurso do Método, coloca a medicina no primeiro lugar das técnicas que podem tornar o homem hábil e sábio. Assim, o lugar do corpo mudou, já não é um objeto de conhecimento subordinado a uma ordem natural. Conquistou as suas cartas de nobreza ao ser considerado como um elemento de progresso, segundo uma óptica histórica.¹³

Pode-se dizer que, de modo panorâmico, ao longo do século XX o corpo passa por três estatutos culturais básicos: **o corpo representado**, visto e descrito pelo olhar do outro, da igreja, do estado, do artista; **o corpo representante**, um corpo ativo, autônomo quanto às suas práticas, consciente do seu poder político e revolucionário, porta-voz do discurso de uma geração, contestador, sujeito desse próprio discurso e agente propositor e defensor de reformas que vão da sexualidade à política. Finalmente, temos **o corpo apresentador de si** mesmo, aparentemente a serviço de uma cultura que se pauta pelo efêmero e pelo imediato, caracterizado como porta-voz de forma e não de conteúdos. Trata-se do corpo reconstruído à base de cirurgias plásticas e implantes de substâncias químicas e que busca incessantemente apagar da pele as marcas biológicas do tempo, ao mesmo tempo em que inscreve na forma física os sinais da corpolatria. Este corpo é, em si mesmo, o próprio espetáculo.

O corpo que assiste o nascimento do século XX é um corpo que predominantemente se presta a ser **representado**. Um corpo pouco passível de se transformar em agente de sua própria história e encenar seus próprios modos de apresentação no espaço público, um corpo cuja saída de cena é tragicamente ilustrada pela marcha humana passiva rumo às câmaras de gás nazistas que fecham de maneira trágica a primeira metade do século passado. Dessa condição de representado, passa-se, na segunda metade do século, ao corpo representante, a uma corporeidade cultural agente

⁹ GOLDENBERG, M. (Org.) *Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 20-21.

¹⁰ Expressão usada por Codo e Senne (*O que é corpo(latria)?*. São Paulo: Brasiliense, 1995). Para os autores, os cuidados com o corpo adquirem uma conotação que beira o religioso e se articulam à alienação e ao narcisismo.

¹¹ HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 25.

¹² SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 2001.

¹³ BRAUNSTEIN, F. & PÉPIN J. F. *O lugar do corpo na cultura ocidental*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, p. 123-124.

de si mesma e que tem seu período áureo a partir da década de 1960, com as manifestações políticas, musicais, pacifistas e em defesa da revolução sexual e da contracultura, ilustrada pelo movimento hippie e pela juventude norte-americana em luta contra a Guerra do Vietnã.

Os anos de 1980 assistem a uma nova transformação cultural. O desencanto político dos anos de 1970, alimentado pelos anos de prevalência da Guerra Fria, parecia ter produzido uma geração apática, vítima dos efeitos do desencantamento do mundo e dos desejos incensados pelos revolucionários anos de 1960 e suas promessas e expectativas, não cumpridas e não realizadas, de um mundo livre, solidário e pacífico. Emerge nos anos 80 o corpo porta-voz desse desencantamento e, tal qual um narciso que substituiu o lago pelos espelhos gigantescos das academias e dos *shopping centers*, surge um indivíduo encantado consigo mesmo, com o brilho efêmero das tendências da moda, com o volume dos músculos e o vigor físico-corporal potencializado pela maratona de sessões de aeróbicas, pela alimentação saudável ou mesmo pela ingestão de suplementos químico-alimentares.

Mas é justamente nos anos de 1980, com o fim da Guerra Fria e a emergência absoluta do poderio econômico, militar e cultural dos Estados Unidos e sua influência sobre o mundo ocidental, que se consolidam os princípios do capitalismo liberal, caracterizado, basicamente, pela redução dos papéis do Estado e ampliação do poder econômico dos grandes conglomerados financeiros, replicados em todo o mundo. Os anos de 1990 nascem sob a marca da velocidade e do automatismo dos fluxos transnacionais de capitais e de informações. É o tempo da consolidação da rede mundial de computadores, a Internet. Nesse contexto, as políticas e técnicas corporais também passam por um vertiginoso processo de automatismo quanto às mudanças morfológicas, que se tornam mais rápidas, até mesmo imediatas, sem necessidade de tempo de espera. O jogging é superado pelo bisturi.

Os resultados antes obtidos apenas graças à frequência à academia de ginástica parecem não mais atender às necessidades de mudanças imediatas que se deseja para a remodelagem do próprio corpo. Triunfa o papel da medicina e dos cirurgiões plásticos, assegurando transformações mediante uma simples passagem por mesas cirúrgicas que, nesse contexto, adquirem o *status* de cenários mágicos nos quais se entra com um corpo e se sai com outro completamente esculpido, um corpo adequado aos parâmetros traçados pela cultura vigente e moldado ao sabor dos desejos daqueles que podem pagar pela reengenharia da própria estrutura corporal.

O corpo canônico

A idéia de corpo canônico é considerada, nesta análise, como equivalente a uma determinada corporeidade físico-anatômica predominante na cena sócio-cultural contemporânea e corresponde a um modelo de construção da identidade e da imagem próprio das últimas décadas do século XX. É sinônimo do modelo corporal marcado pelo culto à chamada boa forma física, o corpo standartizado onipresente nos meios de comunicação de massa.

A multiplicidade de técnicas e mecanismos de aperfeiçoamento da chamada boa forma corporal emergiu com mais vigor a partir da década de 80, basicamente com os modismos das atividades físicas regulares, como o jogging e a aeróbica. O projeto de autoconstrução de um corpo canônico tem início quando o indivíduo opta pela adesão e submissão voluntárias a um conjunto de práticas que visam alterar, aperfeiçoar, corrigir e reconstruir o corpo dito natural, no sentido de potencializá-lo em saúde, disposição, força física e sobretudo em beleza e harmonia das curvas, volumes e formas. O corpo canônico contemporâneo é, em sua essência, uma tentativa ininterrupta de negação dos efeitos do tempo e da depreciação causada por ele.

[...] todas essas técnicas de gerenciamento do corpo que floresceram no decorrer dos anos 80 são sustentadas por uma obsessão dos invólucros corporais: o desejo de obter uma tensão máxima da pele; o amor pelo liso, pelo polido, pelo fresco, pelo esbelto, pelo jovem; ansiedade frente a tudo o que na aparência pareça relaxado, franzido, machucado, amarrotado, enrugado, pesado, amolecido ou distendido; uma contestação ativa das marcas do envelhecimento no organismo. Uma negação laboriosa de sua morte próxima.¹⁴

Esse conjunto de práticas abrange uma série de técnicas e investimentos de vários campos, como a medicina (tanto a medicina estética quanto a clínica, com as cirurgias de redução de estômago, cada vez mais popularizadas entre as pessoas com sobrepeso); a farmacologia (drogas emagrecedoras e rejuvenescedoras); a nutrição (os complexos alimentares e vitamínicos, as dietas e o surgimento de alimentos de baixo teor calórico), além, é claro, do culto à forma física nas academias e no ambiente doméstico ou público, com o acompanhamento de um novo profissional específico produzido por essa cultura da corporeidade canônica: o *personal trainer*.¹⁵

O corpo canônico é, então, o corpo resultante da soma desses diferentes tipos de investimento, um corpo construído ou alterado mediante práticas, métodos e artifícios que emergiram ou foram aperfeiçoados ao longo de todo o século XX e que tem na mídia o seu mais poderoso instrumento de divulgação e disseminação. É através do complexo de mídias que essa modalidade de forma física se dissemina e se publiciza, seduzindo e conquistando adeptos em todas as classes sociais, guardadas as devidas proporções entre os diferentes níveis de adesão, regulados pelo poder aquisitivo de cada um.

O corpo canônico é um corpo que tem suas origens no corpo medicalizado, higienizado e elevado à categoria de agente de sua própria saúde, corpo este que vem sendo construído paulatinamente, desde o início do século XX. Um corpo sustentado por um projeto de beleza, prolongamento da juventude e espetacularização das suas formas, exploradas midiaticamente como elementos identitários, sobretudo no cenário brasileiro, onde, todo o tempo, se referencia e se reverencia a sensualidade dos traços corporais da mulher e do homem, associando-os à sexualidade dos trópicos.

No que diz respeito à adesão ao padrão corporal canônico, voluntariamente construído, o Brasil assume uma posição de destaque no cenário mundial. O brasileiro é, entre os povos do mundo, em uma perspectiva per capita, aquele que mais realiza cirurgias plásticas estéticas¹⁶. A condenação dos indivíduos por sua não adesão a projetos de construção de uma corporeidade canônica fica evidente até mesmo nas formas que os economicamente excluídos adotam para inscrever-se no cenário cultural.

Diante da percepção de que a sociedade de consumo tangencia, organiza e orienta, em uma dimensão social, as experiências individuais, os jovens pobres buscam, através do corpo, estabelecer publicamente um discurso da altivez. Sobre esse assunto, a psicanalista Maria Rita Kehl argumenta:

Os corpos que não se inserem na marcação social do tempo ficam fora da história. [...] Observem o que se passou, de uns vinte anos para cá, com os corpos dos jovens pobres no Brasil. São corpos muito diferentes do que foram os corpos de seus pais e de seus avós, tão pobres como eles, tão desamparados como eles, provavelmente tão negros — pois a grande maioria dos pobres brasileiros é de origem negra — como eles. No entanto, de duas ou três décadas para cá, os corpos dos jovens pobres brasileiros não se distinguem, a não ser pela cor da pele, dos corpos dos jovens da elite. Não são mais corpos humilhados, cabisbaixos, submetidos. Não são os corpos tristes, humildes e feiosos dos pobres que eu via na minha infância. Até mesmo na fome e na privação, os jovens pobres de hoje ostentam corpos altivos, belos, erotizados. O que diferencia sua postura da de um playboy, que é como eles chamam os jovens de classe média, é a dose a mais de agressividade no olhar que nos encara. São corpos que ostentam o que a cultura do rap chama de “atitude”: um orgulho da raça, um ar desafiador, uma postura de quem não deve e não pede favor para ocupar seu espaço. Em parte, essa recente erotização de todos os corpos é efeito da produção de imagens, efeito da cultura da publicidade e da televisão, que apela, sim, a que todos os corpos sejam belos, sensuais, sadios, desejáveis.¹⁷

¹⁴ Courtine, J. J. Os Stakhanovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

¹⁵ Profissional que monta e orienta um programa de atividades físicas específico para um indivíduo tendo em vista uma meta pré-determinada. Trata-se de um atendimento individual, mesmo que seja realizado em uma academia.

¹⁶ OYAMA, T. Antes & depois: retoques finais. *Veja*, São Paulo, ano 34, jan. 2001, n. 2, p. 90-94.

¹⁷ NOVAES, *op.cit.*, p. 246.

Como visto acima, é fundamental evidenciar que a idéia de corpo canônico não equivale, necessariamente, a beleza física. O corpo idealizado, configurado conforme os parâmetros que podemos considerar como de boa forma, é, antes de ser um corpo bonito, um corpo (re)construído a partir de um conjunto de discursos, práticas e procedimentos de várias naturezas que visam torná-lo culturalmente adequado, capaz de atender às exigências de uma corporeidade supostamente considerada ideal.

O corpo ideal, antes de ser belo, deve ser sinônimo de não gordo, saudável (em oposição ao corpo portador de algum distúrbio patológico), submetido voluntariamente a exercícios, medicamentos, tratamentos e até mesmo incisões cirúrgicas radicais. Embora haja uma diferença de significação entre os discursos midiático, médico e científico em torno do corpo canônico da sociedade de consumo (saudável para os dois últimos, belo para o primeiro), todos objetivam o mesmo propósito: convencer o indivíduo a retirar o corpo do domínio da natureza e submetê-lo a artifícios técnicos visando melhorá-lo, potencializá-lo e canonizá-lo como tal:

As solicitações contemporâneas para que os indivíduos modifiquem a sua aparência, na tentativa de se adaptar aos padrões midiáticos, envolvem as pessoas no culto ao corpo [...]. Os sujeitos são convidados a perseguir o corpo ideal, sempre presente nos meios de comunicação, especialmente pela moda e publicidade - razão econômica de ser da mídia, seu braço direito de veiculação de modelos corporais e de beleza a serem apreciados e produzidos no cotidiano [...]. Cuidar mais de si mesmo é um valor soberano que está na ordem do dia. A exibição contínua e flutuante de tipos físicos idolatra a vitalidade e a jovialidade, anuncia técnicas e métodos de remodelagem anatômica e mobiliza multidões com promessas extraordinárias e exemplos de sucesso, muitos deles baseados no prolongamento da juventude, no revigoramento físico e em uma vida de prazeres imediatos.¹⁸

Em um cenário marcado pelo hedonismo em torno de uma imagem cosmetizada e fetichizada, impregnada de conotações eróticas, sedutoras, sexuais, sensoriais e sensuais, o corpo tido como desejável é um corpo-moeda, a um só tempo produto e objeto de compra e venda, um instrumento de produção e reprodução de sentidos e identidades, uma vitrine móvel a ser continuamente reformulada e copiada:

Numa sociedade em que as relações sociais são antes de tudo utilitárias, a conformidade com o ideal de beleza é um valor de mercado como outro qualquer, e encontramos aqui mais uma vez a metáfora do corpo como moeda, um fetiche que se vende, se constrói e se dá como um sinal que circula tanto no consenso dos brasileiros quanto nas retóricas repetidas pela mídia, tanto nos bastidores da vida social quanto nos palcos.¹⁹

Assim sendo, todo corpo que não se perfila a esse projeto médico e cultural de uma corporeidade-moeda e hedonista tende a ser classificado como um corpo dissonante, um corpo inválido, não válido quando comparado e confrontado com a lógica da boa forma e do vigor físicos. O corpo dissonante, ou seja, aquele que não adere aos artifícios de reformulação e adequação da aparência tende a despertar reações de estranhamento e até mesmo de repulsa. Na cultura contemporânea, o que não é desejável quase sempre é assustador.

Quando exibida nos meios de comunicação de massa e inscrita sob o rótulo de ficção, a dissonância – seja ela traduzida pela obesidade, pela velhice, pela deficiência física ou por quaisquer limitações de ordem física, tende a se tornar espetacular por aquilo que representa de grotesco, seja na tela da TV, do cinema ou nos videoclipes. Quando transposta para o real, traduzida como a obesidade excessiva ou como o corpo mutilado de quem perdeu membros e funções, por exemplo, a

¹⁸ COUTO, E. S. *O homem satélite: estética e mutações do corpo na sociedade tecnológica*. Ijuí: Unijuí, 2000.

¹⁹ GOLDENBERG, *op. cit.*

dissonância é comumente transformada em mal-estar e vista com rejeição por parte do outro com o qual se confronta.

Sistematicamente mantido fora da pauta de discursos e imagens da cultura de massa, o corpo dissonante é um corpo ausente dos discursos culturais e, uma vez que, conforme afirma a psicanalista Maria Rita Kehl, os corpos são definidos ou alterados pelo efeito do que se diz sobre eles, esse silenciamento sobre os corpos não perfilados ao projeto canônico cronifica o seu estatuto de dissonante:

Nossos corpos não são independentes da rede discursiva em que estamos inseridos, como não são independentes da rede de trocas — trocas de olhares, de toque, de palavras e de substâncias — que estabelecemos. [...] Se a comunidade em que o sujeito vive, única referência capaz de confirmar a sua existência, o reconhece como morto, ele se desorganiza subjetiva e também fisicamente. A integridade do corpo físico não resiste à dissolução da personalidade social.²⁰

O corpo dissonante, exemplarmente ilustrado pelo corpo de pessoas deficientes físicas, só é atrativo e consumível na cultura de massa quando apresentado sob a configuração de espetáculo ou denúncia. Quando naturalizado e exibido sem artifícios, reduz-se a objeto causador de estranhamento e rejeição, por representar a negação ameaçadora do desejo de sedução e aceitação. Ao falar do medo dos monstros, explorado pela cultura de massa, Cohen explica a atração pelas monstruosidades produzidas pela cultura de nosso tempo e, ao fazê-lo, justifica, embora de modo transversal, a nossa repulsa pela monstruosidade física real:

Nós vemos o monstruoso espetáculo do filme de terror porque sabemos que o cinema é um lugar temporário, que a vibrante sensualidade das imagens de celulóide serão seguidas pela reentrada no mundo do conforto e da luz. Da mesma forma, a história na página à nossa frente pode aterrorizar (pouco importa se ela aparece na seção de notícia do jornal ou no último livro de Stephen King), desde que estejamos seguros por sabermos de seu fim próximo — o número de páginas em nossa mão direita está diminuindo — e de que logo estaremos livres dela.²¹

Para fugir da mais leve associação com a monstruosidade real, seja via obesidade ou velhice, recorre-se aos cada vez mais sofisticados e eficientes processos visando a construção de um corpo canônico. Desse modo, a sociedade do consumo acaba por conduzir à condução de rejeitados os corpos que não se perfilam à corporeidade vigente. Têm-se, então, de um lado, os ídolos e seus corpos idealizados e, de outro, os corpos indesejáveis: os corpos velhos, obesos, flácidos ou com limitações de qualquer ordem.

Ambas as condições, a idealização e a dissonância, inscrevem-se no corpo físico, seja sob a perspectiva da medicina ou dos meios de comunicação de massa. Assim, os corpos dissonantes, na sociedade de consumo, tendem a se aproximar do lugar de uma monstruosidade estética, diante de cujas formas o indivíduo, cada vez mais situado no papel de consumidor, dificilmente buscará identificação.

Referências bibliográficas

BRAUNSTEIN, F.; PÉPIN J. F. O lugar do corpo na cultura ocidental. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

CODO, W.; SENNE, W. G. O que é corpo(latria)?: Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

²⁰ NOVAES, *op. cit.*, p. 247.

²¹ *Apud* SILVA, T. T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 49.

COURTINE, J. J. Os Stakhanovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

COUTO, E. S. O homem satélite: estética e mutações do corpo na sociedade tecnológica. Ijuí: Unijuí, 2000.

FONTES, M. Corpos canônicos e corpos dissonantes: o corpo feminino deficiente em oposição aos padrões corporais idealizados vigentes nos meios de comunicação de massa. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. Salvador: UFBa, 2004.

FUKUYAMA, F. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

GOLDENBERG, M. (Org.) Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOBBSAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIPOVETSKY, G. A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Tradução Miguel S. Pereira ; Ana L. Faria. Lisboa: Relógio d'Água, 1983.

NOVAES, A. (org.). O homem-máquina: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

OYAMA, T. Antes & depois: retoques finais. Veja, São Paulo, ano 34, jan. 2001, n. 2, p. 90-94.

SFEZ, L. A saúde perfeita. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, T. T. da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMONDON, G. Du mode d'existence des objets techniques. Paris: Aubier, 2001.

DA CULTURA COMO MERCADORIA, AO CONSUMO COMO PRÁTICA CULTURAL

Luiz Henrique Sá da Nova*

Resumo: Este texto discute a transformação do consumo em prática cultural, enquanto percepção hegemônica sobre a contemporaneidade, como resultado da vitória da ideologia liberal e sua expressão político-econômica, o capitalismo.

Palavras chave: cultura; política; hegemonia; consumo.

Abstract: This article discusses the transformation of consumption in a cultural practice, as a hegemonic perception about contemporaneity and result of the victory of the liberal ideology and its political and economic expression, capitalism.

Keywords: culture; politics; hegemony; consumption.

* Professor do Centro de Artes, Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e doutorando no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade - FACOM/UFBA.

Introdução

A relação entre os campos da cultura e da política é algo permanente na história pela compreensão antropológica dos dois conceitos, pela fonte e lócus social das duas práticas ou pela prática espetacular da segunda, que se encontra com a primeira também neste aspecto. Este texto tem como objetivo identificar esta relação, no contexto contemporâneo, enquanto símbolo e expressão do processo político-cultural de maturação e enraizamento do sistema sócio-produtivo capitalista, consolidando sua lógica produtivista e a racionalidade técnica, em todos os campos da produção e criação humana.

Aqui, o recorte dado registra o momento em que o debate se faz em torno da crítica aos malefícios do processo de transformação da cultura em mercadoria, ocorrido nas primeiras décadas do século passado. Neste início do século XXI - desde as loas à objetividade naturalizada, a um diagnóstico da realidade - registra-se o consenso de percepção sobre a contemporaneidade: a cultura como mercadoria é meio para chegar ao essencial, *o consumo como prática cultural*.

Esta trajetória de transformação da cultura em mercadoria como primeiro momento da possibilidade do consumo, fenômeno constitutivo final da mercadoria, que se consolida em uma prática cultural, é registro comum da contemporaneidade em autores dos mais diversos matizes. Nestor Canclini, por um lado, chega a dizer que, hoje, as sociedades civis “manifestam-se principalmente como comunidades hermenêuticas de consumidores”.¹

Por sua vez, os autores liberais formulam sobre a prática cultural do consumo enquanto instrumento de identidade e racionalização das práticas individuais. Grant McCracken, ao comentar a consolidação deste quadro, conclui que “a revolução do consumo é encarada agora como tendo modificado os conceitos ocidentais de tempo, espaço, sociedade, indivíduo, família e estado”.²

A análise aqui apresentada foca a contemporaneidade na dimensão da vitória da ideologia liberal e sua expressão político-econômica, o capitalismo. De outro lado, destaca o campo de análise da teoria crítica, tendo como marco a *Escola de Frankfurt*. Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin, três dos seus principais autores, abordam a cultura enquanto presença estruturante da sociedade e a relação com a política dominante, enquanto massificação e objeto de consumo, expresso no conceito de *indústria cultural*, trabalhado particularmente por Adorno e Horkheimer.

De Benjamin, registram-se a discussão sobre a reprodutibilidade técnica da arte, *a perda da aura* e o novo contexto de sua relação com a sociedade. No entanto, diferente da generalização com que Adorno e Horkheimer trabalharam o diagnóstico de massificação dos bens culturais, Walter Benjamin vai do registro da *perda da aura*, a partir da reprodutibilidade técnica, ao reconhecimento de que certos objetos artísticos já nasceram para a reprodução, destacando a fotografia e o cinema.³

Outro momento que aparece neste texto quanto à relação da cultura com a política é a consolidação dos *Estudos Culturais* enquanto pretensão renovadora da abordagem do tema, na segunda metade do século passado. Parte do processo de ampliação do conceito de cultura, decorrente do contexto da sociedade de massas e seu avanço tecnológico, os *Cultural Studies*, originados na Escola de Birmingham, se constituem em um exemplo da força que os estudos sobre cultura e cotidiano ganharam a partir da segunda metade do século passado.

Este percurso histórico, na perspectiva defendida aqui, é feito a partir de um processo identificado pelos conceitos formulados por Gramsci, que contextualiza a relação entre a cultura e a política, enquanto possibilidade de explicação e configuração dos processos políticos na sociedade de massas consolidada. Os conceitos gramscianos crescem, sem pretender substituir a proposição política marxista, o desafio de entender a importância da cultura dominante na consolidação dos

¹ CANCLINI, Nestor Canclini. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

² McCracken, Grant. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 21.

³ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

interesses hegemônicos e, ao mesmo tempo, enfrentar o desafio de formular o seu contraponto, uma contra-hegemonia.

Nesta interação, o conceito de *hegemonia*, enquanto especificidade do pensamento gramsciano, orienta as formulações desta análise sobre a percepção da importância que a cultura assume na política de transformação ou conservação de uma estrutura social. O entendimento é que, enquanto *prática cultural*, o consumo é fruto e consolidação de um sistema sócio-produtivo, o capitalismo.

Aqui, as relações sociais e o palco capitalista onde elas ocorrem são analisadas a partir da centralidade dialética da permanente interdependência de fatores constituintes do fenômeno. Neste caso, destaca-se a necessidade da construção de uma perspectiva contra-hegemônica.

Os parâmetros teóricos, políticos e culturais com os quais os estudos sobre a sociedade trabalham o contexto contemporâneo, apresentados nos debates acadêmicos, ainda se mantêm no campo da modernidade e sua pretensa negação pós-moderna ou hipermoderna, como o quer Gilles Lipovetsky. A permanência dos parâmetros modernistas é reafirmada, mesmo reconhecendo a diferença de intensificação e configuração de fragmentos possíveis com que a realidade se apresenta. Ou seja, a diversidade, mantida no âmbito da forma, sob a qual ocorrem os debates quanto à prática social e os objetos do contemporâneo.

O entendimento é que, mesmo percebendo a contemporaneidade como um *capitalismo tardio*, de *lógica cultural pós-moderna*,⁴ seria um equívoco concluir pela superação dos *modernos* parâmetros sócios culturais que sustentam o atual sistema sócio-produtivo. Como propõe Fredric Jameson, o reconhecimento da reconfiguração pós-moderna não se torna no aniquilamento dos parâmetros da alta modernidade, mas sim no reposicionamento da inter-relação destes contextos e do compartilhamento que fazem entre si, na realidade.

Rupturas radicais entre períodos em geral não envolvem mudanças completas de conteúdo, mas, ao contrário, a reestruturação de certos elementos já dados: aspectos que em um período ou sistema anterior eram subordinados agora se tornam dominantes, e aspectos que tinham sido dominantes tornam-se agora secundários.⁵

É com esta percepção que o texto trabalha o reconhecimento da formulação jamesoniana, entendendo que a lógica cultural pós-moderna configura e é configurada pela sociedade contemporânea. Esta lógica dialética potencializa a fragmentação da realidade, a superficialização do pensamento e dos produtos culturais, contextualizando a sociedade do consumo enquanto uma prática cultural, como reflexo, consolidação e maturação da *vitória do mercado* e da *pragmática capitalista*, sobre a produção da vida e da cultura, nos moldes da alta modernidade.

Esta percepção pode ser encontrada também em Guy Debord, no seu clássico *A Sociedade do Espetáculo*.⁶ Nele, Debord revela como a lógica da mercadoria açambarcou todo o processo social e seu fetiche configurou todas as relações em espetáculo. Assim como o *fetiche da mercadoria*⁷ autonomiza sua presença no mercado, quanto às relações de produção que a criaram, o espetáculo esconde as relações estruturantes da sociedade capitalista e torna-se cotidiano e absoluto, interpondo-se entre o que as constroem e a vivência, com suas intensas possibilidades. “O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social”.⁸

Assim como o consumo se consolidou como prática cultural, para além do fato econômico de se constituir em aspecto imprescindível à estabilidade e retroalimentação da produção capitalista, a reprodutibilidade técnica incorporou-se às possibilidades e criatividade artística. Desta forma, na atual quadra histórica, com os caminhos percorridos e o entendimento de reestruturação já exposto,

⁴ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

⁵ JAMESON, *op. cit.*, p. 41

⁶ DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo – Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

⁷ MARX, Karl, *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

⁸ DEBORD, *op. cit.*, p. 30.

parece insuficiente centrar o foco da discussão sobre as qualidades da *alta e baixa cultura*, como trabalhada por Adorno, por exemplo, à primeira metade do século passado.

A formulação frankfurtiana que se destaca, quanto ao amplo alcance da obra de arte e sua massificação, é o entendimento de Walter Benjamin. Ao tempo em que registra a perda da *aura* como um fato objetivo, Benjamin entende que, “com a reproduzibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária destacando-se do ritual”.⁹

Na impossibilidade, nestas circunstâncias, de se aplicar o *critério de autenticidade* à produção artística, Walter Benjamin não conclui pela sua desqualificação, mas pelo entendimento de que a função social da arte se modifica. O novo contexto de intensificação da relação entre a arte e a reproduzibilidade técnica é entendido como o momento em que, “em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra práxis: a política”.¹⁰

A Escola de Frankfurt, com diferenças entre seus autores como aqui explicitado, trabalha o entendimento de que a produção cultural se volta completamente para a massificação. É que, a partir dos avanços tecnológicos e da forte presença dos novos meios de comunicação, ela modifica sua função social e vincula-se à lógica política.¹¹ Nesta perspectiva, os frankfurtianos podem ser entendidos como os que percebem os caminhos que a cultura e seus produtos percorrerão ao longo do século XX. As diferenças de percepção entre seus integrantes não negam o marco em que se constituem no debate sobre a relação entre a política e a cultura.

O conceito de *indústria cultural* criado por Adorno e Horkheimer, mesmo passível de crítica quanto a abordagens totalizantes que fizeram, é imprescindível para o entendimento da presença da cultura na sociedade contemporânea, principalmente neste momento de plena maturação do capitalismo enquanto sistema sócio-produtivo impregnado na prática cultural cotidiana. A não incorporação da possibilidade da contradição inerente a qualquer construção cultural ou social nega a percepção da interatividade positiva e ativa entre o público e a mensagem.

Os Estudos Culturais originados na Inglaterra refletem outro aspecto importante da abordagem do tema cultural: a vida cotidiana. O começo baseado na observação da classe operária inglesa talvez não objetivasse a dimensão conquistada posteriormente, mas o fato é que esta corrente de abordagem da relação entre cultura e sociedade representou a ampliação do enfoque sobre os estudos sócio-culturais contemporâneos, incorporando temas antes desprezados.

O destaque aos estudos da Escola de Frankfurt e aos estudos originados no Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), na Universidade de Birmingham, é feito aqui em decorrência do objetivo deste texto, que é discutir o significado da consolidação do consumo com prática cultural na sociedade contemporânea.

Para que assim seja, é inevitável o reconhecimento da existência de um sistema produtivo que sustente tal prática cultural. Se esta prática serve de caracterização da sociedade, uma percepção hegemônica, portanto, é imprescindível que seja identificada como uma prática socialmente generalizada, tanto na quantidade, quanto na qualidade e diversidade de produtos, interagindo com toda a dimensão do social.

Neste sentido é que as duas correntes teóricas se complementam na abordagem da relação cultura e sociedade. Por um lado, a percepção frankfurtiana de que o avanço tecnológico e, nele, dos meios de comunicação possibilitaram a *indústria cultural* e sua decorrente produção em massa, concretizando o avanço da lógica do sistema sócio-produtivo.

O caráter exclusivo de um sistema produtor de bens materiais, desde muito, é origem e não realidade contemporânea do capitalismo. Este, ao se ampliar, ocupou todos os espaços sociais, inclusive o ambiente simbólico, seja na produção de bens culturais ou na configuração da lógica da interação social.

⁹ BENJAMIN, *op. cit.*, p. 171.

¹⁰ *Idem*, p. 171-172.

¹¹ *Idem, ibidem*.

Consolidou a hipertrofia do cotidiano como foco e objeto dos estudos e explicações sociais, onde pode ser encontrada a identidade original dos Estudos Culturais ingleses, que destacam a vida cotidiana como caminho para a busca de explicação social. A produção simbólica sobre a lógica pragmática do consumo capitalista consolida valores, conceitos e práticas que sustentam um estilo de vida e cultura, hegemonicamente afinadas com as relações estruturantes.

Vale ressaltar, no entendimento deste contexto sócio-cultural, o processo de “legitimação”¹² ou naturalização das construções histórico-sociais, como percepção de que as instituições e os valores contemporâneos são fatos definitivos e imutáveis. Este entendimento tem o efeito de naturalizá-los, como se este período histórico e todos os outros não fossem resultado de mutações e construções sociais, econômicas, políticas, culturais e do próprio código moral.

Em verdade, esta “legitimação” é importante aspecto do contemporâneo como marca configurativa, encarnada na dimensão do campo simbólico que estrutura o cotidiano como seu referencial básico e permite entender a prática cultural do consumo. Todos os valores dominantes e até mesmo o estilo de vida contemporâneo, para atender as condicionantes de seu caráter massivo, urbano e pós-industrial, são apresentados como naturais, uma consequência irrecusável das características e lógicas humanas e não como construção social, contextualizada em um ambiente sócio-econômico.

A construção social de conceitos e valores, mais do que em qualquer outro momento da história, transforma-se em renovação repetitiva e circular necessária à produção, ao consumo, à consolidação e ao exercício da hegemonia. A legitimação da *práxis* social das democracias liberais proporciona um início de século com o capitalismo como cultura e estilo de vida irrefutáveis, fortalecido pela sua globalização mercantil e financeira.

A constante renovação dos preceitos, mesmo que secundários,¹³ condiciona a vida à circularidade cotidiana e dá guarida à pretensão de identificar, neste, um “novo momento histórico”, uma *pós-modernidade* ou *hipermodernidade*. Esta seria marcada pela fragmentação e indeterminação, sem possibilidade de qualquer discurso universalizante, pondo em xeque a própria historicidade da construção social.

Apesar da pretensão reestruturante e de superação, o discurso da *pós-modernidade* identifica-se em muitos aspectos com a modernidade. A grande diferença entre o discurso da modernidade e o *pós-moderno* não estaria na instabilidade de conceitos e na velocidade com que a realidade se apresenta. O divisor conceitual pode ser encontrado na negação dos processos sociais e hipertrofia do momento como única verdade possível.

A complexificação de abordagem desta quadra histórica decorre das mutabilidades do sistema capitalista; do avanço da produção de bens simbólicos e da fragmentação das duas classes centrais das relações de produção, em diferenciações internas. A estes aspectos incorpora-se a afirmação do indivíduo enquanto sujeito, mesmo “descentrado”¹⁴ em várias identidades, mas como unicidade social estatística, e, não principalmente, mas também, como fonte de desejos, mesmo que fragmentados. A mutabilidade constante, a velocidade e a superficialidade com que a fragmentação da vida é apresentada, é registro de uma continuidade, a grande narrativa liberal, que passa pela consolidação do sistema produtivo; aprofundamento e universalização da lógica da produtividade e a mercantilização do campo simbólico. Este se constitui em um fenômeno totalizante e não nega a manutenção da

¹² Peter Berger e Thomas Luckmann, no livro *A construção Social da Realidade*, destacam o cotidiano e seus valores constitutivos como construções do processo social e reconhece o papel fundamental que têm na estruturação do quadro referencial simbólico: “o universo simbólico ordena e por isso mesmo legitima os papéis cotidianos, as prioridades e os procedimentos operatórios, colocando-os *sub specie universi* [destaque do autor], isto é, no contexto do quadro de referência mais geral concebível. No mesmo contexto ainda as transações mais triviais da vida cotidiana podem tornar-se imbuídas de profunda significação” (BERGER, Peter L. e LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 135-136).

¹³ LIPOVETSKY, Gilles, *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

essência constitutiva da modernidade, à qual se juntam várias rupturas de fronteiras existentes na modernidade clássica.

Estas rupturas, mesmo não se constituindo em um novo período histórico, registram transformações culturais e até abalam conceitos da modernidade proporcionados pelo iluminismo, mas não se constituem em mutações essenciais, que possam marcar solidamente uma nova época ou novo período histórico.¹⁵

Qualificado defensor da prática cultural do consumo, merece destaque, mesmo que observada criticamente, a análise do sociólogo francês Gilles Lipovetsky, adepto da democracia liberal enquanto forma superior de organização da sociedade. Apresenta como positivo e marca definitiva,¹⁶ o fato de que a instabilidade de conceito e de forma se configura como constante. Mesmo a partir da formulação de Lipovetsky, a lógica cultural pós-moderna não quebra o sentido de continuidade histórica, revelando o quanto a mutabilidade que inebria os olhos do consumo e da perspectiva individualista acontece na superficialidade, “nos ornamentos”, e preserva a essência da modernidade, assim como ocorre na moda.¹⁷

Mesmo com a recusa de cair na tentação simplificadora de absolutizar a efemeridade, é inevitável reconhecer ser esta uma caracterização hegemônica da contemporaneidade, com pretensões totalizantes da lógica universalizada e universalizante da produtividade, onde o cotidiano é o universo da vida. Fica evidente que a sociedade contemporânea, apesar de cultivar arqueologicamente o passado, perdeu a capacidade de conhecê-lo. Vive o “presente perpétuo”¹⁸ de um cotidiano marcado pela superficialidade de seus conceitos e valores, pelo caráter descartável de suas produções e pelo estímulo consumista de uma identidade instável.

A sociedade do consumo como prática cultural constitui-se, assim, na sociabilidade dos valores efêmeros e descartáveis, orientada na novidade repetitiva do cotidiano, consolidando a circularidade do consumo, tão vital para a saúde do sistema produtivo. Em um mercado de bens materiais e simbólicos, a própria constituição dos bens materiais enquanto objeto de consumo exige a vestimenta simbólica da marca, do marketing.

Esta complexa realidade contemporânea centrada no consumo é fruto da combinação de fatores que se relacionam em uma autonomia interdependente, com a predominância do campo simbólico, como vemos na afirmação abaixo.

O primeiro deles, o consolidado sistema capitalista, ainda que tardio, e o mercado como seu oráculo, que reforça o dogma da produtividade; o segundo seria a constituição histórico-social do

¹⁵ Este é o entendimento, por exemplo, de David Harvey, em seu *Condição Pós-moderna*: “Os sentimentos modernistas podem ter sido solados, desconstruídos, superados ou ultrapassados, mas há pouca certeza quanto à coerência ou ao significado dos sistemas de pensamento que possam tê-los substituído. Essa incerteza torna peculiarmente difícil avaliar, interpretar e explicar a mudança que todos concordam ter ocorrido” (HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 47).

¹⁶ “A mudança não é mais um fenômeno acidental, raro, fortuito, tornou-se uma regra permanente dos prazeres da alta sociedade; o fugidio vai funcionar como uma das estruturas constitutivas da vida mundana” (LIPOVETSKY, *op. cit.*, p. 30).

¹⁷ Lipovetsky utiliza os conceitos estruturadores na moda como ponto de partida para a formulação de valores que formatam toda a sociedade. “A moda muda incessantemente, mas nem tudo nela muda. As modificações rápidas dizem respeito sobretudo aos ornamentos e aos acessórios, às sutilezas dos enfeites e das amplitudes, enquanto a estrutura do vestuário e as formas gerais são muito mais estáveis. A mudança de moda atinge antes de tudo os elementos mais superficiais...” (*op. cit.*, p. 31-32). No capítulo III – “Cultura à moda mídia” –, da segunda parte do seu livro, a análise da sociedade contemporânea sobre a ótica dos princípios que orientam a abordagem histórica: “Toda a cultura mass-midiática tornou-se uma formidável máquina comandada pela lei da renovação acelerada, do sucesso efêmero, da sedução, da diferença marginal. A uma indústria cultural que se organiza sob o princípio soberano da novidade corresponde um consumo excepcionalmente instável; mais que em toda parte reina aí a inconstância e a imprevisibilidade dos gostos: nos anos 1950, o tempo médio de exploração de um longa-metragem era de cerca de cinco anos, agora é de um ano; o ciclo de vida médio de um sucesso musical oscila hoje entre três e seis meses...” (*op. cit.*, p. 205).

indivíduo, enquanto sujeito irrealizado; e, por último, a intensificação da presença midiática na produção e reprodução simbólica, enquanto mercadoria ou não, mas configurando uma telerealidade editada fragmentariamente. Estes três segmentos da análise contemporânea em sua relação de autonomia interdependente são complementares entre si ou convivem de forma tensionada, mas um sempre interferindo na configuração final do outro.¹⁹

O consumo como prática cultural estruturante de identidades reflete o estágio mais maduro e globalizado do sistema sócio-produtivo. A autonomia interdependente da lógica capitalista da produtividade interage, em determinado momento, como suporte e lógica da produção dos bens materiais e simbólicos; em outro, projeta-se na configuração do conceito orientador dos valores e comportamentos sociais.

Este conceito norteador do sistema produtivo é “natural”, posto que “natural” também o é enquanto conceito orientador do social. É quando entra em cena a priorização dos benefícios imediatos e a relativização de princípios ou o entendimento destes enquanto ortodoxia superada. A produtividade é traduzida nas relações sociais como a análise da relação custo benefício, enquanto instrumento de avaliação. As conquistas cotidianas e a acumulação material constituem-se na superficialidade do universo que formata as relações sociais, orientadas pela lógica do menor esforço.

Por outro lado, como ponto de convergência, é possível identificar o surgimento histórico do sujeito, a partir da modernidade. Fazendo uma análise das várias configurações deste sujeito, ao longo da história moderna, Stuart Hall procura definir como “sujeito pós-moderno”, portanto, protagonista desta sociedade do consumo, aquele que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente.²⁰ É a instabilidade consolidada na liberdade da escolha do consumo, opinião e desejos, “nos empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”.²¹

O sujeito pós-moderno e sua identidade instável são o perfil da superficialidade na sociedade contemporânea contextualizada no capitalismo tardio, onde a prioridade é o consumo configurado em uma intensa circularidade. Tratadas no hiperdimensionamento da individuação do consumo, as identidades “são formadas e transformadas no interior da representação”.²² Representação marcadamente construída pelo sistema midiático em sua capacidade reprodutiva e uniformizadora, construindo desejos e necessidades e afirmando um estilo de vida cada vez mais globalizado, centrado na cultura do consumo.

A centralidade do simbólico coloca a imagem, a representação e o espetáculo enquanto características intensificadas da contemporaneidade. A realidade fragmentada é marca da subjetividade e da arbitrariedade da escolha dos seus parâmetros constitutivos. No predominante campo simbólico, a realidade é o universo do fato editado, da verdade construída, do desejo sugerido e do consumo intensificado,²³ posto enquanto prática cultural e parâmetro identitário.

A contemporaneidade, na perspectiva aqui caracterizada, traz presente a idéia de imensa realização do indivíduo, no sentido pós-moderno de uma identidade mais flexível, em sentido cumulativo, sem negar identidades pré-existentes, mas acrescentando outras exigidas pelo cotidiano perpétuo.

¹⁸ DEBORD, *op.cit.*, p 175

¹⁹ NOVA, Luiz Henrique Sá da. *Eleições 2000: o príncipe do cotidiano na Cidade da Bahia*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Comunicação, 2003, p. 59.

²⁰ HALL, *op. cit.*

²¹ *Idem*, p. 13.

²² *Idem*, p. 48.

²³ “Para começar, a publicidade e as imagens da mídia [...] passaram a ter um papel mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora uma importância muito maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. Além disso, a publicidade já não parte da idéia de informar ou promover no sentido comum, voltando-se cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos mediante imagens que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido [...]. Se privássemos a propaganda moderna da referência direta ao dinheiro, ao sexo e ao poder, pouco restaria”. (HARVEY, *op. cit.*, p. 259-260)

A hegemonia do capitalismo – mesmo que em constante crise – e do mercado – seu rejuvenescido oráculo – encontra no discurso pós-moderno sua força cultural na quebra das lógicas lineares de abordagem da vida. Quebra fortalecida nas verdades fragmentadas. Esta radicalidade do discurso cultural oferecido pela pós-modernidade ou hipermodernidade, como a trata Lipovetsky, torna o capitalismo uma idéia onipresente e de uma naturalidade inquestionável nos seus conceitos e valores, enaltecidos no senso comum.

É o mimetismo do sistema, mostrando seu modelo de totalidade social como “um modelo apoiado diretamente na experimentação espaço-temporal, e na reelaboração dos conceitos decorrentes destas duas categorias”.²⁴ Nesta perspectiva, o cotidiano torna-se começo e fim dos projetos individuais e consolida o interesse imediato da sobrevivência como trincheira de luta pragmática e postura social referenciada e reverenciada.

Tudo isso, mercadoria ou não, apresenta-se sob os valores da fragmentação e superficialidade perfeitamente identificadas com a lógica dominante da produtividade.²⁵ O social apresenta-se aos olhos da cultura dominante como algo editado na negociação secundária que satisfaz a desejos mínimos dos indivíduos, mas volta a se impor como realidade nos momentos de crise, fazendo com que a ação da mídia tenha nele sua origem e a ele retorne em busca de legitimidade.

Não é por outra razão que a maior eficiência dos produtos midiáticos é alcançada na reprodução mais aproximada possível do social, como demonstra o sucesso dos reallity shows; a força do merchandising e mesmo na propaganda direta, onde os produtos não são eles mesmos, mas as emoções que proporcionam.

As mensagens indiretas e as abordagens dissimuladas ganham maior eficiência na interação com os indivíduos, sujeito de suas vontades, que é chamado a optar em meio a uma realidade fragmentada, com uma quantidade imensa de informações e sem dominar a amplitude do universo que a contemporaneidade proporciona. Neste contexto de incertezas, é seduzido pelas mensagens oferecidas com descontração, ou nas comunicações indiretas, no caso do merchandising.

A discussão sobre o consumo enquanto prática cultural não se pode limitar, então, ao diagnóstico da sua existência, deve incorporar o processo histórico que o determinou marca da contemporaneidade. O debate, aqui entendido como essencial e pertinente, é sobre a necessidade de uma densa diversidade cultural – proporcionada pela interação global, em curso, entre as culturas, as comunidades e indivíduos.

Esta realidade deve ser oposta à prateleira de possibilidades, no *supermercado cultural*,²⁶ que tem a vitrine e as prateleiras mais visíveis tomadas pela cultura dominante. A presença das demais culturas se dá nas *gôndolas* secundárias e *ao fundo da loja*, decorrente da parcimônia necessária ao aceitar a presença das culturas subalternas, determinação mercadológica do atendimento segmentado.

Reagir à desqualificação, registrada na política, enquanto prática representativa, não pode estar vinculada à despolarização da abordagem da cultura, que, em uma sociedade global, uniformizada em sua centralidade mercadológica, desempenha a possibilidade de poder e governabilidade dos interesses hegemônicos. Desta forma, a cultura é parte decisiva do exercício da hegemonia existente e o diagnóstico desta realidade impõe a discussão sobre aspectos contra-hegemônicos, enquanto possibilidades alternativas.

²⁴ PALANGANA, Isilda Campaner. *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo: Plexus Editora, 1998, p. 135.

²⁵ O mercado fetichiza-se em busca da produtividade: “O segredo do sucesso do mercado é devido, em boa medida, ao fato de o mesmo se propor a atender necessidades materiais e espirituais dos homens. As campanhas publicitárias vendem, junto com a roupa, o status; com o sabonete, o sonho de beleza; com o perfume, a sensualidade; com as farinhas e outros enlatados, a saúde, o copo perfeito. Soma-se a isso a idéia de que o produto de hoje é melhor que o de ontem” (PALANGANA, *op. cit.*, p. 133-134).

²⁶ MATHEWS, Gordon. *Cultura global e identidade individual*. Bauru: EDUSC, 2002.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987, p. 346-354.

_____. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERGER, Peter L. & LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANCLINI, Nestor Canclini. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo – Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____. *A virada cultural: reflexões sobre pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e empresa*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. vol 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

MATHEWS, Gordon. *Cultura global e identidade individual*. Bauru: EDUSC, 2002.

MATTELART, Armand. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

McCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

NOVA, Luiz Henrique Sá da. *Eleições 2000: o príncipe do cotidiano na Cidade da Bahia*, Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Comunicação, 2003.

PALANGANA, Isilda Campaner. *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo: Plexus Editora, 1998.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

MUNDO DO FILME E MUNDO DO ESPECTADOR

André França*

Resumo: Este trabalho procura discutir algumas especificidades de nossa experiência dentro e fora da sala de cinema, incluindo as motivações que nos levam à sala escura de projeção. Neste registro, observamos o choque entre a experiência de transparência causal do mundo do filme e a de ininteligibilidade que temos em relação à vida. Conceitos como verossimilhança, plausibilidade e realismo cinematográfico são relacionados à experiência de transparência causal. Examinamos em seguida três formas através das quais a experiência cinematográfica resulta em conhecimento: identificação com as personagens, observação dos acontecimentos diegéticos, a transformação subjetiva produzida pelo diálogo entre nossa história de vida e a estabilização alcançada pelo círculo hermenêutico na experiência da fruição estética. Num terceiro momento, examinamos a natureza e os efeitos da experiência estética e a sua relação com a realidade quando consideramos configurações realistas de cinema.

Palavras-chave: experiência do cinema; realismo e conhecimento no cinema; recepção cinematográfica.

Abstract: This article discusses some specificities of our experience in a movie room. It is observed the shock between the experience of the causal transparency of the movie world and the unintelligibility that pervades our lives. Concepts such as verisimilitude, plausibility and cinematographic realism are related to the experience of causal transparency. It will be examined three ways by which the cinematographic realism happens to be a sort of knowledge: identification with the movie characters, observation of the diegetic events, the subjective transformation produced by the dialogue between our life experience and the stabilization achieved by the hermeneutic circle in the experience of esthetic fruition. Finally, it is examined the nature and effects of esthetic experience and its relation with reality when it is considered the realistic movie configurations.

Keywords: movie experience; realism; knowledge; cinematographic reception.

* Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Facom/UFBa), professor do curso de Cinema e Vídeo da FTC.

Introdução

Sempre que tenho a oportunidade, quando vou ao cinema, gosto de me deter um instante e observar um espetáculo que nos é oferecido antes mesmo de entrarmos na sala escura: um grupo de pessoas saindo após o término da sessão anterior. Alguns saem a passos rápidos, outros vagarosamente; uns procuram dissimular a emoção que sentem, às vezes andando com a cabeça baixa ou olhando para o lado para esconder os olhos úmidos, outros, ainda, sorriem francamente. Mas, ultrapassar a porta onde se lê “saída”, além do abandono de um espaço físico, também se constitui no abandono de um mundo e na reentrada em um outro. Diante das portas do cinema que se abrem e dos olhares esquivos que observamos, podemos nos perguntar: o que nos leva a suspender nossas atividades cotidianas e permanecer por duas horas numa sala escura? Qual a natureza da experiência que temos quando estamos ali? Ela difere da experiência que temos fora da sala? Investigando estas questões, faremos uma reflexão sobre a forma como, quando vamos ao cinema, transitamos entre o mundo do filme e o mundo do espectador e sobre a natureza do confronto entre estes dois mundos.

O filme como experiência de um mundo causal

Podemos afirmar, de saída, que diferentes pessoas assistem a filmes no cinema por diferentes motivos e, também, que diferentes motivos podem levar uma mesma pessoa ao cinema. Estes motivos podem variar desde a vontade de “descansar” um pouco (quando se está num ambiente agitado ou barulhento, como um *shopping center* ou uma rua), “passar o tempo” (quando, por exemplo, se espera alguém fazer compras ou simplesmente chegar o horário em que temos algum compromisso), ou, ainda, “divertir-se”, “entreter-se”, assistindo a uma história que parece interessante. Podemos chamar estes de os motivos “ordinários” que levam as pessoas ao cinema, no sentido de que são os mais freqüentemente articulados no plano consciente e reportados quando o espectador justifica a alguém o fato de ter ido ao cinema (raramente ouviremos alguém dizer que foi ao cinema para ter “uma bela experiência estética”); no entanto, são insuficientes para descrever a experiência que temos ao assistir um filme e, portanto, passam longe de alcançar as mais profundas motivações do espectador. Por outro lado, não devemos, tampouco, diminuir ou desprezar a experiência do cinema como diversão ou distração. Para Benjamin:

realizar certas tarefas, quando estamos distraídos, prova que realizá-las se tornou para nós um hábito. Através da distração, como ela nos é oferecida pela arte, podemos avaliar, indiretamente, até que ponto nossa percepção está apta a responder a novas tarefas. [...] A recepção através da distração, que se observa crescentemente em todos os domínios da arte e constitui o sintoma de transformações profundas nas estruturas perceptivas, tem no cinema o seu cenário privilegiado.¹

Embora seja legítimo que possamos também descansar, passar o tempo e nos divertir no cinema, em última instância, não são estas coisas (que, inclusive, poderíamos ter de outras maneiras) que estão em jogo quando optamos por esta experiência. Na verdade, vamos ao cinema, assistimos a um filme, porque queremos viver uma experiência particular, aquela que apenas o cinema nos propicia. Procuraremos, aqui, abordar dois aspectos desta experiência.

O primeiro aspecto diz respeito à experiência de transparência causal do mundo do filme que vemos projetado na tela. Em nossa experiência fora da sala de cinema, o mundo que podemos observar é aquele que nossos sentidos apreendem à medida que nos deslocamos, de forma contínua, através do espaço. Se permanecermos parados, ocupando uma mesma posição, exatamente como nos encontramos numa sala de cinema, podemos ver o mundo à nossa volta, num ângulo de 360 graus.

¹ BENJAMIN, Walter. *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. Obras Escolhidas*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Vol. 1, 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, s/d.

Veremos passar pessoas, animais, carros, mas deles nada saberemos a não ser o que pudermos apreender naqueles instantes em que se encontram à nossa vista. Não saberemos de onde vieram, o que estão fazendo, para onde irão em seguida. Não saberemos que forças os motivam a agir e falar da maneira como fazem. Estaremos como que “assistindo” a um filme que se desenrola permanentemente à nossa volta, mas, como estamos confinados a um ponto do espaço, não podendo, portanto, acompanhar aquelas “personagens” que vemos passar (o que nos possibilitaria entender seus comportamentos e estados de espírito), seremos incapazes de “entender o filme”, ou seja, de perceber a rede de causalidade que põe em movimento a vida daquelas pessoas. Se, por outro lado, abandonamos o nosso ponto fixo no espaço e nos movimentamos, como fazemos cotidianamente, além de vermos o “filme” passar em frente aos nossos olhos, estaremos também nós mesmos passando *através, por dentro* do “filme”, o que diminuirá sensivelmente o tempo que observamos cada “cena” (ou local do espaço, locação) aumentando assim a nossa sensação de ininteligibilidade diante do que vemos. Se antes víamos as pessoas passarem por nós, agora somos nós que as deixamos para trás, e, da mesma forma, não conseguimos conhecê-las, ignoramos sua história e motivações internas. Mesmo em relação àquelas pessoas com quem mantemos contatos próximos (companheiros, amigos, colegas, parentes) acontece o mesmo, pois não podemos nunca estar com o outro durante todo o tempo. Resulta daí, portanto, a sensação de ininteligibilidade que temos em relação à vida (ao “filme”) e as atribuições que lhe imputamos, de ser arbitrária, casual, sem sentido, inescrutável. Nossa própria condição existencial e boa parte de nosso sofrimento humano também se originam desta forma de estar no mundo e percebê-lo. Esta segunda perspectiva, em que nos movemos, assemelha-se ao conceito de “ponto de vista viajante”, de Iser, segundo o qual “o todo do texto nunca pode ser percebido de uma vez; e, estando nós mesmos situados no interior do texto, viajamos com ele à medida que nossa leitura vai avançando”,² aqui, no entanto, aplicada não apenas ao âmbito da percepção, mas também ao da inteligibilidade.

Como colocamos o problema da opacidade causal do mundo em função do limite de nossa posição única no espaço, devemos assumir que o mundo, a vida, seria inteligível para aquele que fosse onipresente, que estivesse em todos os lugares ao mesmo tempo ou que pudesse se deslocar instantaneamente de um lugar a qualquer outro no espaço. Ora, é justamente esta possibilidade que se apresenta na ficção, através do artifício do narrador onisciente. Este narrador pode assumir o ponto de vista de Deus, olhar o mundo de cima, observar todas as coisas, pessoas e acontecimentos, em qualquer parte e em qualquer tempo. O mundo visto assim se mostra como uma perfeita rede causal, onde o início e as conseqüências de cada evento pode ser previsto e observado. Nenhuma obra de ficção jamais pretendeu usar o narrador onisciente para construir um mundo onde esta percepção apresenta-se de forma integral, narrando, portanto tudo, em todos os lugares, em todos os tempos – tal obra seria infinita e conseqüentemente irrealizável. O que a ficção faz é nos apresentar um recorte do seu mundo fictício, no qual eventos e personagens são escolhidos para serem focalizados em determinados momentos. Trata-se, portanto, de um mundo “pequeno”, enxuto, econômico e – ponto central nesta discussão – no qual são cuidadosamente forjadas e exibidas todas as conexões causais do enredo, necessárias à “compreensão” daquele mundo. Para Merleau-Ponty,³ “o entrecho cinematográfico tem, por assim dizer, um cerne mais compacto do que o da vida real, decorre num mundo mais exato do que o mundo real”. Assistimos a um filme e podemos dizer que conhecemos as personagens projetadas ali na tela porque elas nos foram “apresentadas” em cenas onde pudemos observar seus valores e atitudes; sabemos o que está realmente em jogo naquele momento de suas vidas, quem são os seus melhores amigos ou inimigos, assim como também conhecemos bem estas outras pessoas que fazem parte da história. Ou seja, todas as informações essenciais, importantes, para que possamos compreender as “vidas” e conflitos daquelas personagens nos são apresentadas, assim como os principais eventos, ainda que ocorridos no passado. O resultado é que o mundo do

² RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo III*. 1ª edição. Papyrus, 1997.

³ MERLEAU-PONTY, Maurice. O Cinema e a Nova Psicologia. In XAVIER, Ismail (org.). *A Experiência do Cinema*. Rio de Janeiro: Edições Graal; Embrafilme, 1983, p. 115.

filme, que encontramos no cinema, se apresenta estruturado por meio de uma rede causal de conexões explícitas que nos permite observá-lo desde a perspectiva divina (por outro lado, uma narração em primeira pessoa não produziria o mesmo resultado, mas sim a opacidade, uma vez que espelharia a condição existencial do espectador). A rede causal é assim artificialmente forjada através da *escolha* dos eventos que serão exibidos e realizada através da captação e organização destes eventos, feita pela câmera cinematográfica e pela posterior montagem, que orienta temporalmente os fragmentos do filme. A dimensão “arbitrária” da vida não está assim, é claro, alijada do filme, mas incorporada na teia de conexões causais a que temos acesso; este é o espaço para a surpresa, para o inesperado, que pode irromper tanto no enredo, como nos choques imagéticos; é o que leva Benjamin à afirmação de que “o cinema é a forma de arte correspondente aos perigos existenciais mais intensos com os quais se confronta o homem contemporâneo”.⁴ Como colocamos acima, a inteligibilidade do mundo dependeria de onipresença, deslocamento instantâneo e atemporal no espaço; é precisamente o que faz a câmera cinematográfica (de forma virtual, enquanto colhe material para a futura montagem), filmando eventos a partir de diferentes perspectivas, distantes no espaço e no tempo, capazes de revelar a sutil cadeia de relações causais que se apresenta na vida mais íntima das personagens.

Esta forma que o cinema tem de perspectivar o mundo, em diferentes planos, através da decupagem, assemelha-se àquela utilizada na pintura cubista. Segundo McLuhan,⁵ o cubismo “substitui o ‘ponto de vista’, ou faceta da ilusão perspectivista, por todas as facetas do objeto apresentadas simultaneamente”. Assim, se em uma pintura cubista podemos ver numa só visada um mesmo objeto a partir de diferentes pontos de vista, no filme, apreendemos o mesmo objeto através de diferentes perspectivas que se sucedem no tempo na forma dos planos do filme. Dependendo de como são escolhidos estes planos e de suas respectivas durações temporais, temos uma semelhante sensação de envolvimento que nos situa num ponto espacial imaginário dentro do filme a partir do qual apreendemos aquele mundo. Através da decupagem, então, o cinema consegue nos oferecer uma experiência sensorial do mundo do filme que, além de nos situar espacialmente ali, também constrói e explicita a estrutura de causalidades que o sustenta. Esta sensação de unidade e organicidade que deriva da maneira como o filme é montado, construído, do ponto de vista técnico, é reforçada ainda pela maneira como percebemos o filme, quando somos capazes mesmo de identificar a propriedade ou não da justaposição de elementos sonoros e visuais, assim como os estados de espírito das personagens projetadas na tela. Sobre este fenômeno, Merleau-Ponty diz que:

O vínculo entre o som e a imagem é muito mais estreito e esta última se transforma com a proximidade do som. Durante a projeção de um filme dublado, com homens magros falando através da voz de gordos, jovens com voz de velhos, grandalhões com a voz de nanicos, logo perceberemos o absurdo, se, como dissemos, a voz, o perfil e o temperamento formam um todo indivisível.⁶

[...] Eis porque a expressão humana pode ser tão arrebatadora no cinema: este não nos proporciona os pensamentos do homem, como o fez o romance durante muito tempo; dá-nos a sua conduta ou o seu comportamento, e nos oferece diretamente esse modo peculiar de estar no mundo, de lidar com as coisas e com os seus semelhantes, que permanece, para nós, visível nos gestos, no olhar, na mímica, definindo com clareza cada pessoa que conhecemos.⁷

[...] o cinema está particularmente apto a tornar manifesta a união do espírito com o corpo, do espírito com o mundo, e a expressão de um dentro do outro.⁸

⁴ BENJAMIN, *op.cit.*, p. 192.

⁵ McLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, s/d., p. 27.

⁶ MERLEAU-PONTY, *op. cit.*, p. 112.

⁷ *Idem*, p 115-116

⁸ *Idem, ibidem*.

A experiência do mundo do filme, que temos quando vamos ao cinema, ou seja, a experiência de um mundo causal, inteligível, deve ser entendida em si mesma como gratificante e prazerosa o suficiente para ser apontada como um dos principais motivos que levam alguém a entrar na sala escura. Ir ao cinema, portanto, pode ser visto como um ato de fuga à sensação de arbitrariedade e casualidade que costumamos sentir em relação às nossas vidas, aos eventos que observamos no cotidiano. Parte significativa do que buscamos quando entramos na sala escura seria então esta experiência de partilhar (de forma coletiva) de um mundo que se revela para o espectador inteiramente transparente em sua matriz causal. A condição para que este mundo artificial exista, como já dissemos, é de que ele seja “pequeno”, limitado, uma espécie de recorte lógico, ideal e inteligível do mundo do espectador. A partir desta perspectiva, podemos compreender de outro modo a explicação do espectador que diz ter entrado no cinema para “descansar” um pouco (quem nunca fez isso, sentindo-se um dia cansado ou triste?); sabemos agora, não do barulho do *shopping* ou das dificuldades do cotidiano, mas da própria vida.

Neste momento, diante do que desenvolvemos até aqui, uma objeção pode ser levantada: poder-se-ia dizer que esta experiência particular, a do conforto de um mundo causal, proporcionado pela ficção, não é exclusiva do cinema, mas também produzida pela literatura. É verdade que na literatura, a peça de ficção também é construída com o mesmo objetivo de se plasmar um mundo artificial, fechado, no qual a rede causal é explícita e procura dar coesão e unidade ao mundo; há a mesma preocupação presente no roteiro do filme de escolher eventos que serão exibidos, de mostrar as personagens em momentos em que elas se revelem através de seus atos ou palavras, e que, tomados em conjunto, resultam num mundo onde tudo se conecta e dentro qual podemos passear sem nos assombrar com eventos que parecem gratuitos ou incompreensíveis. Por que, então, a diferença é tão grande entre estas duas experiências, a de assistir a um filme e de ler um livro? A resposta parece estar na forma como se dá a recepção destes dois tipos de obra e no fato de que o “mundo do livro” nem de longe se assemelha tanto ao nosso próprio mundo como o mundo do filme. Quando lemos um livro, estamos conscientes o tempo inteiro de nosso papel ativo na recepção da obra. Estamos em contato com um objeto físico, o livro, e a reconfiguração daquela obra narrativa depende das ações físicas de nosso corpo (virar as páginas com nossas mãos, movimentar os olhos para passar de palavra a palavra, de linha a linha). São estas nossas ações que ditam inclusive o ritmo no qual este mundo é reconfigurado; podemos ler o livro de forma lenta ou rápida, interrompida ou ininterrupta. Sabemos que o mundo do livro depende destes nossos atos e está, literalmente, em nossas mãos. Além disso, todas as imagens deste mundo são traduzidas a partir dos caracteres impressos no texto e criadas subjetivamente pelo leitor, na forma de imagens fluidas, um tanto imprecisas e descontínuas do ponto de vista temporal; guardamos estas imagens mais como quadros ou fotografias do que como ações contínuas no tempo, como aquelas percebidas no cinema. Para Ingarden, citado por Ricoeur,⁹ “um texto é inacabado pois oferece diferentes ‘vistas esquemáticas’ que o leitor é chamado a concretizar e porque o mundo que ele propõe se define como o correlato intencional de uma seqüência de frases, do qual falta fazer um todo, para que um tal mundo seja visado”. Todas estas características da reconfiguração do mundo do livro acabam por criar uma distância muito grande entre a maneira como percebemos este mundo (e a experiência que temos a partir dele) e a maneira como percebemos nosso próprio mundo e as experiências que nele temos.

No cinema, a recepção do filme também se dá de maneira ativa, pois realizamos trabalho no próprio ato de perceber as imagens e sons do filme, de estabelecer conexões entre os planos e as seqüências. No entanto, algumas distinções importantes se impõem. De saída, não temos nenhum controle ou influência sobre o tempo no qual a obra é executada, não podemos apressá-la, retardá-la ou subtrair-lhe partes, como fazemos com o livro. Somos assim, de certa forma, submetidos à obra, do ponto de vista de sua duração e fluxo temporal. Isto nos faz esquecer um pouco de nossa real atitude ativa no processo de recepção da obra e nos dá a sensação de que a obra se desdobra e se configura fora de nós, apesar de nós, constituindo-se assim numa realidade própria que temos a

⁹ RICOEUR, *op.cit.*, p. 287.

ilusão de partilhar (quem nunca passou pela experiência de, por algum motivo, abandonar a sala de projeção e, um pouco antes de sair, olhar para trás e ver que o filme *continua* independentemente de nossa deserção?). Contribui enormemente para isso a natureza fotográfica das imagens do filme, que, aproximando-se muito das imagens que configuramos através de nosso aparelho perceptivo, reforça a semelhança entre o mundo do filme e o mundo do espectador. No entanto, apesar de não podermos controlar ou influenciar o ritmo em que a obra é executada, um outro ótimo exemplo do caráter ativo de nossa recepção quando assistimos a um filme está no exercício proposto por Leenhardt na revista *Esprit* (1936) e mais tarde retomado por Merleau-Ponty. Inicialmente, Merleau-Ponty apresenta a definição de ritmo cinematográfico de Leenhardt: “uma determinada ordem de tomadas e, para cada uma dessas tomadas ou ‘planos’, uma duração tal, que o todo produza a impressão desejada com o máximo de efeito”.¹⁰ E depois, então, como que para verificar a lei deste ritmo, Leenhardt sugere o exercício:

Assistindo a uma fita, tente adivinhar o instante onde uma imagem, havendo atingido sua plenitude, esgota-se, deve-se findar, ser substituída (seja mudança de ângulo, de distância ou de campo). Aprende-se a conhecer esse mal-estar interno produzido por uma tomada demasiado longa, que freia o movimento, ou essa agradável adesão íntima, quando um plano passa com exatidão.¹¹

Em resumo, o cinema nos oferece, no âmbito da percepção, uma experiência temporal e visual muito distinta daquela que temos com o mundo do livro, e, ao mesmo tempo, muito semelhante àquela que temos no nosso próprio mundo, graças à sua capacidade de oferecer a obra numa forma semelhante àquela em que percebemos a “realidade”. Trata-se, portanto, aqui, da capacidade que tem o cinema de criar uma obra de forte caráter realista e que nos convoca a partilhar dos acontecimentos de seu mundo. É esta semelhança entre a nossa realidade e aquela do mundo do filme que faz com que o cinema se preste (ao contrário da obra literária) também a ser uma espécie de câmara onde nos refugiamos da “aleatoriedade” dos eventos da vida.

Para que se mantenha esta semelhança entre os dois mundos, algumas leis têm que ser respeitadas e seguidas na configuração do mundo do filme. Assim, o filme deve ser verossímil, ou seja, a ação deverá se desdobrar respeitando as relações causais do conjunto de eventos já ocorridos no enredo, assim como as relações de plausibilidade; deve haver assim uma direção no sentido de, todo o tempo, construir e reafirmar a coerência interna da obra, de acordo com o universo próprio que ela inaugura ou dentro do qual se propõe existir. Da mesma forma, o filme não deve comportar soluções do tipo *deus ex machina*, que procuram resolver uma tensão ou conflito da história, introduzindo um elemento ou evento que irrompe na trama de forma independente, desvinculado de sua teia de causalidade. Há, ainda, um outro caso muito curioso e que poderia de forma equivocada ser visto como uma contradição com a estética realista do cinema ou com o projeto da ficção em geral: muitas vezes achamos que um fato extraordinário, espetacular que lemos nos jornais ou que conhecemos da própria História, daria um excelente filme, que seria construído em torno, ou tendo como ápice ou elemento de reviravolta tal acontecimento incomum. Engano. Curiosamente, não estamos inclinados a aceitar em obras de ficção eventos que, ainda que possíveis, soem improváveis de acontecer, ainda que respeitem a estrutura causal da trama. Gomes¹², discorrendo sobre este ponto, diz que “quando o critério da possibilidade entrar em conflito com a plausibilidade, o poeta deve decidir-se em favor da última”, e, ainda, citando Aristóteles, “de preferir às coisas possíveis, mas incríveis são as impossíveis, mas críveis”. Desrespeitar qualquer destas orientações tem como efeito despertar o espectador de seu “sonho” dentro do mundo do filme e negar-lhe a experiência de um mundo de

¹⁰ MERLEAU-PONTY, *op.cit.*, p. 111.

¹¹ *Idem, ibidem.*

¹² GOMES, Wilson. Estratégias de Produção de Encanto - o alcance contemporâneo da poética de Aristóteles. *Revista Textos*. Salvador: FACOM-UFBA, nº 35, 1996.

transparência causal. Isto é freqüente nas obras em que o narrador da obra não é digno de confiança, ou seja, quando ele viola o acordo tácito que a obra de ficção requer de seu fruidor, de que ela se manterá coerente todo o tempo com os pressupostos do universo ficcional no qual ela se insere. Para Ricoeur, “o caso do narrador *não digno de confiança* é particularmente interessante do ponto de vista do apelo à liberdade e à responsabilidade do leitor”.¹³ É este apelo à liberdade, que, feito por este tipo de narrador e atendido pelo espectador, provoca um marcado distanciamento entre o espectador e o filme e instaura um olhar desconfiado diante da obra.

O filme como conhecimento e experiência de transformação

Voltemo-nos agora para um segundo aspecto da experiência que temos ao assistir um filme, e que, com freqüência, de maneira inconsciente, nos motiva a entrar numa sala de cinema.

Podemos conceber que a experiência de assistir a um filme resulta em conhecimento através de três maneiras distintas. Em primeiro lugar, através da identificação com a personagem, quando deixamos-nos colocar no lugar daquele que vemos na tela e passamos a assistir às suas aventuras como se fôssemos nós mesmos os protagonistas. Projetados desta forma no mundo do filme, estamos prontos para acolher os aprendizados conquistados pela personagem ao longo da trama. Conseguimos assim, antever as conseqüências de atos nossos numa situação fictícia e extrair destas conseqüências as respectivas lições. É como viver a vida de outra pessoa, estar sob sua pele, mas ao mesmo tempo não estando, e, assim, de forma segura, “viver” as experiências daquele outro. Se, em nossas vidas, experiências se traduzem freqüentemente em conhecimento (quer seja do mundo em que vivemos, quer seja de nós mesmos), através das identificações que se estabelecem quando assistimos a um filme, somos capazes, por uma espécie de interpolação, de introjetar as experiências (e o respectivo conhecimento que delas resulta) das personagens com as quais nos identificamos. Além disso, o conhecimento das experiências do outro, fictício ou real refrata para dentro do nosso mundo e revela-nos por contraste, tornando-nos cômicos de atitudes, valores e potencialidades que antes ainda não havíamos percebido. Esta perspectiva sobre a relação do espectador com o filme, admitiria, no limite, a hipótese da configuração da experiência e do conhecimento em um espectador que tivesse apenas acesso ao mundo do filme que seria o único mundo conhecido por ele?

Uma segunda maneira pela qual a experiência do cinema resulta em conhecimento é através da mera observação de tudo que o filme oferece em termos visuais e sonoros. Assim, podemos ter acesso a informações sobre lugares e sociedades que desconhecemos, por nunca termos visitado, assim como podemos aprender sobre acontecimentos do passado, em filmes ambientados em alguma época histórica.

Uma terceira maneira, ainda, pode ser distinguida. E a esta, podemos atribuir uma maior importância pois, além da dimensão do conhecimento, presentes nas anteriores, junta-se também a da transformação. É também no diálogo entre o espectador e a obra, ou, ainda, no confronto entre o mundo do filme e o mundo do espectador que esta transformação se dá. Vejamos:

Quando Pareyson discorre sobre os problemas da interpretação, ele a define como “o encontro entre uma pessoa e uma forma”;¹⁴ diz que:

A interpretação ocorre quando se instaura uma simpatia, uma congenialidade, uma sintonia, um encontro entre um dos infinitos aspectos da forma e um dos infinitos pontos de vista da pessoa: interpretar significa conseguir sintonizar toda a realidade de uma forma através da feliz adequação entre um dos seus aspectos e a perspectiva pessoal de quem a olha.¹⁵

¹³ RICOEUR, *op. cit.*, p. 281.

¹⁴ PAREYSON, Luigi. *Os Problemas da Estética*. Trad. Maria Helena Nery Garcez. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

¹⁵ *Idem, ibidem*.

A interpretação, definida assim por Pareyson, não deve ser vista apenas como uma técnica do ofício do crítico de arte, mas, ao contrário, como uma prática comum exercida por todos os tipos de fruidores. O alcance desta “sintonia”, como Pareyson a descreve, é fruto de um rico diálogo, uma complexa negociação que se dá entre a obra e seu fruidor, tanto no momento mesmo da fruição, como mais tarde, quando ela ainda reverberará no mundo do espectador. É evidente que um dos resultados deste processo é conhecimento; conhecimento da obra e autoconhecimento, por parte do espectador; pois, realizar esta sintonia (movimento espontâneo e inconsciente), alcançar esta congenialidade, provoca no espectador um *relevo* em sua subjetividade, em seu mundo (o ponto mesmo de ressonância com o aspecto da obra), resultando assim numa ordenação, numa configuração subjetiva que fala de si, que lhe ensina e lhe *abre* uma nova forma de perspectivar a vida.

Podemos dizer que é semelhante à perspectiva de Ricoeur,¹⁶ quando este escreve sobre o conceito “ingênuo” de “irrealidade” aplicado às projeções da ficção”. Para este autor,

a função de representância ou de lugar-tenência tem seu paralelo na função da ficção, que podemos dizer revelante e transformante relativamente à prática cotidiana; revelante, no sentido de que revela características dissimuladas, mas já delineadas no coração de nossa experiência prática; transformante, no sentido de que uma vida assim examinada é uma vida mudada, uma vida diferente.

É, sobretudo, uma preocupação com as construções da história, com o “enigma da passadidade” que leva Ricoeur a articular as coisas deste modo, elaborando esta noção de representância. Este caminho, ele o percorre em busca da resposta à pergunta: “o que, da parte da ficção, pode ser considerado a contrapartida do que, da parte da história, dá-se como passado ‘real?’”.¹⁷

Uma outra perspectiva na qual a história joga importante papel, ao lado da experiência, é aquela da estética da recepção e veremos como esta abordagem pode lançar luz sobre a vivência de transformação que podemos ter no cinema. Os dois teóricos representantes deste movimento, Iser e Jauss, estiveram preocupados, respectivamente, com a maneira como a obra literária produz efeito sobre um leitor individual e como este leitor responde no processo de leitura e com a repercussão social daquela obra ou a resposta do público no nível de suas expectativas. Dois dos conceitos fundamentais desta abordagem, *círculo hermenêutico* (que reúne e sintetiza a nossa experiência acumulada em padrões de assimilação e compreensão sedimentados) e *horizonte de expectativa* (que se projeta na experiência contemporânea, mas trazendo as modulações de assimilação do círculo hermenêutico), são assim descritos por Valverde,¹⁸ em sua dinâmica conjunta:

No campo expressivo, essa dialética entre o horizonte de expectativas, projetado pela experiência acumulada, e a experiência singular, proporcionada por uma determinada obra, constitui o mecanismo básico de toda recepção e a experiência estética ocorrerá como efeito da tensão entre as propostas da obra e as estruturas já cristalizadas pela recepção anterior. O êxito estético depende, assim, do deslocamento que uma obra é capaz de realizar na reação do receptor frente às disposições poéticas já codificadas e reforçadas pelos hábitos de leitura estabelecidos.

Esta dinâmica desviante é a forma como a teoria explica a ocorrência da experiência estética, a maneira como nos reposicionamos frente a uma obra de arte que nos afeta verdadeiramente e exige que adotemos dali por diante um novo ponto que servirá como referência para as futuras fruições. Este processo pode e deve ser visto também como fazendo parte de um processo maior, no qual o

¹⁶ RICOEUR, *op. cit.*, p. 274.

¹⁷ *Idem*, p. 273.

¹⁸ VALVERDE, Monclar. *Estética e Recepção*. Comunicação apresentada ao GT Mídia e Recepção no VIII Reunião do Compós. Belo Horizonte, junho de 1999.

ponto de estabilização alcançado pelo círculo hermenêutico na experiência de fruição estética dialoga com a totalidade de nossa história de vida, encontra ali um ponto de interseção, produzindo uma inflexão que nos transforma, fazendo com que adotemos um novo ponto de referência a partir do qual perspectivaremos, agora não apenas os futuros filmes que veremos, mas a própria vida.

Assim é, portanto, que a experiência do cinema pode nos transformar, transformar a forma como vemos a vida, e, como consequência, transformar nossas próprias vidas, nossa forma de estar no mundo. Esta experiência de transformação é o mais pungente motivo que nos leva a entrar na sala escura do cinema; é a sua ausência que lamentamos quando ela não ocorre e temos de nos contentar com algo muito menor; é por ela que verdadeira e secretamente ansiamos, sob a superfície da justificativa social, fácil, do entretenimento.

Uma pergunta, no entanto, se apresenta aqui: em que medida estas transformações, realizadas a partir de experiências estéticas no cinema, diferem daquelas que se dão fora da sala escura? Há mesmo diferença entre elas? As segundas seriam mais fortes e permanentes que as primeiras?

Cinema, realidade e a dimensão estética da experiência

O primeiro ponto suscitado por estas perguntas diz respeito à natureza mesma da experiência e à presença de uma qualidade estética em sua ocorrência. Estamos habituados a usar a expressão “experiência estética” para designar o tipo de contato que temos com as chamadas obras de arte, ou, para usar a expressão de Pareyson, com os trabalhos dotados de “artisticidade”, não reconhecendo tal qualidade em nossas outras experiências de vida. No entanto, segundo Valverde:

Se rejeitarmos uma concepção excessivamente intelectual da própria experiência, e se percebermos que mesmo uma conclusão lógica é indissociável de seu movimento de consumação, poderemos concluir que nenhuma experiência poderá alcançar a unidade na qual se constitui, a menos que apresente uma qualidade estética.¹⁹

Assim, Valverde afirma que “a experiência estética é o limite para o qual tende toda experiência e sem o qual ela não seria capaz de fazer sentido”;²⁰ e cita então Dewey,²¹ para quem “o estético não é um intruso na experiência, [...] ele é o desenvolvimento clarificado e intensificado de traços que pertencem a toda experiência normalmente completa”.

Portanto, pensando com estes autores, se toda experiência (digna de assim ser chamada) é uma experiência estética, não haveria distinção com relação ao efeito (a transformação) que ela opera naquele que a vivencia, quer este seja produzido a partir do contato com uma obra de arte ou não. Cabe então, perguntar agora, se a experiência com o cinema possui algo de particular (em comparação com a fruição de outras artes) que favoreça ou facilite a ocorrência deste efeito, isto é, a transformação decorrente de uma autêntica experiência estética. Levando em consideração a perspectiva do senso comum, que vê na vida cotidiana, nas nossas vivências mais ordinárias, a fonte dos movimentos internos que lemos como transformações, tal qualidade ou característica pode ser reconhecida na relação de semelhança com o mundo, ou com a “realidade”, que o cinema oferece ao seu espectador.

Seria, assim, na capacidade que o cinema tem como nenhuma outra arte de mimetizar a realidade e de nos convocar para “viver”, “experienciar” dentro daquele mundo, que estaria a sua força e seu motor de transformação. É no caso do cinema, da forma mais radical, que “plasmando âmbitos de realidade, instaurando mundos possíveis, a obra de arte restitui aquela unidade originária do existir, aquela contínua intimidade com o múltiplo que caracteriza a experiência de estar vivo”.²²

¹⁹ VALVERDE, Monclar. VALVERDE, Monclar. A Dimensão Estética da Experiência. *Textos de Cultura e Comunicação* n° 37/38. Salvador: Facom-UFBa, dezembro de 1997, p. 47-61.

²⁰ *Idem*, p. 11

²¹ DEWEY, John. In: *Os Pensadores*. Vol. 40. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 255.

²² VALVERDE, *op. cit.*, p. 6.

Mas, como é, exatamente, que cinema e realidade se apresentam enlaçados? Para Benjamin:

A descrição cinematográfica da realidade é para o homem moderno infinitamente mais significativa que a pictórica, porque ela lhe oferece o que temos o direito de exigir da arte: um aspecto da realidade livre de qualquer manipulação pelos aparelhos, precisamente graças ao procedimento de penetrar, com os aparelhos, no âmago da realidade.²³

Segundo Merleau-Ponty, existe:

Um realismo fundamental pertinente ao cinema: os intérpretes devem atuar com naturalidade, a direção deve ser a mais verossímil dentro das possibilidades, pois a ‘pujança do realismo proporcionada pelo cinema’, diz Leenhardt, ‘é tal, que a menor estilização seria destoante’. Porém, isso não implica estar o filme destinado a nos fazer ver e ouvir o que veríamos e ouviríamos caso assistíssemos de verdade à história que ele nos conta, [...] há sempre uma história num filme e, muitas vezes, uma idéia [...], mas sua função não é a de nos dar a conhecer os fatos ou a idéia. [...] a idéia ou os fatos comuns estão presentes apenas a fim de propiciar ao criador a busca de seus signos sensíveis e, assim, traçar o monograma visível e sonoro.²⁴

Andrew expõe as idéias do mais famoso teórico realista do cinema, André Bazin, para quem “o cinema atinge sua plenitude sendo a arte do real”, distingue em sua obra dois momentos. Num primeiro momento, no qual Bazin configura uma “estética do espaço”, “o cinema depende primeiro de uma realidade visual e espacial, o mundo físico”; e, citando-o, ele escreve que “o realismo central do cinema ‘não é certamente o realismo do assunto ou o realismo da expressão, mas o realismo do espaço, sem o qual os filmes não se transformam em cinema’”.²⁵ Bazin, num segundo momento teórico, irá configurar uma “tese psicológica do realismo”, fortemente influenciada por suas meditações sobre a fotografia e a capacidade desta de reproduzir os objetos do mundo, registrando na película fotográfica uma espécie de molde do objeto real. A partir daí, Bazin conclui que “a matéria-prima do cinema não é a própria realidade, mas o desenho deixado pela realidade no celulóide”.²⁶ Além de espelhar a realidade como um “molde”, Andrew²⁷ diz que este desenho tem outra característica fundamental: ele já é compreensível, não necessitando de nenhuma decifração.

Não apenas o mundo faz um desenho de si mesmo no cinema, quase nos duplica sua realidade visual. O cinema então se coloca ao lado do mundo, parecendo exatamente o mundo. Apesar de ser incorreto falar de ‘realidade’ aparecendo na tela, Bazin providenciou um termo mais exato, emprestado da geometria. O cinema, disse, é uma assíntota da realidade, movimentando-se cada vez mais próximo dela, para sempre dependente dela.²⁸

Tal relação assintótica com a realidade, constituída num empenho aproximativo de configuração, não deixa de guardar relação com a beleza – “a beleza pode muito bem ser definida como ‘splendor ordinis’, ‘splendor formae’, ‘splendor realitatis’, o esplendor que desprende toda realidade bem configurada”²⁹ – e, como que numa cadeia, com a fruição, com o deleite e a compreensão.

Quanto à questão da permanência ou duração do efeito de transformação a partir da experiência do mundo do filme *versus* aquele resultante de uma experiência vivida fora da sala escura, uma vez que consideramos aqui a qualidade estética de toda experiência, esta comparação não parece mais

²³ BENJAMIM, *op. cit.*, p. 87.

²⁴ MERLEAU-PONTY, *op. cit.*, p. 114-115.

²⁵ ANDREW, J. Dudley. *As Principais Teorias do Cinema: uma introdução*. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

²⁶ ANDREW, *op. cit.*, p. 144.

²⁷ *Idem*, p. 144-145.

²⁸ *Idem, ibidem*.

²⁹ VALVERDE, *op. cit.*, p. 184.

sustentar-se, restando então pensarmos aquela permanência como diretamente proporcional à magnitude da inflexão produzida no círculo hermenêutico do fruidor, não nos esquecendo da outra força aí em ação, o movimento de assimilação e sedimentação que ocorre no círculo. É, de certa maneira, pensar como Jauss, que “vê na perenidade das grandes obras uma estabilização provisória da dinâmica da recepção”.³⁰

Referências bibliográficas

ANDREW, J. Dudley. *As Principais Teorias do Cinema: uma introdução*. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. *Obras Escolhidas*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Vol. 1, 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, s/d.

DEWEY, John. In: *Os Pensadores*. Vol. 40. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

GOMES, Wilson. Estratégias de Produção de Encanto – o alcance contemporâneo da poética de Aristóteles. *Revista Textos* n° 35. Salvador: Facom-UFBA, 1996.

McLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O Cinema e a Nova Psicologia. In XAVIER, Ismail (org.) *A Experiência do Cinema*. Rio de Janeiro: Edições Graal; Embrafilme, 1983.

PAREYSON, Luigi. *Os Problemas da Estética*. Trad. Maria Helena Nery Garcez. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo III*. 1ª edição. Campinas: Papirus, 1997.

VALVERDE, Monclar. A Dimensão Estética da Experiência. *Textos de Cultura e Comunicação* n° 37/38. Salvador: Facom-UFBA, dezembro de 1997, p. 47-61.

_____. *Estética e Recepção*. Comunicação apresentada ao GT Mídia e Recepção, na VIII Reunião da Compós. Belo Horizonte, junho de 1999.

³⁰ RICOEUR, *op. cit.*, p. 294.

OS VÁRIOS RECÔNCAVOS E SEUS RISCOS

Maria de Azevedo Brandão*

A primeira idéia a firmar sobre o Recôncavo, ou sobre qualquer região, é de que um território só constitui a base de uma região se ele comportar um conjunto de subsistemas fisicamente distintos, porém, cultural, social e economicamente interdependentes. Como assinala Milton Santos:

O Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica [...] [Aos] caracteres fisiográficos correspondeu uma diferente utilização do solo, que, ainda hoje [1959], de certo modo perdura. Os solos pobres do cristalino serviram a culturas alimentares, tanto no norte quanto no sul. Os tabuleiros terciários foram o habitat ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fofo massapê, onde há quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar. Esta, aliás, em período de maior procura, desbordou seu limite ecológico e avançou por áreas diferentes, sobretudo as da formação São Sebastião, mas tem recuado, conquanto as usinas continuem guardando essas terras como reserva de lenha para suas fornalhas.

A unidade do Recôncavo provinha e provém [1959] das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividade diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal) [parêntesis no original]. Salvador presidia a esse espaço, coordenando as suas funções diretoras.¹

Esta posição é a mesma em outros textos, como na monografia clássica de Luiz de Aguiar Costa Pinto sobre o Recôncavo². Foi assim que esta região foi compreendida até a década de 1970, quando surgiu a noção de “região homogênea”, um conceito ahistórico, vazio, adotado na literatura governamental.

Aqui tratarei de um Recôncavo que, embora múltiplo e assim concebido em todos os trabalhos sérios, precisa ser retomado por inteiro em favor da sua cultura e da ação intermunicipal articulada em benefício de seu meio natural e de seu povo.³ Focalizo a fragmentação dos últimos sessenta anos, o abandono e desrespeito a sua história, os novos riscos que o ameaçam e a necessidade de uma discussão que envolva todas as suas sub-regiões, seus diferentes grupos sociais, instituições e lideranças locais.

O primeiro ponto a salientar é a recuperação da relação Salvador-Baía de Todos os Santos-Recôncavo, crucial para o Recôncavo e importante para a Capital. O segundo é a sinalização para a

* Livre-docente em Sociologia com Pós-Doutorado na Universidade de Paris, consultora em planejamento e estudos regionais e urbanos, professora da Universidade Federal da Bahia.

¹ SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100. Texto original de 1959.

² COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana*. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais - UNESCO, 1958.

³ Sobre o caráter plural e ao mesmo tempo unitário como região, por parte do Recôncavo, sua relação com a Baía de Todos os Santos e com Salvador, ver BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, M. A. (org.). *Recôncavo da Bahia; sociedade e economia em transição, op. cit.*, p. 27-58.

relação entre o Recôncavo e o Baixo Sul, região dos Tabuleiros de Valença, a faixa litorânea ao sul da foz do Jequiçá até a Baía de Camamu.

Com uma superfície de aproximadamente 1.000 km² e uma orla de quase 200 km, é a Baía de Todos os Santos a maior da costa brasileira. Até a primeira metade do Século XX, as terras em volta d'água, com cerca de 1.400 km² segundo a definição oficial na época – foram o cenário de um complexo sócio-econômico centrado na produção e exportação do açúcar e do fumo, incluindo várias outras atividades, distribuídas entre diferentes segmentos de uma região que alcançou mais de 16.000 km², se considerado também o Baixo Sul, que veio a incorporar-se à economia do Recôncavo como área produtora, sobretudo de alimentos. As afinidades culturais entre as duas regiões não podem ser ignoradas, ainda que as duas correspondam a unidades fisiográficas distintas e tenham sempre se identificado como tal.⁴

O Recôncavo histórico e cultural – área da Grande Salvador – está contido, na face litorânea da Zona da Mata, entre os rios Sauípe e Jequiçá, formando uma faixa em semicírculo de cerca de 50 a 70 km de largura, em torno da Baía de Todos os Santos. Vem daí sua designação de Recôncavo da Bahia ou simplesmente Recôncavo, e não Recôncavo *Baiano*, como o vêm denominando os documentos oficiais.⁵

Se respeitados os seus limites históricos e culturais, quarenta municípios compõem o Recôncavo: Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Almeida, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias D'Ávila, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margarida, Santo Amaro da Purificação, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo e Vera Cruz⁶ e Salvador, considerada parte do Recôncavo até a criação da Região Metropolitana de Salvador - RMS.⁷

Essa é a delimitação com que o Recôncavo chega ao século XX e assim permanece nas estatísticas e cartografia oficiais até o final da década de 1970, sem mencionar grande parte da produção técnica que, nos anos de 1980, continuam a tomar a região segundo aqueles limites. Ainda em 1997, um pequeno jornal impresso em Salvador, *Jornal Cidades do Recôncavo* – ilustrava sua página de capa com um mapa do Recôncavo em sua concepção tradicional.

Quanto à relação com a Capital, por quatro séculos a *Cidade da Bahia (Baía de Todos os Santos)*, ou *Salvador da Bahia (Baía)* teve por região o Recôncavo. Mas, sobretudo entre a Abolição e a década de 1950, o Recôncavo perdeu progressivamente sua antiga importância econômica e política. Daí aos primeiros quarenta anos do século passado foram sendo desorganizados os arranjos de produção e reduzidos os circuitos de tráfego intra-regional por mar e terra. Nem por isso o Recôncavo deixou de manter muito de sua paisagem regional e da dignidade das cidades de antes. Não mais, a partir dos anos 1950.

Desde o final dos anos quarenta do último século, chegaram ali pela primeira vez a energia produzida pela Companhia Hidroelétrica do S. Francisco – CHESF – e as ações inicialmente do Ministério da Agricultura, depois do Conselho Nacional do Petróleo e finalmente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Com seus campos de pesquisa e lavra, a Petrobras esvaziou matas, roças e fazendas e cortou o Recôncavo com estradas que ignoraram seus velhos caminhos. Criou uma riqueza inquestionável, elevou a renda pública de alguns municípios, mas não revitalizou a região no seu

⁴ Cf. SANTOS, Milton. Os outros Recôncavos. *A Tarde*, Salvador, 30 de nov. de 1963.

⁵ Vale observar que o termo *recôncavo* aparece, na maioria dos documentos, até o terceiro quartel do século XX, em minúscula, como uma referência às terras em torno da Bahia de Todos os Santos, o que mais uma vez reitera a impropriedade da expressão Recôncavo *Baiano*.

⁶ Esta lista e outras referências a unidades municipais não consideram desmembramentos eventualmente ocorridos após 2000.

⁷ Compõem a RMS os municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila, Simões Filhos, Candeias, S. Francisco do Conde, Madre de Deus, Itaparica e Vera Cruz.

conjunto. Atingindo profundamente a estrutura social das áreas impactadas, atraiu migrantes de outras regiões elevou o custo de vida e contribuiu para desorganizar e reduzir o padrão de vida dos mais pobres.⁸ As cidades históricas de São Félix, Maragogipe, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré, Jaguaribe, bem como o circuito de casarões e templos rurais, continuaram a morrer.

Pelo meado da década de 1960, o Governo do Estado criou, à margem norte da Baía de Todos os Santos, o Centro Industrial de Aratu-CIA, para atrair investimentos beneficiados pelos incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – a SUDENE e reforçados pelo Governo do Estado. Os investimentos pouco vieram e pouco se reproduziram, mas o Porto de Aratu, criado na ocasião, continuou a crescer. A partir dos anos 1970, com a criação da Região Metropolitana de Salvador, em 1973, consolidou-se a segmentação entre Salvador e o Recôncavo. A RMS tomou para a si as ilhas da baía, os municípios *petroleiros* de Candeias e São Francisco do Conde e um arco de municípios vizinhos à Capital. Mais tarde, criou-se, no Recôncavo Norte, o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC (1971), a nordeste do CIA, sem um verdadeiro cuidado relativo à cultura, ao meio ambiente e às potencialidades econômicas dessa subregião.

Em conseqüência, 400 km² definidos como área institucional do CIA passaram a bloquear os caminhos à beira-mar entre Salvador e seu Recôncavo e um enclave de mais de 300 km² referente ao Complexo Petroquímico contém um insólito sanduíche composto pela implantação do segundo complexo petroquímico do país entre as sedes dos municípios de Camaçari e de Dias d’Avila – antiga estância hidromineral. Hoje este local está inviabilizado como lugar de turismo e veraneio, pela poluição atmosférica e pelo receio dos riscos de contaminação aquífero de São Sebastião, sobre o qual operam as plantas do COPEC e de novas indústrias vizinhas.

Por sua vez, desde o meado da década de 1970, os textos do Governo Estadual passaram a se ocupar quase exclusivamente da RMS.⁹ E o termo *recôncavo* começou a excluir a própria RMS e os municípios ao norte e oeste desta, reservando-se hoje aquela designação, qualificada como *Recôncavo Sul*, aos municípios ao sul da RMS, acrescentados de 14 municípios ao Sul do Médio Paraguaçu e de parte do vale do Médio Jiquiriçá, alguns já em pleno semi-árido e sem maiores afinidades com o Recôncavo.

A poluição hídrica e atmosférica decorrente da nova industrialização não demoraria a somar-se à vazão antiga de esgotos sanitários, do vinhoto gerado pelos engenhos e usinas e dos efeitos do desmatamento e da mineração nas terras altas a oeste. Há registros de poluição hídrica por cádmio e chumbo, entre 1958/79, de manganês, entre 1961/80, de mercúrio, entre 1968/80 e de óleo, 1992. Ainda agora, em 2007, o que se chamou de *maré vermelha* matou grande quantidade de peixes. Segundo Ronan Cayres de Brito, uma grande descarga de águas doces, atípica para o mês de fevereiro, ocasionou o fenômeno, que

“pode ter sido causado pela abertura das comportas da barragem de Pedra do Cavalo (no Baixo Paraguaçu).” De acordo com esta hipótese, “os sedimentos do fundo da barragem, que contém micronutrientes, teriam sido despejados na baía [...], servindo de alimento natural para as algas, que proliferaram [...] Maré calma, sol forte e temperaturas elevadas – teriam contribuído para o fenômeno.”¹⁰

Ronan C. Brito chama ainda a atenção de que

⁸ AZEVEDO, Thales de. *Problemas Sociais da Exploração do Petróleo na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959 e 1960.

⁹ Cf. BRANDÃO, Maria de Azevedo; Meio Século de propostas sobre o planejamento regional da Salvador. In: BA-SEI. *Planejamento na Bahia*. Salvador: BA-SEI, 2001. Gravação eletrônica.

¹⁰ BRITO, Ronan C. Comunicação técnica sobre a Maré Vermelha, 2007 (www.ondazul.org.br)

o descobrimento dos espaços do Litoral Norte, inicialmente pela Estrada do Coco e posteriormente pela abertura da Linha Verde, drenou enormes negócios imobiliários. [...] Das relações culturais diretas entre Salvador e o seu Recôncavo, restaram as que respondem pela tradição, pela música que é forte, e por aquelas que se vê nos vai-e-vem dos *Ferry Boats*. [...] Mas isto ainda é pouco; na melhor das hipóteses reaviva algumas memórias saudosistas dos tempos dos veraneios na velha Itaparica, e em Mar Grande e Jeribatuba. Madre de Deus fica calada, não pode mais nem se mexer; os *pipelines* da Petrobras a condenaram a não mais ver as suas ilhas companheiras.

E, como biólogo e ambientalista, insiste:

Problemas graves de saneamento e de impactos industriais em uma escala perigosa ameaçam a qualidade ambiental de toda a região. A desinformação e a falta de políticas enérgicas de urbanização comprometem o patrimônio histórico e contribuem para a instalação de cidades e vilarejos insustentáveis em todos os aspectos.¹¹

No presente, o Recôncavo e a Bahia de Todos os Santos enfrentam novos riscos que não podem ser ignorados. O primeiro é a descoberta da região como destino turístico, com todas as implicações sobre a cultura, a vida social e o mercado imobiliário; o segundo é a advento da era do biodiesel, que certamente se aproximará de suas redondezas com seu impacto sobre o uso da força de trabalho, a distribuição da renda e o tecido urbano; e finalmente, mais uma vez, a presença da Petrobrás, cujo impacto positivo ou negativo é geralmente reconhecido em termos econômicos e ecológicos, porém jamais em suas conseqüências sobre as relações sociais e a cultura.

Qual será o novo destino do Recôncavo sob a mercantilização de sua cultura, o apetite dos grandes empreendimentos turísticos, agrícolas e outros e o ativo desembaraço da especulação imobiliária urbana, rural, das áreas da praia e do espelho d'água da Baía de Todos os Santos?

Recompor a velha paisagem do Recôncavo é evidentemente impossível. Porém certamente será possível construir **uma nova concepção de desenvolvimento e organização territorial**, a partir da qual se possa assegurar um melhor equilíbrio ambiental à área, condições de vida mais satisfatórias e a afirmação cultural de Salvador e sua região.¹²

As questões que marcam a situação atual do Recôncavo levam à necessidade de um sério debate com bom nível técnico, porém com participação social ampla – um **Fórum do Recôncavo** – que não poderá ser um encontro episódico, mas um processo complexo e profundo de discussão sobre desenvolvimento sócio-econômico, valorização do patrimônio cultural e urbano e planejamento territorial.¹³ Quem sabe, a recém-criada Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB- não poderá ser a alavanca desta proposta?

¹¹ BRITO, Ronan C. *Programa de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Todos os Santos e do seu Recôncavo: bases para a sua implementação*. Fundação ONDAZUL; Universidade Federal da Bahia, Salvador, out. 2006. Mimeo.

¹² BRANDÃO, M. A. *Projeto Recôncavo*. Salvador: Centro do Planejamento Municipal - Prefeitura Municipal, 1993.

¹³ Desde 1979 tentamos atrair, sem êxito, o interesse de órgãos públicos por um Projeto Recôncavo. Já produzimos vários textos, entre os quais “Uma Região para Salvador”, 1979; “Subsídios Preliminares para um Documento Sobre a RMS: Uma Nova Região para Salvador”, 1980; “Projeto Recôncavo”, 1993; Fórum do Recôncavo, 1997. No mesmo ano, com recursos de um prêmio ganho em 1996 do extinto Banco do Estado da Bahia-BANEB, organizamos um seminário – *Recôncavo da Bahia; Cenários e Perspectivas* – realizado na Associação Comercial da Bahia em 23-25 de setembro de 1997, como um seminário técnico preparatório do Fórum do Recôncavo. Entre professores da UFBA, Ronan C. Brito tem sido um dos signatários de várias advertências e propostas, sobre o Recôncavo, porém há, na UFBA, outros autores pesquisadores que tem se ocupado sobre o assunto.

ENCRUZILHADAS DA LIBERDADE

Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas da Liberdade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, 368p.

Fábio Duarte Joly¹

Produto de tese de doutorado defendida na Unicamp em 2004, o novo livro de Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da Liberdade*, volta-se para as trajetórias de escravos e libertos dos engenhos da região do Recôncavo Baiano entre as duas últimas décadas que antecederam a abolição em 1888 e as duas décadas imediatamente posteriores a esse evento.

Seu objetivo é demonstrar como as trajetórias individuais e familiares de libertos estiveram indelevelmente marcadas pelo passado de escravidão, que acabou por orientar os rumos das vidas dos ex-escravos e suas estratégias de afirmação de liberdade, seja nos campos, seja nas cidades. Abordando uma documentação variada, garimpada em arquivos e bibliotecas públicas da Bahia e outros Estados, e incluindo jornais e romances do período, o livro aborda as tensões e conflitos envolvidos na transição operada pelo 13 de maio, mas sob um outro enfoque: não se trata de recolocar a questão da transição do trabalho escravo para o livre, mas sim de examinar as persistências do escravismo na configuração das relações de trabalho que emergiram desse momento crucial da história brasileira.

No final do século XIX, o Recôncavo Baiano era a região de maior importância econômica na Bahia, com sua produção de açúcar e tabaco concentrando grande número de engenhos e escravos. A partir de 1850, com a proibição do tráfico de cativos, os senhores de engenho encontraram dificuldades para manter uma quantidade adequada de mão-de-obra, levando-os a recorrer a trabalhadores livres e libertos ou remanejar escravos entre os engenhos. Mas a principal forma de controle consistiu na negociação com os escravos, permitindo que realizassem outras atividades independentes e inclusive possuíssem roças próprias.

Após a abolição, essas conquistas do cativo contribuíram para traçar linhas de continuidade entre a escravidão e a liberdade. Mas a relação senhor-escravo nesse período não foi afetada apenas pelo fim do tráfico. O autor mostra como os debates políticos em torno da abolição repercutiram nas fazendas, gerando até mesmo fuga de escravos para as cidades. Em suas palavras:

O acirramento da disputa, entre senhores de engenho, pela mão-de-obra dos que se libertavam ou que pretendiam libertar-se, as leis emancipacionistas que ampliaram as possibilidades de alforria, a perda de legitimidade da escravidão e a crescente influência do abolicionismo combinaram-se e interagiram de variadas e imprevisíveis maneiras com as iniciativas dos escravos. (p. 56)

Após a abolição, os ex-escravos buscaram afirmar sua liberdade negando papéis antes inerentes à escravidão, como receber rações diárias, ir ao trabalho nos canaviais ou trabalhar sem remuneração, atitudes que a retórica senhorial classificava de “insolência” ou “atrevimento”, termos que indicam o quão enraizada estava a escravidão na mentalidade dos senhores. Ademais, a abolição coincidiu com o aprofundamento da crise econômica que acompanhava a lavoura de cana desde a década de

¹ Professor adjunto de História Antiga e Medieval na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1870, baixando os preços do açúcar nos mercados mundiais. Um quadro que inevitavelmente interferiu nas relações de trabalho nos engenhos, pois dificultou a fixação de mão-de-obra e gerou conflitos entre libertos e senhores de engenho, com estes últimos procurando cercar a liberdade dos ex-escravos. A luta dos libertos voltou-se principalmente para manter o direito costumeiro de acesso às roças de subsistência. Como sintetiza Walter Fraga:

O fato de a maior parte dos braços da lavoura açucareira ter vivido a experiência da escravidão foi decisivo para definir os contornos das relações cotidianas que se formaram depois da abolição. As vivências no cativeiro serviram de parâmetros para os libertos definirem o que era “justo” e aceitável na relação com os antigos senhores, incluindo estabelecer condições de trabalho que julgavam compatíveis com a nova condição. (p. 214)

Os ex-escravos também se inseriram nos meios rurais e urbanos, buscando firmar sua liberdade e viabilizar seus interesses pessoais. Liberdade era o acesso à terra, o direito de escolher onde trabalhar e o direito de circular livremente pelas cidades, sem necessidade de pedir autorização a outrem, enfim, o que se almejava era o direito de cidadania. Se, por um lado, o passado escravista determinou certos rumos aos libertos, por outro, foi constantemente negado para a afirmação de novos papéis sociais. Inclusive os movimentos sociais – em especial, o movimento operário – que ocorreram após a abolição foram fortemente influenciados pelos embates antiescravistas, de modo que os ex-escravos tiveram uma participação ativa neles. Contudo, como lembra o autor, ainda faltam estudos sobre esse aspecto, visto que prevaleceu uma certa memória do 13 de maio como divisor de águas que apagou de vez o escravismo da história nacional.

A nosso ver, é justamente por fazer uma crítica dessa tradição que o livro de Walter Fraga se destaca. Embora não cite como uma de suas balizas teóricas a obra de Orlando Patterson, *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*, o autor acaba por corroborar os argumentos do sociólogo jamaicano sobre a essência da escravidão. Para Patterson, “escravização, escravidão e manumissão não são meros eventos relacionados; são um único e mesmo processo em diferentes fases”². Walter Fraga acerta, portanto, ao estudar as trajetórias de ex-escravos, pois assim ilumina os efeitos da escravidão para além dos limites do cativeiro. Esperamos que outros estudos sobre a escravidão no Brasil continuem a trilhar esse caminho, que igualmente abre possibilidades de análises comparativas com outros sistemas escravistas, antigos e modernos³.

² *Slavery and social death: a comparative study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982, p. 296.

³ Ver, por exemplo, KLEIJWEGT, Marc (ed.). *The faces of freedom: the manumission and emancipation of slaves in Old World and New World Slavery*. Leiden: Brill, 2006.